

2023

DIAGNÓSTICO SOCIAL

CONCELHO DE
CASTELO DE PAIVA



Mensagem do Presidente

À semelhança da Carta Social, a elaboração do diagnóstico social do Concelho foi assumido pela Câmara Municipal, num contexto social desafiante, com o objetivo geral de contribuir para a diminuição das assimetrias sociais.

O diagnóstico social, aqui apresentado, aparece como uma oportunidade para conhecermos quem somos, de onde vimos, que caminhos estamos a percorrer e que desafios iremos encontrar. Mais do que mostrar a realidade social do Concelho, este diagnóstico é um instrumento de planeamento social, que contribuirá ativamente para o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

O diagnóstico está assente num trabalho de rede e num compromisso assumido por todos os parceiros que foram parte fundamental no levantamento dos dados e na definição das prioridades. Estou ciente que o empenho e a dedicação de todos foi crucial para termos um diagnóstico social pragmático, capaz de contribuir decisivamente para a definição de políticas públicas que visam a melhoria das condições de vida de todos os que escolherem viver e trabalhar na nossa terra.

São esperados no futuro grandes desafios, mas tenho a forte convicção que, juntos, conseguiremos definir um Plano de Desenvolvimento Social capaz de dar respostas objetivas e pertinentes, que continuem a fazer de Castelo de Paiva um Território com enorme potencial.

A todos, sem exceção, o meu reconhecimento e agradecimento por toda a dedicação e por todo o trabalho realizado, com a firme convicção de que, juntos conseguiremos atingir os nossos objetivos, em prol de Castelo de Paiva e dos Paivenses.

José Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Ficha Técnica

Título:

Diagnóstico Social do Concelho de Castelo de Paiva

Edição:

Rede Social de Castelo de Paiva

Largo do Conde

4550 - 102 Castelo de Paiva

Telefone: 255 689 500

Fax: 255 690 052

email: geral@cm-castelo-paiva.pt

Coordenação:

Andreia Gomes

Núcleo Executivo:

Ana Soares - Instituto de Emprego e Formação Profissional

Andreia Gomes - Município de Castelo de Paiva

Filipa Silva - Centro Social do Couto Mineiro do Pejão

Isabel Nascimento - Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro

José António Rocha - Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão

José Rodrigues - Junta de Freguesia de Fornos

Paula Nascimento - ACES Tâmega II - Vale Sousa Sul

Cartografia e Informação Geográfica do Município de Castelo de Paiva

Carlos Gonçalves

Supervisão:

Conselho Local de Ação Social

Consultoria:

António Batista

Data de Edição:

Julho de 2023

Sumário Executivo

| Trata-se pois de interpretar o mundo na sua
transformação e transformá-lo na sua intervenção |

Batista citado por Faleiros (2009)

O Diagnóstico Social | é um instrumento dinâmico que permite uma compreensão da realidade social, que inclui a identificação de problemas e a deteção de necessidades prioritárias e respetivas casualidades, bem como a identificação dos recursos e potencialidades locais que constituem reais oportunidades de desenvolvimento | (Guião Prático para a Implementação da Rede Social- Programa Rede Social, 2001:23).

A Rede Social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem como objetivos:

- Erradicar a pobreza e a exclusão social no concelho;
- Promover o desenvolvimento social local;
- Desenvolver um trabalho em parceria que permita a rentabilização dos recursos existentes nos locais;
- Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- Potencializar e divulgar o conhecimento sobre a realidade concelhia.

O Diagnóstico Social (instrumento de planeamento da Rede Social) permite, através de um processo de elaboração e sistematização de informação, conhecer as necessidades, os problemas, as suas causas e a evolução ao longo do tempo dentro de um determinado contexto, bem como quais os fatores condicionantes e de risco e as tendências previsíveis. Desta forma, o diagnóstico assume-se como base da intervenção futura no Concelho. É uma ferramenta utilizada para analisar e compreender uma determinada realidade social. Ele tem como objetivo principal identificar e descrever problemas, necessidades, potencialidades e problemas da comunidade, grupo ou área específica. Os principais objetivos do diagnóstico social incluem:

- Identificar e compreender os problemas sociais: o diagnóstico social visa identificar e analisar os principais problemas sociais enfrentados por uma determinada comunidade ou grupo, como pobreza, exclusão, desigualdade, violência, entre outros.
- Avaliar as necessidades e problemas: procura compreender as necessidades e problemas dos indivíduos e grupos sociais envolvidos, com o objetivo de contribuir para a formulação de

políticas e programas que respondam eficaz e eficientemente aos problemas.

- Analisar os recursos e potencialidades: além de focar nos problemas e necessidades, o diagnóstico social também procura identificar os recursos e potencialidades presentes na comunidade ou grupo, como capital social, competências, iniciativas locais, entre outros, que possam ser mobilizados para a solução dos problemas identificados.
- Promover a participação e envolvimento: o diagnóstico social geralmente envolve a participação ativa da comunidade ou grupos afetados, procurando envolvê-los no processo de análise e formulação de soluções. Isso promove um maior empoderamento das pessoas e uma abordagem mais participativa e inclusiva.

Em suma, o diagnóstico social procura identificar, compreender e analisar os problemas, necessidades, recursos e potencialidades de uma determinada realidade social, procurando justificar a formulação e implementação de políticas públicas e programas sociais mais eficazes para promover o desenvolvimento e a transformação social.

Este instrumento de planeamento desenvolvido pelos 11 municípios que integram a CIM Tâmega e Sousa em simultâneo e o Diagnóstico Social Supraconcelhio são instrumentos facilitadores para um conhecimento das realidades territoriais ao nível dos problemas, riscos, potencialidades e recursos. E alavancagem de propostas de intervenção, pois urge conhecer para intervir.

O Diagnóstico Social de Castelo de Paiva procurou responder a três domínios fundamentais:

- A uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica e socioeconómica;
- A uma caracterização das diferentes problemáticas sociais integradas em áreas predefinidas:
 - Área do Risco;
 - Área da Vulnerabilidade Social;
 - Área da Pobreza e Exclusão social;
 - Área da Pobreza Estrutural.
- Ao mapeamento e indicadores chave de diagnóstico, incluindo georreferenciação dos mesmos;
- A uma síntese dos problemas diagnosticados, grupos alvo e principais linhas de intervenção que será a alavanca para o posterior documento de planeamento – Plano de Desenvolvimento Social.

De salientar que o presente documento tem a vigência de 5 anos, período após o qual será atualizado. Documento dinâmico e sistémico, dado que a análise efetuada ao longo mesmo foi integrada, multidisciplinar e multiproblemáticas, criando um olhar da realidade diferenciado do tradicional e que nos permite obter informações correlacionadas, interconexas e acima de tudo perceptíveis da realidade social e do seu dinamismo e correlacionamento.

Índice Geral

MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
FICHA TÉCNICA.....	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
ÍNDICE GERAL.....	6
ÍNDICE DE TABELAS	9
ÍNDICE DE FIGURAS	16
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	18
SIGLAS E ACRÓNIMOS	22
PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	28
Município em números.....	28
Dinâmica socioeconómica	45
CAPÍTULO II - RISCO.....	56
Crianças e Pessoas Jovens em Situação de Privação	56
Escalões de ação social escolar e medidas de apoio social da autarquia	59
Crianças e Jovens em Risco	61
Comissão de Proteção de Crianças e Pessoas Jovens	65
Núcleos de apoio a crianças e pessoas jovens em risco (NACJR)	69
NACJR ACES Tâmega II Vale Sousa Sul	69
Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT)	70
Equipa Local de Intervenção Precoce	70
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	76
Violência Doméstica.....	78
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	83
Emergência Social	84
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	94
Área do risco	95
Perfil de Risco.....	95
Necessidades de Intervenção Prioritária	96
Ações Tipo Prioritárias	97
Projetos Prioritários	98
CAPÍTULO III - VULNERABILIDADE SOCIAL	101
Pessoas Sêniores	101

Pessoas Idosas.....	106
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	111
Pessoas com Deficiência	113
Pessoas com Incapacidade.....	123
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	126
Pessoas Migrantes	127
Refugiados.....	137
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção:	140
Pessoas migrantes e refugiados.....	140
Perfil de Risco.....	140
Necessidades de Intervenção Prioritária:	141
Ações Tipo Prioritárias	143
Projetos Prioritários	144
CAPÍTULO IV - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	147
Dependências.....	147
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	162
Saúde Mental	163
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	165
Disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar.....	166
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	180
Pessoas Sem Abrigo	182
Área da pobreza e exclusão social	182
Perfil de Risco:.....	182
Necessidades de Intervenção Prioritária:	183
Ações Tipo Prioritárias:	183
Projetos Prioritários	184
CAPÍTULO V - EXCLUSÃO ESTRUTURAL.....	186
Desemprego.....	186
Análise da Situação do Emprego em Castelo de Paiva	194
Pessoas Jovens NEET.....	205
Desemprego de Longa Duração (DLD)	208
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	214
Habitação	216
Caraterização do Alojamento	216
Medida Apoio ao Arrendamento – Regulamento de Solidariedade Social	223
Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	229

Área da exclusão estrutural	230
Perfil de Risco.....	230
Necessidades de Intervenção Prioritária	230
Ações Tipo Prioritárias	230
Projetos Prioritários	231
CAPÍTULO VI. CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA.....	233
Dinâmica Demográfica	234
Dinâmica Socioeconómica	244
Problemáticas Sociais – Área do Risco	251
Problemáticas Sociais – Área da Vulnerabilidade Social.....	257
Problemáticas Sociais – Área da Pobreza e Exclusão Social	262
Problemáticas Sociais – Área da Exclusão Estrutural.....	264
CAPÍTULO VII. SÍNTESE DIAGNÓSTICO	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	289
BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA:	292

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição da população residente (N.º), segundo o sexo, em 2021.....	31
Tabela 2 - Relação de masculinidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013).....	32
Tabela 3 - Distribuição da população residente (N.º) por grandes grupos etários, em 2021.....	33
Tabela 4 - Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	33
Tabela 5 - Distribuição da População Residente (nº), por Grupo Etário e por Freguesia, em 2001.....	35
Tabela 6 - Evolução dos Nascimentos e Óbitos	37
Tabela 7 - Distribuição dos nados-vivos de mães residentes e por grupo etário da mãe (N.º) no concelho e na região, em 2021.....	39
Tabela 8 - Pessoal ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão.....	45
Tabela 9 - Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão	45
Tabela 10 - Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão	46
Tabela 11 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo	47
Tabela 12 - Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato	48
Tabela 13 - Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem	49
Tabela 14 - Ganho médio mensal (€) por localização geográfica e sexo	49
Tabela 15 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica	50
Tabela 16 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica	51
Tabela 17 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade	51
Tabela 18 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	52
Tabela 19 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação	52
Tabela 20 - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP)	53
Tabela 21 - Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão.....	54

Tabela 22 - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Sector de atividade económica (2) e Situação na profissão – Decenal.....	54
Tabela 23 - Distribuição da População Residente (nº), por Grupo Etário 0-14 e por Freguesia, em 2021	58
Tabela 24 - Ação Social Escolar (ASE) - Discentes subsidiados em 2022/23, por escalão A, B e C	59
Tabela 25 - Agregados Domésticos privados monoparentais: total e sexo (%), 2021	61
Tabela 26 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	62
Tabela 27 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	63
Tabela 28 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	63
Tabela 29 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	64
Tabela 30 - Caracterização Processual da CPCJ Castelo de Paiva (N.º), em 2022.....	68
Tabela 31 - Crianças Acolhidas em Casa de Acolhimento Residencial, Castelo de Paiva (N.º).....	69
Tabela 32 - Transportes de Pessoas com Deficiência – NEE (2022/2023)	73
Tabela 33 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	77
Tabela 34 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	84
Tabela 35 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por cota de outrem: total e por sexo.....	85
Tabela 36 - Coeficiente de Gini	86
Tabela 37 - Comparação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) no total da população residente com 15 ou mais anos (%) – 2022	88
Tabela 38 - Distribuição das Pensões (N.º) total e da segurança social, em 2011 e 2021.....	88
Tabela 39 - Distribuição das pensões da segurança social (N.º), total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice	89
Tabela 40 - Medidas Sociais Municipais por número de famílias/indivíduos apoiados e valor custo para o Município, 2023	90
Tabela 41 - N.º de destinatários e n.º de agregados familiares apoiados pelo FEAC/POAPMC no território de Castelo de Paiva em 2022	92
Tabela 42 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	94

Tabela 43 - População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo e Grupo etário; Decenal	102
Tabela 44 - Projetos desenvolvidos, 2022	103
Tabela 45 - Indicadores demográficos, no concelho, em 2021	107
Tabela 46 - Pensões da Segurança Social, CDSS Aveiro, 2022	109
Tabela 47 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	113
Tabela 48 - Pessoas com Deficiência por tipo de deficiência (N.º), em 2001	113
Tabela 49 - Distribuição das prestações sociais por deficiência (N.º), em 2021	114
Tabela 50 - Distribuição e caracterização Cuidadores Informais (N.º), em março de 2023	114
Tabela 51 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Fornos (N.º), em março de 2023	115
Tabela 52 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Real (N.º), em março de 2023	116
Tabela 53 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Santa Maria de Sardoura (N.º), em março de 2023	116
Tabela 54 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia São Martinho de Sardoura (N.º), em março de 2023	116
Tabela 55 - Caracterização Cuidadores Informais, UF Freguesia Raiva, Pedorido e Paraíso (N.º), em março de 2023	116
Tabela 56 - Caracterização Cuidadores Informais, UF Freguesia Sobrado e Bairros (N.º), em março de 2023	117
Tabela 57 - Medidas Seletivas e Medidas Adicionais, 2022	118
Tabela 58 - Lar Residencial	119
Tabela 59 - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	119
Tabela 60 - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência	120
Tabela 61 - Projetos (D) Eficiência	121
Tabela 62 - Integrações em Formação Profissional e CEI +	122
Tabela 63 - Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos, total e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUTS I/II/III/Município), Portugal, 2021.	123
Tabela 64 - Distribuição da população com 5 ou mais anos, total, com incapacidade e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUTS I/II/III/Município), Portugal, 2021	124
Tabela 65 - População com 5 ou mais anos a residir em alojamentos familiares clássicos, total e com incapacidade em andar, por local de residência (NUTS I/II/III) e segundo a acessibilidade ao alojamento, Portugal, 2021	124

Tabela 66 - Distribuição das prestações sociais por deficiência (N.º), em 2022.....	124
Tabela 67 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	127
Tabela 68 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	128
Tabela 69 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	129
Tabela 70 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	130
Tabela 71 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia	131
Tabela 72 - População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual	132
Tabela 73 - População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual	133
Tabela 74 - Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente	133
Tabela 75 - População estrangeira que solicitou estatuto de residência (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual	134
Tabela 76 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual – INE	134
Tabela 77 - População Residente segundo os censos: total e por nacionalidade (n.º)	135
Tabela 78 - Atestados de Residência emitidos, 2022.....	135
Tabela 79 - Caracterização dos Refugiados – Castelo de Paiva, 2021	139
Tabela 80 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	140
Tabela 81 - Destinatários / beneficiários das ações.....	148
Tabela 82 - Metodologia de Implementação.....	149
Tabela 83 - Objetivos	149
Tabela 84 - Destinatários / beneficiários das ações.....	149
Tabela 85 - Metodologia	149
Tabela 86 - Destinatários / beneficiários das ações.....	150
Tabela 87 - Metodologia	150

Tabela 88 - Destinatários / beneficiários das ações.....	151
Tabela 89 - Metodologia	151
Tabela 90 - Destinatários / beneficiários das ações.....	151
Tabela 91 - Metodologia	152
Tabela 92 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por tipo de inscrição	152
Tabela 93 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por tipo de inscrição e sexo.....	153
Tabela 94 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por substância principal	153
Tabela 95 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por escalões etários.....	154
Tabela 96 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por escolaridade	155
Tabela 97 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por situação profissional	156
Tabela 98 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva e tipo de alojamento	157
Tabela 99 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	162
Tabela 100 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	165
Tabela 101 -Distribuição das famílias clássicas (N.º) por número de indivíduos, em 2011 e 2021.....	166
Tabela 102 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021	167
Tabela 103 - Distribuição do abono de família para crianças e pessoas jovens da Segurança Social (N.º): Número de beneficiários e descendentes ou equiparados, em 2011 e 2021	168
Tabela 104 - Comparação das prestações de subsídio de desemprego no total da população residente com 15 ou mais anos (%)	169
Tabela 105 - Beneficiários das prestações de desemprego da segurança social no total da população residente com 15 e mais anos (%), 2011 - 2021	169
Tabela 106 - Beneficiários do subsídio por doença da segurança social: total e por sexo	170
Tabela 107 - Taxa de Desemprego segundo os Censos: Total e por Sexo (%).....	170
Tabela 108 - Taxa de Desemprego segundo os Censos: Total e por Grupo Etário (%).....	171
Tabela 109 - Subsídio de Desemprego por Sexo, 2022.....	171
Tabela 110 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual	172
Tabela 111 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual.....	173
Tabela 112 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por conta de outrem, 2021.....	173
Tabela 113 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	181
Tabela 114 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional	187
Tabela 115 - População desempregada à procura de novo emprego: total e por sexo	187
Tabela 116 - Principais Indicadores.....	188

Tabela 117 - População ativa e taxa de atividade por grupo etário (16 a 74 anos).....	189
Tabela 118 - População empregada e taxa de emprego por grupo etário (16 a 74 anos)	190
Tabela 119 - População desempregada e taxa de desemprego por grupo etário (16 a 74 anos)	191
Tabela 120 - População inativa e taxa de inatividade por grupo etário (16 a 74 anos)	192
Tabela 121 - Subutilização do Trabalho e taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos)	193
Tabela 122 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional	194
Tabela 123 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): Total e por grandes grupos setores de atividade económica	195
Tabela 124 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)	195
Tabela 125 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário.....	196
Tabela 126 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo (%)	197
Tabela 127 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo (%)	198
Tabela 128 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição (%).....	198
Tabela 129 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tempo de inscrição (%) evolução em Castelo de Paiva	199
Tabela 130 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego (N.º).....	199
Tabela 131 - Principais Indicadores do Desemprego em Castelo de Paiva, dezembro de 2022/janeiro de 2023	201
Tabela 132 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção.....	215
Tabela 133 - Edifícios Clássicos, por freguesias /união de freguesias, 2021.....	217
Tabela 134 - Alojamentos Familiares Clássicos, 2021.....	217
Tabela 135 - Fogos novos de habitação familiar por tipologia do fogo, 2021	218
Tabela 136 - Número médio de indivíduos por alojamento familiar clássico, 2021.....	218
Tabela 137 - Valor mediano de avaliação bancária por m2: Total e por Tipo de Construção, 2021	218
Tabela 138 - Pedidos de habitação social	220
Tabela 139 - Valor médio do rendimento mensal dos agregados familiares com pedidos de habitação ativos, por freguesia.....	221
Tabela 140 - Tipologia de famílias com pedidos de habitação ativos.....	222

Tabela 141 - Valor médio das rendas das famílias com apoios ativos no Apoio ao Arrendamento, por freguesia.....	224
Tabela 142 - Valor médio dos rendimentos das famílias, com apoios ativos no Apoio ao Arrendamento, por freguesia	225
Tabela 143 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) de Curvite.....	226
Tabela 144 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) da Póvoa.....	226
Tabela 145 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) da Raiva.....	226
Tabela 146 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) de Oliveira do Arda	226
Tabela 147 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais) em regime de propriedade pública.....	227
Tabela 148 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género e escalões etários	228
Tabela 149 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género e habilitações literárias	228
Tabela 150 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género, idade e atividade profissional	228
Tabela 151 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção	229
Tabela 152 – Área do risco.....	269
Tabela 153 – Área da vulnerabilidade social.....	277
Tabela 154 – Área da pobreza e exclusão social.....	282
Tabela 155 – Área da exclusão estrutural.....	288

Índice de Figuras

Figura 1 - Identificação da árvore de problemas	25
Figura 2 - Workshops Temáticos.....	26
Figura 3 - Enquadramento geográfico da NUT III.....	28
Figura 4 - Dados relativos à USF Paiva Douro, 2023	43
Figura 5 - Dados relativos à USF Paiva Douro, 2023	44
Figura 6 - Garantia para a Infância.....	61
Figura 7 - CLDS4G VIDA na área da Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil (eixo II)	75
Figura 8 - CLDS4G VIDA na área da Promoção do Envelhecimento e Apoio à População Idosa (eixo III),	104
Figura 9 - CLDS4G VIDA na área da Auxílio e Intervenção Emergencial	105
Figura 10 - CLDS4G VIDA na área do (des) emprego	205
Figura 11 - População Residente (N.º) por local de residência no concelho de Castelo de Paiva, 2021	235
Figura 12 - População Residente (N.º) por local de residência, por grandes grupos etários, no concelho de Castelo de Paiva, 2021	235
Figura 13 - População Residente (N.º) por local de residência, por grupos etários, no concelho de Castelo de Paiva, 2021	236
Figura 14 - Índice de Envelhecimento, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2021	237
Figura 15 - Índice de Envelhecimento, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2011 a 2021	238
Figura 16 - Nados vivos, por local de residência da mãe em 2022	240
Figura 17 - Densidade Populacional (HabitKm2) por local de residência, 2021	241
Figura 18 - Índice de Longevidade, por local de residência, 2021	243
Figura 19 - Pessoas Trabalhadoras por conta de outrem por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	245
Figura 20 - Pessoas Trabalhadoras por conta de própria por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	246
Figura 21 - Ganho médio mensal (€) por localização geográfica (NUTS – 2013) em 2023	248
Figura 22 - Empresas por localização geográfica (NUTS – 2013) do Tâmega e Sousa, em 2023	249
Figura 23 - População empregada por local de residência e setor de atividade económica, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	250

Figura 24 - Taxa de Incidência de crianças da CPCJ, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	252
Figura 25 - Taxa de Incidência da Violência Doméstica, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	253
Figura 26 - Taxa de Incidência de famílias com apoio alimentar, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	254
Figura 27 - Taxa de Incidência de crianças em agregados beneficiários de RSI, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	255
Figura 28 - Taxa de Incidência de crianças em agregados beneficiários de SASS, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	255
Figura 29 - Agregados domésticos privados, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	256
Figura 30 - Proporção de agregados domésticos privados unipessoais, com pessoas com 65 anos e mais, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	258
Figura 31 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022.....	259
Figura 32 - Taxa de Incidência de Cuidadores Informais com estatuto, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	260
Figura 33 - Índice de dependência total, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022	261
Figura 34 - Dependências, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022.....	263
Figura 35 - Beneficiários de Subsídio de Desemprego da Segurança Social, por local de residência, (NUTS – 2013) do Tâmega e Sousa, 2022	264
Figura 36 - Inscritos no parque habitacional público, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2023	265
Figura 37 - Número de Beneficiários diretos para reabilitação, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2023	266
Figura 38 – Objetivos de desenvolvimento sustentável	267

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Densidade populacional do concelho em relação à região, em 2021.....	29
Gráfico 2 - Densidade populacional do concelho em 2021, em relação à região.....	30
Gráfico 3 - Evolução da população residente no concelho de Castelo de Paiva.	30
Gráfico 4 - Distribuição da população residente (%) por sexo e por freguesia, em 2021	31
Gráfico 5 - Distribuição da população residente (%) por grandes grupos etários, em 2021.	34
Gráfico 6 - Peso da população residente por grupos etários em relação à população total (%), por freguesia, em 2021.....	36
Gráfico 7 - Distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021.	37
Gráfico 8 - Distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021	38
Gráfico 9 - Índice Sintético de Fecundidade (%)	39
Gráfico 10 - Distribuição da taxa de fecundidade (%) por grupo etário, em 2021	40
Gráfico 11 - Índice Sintético de Fecundidade (%)	40
Gráfico 12 - Distribuição dos nados-vivos de mães residentes (%) por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, em 2021	41
Gráfico 13 - Evolução da População Estrangeira no Município	42
Gráfico 14 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional e por nível de escolaridade completo.....	47
Gráfico 15 - Distribuição da população com menos de 16 anos segundo nível de escolaridade dos pais e privação material e social, em Portugal no ano de 2021	57
Gráfico 16 - Distribuição da população com menos de 16 anos segundo nível de escolaridade dos pais e privação material e social, em Portugal no ano de 2021	57
Gráfico 17 - Ação Social Escolar (ASE) - Discentes subsidiados em 2022/23, por escalão A, B e C (%)	59
Gráfico 18 - Núcleos familiares monoparentais, Tipo de núcleo familiar (Monoparental), (Pai ou mãe); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021	64
Gráfico 19 - Caracterização Processual da CPCJ Castelo de Paiva (N.º), em 2022.....	65
Gráfico 20 - Crianças acompanhadas pela ELI, Castelo de Paiva (%)	72
Gráfico 21 - Distribuição das crianças acompanhadas pela ELI de Castelo de Paiva, por idade, 2022.....	72
Gráfico 22 - Número de crianças em acompanhamento pela ELI Castelo de Paiva (N.º), por freguesia em 2022	73
Gráfico 23 - Evolução do número de crimes por violência doméstica (N.º)	78
Gráfico 24 - Sexo da Vitima de Violência Doméstica – EAVD/GNR (N.º)	79
Gráfico 25 - Relação da Vitima com o Agressor – GNR /EAVD (N.º)	79

Gráfico 26 - Idade da Vítima e do Agressor – GNR /EAVD (N.º)	80
Gráfico 27 - Tipo de Crime / GNR (N.º)	80
Gráfico 28 - Tipo de Crime / Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica CataVentos (N.º)	81
Gráfico 29 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por freguesia	81
Gráfico 30 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por classe etária	82
Gráfico 31 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por problemática subjacente.....	82
Gráfico 32 - Distribuição dos beneficiários do RSI (N.º) por sexo, em 2022.....	87
Gráfico 33 - Distribuição dos beneficiários do RSI (N.º) por escalão etário, em 2022.....	88
Gráfico 34 - Medidas Sociais Municipais por número de famílias/indivíduos apoiados/ transportes efetuados, 2023	90
Gráfico 35 - Distribuição dos beneficiários do apoio alimentar às famílias e indivíduos (N.º), em 2022.....	91
Gráfico 36 - Evolução de contatos de beneficiários de processos familiares ativos (N.º)	93
Gráfico 37 - Distribuição dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, apoiadas pelo atendimento e acompanhamento social (N.º), em 2022.	93
Gráfico 38 - Índices de Envelhecimento CIM, em 2021	107
Gráfico 39 - Censos Sénior, 2022	108
Gráfico 40 - Caracterização Cuidadores Informais (N.º), em março de 2023.....	115
Gráfico 41 - Caracterização Cuidadores Informais, por freguesia (N.º e %), em março de 2023.....	117
Gráfico 42 - Pessoas migrantes Permanentes por sexo, idade e naturalidade; anual; Portugal (%).....	128
Gráfico 43 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) em Castelo de Paiva (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	129
Gráfico 44 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.....	130
Gráfico 45 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia	131
Gráfico 46 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia	132
Gráfico 47 - Movimento GAE, 2022	136
Gráfico 48 - Evolução Atendimentos GAE, 2022.....	136
Gráfico 49 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por freguesia.....	158
Gráfico 50 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por género	158
Gráfico 51 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por escalões etários.....	158

Gráfico 52 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por substância apreendida	159
Gráfico 53 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por tipo de dependência	159
Gráfico 54 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por medidas de coação e encaminhamento	160
Gráfico 55 - Utentes até março 2023, residentes em Castelo de Paiva, por freguesia	160
Gráfico 56 - Em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por escalões etários	160
Gráfico 57 - Utentes em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por substância apreendida	161
Gráfico 58 - Utentes em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por medidas de coação	161
Gráfico 59 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021	167
Gráfico 60 - N.º Famílias Clássicas Unipessoais	168
Gráfico 61 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) Castelo de Paiva	172
Gráfico 62 - Tipologia de Agregado Familiar por criança acompanhada pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	174
Gráfico 63 - Número de Irmãos por criança acompanhada pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	175
Gráfico 64 - Escolaridade das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	175
Gráfico 65 - Escolaridade dos progenitores das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	176
Gráfico 66 - Situação profissional das mães das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	177
Gráfico 67 - Situação profissional dos pais das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	177
Gráfico 68 - Situação Habitacional das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	178
Gráfico 69 - Estado de conservação das habitações onde residem as crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	178
Gráfico 70 - Freguesias de Residência das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023	179
Gráfico 71 - Principais Indicadores (%)	188
Gráfico 72 - População ativa e taxa de atividade por grupo etário (16 a 74 anos).....	190
Gráfico 73 - População empregada e taxa de emprego por grupo etário (16 a 74 anos) - %.....	191
Gráfico 74 - População desempregada e taxa de desemprego por grupo etário (16 a 74 anos) - %	192

Gráfico 75 - População inativa e taxa de inatividade por grupo etário (16 a 74 anos) - %.....	193
Gráfico 76 - Subutilização do Trabalho e taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) – %.....	194
Gráfico 77 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): Total e por grandes grupos setores de atividade económica	195
Gráfico 78 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário, 2021	196
Gráfico 79 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por nível de escolaridade completa (%).....	197
Gráfico 80 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por sexo (%)	198
Gráfico 81 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tipo de desemprego evolução em Castelo de Paiva	200
Gráfico 82 - Evolução Média Anual de desempregados (N.º).....	200
Gráfico 83 - Taxa de Pessoas jovens NEET (%), 2021	205
Gráfico 84 - Taxa de Pessoas jovens NEET, por sexo, local de nascimento e escolaridade (%), 2021....	206
Gráfico 85 - Taxa de Pessoas jovens NEET, por grupo etário (%), 2021	207
Gráfico 86 - Pessoas jovens inscritos no IEFP com idades entre os 18 e os 29 anos, Castelo de Paiva (%), março 2023	208
Gráfico 87 - Evolução dos DLD inscritos nos centros de Emprego (%), 2022	209
Gráfico 88 - Evolução dos DLD inscritos no Centro de Emprego (%) – Castelo de Paiva, 2022.....	210
Gráfico 89 - DLD inscritos no Centro de Emprego (%) por tempo de inscrição – Castelo de Paiva, jan. 2023	210
Gráfico 90 - N.º de famílias beneficiárias do Apoio ao Arrendamento.....	223
Gráfico 91 - Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023	223
Gráfico 92 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por tipologia de família	227

Siglas e Acrónimos

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde

ACUP – Associação Combatentes do Ultramar Português

AFVTER – Associação dos Familiares das Vitimas da Tragédia de Entre-Os-Rios

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiência Mental

APSPCP – Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva

ARPIP – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido

ASCRSGN – Associação Social, Cultural e Recreativa São Gonçalo
de Nojões

ASSB | Os Cucos | - Associação de Solidariedade Social de Bairros | Os Cucos |

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAR – Casa de Acolhimento Residencial

CAARPD - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência
e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência

CAR – Casa de Acolhimento Residencial

CC – Centro de Convívio

CD – Centro de Dia

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CIM TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSCMP – Centro Social do Couto Mineiro do Pejão

CSCVSSM – Centro Social e Cívico Viver São Martinho

CSPS – Centro Social e Paroquial de Sobrado

CSR - Centro Social de Real

CSSMS – Centro Social de Santa Maria de Sardoura

CSSN – Centro Social Sol Nascente

DLD – Desempregado de Longa Duração

EAVD – Estrutura de Atendimento a Vitimas de Violência Doméstica

ELI – Equipa Local Intervenção Precoce

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

GNR – Guarda Nacional Republicana

GPI – Garantia para a Infância

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

JI – Jardim de Infância

LR – Lar Residencial

MICAS – Movimento, Inovação, Cultura, Animação e Saúde

NACJR – Núcleo Apoio a Crianças e Jovens em Risco

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

PARES – Programa de Alargamento da Rede de Respostas Sociais

POAPMC – Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas

PRR – Programa de Recuperação e Resiliência

PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais

RAP – Resposta de Apoio Psicológico

RIIA - Reabilitar, Integrar, Incluir, Animar

RSI – Rendimento Social de Inserção.

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.

SASS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SCMCP – santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNIPi – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

RIIA - Reabilitar, Integrar, Incluir Animação

UCC – Unidade de Cuidados Continuados

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

ULDM – Unidade de Longa Duração e Manutenção

UMDR – Unidade Média Duração e Reabilitação

VPg – Volume Processual Global

Percurso Metodológico

| Metodologia vem do grego, e derivada palavra Méthodos, que significa |caminho para se chegar a um fim|. De acordo com Minayo (1999), entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. |

Minayo

A atualização do Diagnóstico Social do concelho é de extrema importância para o planeamento e implementação de políticas públicas eficientes e relevantes. Este documento estratégico é uma análise detalhada da realidade social, económica e demográfica do território, e fornece informações essenciais para entender as necessidades, desafios e oportunidades enfrentadas pela comunidade. O Diagnóstico Social é uma ferramenta essencial para o planeamento estratégico e melhoria da qualidade de vida da população. Este documento foi produzido em cooperação intermunicipal dos 11 municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e com a orientação/supervisão do Professor António Batista.

Este documento de diagnóstico subdivide-se em quatro capítulos de análise:

- Capítulo 1 - Enquadramento Conceptual;
- Capítulo 2 - Problemáticas – Risco; Vulnerabilidade Social; Pobreza e Exclusão Social e Exclusão Estrutural;
- Capítulo 3 - Sistema de Informação Geográfica;
- Capítulo 4 - Síntese de Diagnóstico;

A primeira fase de trabalho de elaboração do presente documento foi a recolha de informação estatística, oficial e local, e a análise de conteúdo de diversos documentos de planeamento, nomeadamente Diagnóstico Social, Planos de Desenvolvimento Social Municipal e Intermunicipal, Plano de Promoção dos Direitos das Crianças e Carta Educativa. O Capítulo I versou sobre as dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas que se registaram no concelho nos últimos anos, sua análise e interpretação. Recorremos a fontes oficiais, tais como o INE e PORDATA, mas paulatinamente a fontes regionais e locais, nomeadamente Município, Instituto de Segurança Social, CPCJ, ACES, GNR, Agrupamentos de Escolas, entre outras.

No Capítulo II, foram diagnosticadas as problemáticas e grupos alvo inerentes a cada uma das áreas problemáticas predefinidas. Para a obtenção destes dados foram consultados os serviços municipais, todas as IPSS do concelho e demais parceiros do Conselho Local de Ação Social.

A metodologia utilizada - *árvore de problemas* - na prossecução da prática participativa que define a identidade da Rede Social de Castelo de Paiva, baseou-se no planeamento participativo com o envolvimento direto e ativo de todas as instituições parceiras. Com o recurso a esta metodologia foi possível identificar potenciais problemas, analisando as suas relações do tipo causa-efeito. Foi também utilizada a metodologia de pesquisa e análise documental (qualitativa e quantitativa) disponível nas fontes estatísticas. A *árvore de problemas* assume-se como uma excelente ferramenta que permitiu aos participantes refletir sobre o problema identificado a partir de várias perspetivas.



Figura 1 - Identificação da árvore de problemas

As entidades parceiras foram convocadas a participar nos *workshops* realizados e fizeram-no de modo ativo. Foram realizados *workshops* temáticos para cada uma das áreas temáticas, correspondentes às problemáticas consideradas prioritárias pela rede social, dos quais resultaram 8 *workshops*¹. As figuras ilustram alguns dos resultados desses *workshops*.

¹ As folhas de presenças nestes Workshops são anexas ao documento.



Figura 2 - Workshops Temáticos

No decorrer dos *workshops* foram identificadas as problemáticas sociais e as respetivas propostas de intervenção, consideradas prioritárias em cada uma das temáticas/problemáticas. Posteriormente, e de forma a agregar toda a informação resultante foram desenhadas tabelas onde constam todos os elementos: categoria de intervenção; problemas identificados; estratégias com impacto na problemática; estratégias de articulação e melhoria dos serviços e estratégias promotoras de um

território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades. A organização das problemáticas em áreas temáticas permitiu uma visão e leitura global e organizada do concelho.

O Capítulo III corresponde à georreferenciação. Neste capítulo houve um trabalho colaborativo e intensivo com os técnicos do SIG do Município de Castelo de Paiva, em parceria com os Técnicos do SIG da Comunidade Intermunicipal que incidiu no mapeamento de diversos indicadores de diagnóstico chave das diversas áreas problemáticas analisadas no capítulo anterior.

O Capítulo IV apresenta uma síntese de diagnóstico e identifica as principais linhas de intervenção prioritária definidas.

O Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva teve uma participação muito ativa na elaboração deste documento; trata-se de um documento realizado com base em metodologias ativas e participativas.

O Diagnóstico Social desempenha um papel fundamental como base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS). O PDS é um documento estratégico que define as diretrizes, metas e ações para promover o desenvolvimento social territorial. O diagnóstico social fornece as informações e análises necessárias base para a formulação desse plano. Aqui está como o diagnóstico social pode ser utilizado como base para a elaboração do PDS:

- Identificação de problemas e necessidades: o diagnóstico social identifica e analisa os problemas e necessidades existentes; fornece uma visão abrangente das questões sociais, e essas informações são essenciais para direcionar as ações do PDS e priorizar as áreas que requerem intervenção.
- Definição de objetivos e metas: com base nos problemas e necessidades identificados, o Diagnóstico Social auxilia na definição de objetivos e metas claras e mensuráveis para o PDS. Esses objetivos devem ser alinhados com os problemas e expectativas da comunidade, com o objetivo de superar os desafios identificados no diagnóstico.
- Identificação de potencialidades e recursos: o diagnóstico social também destaca as potencialidades e recursos disponíveis no território que podem ser aproveitados e fortalecidos no PDS para impulsionar o desenvolvimento social.
- Seleção de estratégias e ações: com base nas informações do diagnóstico social, o PDS pode identificar as estratégias e ações mais adequadas para abordar os problemas identificados e alcançar os objetivos estabelecidos.
- Alocação de recursos e parcerias: O diagnóstico social também auxilia na identificação dos recursos necessários para a implementação do PDS (recursos financeiros, humanos e materiais).

Em resumo, o Diagnóstico Social fornece informações valiosas e análises necessárias para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (documento que será elaborado posteriormente).

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Município em números

O Município de Castelo de Paiva pertence ao Distrito de Aveiro constituindo um dos seus 19 municípios. Integra a Região Norte (NUTS II) e a Sub-Região do Tâmega e Sousa (NUTIII). É delimitado a Norte pelos Municípios de Penafiel e do Marco de Canaveses (distrito do Porto), a Este, o Município de Cinfães (distrito de Viseu), a Este e Sul, o Município de Arouca (distrito de Aveiro) e a Oeste, o Município de Gondomar (distrito do Porto). Castelo de Paiva tem cerca de 115,01 km² de área, 15 589 habitantes (- 6,8% var.), com uma densidade populacional de 135,5 habitantes por Km² (a 5.ª mais baixa do Tâmega e Sousa), subdividido em 4 Freguesias e 2 Uniões de Freguesia. Conforme a Lei nº 22/2012 de 30 de maio e subsequente Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, determinadas freguesias do concelho foram agregadas, passando de 9 para 6: União de Freguesias de Sobrado e Bairros, União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, São Martinho de Sardoura, Santa Maria de Sardoura, Fornos e Real. A Figura 3, representa o enquadramento geográfico da NUT III.

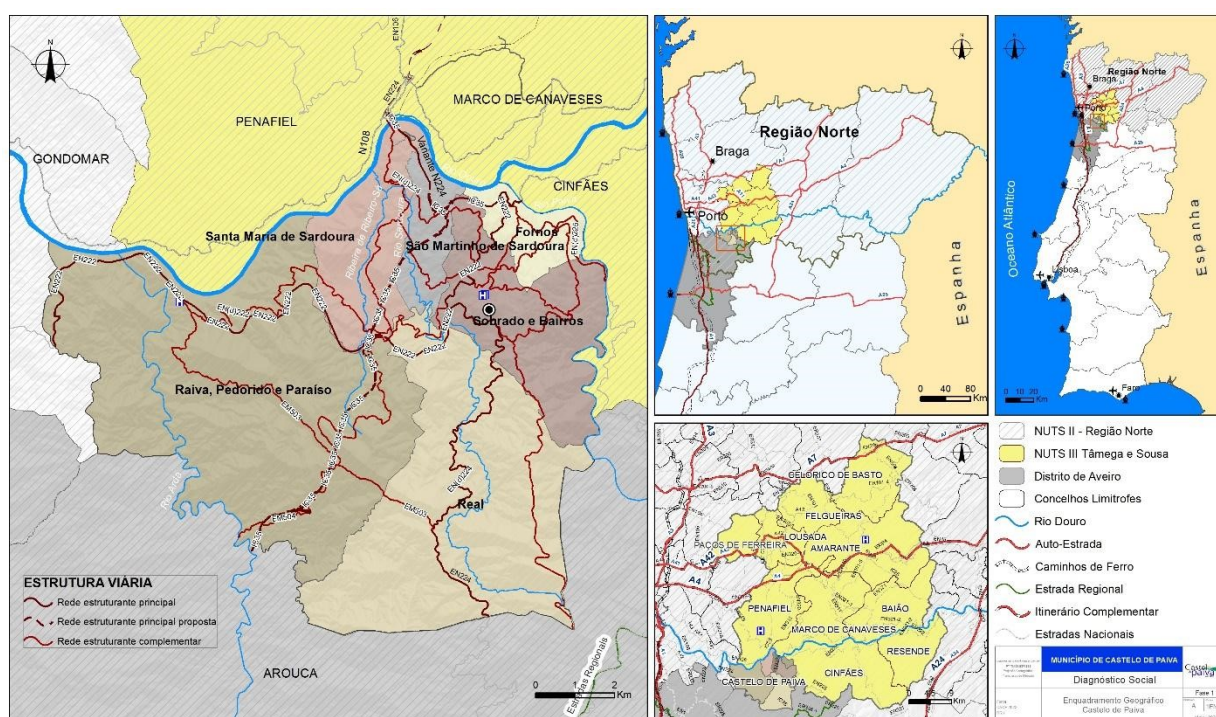
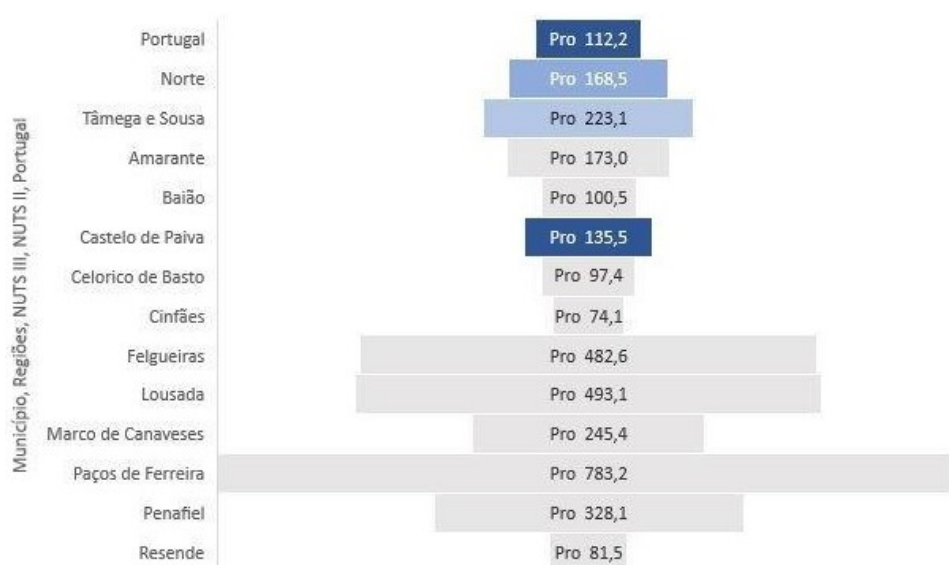


Figura 3 - Enquadramento geográfico da NUT III

No que diz respeito à densidade populacional, o concelho apresenta, em média, 135,5 habitantes por Km², acompanhando a tendência do país e da região. Relativamente aos restantes municípios da região do Tâmega e Sousa, Castelo de Paiva é o quinto concelho com o menor número de habitantes por Km².



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 1 - Densidade populacional do concelho em relação à região, em 2021

O Gráfico 1, apresenta a densidade populacional da freguesia comparativamente à Região do Tâmega e Sousa. Em termos concelhios, o mostra-nos que a freguesia com o maior número de habitantes por Km² é São Martinho de Sardoura e a que apresenta menor densidade populacional é a freguesia de Real.

Em termos demográficos, para analisar os fenómenos populacionais torna-se necessário recuar alguns anos e comparar a evolução demográfica no Concelho, para assim compreender todos os fatores e comportamentos inerentes ao decréscimo da população residente. De facto, nas últimas quatro décadas Castelo de Paiva pautou-se, pela diminuição da sua população, embora nem sempre constante, tendo existido uma oscilação positiva entre 1991 e 2001. O Gráfico 2 apresenta a evolução da população residente no concelho de Castelo de Paiva.

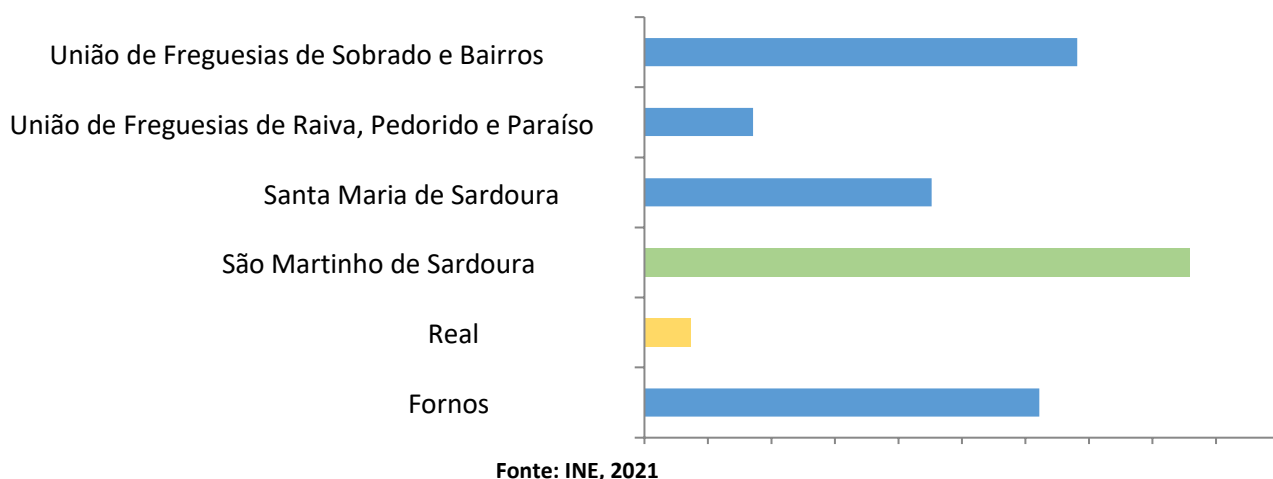
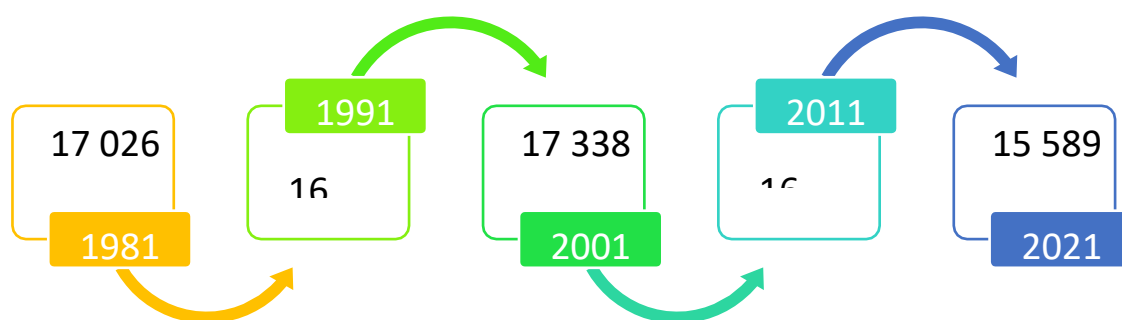


Gráfico 2 - Densidade populacional do concelho em 2021, em relação à região

Registe-se o último período censitário (2011 e 2021) a variação da população do concelho foi de – 6,8%, o que corresponde a um decréscimo de 10,1%. Efetivamente, essa perda de população foi visível em todas as freguesias do concelho com especial destaque para as freguesias de Fornos, Santa Maria de Sardoura e União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, com uma variação negativa da população de -11,3%, 10,4% e -10,3%, respetivamente. O Gráfico 3 apresenta a variação da população residente (N.º), por freguesia, entre 2011 e 2021.



Fonte: INE, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

Gráfico 3 - Evolução da população residente no concelho de Castelo de Paiva.

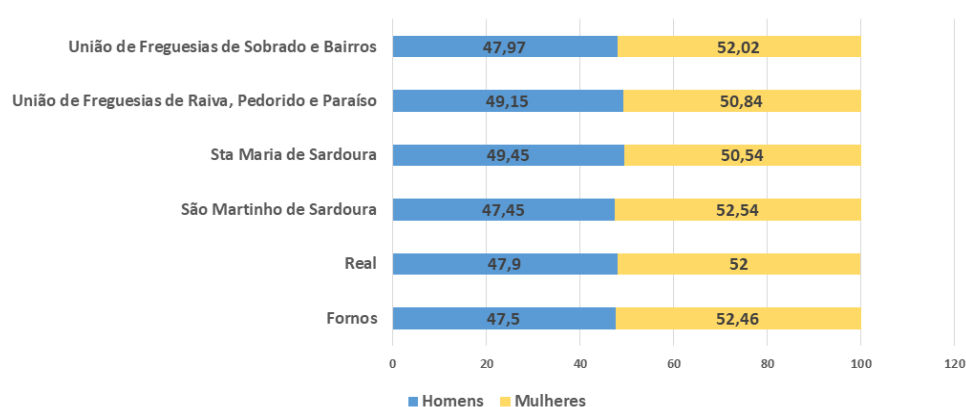
As freguesias do concelho com maior número de população residente são a União de Freguesias de Sobrado e Bairros (31%), União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso (27%), Santa Maria de Sardoura (14,59%), freguesias com uma população superior a 2000 habitantes. Com menor expressão de população residente temos a freguesia de São Martinho de Sardoura (7,65%), Fornos (8,19%), Real (7,65%) com um total de população residente inferior a 2000 habitantes. A Tabela 1 apresenta os dados referentes à distribuição da população residente (N.º), segundo o sexo, em 2021.

População residente (N.º) por Sexo, 2021			
	H	M	TOTAL
CIM TÂMEGA E SOUSA	197 064	211 611	408 675
Concelho de Castelo de Paiva	8614	9 117	15 589
Fornos	607	670	1 277
Real	572	622	1 194
São Martinho de Sardoura	878	972	1 850
Santa Maria de Sardoura	1 125	1 150	2 275
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	2 069	2 140	4 209
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	2 295	2 489	4 784

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 1 - Distribuição da população residente (N.º), segundo o sexo, em 2021.

Em termos de distribuição da população por sexo, verifica-se que no concelho, como ao nível da CIM Tâmega e Sousa, a percentagem de homens é ligeiramente inferior à das mulheres. O Gráfico 4, apresenta a distribuição da população residente por sexo e freguesia, em 2021.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 4 - Distribuição da população residente (%) por sexo e por freguesia, em 2021

Como nos mostram as ilustrações anteriores, segundo os últimos Censos, o concelho de Castelo de Paiva representa 3,81% do total da população residente da região do Tâmega e Sousa. O concelho é, assim, constituído por 15 589 habitantes, sendo 7 546 (48,40%) do género masculino e 8 043 (51,59%) do género feminino. Em termos de distribuição da população por sexo, verifica-se que no concelho, como ao nível da CIM Tâmega e Sousa, a percentagem de homens é ligeiramente inferior à das mulheres. Relativamente à relação de masculinidade (quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10^2) mulheres) constatamos que ela é mais elevada no concelho de Castelo de Paiva comparativamente às restantes unidades territoriais em análise.

Territórios		Relação de masculinidade		
Âmbito Geográfico Rácio - %		2011	2021	2022
NUTS III	Tâmega e Sousa	94,6	93,2	93,7
Município	Castelo de Paiva	95,3	94,3	94,5

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Tabela 2 - Relação de masculinidade (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013)

Se observarmos a população residente do concelho distribuída pelos três grandes grupos etários é notório que houve uma evolução regressiva dos seus totais populacionais entre 2011 e 2021, nomeadamente nas faixas etárias correspondentes aos 0-14 anos (com uma perda de população de 4,5%) e aos 15-64 anos de idades (com uma regressão de 1,0%). Contrariamente a este cenário está a faixa etária que corresponde aos 65 e mais anos que apresentou neste período uma variação positiva de 25,5%. A Tabela 3 apresenta a distribuição da população residente (N.º) por grandes grupos etários, em 2021.

População residente (N.º)			
Grandes Grupos Etários, 2021			
	2011	2021	Variação (%)
0-14 Anos	2703	1830	-4,5%
15-64 Anos	11440	10507	-1,0%
>= 65 Anos	2590	3252	25,5 %

Fonte: INE

Tabela 3 - Distribuição da população residente (N.º) por grandes grupos etários, em 2021.

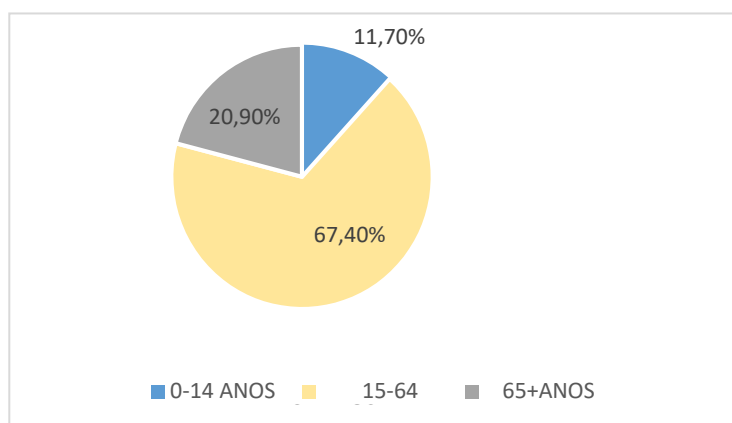
Dos Municípios do Tâmega e Sousa, Castelo de Paiva é o que apresenta a 4.ª menor percentagem de pessoas jovens e a 6.ª maior percentagem de pessoas idosas. Por cada 100 residentes, há 12 pessoas jovens com menos de 15 anos, 67 adultos e 21 pessoas idosas. Analisando o índice de sustentabilidade potencial (n.º de pessoas em idade ativa por idoso, constatamos que houve um decréscimo entre 2011 (5,2 indivíduos) e 2021 (3,1 indivíduos).

	Período de referência dos dados		
	2021		
	Sexo		
	HM	H	M
	N.º	N.º	N.º
Tâmega e Sousa	357,52	399,9	324,6
Castelo de Paiva	323,16	372,81	285,57

Fonte: INE

Tabela 4 - Índice de sustentabilidade potencial (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

O Gráfico 5 apresenta a distribuição da população residente (%) por grandes grupos etários, em 2021.



Fonte: INE

Gráfico 5 - Distribuição da população residente (%) por grandes grupos etários, em 2021.

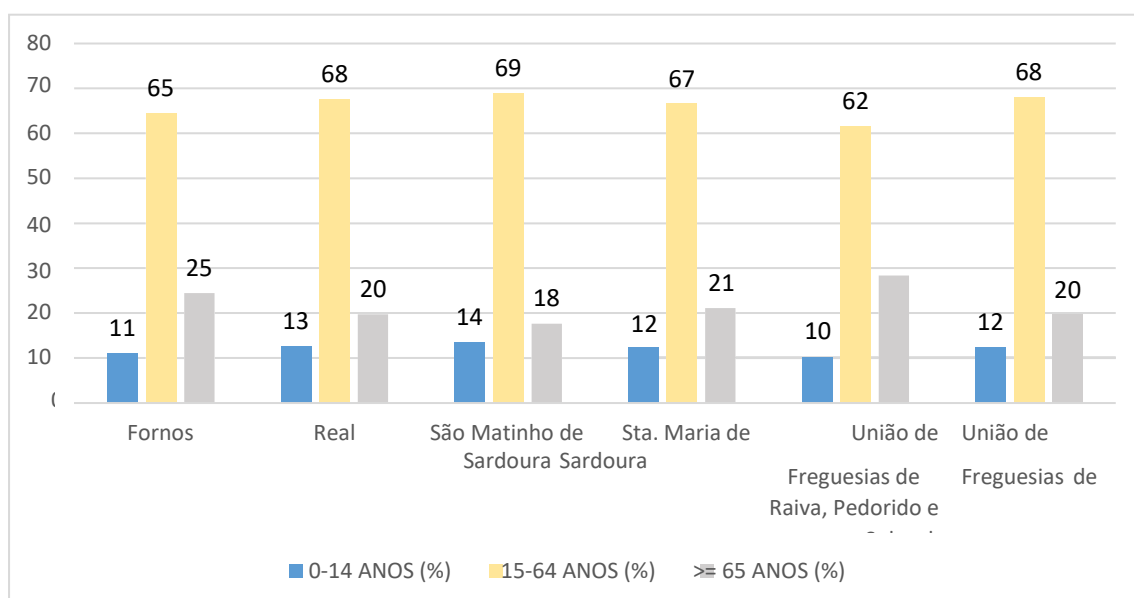
Relativamente à proporção da população por grupos etários, aferimos que 67,40% da população residente tem entre os 15 e os 64 anos de idade. É nesta faixa etária que se concentra o maior número de população e é também nesta faixa que se encontram as pessoas com idade ativa para trabalhar. De realçar também que a segunda faixa etária com maior representação é a que diz respeito aos 65 e mais anos (representa 20,9% da população). A Tabela 5. representa a distribuição da população residente (nº), por grupo etário e por freguesia, em 2001.

	População Residente por Grupo etário			
	Total	0 - 14 anos	15 - 64 anos	65 E + anos
CIM TÂMEGA E SOUSA	408675	52124	278619	77932
Fornos	1277	140	824	313
Real	1194	150	808	236
São Martinho de Sardoura	1850	250	1273	327
Sta. Maria de Sardoura	2275	280	1514	481
União de Freguesias e Raiva, Pedorido e Paraíso	4209	421	2834	954
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	4784	589	3254	941

Fonte: INE

Tabela 5 - Distribuição da População Residente (nº), por Grupo Etário e por Freguesia, em 2001.

Este indicador terá certamente um impacto importante aquando da análise prospetiva da população e das respostas sociais que se pretendam alargar ou criar. O Gráfico 6 representa o Peso da população residente por grupos etários em relação à população total (%), por freguesia, em 2021.



Fonte: INE

Gráfico 6 - Peso da população residente por grupos etários em relação à população total (%), por freguesia, em 2021

Este gráfico permite-nos facilmente compreender que o peso relativo da população idosa em relação à população total é superior ao peso relativo da população jovem, em todas as freguesias do concelho. De registar que as freguesias nas quais se nota mais essa diferença são nas freguesias de Fornos e União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso. Com 178 pessoas idosas por cada 100 pessoas jovens, o Município de Castelo de Paiva, tem o 6.º maior índice de envelhecimento entre os onze municípios da sua Comunidade Intermunicipal, apresentando uma percentagem superior à média da NIT III – Tâmega e Sousa, mas inferior à média da região Norte.

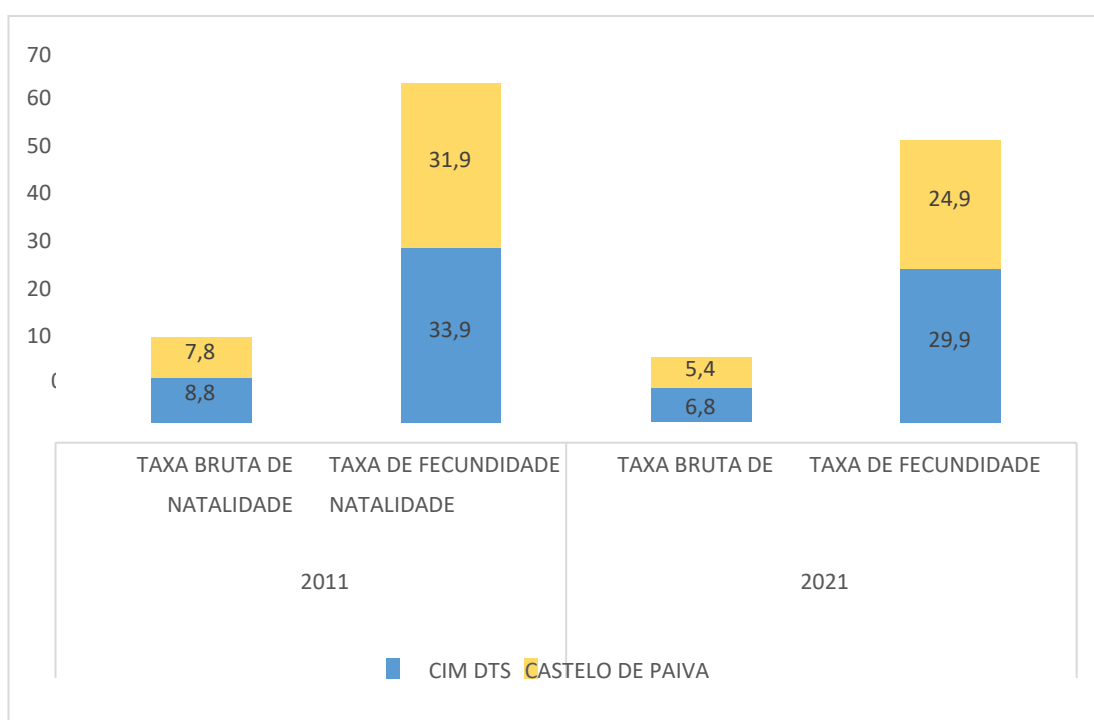
Em 2021 houve um decréscimo da população com menos de 14 anos, uma certa constância da população na faixa etária entre os 15 e os 64 anos e um aumento da população acima dos 65 anos, apresentando assim, um aumento do índice de envelhecimento, acompanhando a tendência natural. O índice de longevidade, concomitantemente, aumentou e cifra-se no 46. Esta diminuição do número de crianças e pessoas jovens deve levar a uma reflexão acerca do seu significado em termos de sustentação e continuidade da própria comunidade, assim como o índice de envelhecimento e longevidade. Urge pensar em políticas sociais que possam contrariar esta realidade atual. Em 2021, o município de Castelo de Paiva apresentou o 2.º menor rácio de nascimentos por mil residentes, entre os Municípios do Tâmega e Sousa. A diferença entre o número de nascimentos e o de mortes foi negativa, traduzindo-se num saldo natural de menos 79 indivíduos. A Tabela 6 representa a evolução dos nascimentos e óbitos.

Ano	2014	2018	2019	2020	2021
Nascimentos	126	104	96	86	84
Óbitos	154	150	145	171	163

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 6 - Evolução dos Nascimentos e Óbitos

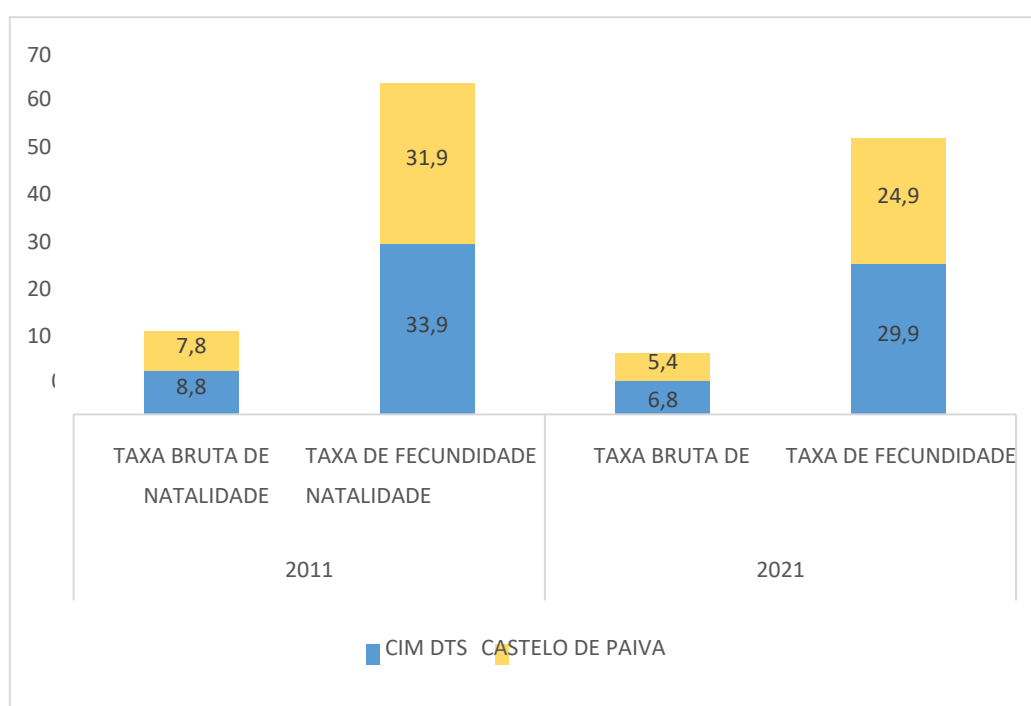
Os saldos populacionais permitem-nos observar as diferenças entre determinados fenómenos demográficos. Por exemplo, o saldo migratório é a diferença entre o número de pessoas que imigram (entram no concelho) e as pessoas que emigram (saem do concelho). O saldo migratório é negativo quando são mais as saídas da população do que as entradas. Por outro lado, o saldo natural é a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo. O saldo natural é negativo quando as mortes são superiores aos nascimentos. O gráfico anterior apresenta-nos estes indicadores no concelho e na região nos anos de 2011 e 2021. Nos dois momentos censitários, os saldos são negativos, ou seja, no saldo migratório são mais as pessoas que saem do concelho do que as que entram, não havendo por isso um equilíbrio positivo. No saldo natural regista-se um maior número de mortes do que nascimentos no concelho de Castelo de Paiva. Na região do Tâmega e Sousa o mesmo acontece.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 7 - Distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021.

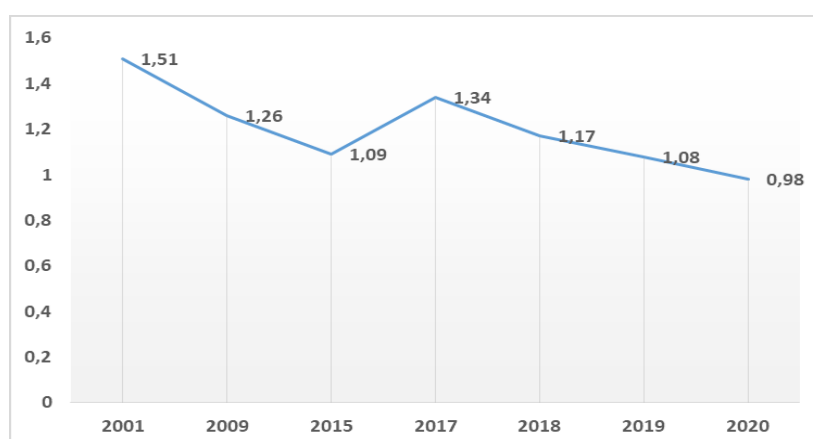
Relativamente às taxas demográficas, o concelho apresenta valores abaixo dos registados na região do Tâmega e Sousa. A taxa de fecundidade do concelho (número de filhos por cada 1000 mulheres em idade fértil) assume em 2021 uma diferença significativa comparativamente à CIM TS, algo que não era tão acentuado em 2011. No que respeita à taxa bruta de natalidade os valores apresentados na região são superiores aos registados no concelho. Este indicador permite-nos saber quantos bebés nascem por 1000 habitantes residentes. A taxa bruta de natalidade no concelho mantém-se abaixo do verificado no território intermunicipal (6,8%) e nacional (8,2%). Verifica-se, assim que, para além do número de nascimentos ser claramente insuficiente para a renovação da população, esta é cada vez mais idosa. O Gráfico 7 apresenta a distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 8 - Distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021

Relativamente às taxas demográficas, o concelho apresenta valores abaixo dos registados na região do Tâmega e Sousa. A taxa de fecundidade do concelho (número de filhos por cada 1000 mulheres em idade fértil) assume em 2021 uma diferença significativa comparativamente à CIM TS, algo que não era tão acentuado em 2011. No que respeita à taxa bruta de natalidade os valores apresentados na região são superiores aos registados no concelho. O Gráfico 8 apresenta a distribuição das taxas demográficas (%) no concelho e na região, em 2011 e 2021.



Fonte: INE, PORDATA, DSP – Perfil Saúde

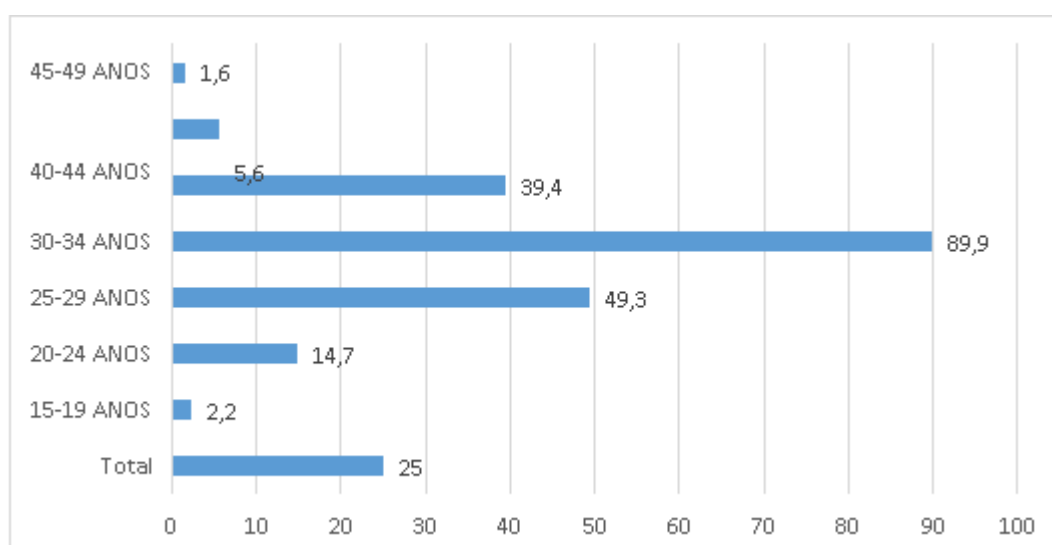
Gráfico 9 - Índice Sintético de Fecundidade (%)

Grupo etário	Castelo de Paiva	CIM DTS
0-14 Anos	0	0
15-19 Anos	1	45
20-24 Anos	7	283
25-29 Anos	21	735
30-34 Anos	33	959
35-39 Anos	18	581
40-44 Anos	3	154
45-49 Anos	1	10
50 ou mais	0	1
TOTAL	84	2768

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 7 - Distribuição dos nascidos-vivos de mães residentes e por grupo etário da mãe (N.º) no concelho e na região, em 2021

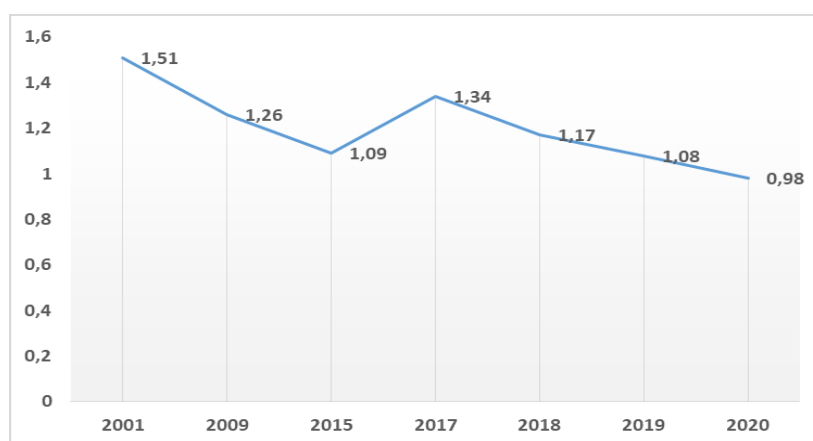
O Gráfico 10 apresenta-nos um indicador que nos permite aferir onde nascem mais e menos bebés, por idade da mãe. Deste modo, em Castelo de Paiva a faixa etária que apresenta o valor mais elevado é a dos 30 aos 34 anos (com 39,2% do total), seguida do intervalo de idades a que corresponde os 25 e os 29 anos de idade (com 25% do total). O mesmo resultado apresenta a região do Tâmega e Sousa.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 10 - Distribuição da taxa de fecundidade (%) por grupo etário, em 2021

Em linha com o descrito anteriormente, a taxa de fecundidade é mais significativa no grupo etário dos 30 aos 34 anos de idade. A taxa de fecundidade é um indicador demográfico que representa uma estimativa de quantos filhos uma mulher tem durante a vida. Ela expressa as condições de reprodução num determinado local. Com este indicador, é possível fazer análises das dinâmicas demográficas, o que significa que é possível prever o tamanho da população no futuro- se haverá aumento, diminuição ou mesmo estagnação populacional.

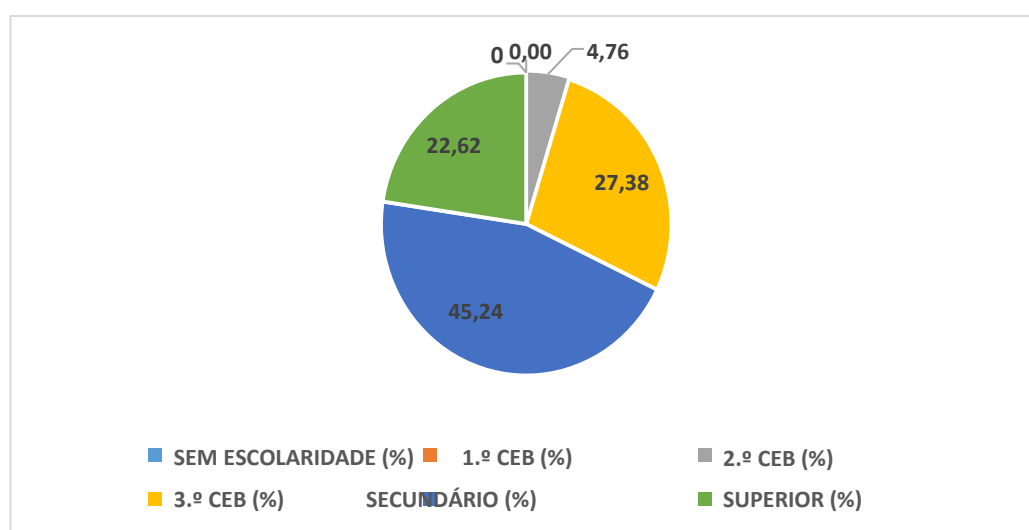


Fonte: INE, PORDATA, DSP – Perfil Saúde

Gráfico 11 - Índice Sintético de Fecundidade (%)

O Índice Sintético de Fecundidade refere-se ao número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), sujeito às taxas de fecundidade por idades observadas num determinado período de referência. Para que a substituição de gerações seja assegurada é necessário

que cada mulher tenha em média 2,1 filhos. Como se constata pela análise do Gráfico 12 os valores situam-se muito abaixo do desejado, tendo vindo sempre a diminuir ao longo dos anos. Castelo de Paiva apresenta um índice sintético de fecundidade inferior ao do país (2020 = 1,14%) e da região Norte (2020= 1,25%), sendo mesmo o mais baixo dos três concelhos que integram o ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Tâmega II Vale de Sousa Sul (Penafiel.2020=1,27% e Paredes.2020=1,23%). Esta situação só poderá ser revertida com o aumento do número de crianças e pessoas jovens, por forma garantir a sustentabilidade do funcionamento da sociedade e solucionar algumas das disfuncionalidades no mundo do trabalho e da proteção social, aumentando os contribuintes e diminuindo os beneficiários. Estas informações e as anteriores revestem-se de extrema importância para o planeamento de políticas públicas futuras nas áreas da saúde, educação, segurança, proteção social e urbanização, por exemplo.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 12 - Distribuição dos nascidos-vivos de mães residentes (%) por nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, em 2021

No que diz respeito ao nível de escolaridade completo mais elevado da mãe, o Gráfico 13. mostra que 45,24% das mães tinham o ensino secundário completo, seguido das mães que tinham como grau de escolaridade o 3.º ciclo do ensino básico. Em 2021, os estrangeiros representavam apenas 0,6% da população residente no município, sendo a 5ª menor taxa entre os municípios do Tâmega e Sousa.

Estamos a assistir a um aumento gradual da sua presença no Município, estando em 2021 contabilizados 115 indivíduos. O Gráfico 13 apresenta a evolução da população estrangeira no município.

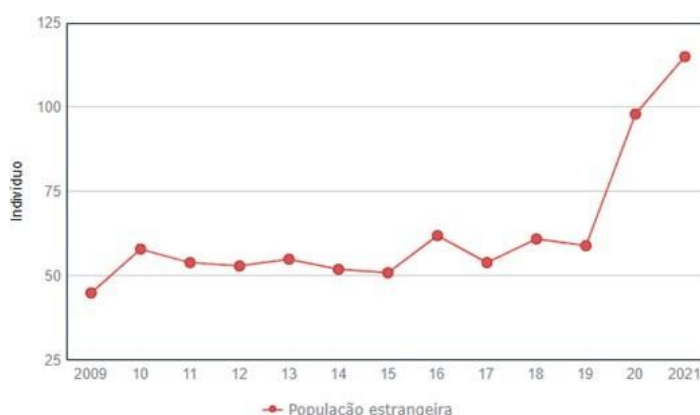
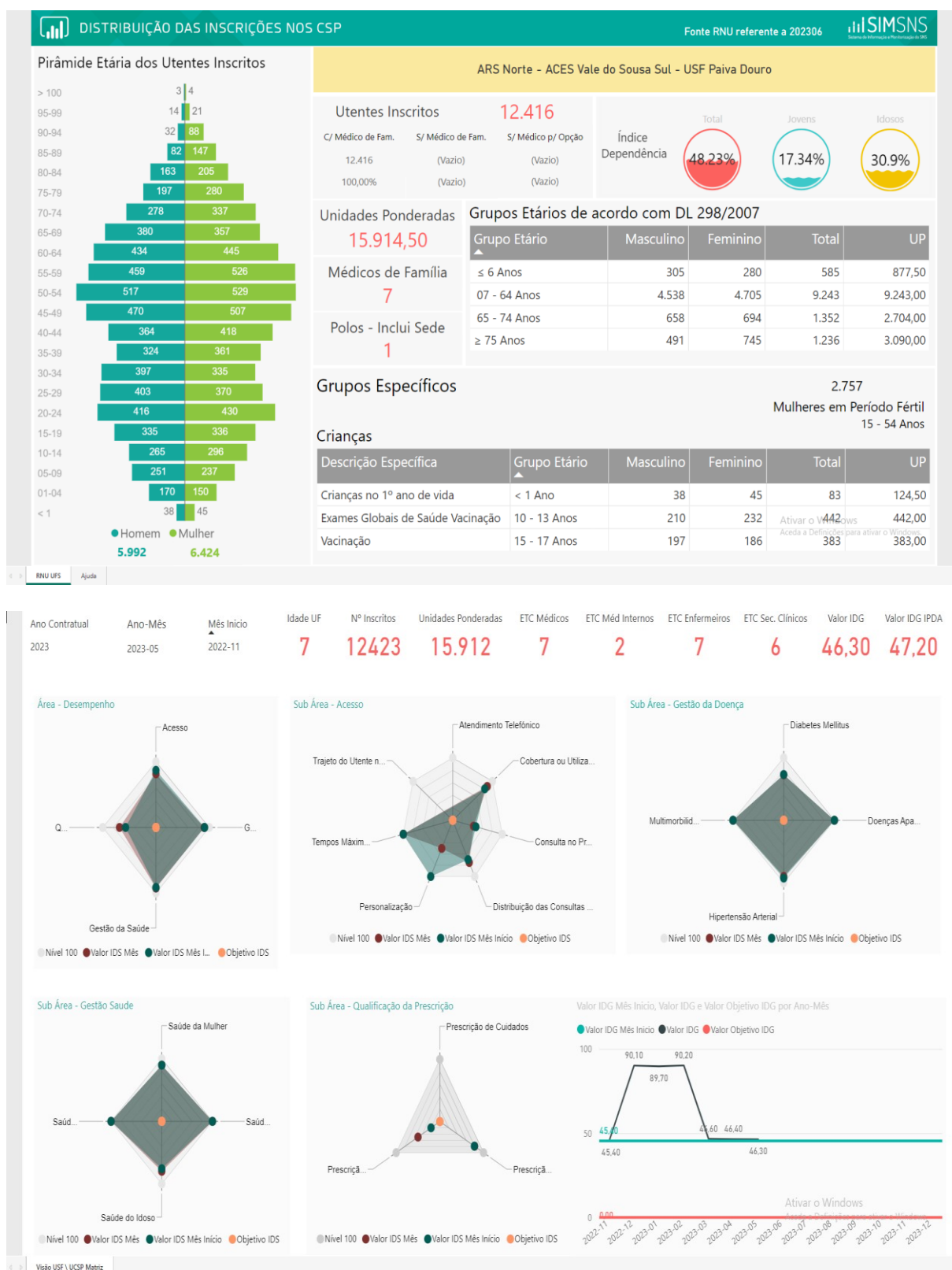


Gráfico 13 - Evolução da População Estrangeira no Município

Posteriormente, vamos analisar os dados de saúde estatisticamente relevantes e existentes relativos a Castelo de Paiva. O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Tâmega II – Vale do Sousa Sul integra os centros de saúde dos concelhos de Paredes, Penafiel (distrito do Porto) e de Castelo de Paiva (distrito de Aveiro). É responsável pela prestação de cuidados de saúde à população residente nos municípios de Paredes (86.072 residentes), Penafiel (69.922 residentes) e Castelo de Paiva (15.567 residentes) num total de 171.561 habitantes (estimativa INE 2018), distribuídos por 52 freguesias e união de freguesias.

As Unidades de Saúde Familiar (USF) e Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) são as unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, por enfermeiros e por pessoal administrativo. Respondem pela prestação de cuidados de saúde personalizados à população inscrita nas listas dos seus médicos, de uma determinada área geográfica, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos. No concelho existe a USF Paiva Douro e a USCP Oliveira do Arda.

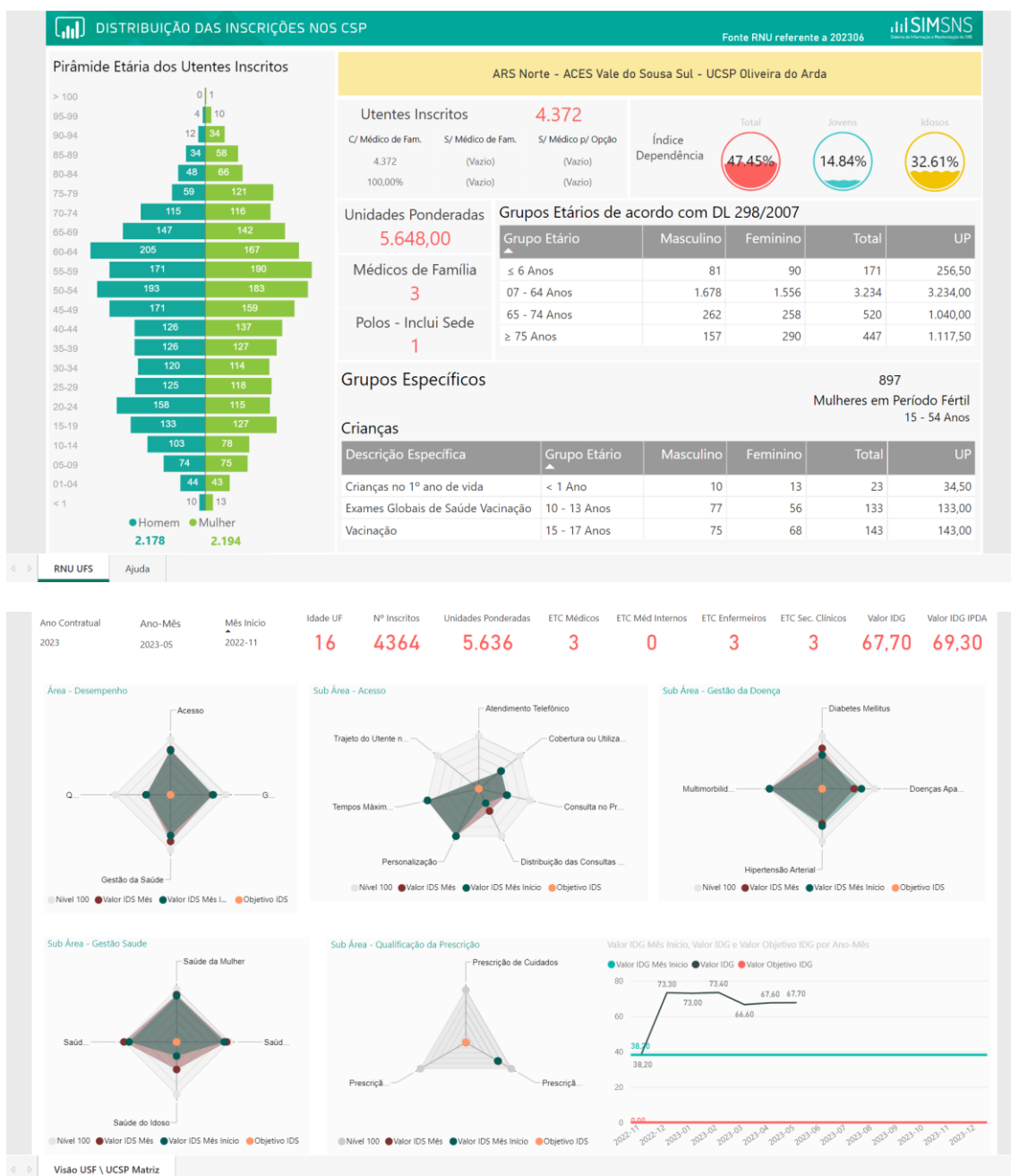
A USF Paiva Douro tem por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados de excelência, com rigor técnico e científico, com respeito pela humanidade, autonomia, responsabilidade e confidencialidade da população inscrita da área geográfica da mesma, garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos. Pretende constituir uma unidade de referência na acessibilidade, continuidade e equidade dos cuidados, prestados com eficácia e eficiência, de modo a determinar a melhoria do estado de saúde e aumento da satisfação dos utentes, assim como a sua participação responsável nos próprios cuidados de saúde, mas também o desenvolvimento profissional de todos os colaboradores e consequente satisfação pessoal e profissional. ([USF Paiva Douro \(min-saude.pt\)](http://USF_Paiva_Douro_(min-saude.pt))).



Fonte: SNS – BI – CSP (USF Paiva Douro (min-saude.pt))

Figura 4 - Dados relativos à USF Paiva Douro, 2023

Relativamente à USCP Oliveira do Arda, a imagem seguinte permite-nos aceder aos dados de intervenção da mesma, sendo que esta Unidade cobre a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso.



Fonte: SNS – BI – CSP [USCP Oliveira do Arda \(min-saude.pt\)](http://min-saude.pt)

Figura 5 - Dados relativos à USF Paiva Douro, 2023

Dinâmica socioeconómica

A caracterização do mercado de trabalho é um dado fundamental para compreender a estrutura socioeconómica do concelho. O mercado de trabalho e a estrutura socioeconómica são áreas interconectadas que descrevem a relação entre a economia de um país e as oportunidades de emprego, rendimento e bem-estar social. A distribuição das pessoas nas empresas e setores de atividade clarifica a base em que as problemáticas sociais ocorrem e as mutações em curso nesta mesma base. A remuneração e o rendimento permite-nos, igualmente determinar os níveis médios de recursos com que as pessoas e famílias do concelho de Castelo de Paiva organizam a sua vida, assim como avaliar os níveis de inclusão social e qualidade de vida.

Em 2019 existiam 3 485 pessoas ativas no mercado de trabalho no concelho de Castelo de Paiva, tendo este número aumentado, ainda que de forma muito lenta, desde os Censos de 2011. Se observarmos a tabela seguinte verificamos que essa configuração ocorreu sobretudo pela expansão das empresas/empregadores existentes e não pela criação de novas empresas. Entre 2011 e 2019 o número de novos empregadores diminui, sendo a maior diferença verificada no crescimento do número de trabalhadores por conta de outrem que absorve a quase totalidade da força de trabalho.

Territórios		Situação na profissão									
		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico (%)		2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
NUTS III	Tâmega e Sousa	110 786	123 941	7 040	7 319	3	3	43	31	103 632	116 470
Município	Castelo de Paiva	3 199	3 485	258	221	0	0	3	0	2 934	3 261

Fonte: INE

Tabela 8 - Pessoal ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão

Analisando a população ativa por género verificamos diferenças entre os géneros, assim como entre as categorias.

Territórios		Situação na profissão									
		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico (%)		2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
NUTS III	Tâmega e Sousa	63 592	69 551	5 089	5 270	3	3	23	18	58 440	64 199
Município	Castelo de Paiva	1 835	1 706	201	158	0	0	0	0	1 634	1 546

Fonte: INE

Tabela 9 - Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão

Se observarmos a distribuição do pessoal ao serviço nas empresas do sexo masculino, verificamos que no caso da população masculina trabalhadora por conta de outrem a variação não se encontra em linha com a região do Tâmega e Sousa, ainda que em menor escala. O concelho de Castelo de Paiva regista uma diminuição de população do sexo masculino, em todas as categorias apresentadas.

Territórios		Situação na profissão									
		Total		Empregador		Membro Ativo de Cooperativa de Produção		Trabalhador Familiar não Remunerado		Trabalhador Por Conta de Outrem	
Âmbito Geográfico (%)		2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
NUTS III	Tâmega e Sousa	47 194	54 390	1 951	2 049	0	0	20	13	45 192	52 271
Município	Castelo de Paiva	1 364	1 779	57	63	0	0	3	0	1 300	1 715

Fonte: INE

Tabela 10 - Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas: total e por situação na profissão

No que respeita à população feminina, analisando os mesmos períodos temporais/territórios, verificamos um aumento no número de mulheres empregadoras, assim como de trabalhadoras por conta de outrem. Se analisarmos conjuntamente os dados relativos a ambos os géneros, constatamos que a proporção de mulheres empregadoras é muito menor que a dos homens. Ao contrário, houve uma forte aceleração da entrada das mulheres no mercado de trabalho por conta de outrem. Em 2019 existiam em Castelo de Paiva 1715 mulheres a trabalhar por conta de outrem e 63 mulheres empregadoras.

O desemprego é uma situação em que as pessoas estão disponíveis para trabalhar, mas não conseguem encontrar um emprego remunerado. É um desafio significativo enfrentado por muitas economias em todo o mundo. A qualificação profissional adequada pode desempenhar um papel importante na redução do desemprego, fornecendo às pessoas as competências necessárias para responder à procura do mercado de trabalho. No entanto, é importante observar que o desemprego nem sempre é causado apenas pela falta de qualificações. Fatores económicos, ciclos de negócios, falta de oportunidades de emprego na região e outros fatores também desempenham um papel significativo. Além disso, algumas vezes pode haver uma falta de correspondência entre as qualificações disponíveis e a procura do mercado de trabalho, o que pode resultar em desemprego estrutural.

Centrando a nossa análise no desemprego no concelho, associado à qualificação profissional, analisamos a distribuição dos desempregados inscritos/ ano/ nível de escolaridade.

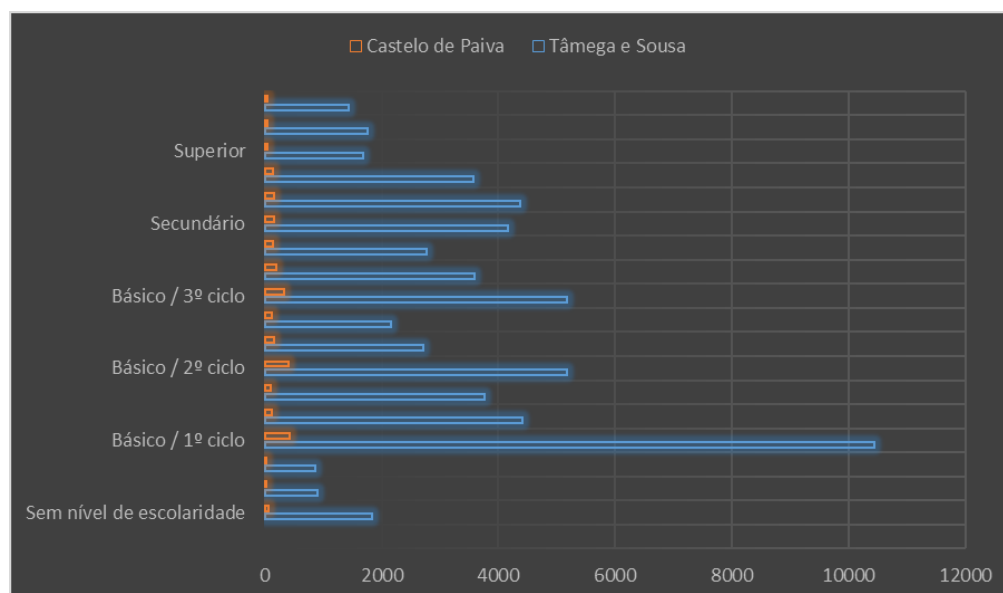
Territórios		Nível de escolaridade								
		Total			Sem nível de escolaridade			Básico / 1º ciclo		
Âmbito Geográfico (%)		2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NUTS III	Tâmega e Sousa	28 488,1	17 760,8	14 554,8	1 836,1	899,8	860,2	10 446,3	4 413,8	3 756,0
Município	Castelo de Paiva	1 426,1	694,3	549,1	63,9	24,3	26,5	430,3	112,8	91,3

Nível de Escolaridade											
Básico / 2º ciclo			Básico / 3º ciclo			Secundário			Superior		
2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
5 179,1	2 712,4	2 160,7	5 181,1	3 598,4	2 760,9	4 166,1	4 372,1	3 576,1	1 679,4	1 764,2	1 440,7
397,0	147,0	113,0	328,7	201,2	141,8	160,1	162,1	135,6	46,2	47,1	40,9

Fonte: INE

Tabela 11 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo

Através da observação da tabela anterior, verificamos um decréscimo no desemprego em ambas as unidades territoriais de análise, ao longo dos períodos em estudo. A variação é constante entre os diversos níveis de escolaridade, existindo um decréscimo do |sem nível de escolaridade| até ao |Básico/3.º ciclo|; esta situação pode ser explicada através das diversas ações de capacitação, formação e qualificação que foram desenvolvidas no território, ao longo dos anos, o que foi aumentando as qualificações. Relativamente ao |Secundário| e |Superior| os valores são muito próximos nos diversos períodos temporais em análise.



Fonte: INE

Gráfico 14 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional e por nível de escolaridade completo

De entre várias vertentes na análise do (s) mercado (s) de trabalho, vamos centrar a nossa análise nos trabalhadores por conta de outrem e tipo de contrato. O contrato de trabalho pode ter uma relação

significativa com a situação socioeconómica de um indivíduo. A natureza do contrato de trabalho pode afetar vários aspetos da vida de uma pessoa, incluindo seu rendimento, estabilidade financeira e acesso a benefícios e proteções sociais.

Existem diferentes tipos de contratos de trabalho que podem afetar a estabilidade do emprego. A estabilidade no emprego refere-se à segurança e continuidade do vínculo laboral, ou seja, a probabilidade de permanecer empregado por um longo período de tempo.

Territórios		Tipo de contrato									
		Total		Contrato a termo / a prazo		Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária		Contrato de trabalho a termo para cedência temporária		Contrato permanente / sem termo	
Âmbito Geográfico		2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
NUTS III	Tâmega e Sousa	103 632	116 470	19 508	33 594	192	25	0	1 077	82 174	80 487
Município	Castelo de Paiva	2 934	3 261	752	886	0	0	0	29	2 155	2 302

Fonte: INE

Tabela 12 - Trabalhadores por conta de outrem: total e por tipo de contrato

Pela análise dos dados concluímos que o |contrato permanente /sem termo| é o que assume maior relevância, seguindo-se o |contrato a termo/ a prazo|. Estas situações podem estar interligadas, dado que inicialmente existe um período de adaptação que se poderá reverter em estabilidade vínculo laboral mais contínuo. Importa também considerar a presença, em 2019, de 29 indivíduos com |contrato de trabalho a termo para cedência temporária| em Castelo de Paiva, o que evidencia a presença no território de novas soluções de integração laboral. Efetivamente o tipo de contrato é muito importante quando analisamos o emprego e o correlacionamos com a situação socioeconómica.

O salário mínimo nacional é o valor mínimo legalmente estabelecido que os empregadores devem pagar aos trabalhadores por uma jornada de trabalho padrão. Geralmente é estabelecido com o objetivo de garantir um padrão mínimo de vida para os trabalhadores e proteger contra a exploração salarial. Por outro lado, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem é a média dos salários recebidos pelos trabalhadores assalariados em um determinado setor ou ocupação. Essa remuneração é influenciada por diversos fatores, como a procura e oferta de trabalho, a qualificação dos trabalhadores, a localização geográfica e as condições do mercado de trabalho.

Âmbito Geográfico		2011	2019	2021
NUTS III	Tâmega e Sousa	-327	-165	-
Município	Castelo de Paiva	-163	-124	-

Fonte: INE

Tabela 13 - Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

Se considerarmos a diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal constatamos que esta diferença diminuiu no período entre 2011 e 2019 no concelho de Castelo de Paiva. O concelho está alinhado com a tendência nacional em termos nominais e percentuais, contudo o mesmo não se verificou na região do Tâmega e Sousa, onde contrariamente ao município de Castelo de Paiva, se verificou um aumento na diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal. Esta diminuição no concelho de Castelo de Paiva poderá ser atribuída ao aumento do salário mínimo e à estagnação da remuneração média mensal. Podemos concluir que o período de expansão da atividade económica no concelho, não correspondeu ao aumento das remunerações para além do salário mínimo. O termo |ganho médio mensal| indica a média dos ganhos financeiros recebidos por uma pessoa ou uma população durante um mês específico. Esse indicador é frequentemente utilizado para avaliar o poder aquisitivo de uma determinada área geográfica, grupo demográfico ou setor económico. Esse indicador é relevante para medir o rendimento médio e a distribuição de rendimento em uma sociedade, fornecendo *insights* sobre o nível de prosperidade económica e o padrão de vida das pessoas.

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Sector de actividade económica (CAE Rev. 3) e Sexo; Anual (1)		
	Sector de actividade económica (CAE Rev. 3)		
	Total		
	Sexo		
	HM	H	M
	€	€	€
Tâmega e Sousa	980,68	1038,42	905,71
Castelo de Paiva	927,32	994,73	874,45

Fonte: INE

Tabela 14 - Ganho médio mensal (€) por localização geográfica e sexo

Como verificamos existem diferenças entre o ganho médio mensal entre o género masculino e o género feminino. Diferenças essas visíveis ao nível da CIM Tâmega e Sousa e também Castelo de Paiva. Existe uma correlação entre o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e o setor de

atividade económica em que estão empregados. A remuneração média pode variar consideravelmente de acordo com o setor em que uma pessoa trabalha. Alguns setores tendem a oferecer salários mais altos, enquanto outros podem ter salários médios mais baixos. Essa correlação ocorre devido a diversos fatores, como a procura e oferta de trabalho em cada setor, a qualificação e competências necessárias para determinadas ocupações, a produtividade média do setor e a capacidade de negociação coletiva dos trabalhadores.

Setores de atividade económica que exigem competências especializadas, como tecnologia da informação, engenharia ou serviços financeiros, tendem a oferecer salários mais elevados, devido à escassez de profissionais qualificados nesses campos. Por outro lado, setores como serviços pessoais, agricultura ou turismo, que podem ter menor necessidade de qualificações específicas, geralmente apresentam salários médios mais baixos. Além disso, a dinâmica do mercado de trabalho, incluindo a oferta e procura de mão-de-obra em diferentes setores, pode influenciar os salários. Setores com alta procura de mão-de-obra e escassez de trabalhadores qualificados podem oferecer salários mais competitivos para atrair talentos. A região / território também influencia o nível salarial dos/as trabalhadores/as. Onde é maior e menor o ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, dos empregados na agricultura, indústria, comércio ou noutros serviços?

Territórios	Setores de atividade económica												
	Total		Agricultura, produção animal, caça, sylvicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços		
Âmbito Geográfico/ Euro - Média	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	
NUTS II	Norte	949,1	1 100,4	816,3	969,1	871,6	1 046,6	853,3	1 048,8	872,7	982,1	1 014,8	1 143,1
NUTS III	Tâmega e Sousa	746,3	898,1	617,0	758,8	702,4	867,1	670,7	847,4	759,6	894,6	831,1	952,8
Município	Castelo de Paiva	732,6	853,0	596,0	734,4	713,8	836,5	714,0	836,2	676,8	817,8	784,7	882,5

Fonte: INE

Tabela 15 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

Analisando a evolução temporal, constatamos um aumento dos valores médios salariais, o que é justificável pela evolução do (s) mercado (s) de trabalho e economia (s) regionais e locais. Castelo de Paiva encontra-se alinhado com as demais unidades territoriais em análise em termos de média salarial. Com exceção da [agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca], no concelho as médias salariais encontram-se muito similares em 2019. No Tâmega e Sousa destacam-se os [Serviços] em 2019, com uma média salarial mais elevada.

Anos	Setores de atividade económica / Ganho médio mensal													
	Total	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Elettricidade, gás e água	Construção	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	Alojamento, restauração e similares	Transportes e armazenagem	Atividades financeiras e de seguros	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Educação	Saúde e ação social	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
2011	1 083,80	809,2	1 145,90	981	2 663,50	958	1 003,80	730	1 337,90	2 259,50	1 054,90	1 202,70	942,3	1 755,70
2021	1 294,10	1 011,40	1 596,00	1 224,80	2 965,80	1 103,20	1 224,20	913,7	1 463,70	2 374,40	1 269,20	1 415,10	1 148,80	1 997,50

Fonte: INE

Tabela 16 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

O ganho médio mensal é mais elevado nos setores da |Elettricidade, gás e água| e nas |atividades financeiras e de seguros|.

Como fomos referenciando ao longo do texto o ganho dos trabalhadores correlaciona-se com as qualificações dos mesmos e com demais fatores.

Territórios		Nível de escolaridade							
		Total		Inferior ao básico / 1º ciclo		Básico / 1º ciclo		Básico / 2º ciclo	
Âmbito Geográfico		2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
NUTS III	Tâmega e Sousa	746,3	898,1	644,0	782,8	669,5	807,1	656,0	820,4
Município	Castelo de Paiva	732,6	853,0	605,2	778,4	649,9	774,7	625,9	798,7

Nível de escolaridade							
Básico / 3º ciclo		Secundário e Pós Secundário		Superior		Ignorado	
2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
687,8	832,8	840,6	898,1	1 459,1	1 416,9	905,8	827,4
656,1	788,9	781,7	870,2	1 546,2	1 284,0	1 682,2	,,,

Fonte: INE

Tabela 17 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade

Ao longo dos anos houve uma evolução positiva no ganho médio mensal, mas que não acompanha a evolução do mercado financeiro e económico, ou seja, que em muitos casos não possibilita às famílias acompanhar o ritmo de aceleração financeira em termos de despesas e garantias de qualidade de vida adequadas. Ou seja, efetivamente o ganho médio mensal sobe, mas também é acompanhado, ou maioria das vezes ultrapassado pelas despesas mensais correntes adstritas aos agregados familiares. Ao analisar a tabela efetivamente o ganho médio mensal tem correspondência direta com o nível de escolaridade. Centrando a nossa análise na Remuneração base média mensal dos trabalhadores por género, ou seja, qual o ordenado médio, por mês, dos empregados, homens ou mulheres verificamos que existem diferenças.

Anos	Euro - Média		
	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2011	905,1	984,2	807,5
2021	1 082,8	1 152,2	999,3

Fonte: INE

Tabela 18 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Como podemos visualizar, pelos dados apresentados na Tabela 16 , houve um aumento na remuneração base média mensal nos períodos intercensitários em ambos os géneros, contudo este aumento foi muito mais significativo no género masculino. No entanto, não podemos descurar que os valores de referência são mais elevados no género masculino.

Analisando o mesmo indicador, mas centrando na qualificação, em qual o ordenado médio, por mês, de aprendizes, quadros médios e superiores ou outros profissionais verificamos diferenças.

Anos	Euro - Média								
	Níveis de qualificação								
	Total	Quadros superiores	Quadros médios	Encarregados, contramestres e chefes de equipa	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais semiquualificados	Profissionais não qualificados	Praticantes e aprendizes
2011	905,1	2 105,3	1 428,0	1 243,7	1 160,2	722,8	587,0	554,6	542,3
2021	1 082,8	2 149,0	1 519,6	1 489,2	1 197,6	867,6	762,5	710,2	722,5

Fonte: INE

Tabela 19 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação

Existe uma discrepância muito considerável em relação aos |Praticantes e Aprendizes| e |Profissionais não Qualificados| comparativamente aos |Quadros médios| e |Quadros Superiores|. A correlação entre níveis de qualificação e remuneração base média mensal é evidente, embora não possamos estabelecer apenas a interconexão entre estes dois indicadores para explicar as remunerações base mais elevadas, pois existem outros que também potenciam variações.

Relativamente à população empregada por atividade económica e profissão os dados são apresentados na Tabela 18 distribuídos por freguesias:

2011	Total	Profissões das Forças Armadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	Técnicos e profissões de nível intermédio	Pessoal administrativo	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artefactos	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	Trabalhadores não qualificados
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Castelo de Paiva	6499	20	202	585	473	375	875	163	1825	750	1231
Fornos	498	1	5	51	36	28	85	9	166	48	97
Real	491	8	23	27	26	34	78	28	128	64	91
Santa Maria de Sardoura	942	2	38	88	52	37	113	21	336	138	161
São Martinho de Sardoura	882	3	33	61	68	46	95	11	263	92	138
UF de Raiva, Pedrido e Paraíso	1668	6	42	125	121	94	231	44	412	228	365
UF de Sobrado e Bairros	2186	8	69	261	178	144	281	58	548	196	389

Fonte: INE - Recenseamento da população e habitação

Tabela 20 - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo - CPP)

Como se constata o maior valor encontra-se nos |trabalhadores qualificados da indústria, construção e artefactos| (1825), seguindo-se os |trabalhadores não qualificados| (1231). O valor mais residual encontra-se nas |Profissões das Forças Armadas| (20).

O tecido económico de uma região refere-se à composição e interação dos diferentes setores e indústrias que compõem a sua economia. Um tecido económico diversificado e dinâmico pode permitir uma série de benefícios para a região, tais como:

- Crescimento económico: a presença de diversos setores e indústrias pode impulsionar o crescimento económico da região, pois reduz a dependência de um único setor e promove uma distribuição mais equilibrada das atividades económicas;
- Resiliência: um tecido económico diversificado pode aumentar a resiliência da região diante de choques económicos. Se um setor enfrentar dificuldades, outros setores podem ajudar a compensar as perdas e manter a estabilidade económica geral.
- Criação de empregos: A diversidade económica pode levar à criação de uma ampla variedade de empregos, abrangendo diferentes níveis de competências e qualificação. Isso contribui para a redução do desemprego e proporciona mais oportunidades para os residentes locais.
- Inovação e conhecimento: um tecido económico diversificado geralmente promove a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes setores. Isso pode estimular a inovação, impulsionar a colaboração entre empresas e instituições de pesquisa, e promover o desenvolvimento de soluções criativas para desafios económicos e sociais.
- Melhoria da qualidade de vida: a diversidade económica pode contribuir para uma melhor qualidade de vida na região, oferecendo uma gama mais ampla de bens e serviços disponíveis para os residentes. Além disso, a diversificação económica pode ajudar a reduzir desigualdades e melhorar a distribuição de rendimentos na região.

No concelho de Castelo de Paiva existem em 2021, 1397 empresas distribuídas por várias dimensões.

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão; Anual						
	Período de referência dos dados						
	2021						
	Dimensão						
	Total N.º	Pequenas e médias N.º	Micro N.º	Pequenas N.º	Médias N.º	Grandes N.º	Grandes N.º
Tâmega e Sousa	42200	42182	39474	2280	428	18	18
Castelo de Paiva	1397	1396	1340	47	9	1	1

Fonte: INE - Sistema de contas integradas das empresas

Tabela 21 - Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão

O número de empresas do concelho de Castelo de Paiva representa 3,3% das empresas do Tâmega e Sousa.

Relativamente aos setores de atividade, o setor secundário é o que assume maior representatividade no território, se analisado de acordo com os dados apresentados na tabela seguinte.

Período de referência dos dados 2021	Local de residência (à data dos Censos 2021)	População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Sector de atividade económica (2) e Situação na profissão; Decenal				
		Sexo				
		HM				
		Sector de atividade económica				
		Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
		Situação na profissão				
		Total				
		N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
	Castelo de Paiva	6499	190	3155	1575	1579
	Fornos	498	9	229	133	127
	Real	491	40	229	120	102
	Santa Maria de Sardoura	942	25	517	189	211
	São Martinho de Sardoura	802	11	429	165	197
	UF de Raiva, Pedorido e Paraíso	1660	55	829	372	404
	UF de Sobrado e Bairros	2106	50	922	596	538

Fonte: INE - Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Tabela 22 - População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Sector de atividade económica (2) e Situação na profissão – Decenal

Contudo se fizermos o somatório das duas categorias do setor terciário este passa a ser o mais representativo no território. Este encontra-se subdividido em dois, sendo que o |terciário (social) | assume uma grande expressividade no território de Castelo de Paiva. As entidades de economia social local representam 24,2% da população empregada.

A dinâmica socioeconómica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social de uma região. Esta é importante para o desenvolvimento social, na medida em que:

- Geração de empregos: uma dinâmica socioeconómica forte cria oportunidades de emprego e rendimento para a população. O crescimento económico e a diversificação das atividades económicas podem aumentar a procura por mão-de-obra, reduzindo o desemprego e proporcionando às pessoas meios de subsistência sustentáveis.
- Redução da pobreza: Um ambiente socioeconómico saudável pode ajudar a reduzir os níveis de pobreza da região. O crescimento económico e a criação de empregos formais podem oferecer às pessoas a oportunidade de |escapar| da pobreza, melhorando a sua qualidade de vida e proporcionando acesso a recursos básicos, como alimentação adequada, habitação e serviços essenciais.
- Melhoria da qualidade de vida: uma dinâmica socioeconómica positiva está associada a uma melhoria geral da qualidade de vida das pessoas. Ela pode levar a melhores serviços públicos, como saúde e educação, infraestrutura de transporte, acesso à cultura e lazer, além de proporcionar um ambiente seguro e estável.
- Inclusão social: uma dinâmica socioeconómica equilibrada promove a inclusão social e a redução das desigualdades. Isso significa garantir que todos os segmentos da sociedade tenham acesso igualitário a oportunidades económicas, serviços e recursos. A inclusão social fortalece a coesão social e contribui para uma sociedade mais justa e harmoniosa.
- Fortalecimento das instituições: Uma dinâmica socioeconómica saudável pode fortalecer as instituições e a governança de uma região. Ela estimula a participação cívica, a transparência, a responsabilidade e a eficácia das instituições públicas e privadas, criando um ambiente propício para o desenvolvimento social sustentável.

Em suma, uma dinâmica socioeconómica forte e positiva é crucial para o desenvolvimento social, permitindo a redução da pobreza, a melhoria da qualidade de vida, a inclusão social, o fortalecimento das instituições e o estímulo à inovação. Esses elementos são fundamentais para a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e sustentável.

CAPÍTULO II - RISCO

Falar de risco social é referir-se a um conjunto de fatores que podem afetar negativamente a qualidade de vida e o bem-estar de uma determinada comunidade ou população, como a pobreza, a exclusão social, a discriminação, a violência, o desemprego, entre outros que contribuem para a exclusão e a vulnerabilidade social. Esses fatores podem conduzir a uma série de problemas sociais, como a criminalidade, a falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação, à desigualdade e outros problemas que afetam a vida quotidiana das pessoas e podem contribuir para o aumento da vulnerabilidade social.

Crianças e Pessoas Jovens em Situação de Privação

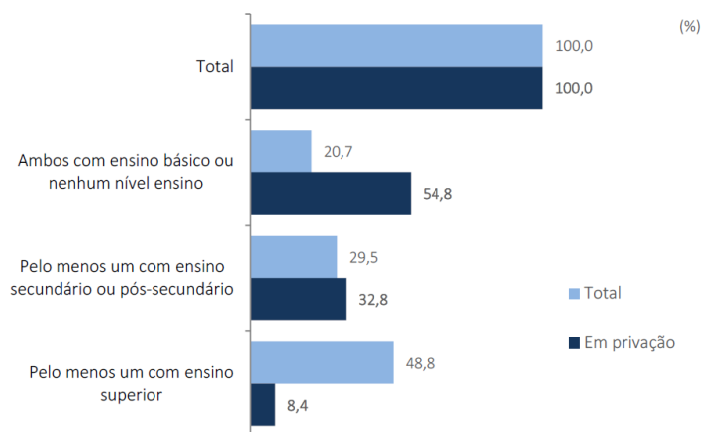
Crianças em situação de privação são aquelas que sofrem uma ou mais formas de privação, como negligência, abuso físico, psicológico ou sexual, falta de cuidados básicos, falta de acesso à educação, entre outras formas de violência. Essas crianças podem ser vítimas de suas próprias famílias, de instituições ou de outras pessoas que deveriam protegê-las e cuidar delas. A privação pode ter consequências graves e duradouras na vida das crianças, incluindo problemas de saúde mental, dificuldades no desenvolvimento cognitivo, dificuldades na escola, baixa autoestima, entre outros. Por isso, é fundamental que as entidades e a sociedade em geral estejam atentas a esses casos e tomem medidas para proteger e ajudar as crianças em situação de privação. Existem várias formas de atuar em relação à privação de crianças, incluindo medidas de prevenção, como campanhas de sensibilização e programas de apoio à família, e medidas de proteção, como a retirada das crianças do ambiente prejudicial e a colocação em instituições. O importante é que as ações sejam orientadas pelo bem-estar das crianças e visem garantir que elas tenham acesso aos cuidados e às oportunidades que têm direito. De acordo com dados do INE, em 2021, 10,7% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social, resultado inferior ao referente à população em geral (13,5%). Considerando o indicador de privação material e social severa, o resultado para as crianças com menos de 16 anos (5,1%) é também inferior ao obtido para a população em geral (6,0%). Estes dados permitem inferir que as dificuldades económicas impedem que:

- 15,5% das crianças tenham a possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano;
- 9,7% das crianças possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer;
- 6,6% possam participar em viagens e atividades escolares não gratuitas;
- 4,3% das crianças tenham a possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova;
- 1,6% possam celebrar em ocasiões especiais;

- 1,5% possam convidar amigos de vez em quando para brincar e comerem juntos.

A privação material e social das crianças correlaciona-se com a escolaridade dos pais, assim como com a composição familiar, tal como pode ser visualizado pelos gráficos seguintes:

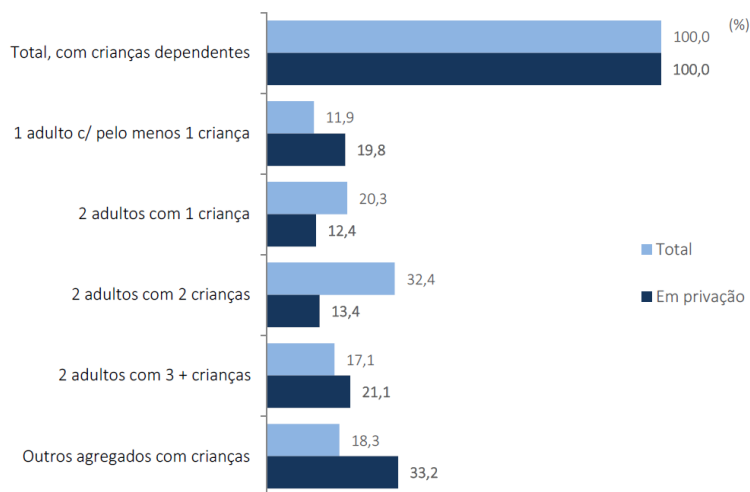
. Distribuição da população com menos de 16 anos segundo nível de escolaridade dos pais e a privação material e social, Portugal, 2021



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021.

Gráfico 15 - Distribuição da população com menos de 16 anos segundo nível de escolaridade dos pais e privação material e social, em Portugal no ano de 2021

. Distribuição da população com menos de 16 anos segundo a composição do agregado familiar e a privação material e social, Portugal, 2021



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021.

Gráfico 16 - Distribuição da população com menos de 16 anos segundo nível de escolaridade dos pais e privação material e social, em Portugal no ano de 2021

Podemos constatar através da análise dos gráficos que a privação social e material das crianças é mais evidente nos agregados em que os pais têm a escolaridade mínima obrigatória e/ou não possuem, embora também se evidencie em outros grupos. No que se reporta à composição do agregado familiar os outros

são os mais expressivos (33,2%), seguindo-se os monoparentais (19,8%). Em 2022 (rendimentos de 2021), 2 006 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material e social severa). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social foi 19,4%, menos 3,0 p.p. do que no ano anterior.

Local de residência	População Residente Grupo Etário 0 – 14 Anos		
	Total	0 - 14 Anos	%
CIM TÂMEGA E SOUSA	408675	52124	12,8
Concelho de Castelo de Paiva	15589	1830	11,8
Fornos	1277	140	11
Real	1194	150	12,6
São Martinho de Sardoura	1850	250	13,5
Sta. Maria de Sardoura	2275	280	12,3
UF Raiva, Pedorido e Paraíso	4209	421	10
UF de Sobrado e Bairros	4784	589	12,3

Fonte: INE

Tabela 23 - Distribuição da População Residente (nº), por Grupo Etário 0-14 e por Freguesia, em 2021

A análise dos dados permite-nos constatar que 11,8% da população residente no concelho pertence ao grupo etário dos 0-14 anos. Pensar e estatisticamente diagnosticar as crianças em situação de privação torna-se difícil, dado não existir dados específicos. A análise deverá circunscrever-se à privação familiar e/ou índice de pobreza das famílias e/ou território, pois apenas desta forma as poderemos caracterizar, ainda que de forma indireta. Contudo, não podemos menosprezar o facto de existir crianças em situação de privação que integram outros agregados familiares e que, esta privação pode ocorrer através de outros fatores que não os económicos. Não dispomos de dados para estatisticamente analisar a situação de privação das crianças, contudo através de uma análise qualitativa aferimos que o território é pobre e o risco de pobreza é eminente em determinadas franjas populacionais; resultado de uma panóplia de fatores que caracterizam as condições de vida da população residente no concelho.

Em termos do número de crianças em agregados com RSI em 2022, o CDSS Aveiro contabilizou 57 beneficiários, com idades menores ou iguais a 18 anos.

Escalões de ação social escolar e medidas de apoio social da autarquia

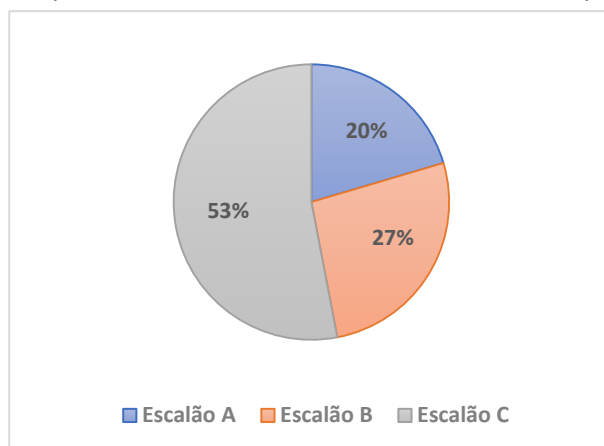
Analisando os escalões de ação social escolar constatamos que, das 2081 crianças e pessoas jovens inscritos no sistema de ensino público, 813 são subsidiadas, representando 39% dos discentes.

Estabelecimento de Educação e Ensino / Agrupamento de Escolas	Ação Social Escolar (ASE) - Alunos subsidiados em 2022/23, por escalão A, B e C															Total de alunos subsidiados em 2022/23
	Educação Pré-Escolar			1.º CEB			2.º CEB			3.º CEB			Ensino Secundário			
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	
EB 2/3 Castelo de Paiva – AECPV	6	13	70	31	54	124	0	0	0	0	0	0	0	0	0	298
EB1/IJ S. Lourenço - AECPV	2	3	13	9	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34
IJ Formos - AECPV	2	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
IJ Vista Alegre - AECPV	3	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
IJ Crava - AECPV	5	3	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
IJ Vila Verde - AECPV	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
IJ Sa – AECPV	1	4	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
IJ Oliveira Reguengo - AECPV	2	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
IJ Pereire - AECPV	1	2	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
IJ Adro - AECPV	1	7	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
IJ Nojães - AECPV	4	4	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
EB1 Cêpa - AECPV	0	0	0	5	8	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
EB1 Cruz da Agra - AECPV	0	0	0	8	13	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38
EB1 Pereire - AE CPV	0	0	0	11	12	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44
EB1 Adro - AE CPV	0	0	0	6	10	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
Escola Básica e Secundária S Castelo de Paiva	0	0	0	0	0	0										0
EB1/IJ Casal da Renda - AECMP	1	2	5	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
EB1/IJ Póvoa - AECMP	2	0	3	3	3	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
EB1/IJ Raiva - AECMP	1	4	2	3	2	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
IJ Oliveira do Arda - AECMP	1	4	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
EB1 Oliveira do Arda - AECMP	0	0	0	8	16	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51
EB1 Serradelo - AECMP	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
EB 2/3 Couto Mineiro de Paiaão – AECMP	0	0	0	0	0	0	20	12	0	23	24	0	0	0	0	79

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão

Tabela 24 - Ação Social Escolar (ASE) - Discentes subsidiados em 2022/23, por escalão A, B e C

No que se reporta à representatividade dos escalões, o Gráfico 11, permite-nos fazer essa análise.



Fonte: Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão

Gráfico 17 - Ação Social Escolar (ASE) - Discentes subsidiados em 2022/23, por escalão A, B e C (%)

Constatamos que o escalão C é aquele que assume maior relevância com 53% dos discentes subsidiados, seguindo-se o escalão B com 27%. Sendo a ação social escolar (ASE) uma medida de apoio ao estudo e às famílias, que tem como objetivo comparticipar as despesas escolares de discentes integrados em

agregados familiares com baixos recursos socioeconómicos, constitui um bom indicador da |saúde financeira| das famílias do concelho.

Os três escalões da ASE são calculados com base nos escalões do abono de família e os apoios destinam-se à alimentação e aquisição de material escolar, entre outros, sendo por isso, uma medida de política pública de combate à exclusão social e ao abandono escolar. A percentagem de discentes subsidiados no concelho, ronda os 39%, do total de discentes a frequentar as escolas, o que pode ser demonstrativo das fragilidades económicas dos agregados familiares. As crianças que frequentam os jardins-de-infância têm acesso às atividades de animação e apoio à família (AAAF). Frequentam esta resposta 264 crianças nos domínios de expressão físico-motor e expressão plástica. No que se reporta às crianças que frequentam o 1.º ciclo as atividades de enriquecimento curricular (AEC) abrangem 499 crianças nos domínios de atividade lúdico- expressiva, atividade física e desportiva e inglês. Ambas as respostas são promovidas pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva, mas protocoladas com Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho. As acessibilidades internas são parcas pelo que há necessidade de assegurar o transporte escolar através de estratégias endógenas, nomeadamente através de protocolos entre o município e as IPSS / Juntas de freguesia para as crianças dos jardins-de-infância e 1.º ciclo. Encontram-se a ser transportadas 7 crianças que frequentam jardim-de-infância e 154 o 1.º ciclo. O transporte do pré-escolar não é obrigatório, contudo justifica-se dada a oferta educativa no concelho, assim como, em algumas situações, dada a fragilidade social/familiar das crianças transportadas. Os restantes 1210 discentes (2.º CEB, 3.º CEB e Secundário) são transportados por empresas de transporte. No que se refere à Fruta Escolar, 262 crianças beneficiam desta medida.

A formalização da adesão à medida Garantia para a Infância, através de assinatura de protocolo de parceria entre Município/CLAS e tutela encontra-se em fase final, estando a ser constituído o Núcleo Local Garantia para a Infância para promover uma abordagem integrada e multidisciplinar que assegure, efetiva e atempadamente, uma resposta às situações concretas, mobilizando a rede social local e de proximidade. Através destes Núcleos é objetivo da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza desenvolver redes de apoio à infância e juventude, de âmbito local, que articulem e tornem eficaz a ação das várias entidades envolvidas na intervenção e assegurem um atendimento e acompanhamento de proximidade. O centro da intervenção são as crianças e jovens em situação de pobreza e privação. |A Garantia para a Infância pretende prevenir e combater a pobreza e exclusão social, colocando as crianças e os jovens no centro das suas prioridades, e assim assegurar que todos têm garantia de acesso às mesmas oportunidades.|



Garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a um conjunto de serviços essenciais, contribuindo assim para a defesa dos seus Direitos, combater a pobreza infantil e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Figura 6 - Garantia para a Infância

Pretende-se ativar parcerias, rentabilizar recursos e sinergias em prol de uma sociedade mais justa e equitativa e capacitada para a inclusão de todos, com enfoque nas crianças e pessoas jovens. |As crianças têm de estar no centro das prioridades para garantir o futuro do nosso país, assumindo -se, assim, o PAGPI 2022 -2030 como um importante instrumento para mobilizar meios e focar intervenções|.

Crianças e Jovens em Risco

Existem diversas situações que podem colocar crianças em risco, incluindo abuso físico, emocional ou sexual, negligência, pobreza extrema, exposição a drogas ou violência doméstica. Além disso, algumas crianças podem estar em risco devido a condições de saúde mental, transtornos alimentares, problemas de aprendizagem ou deficiências físicas. É importante que a sociedade em geral e as autoridades competentes estejam atentas a esses fatores de risco e trabalhem para prevenir e proteger as crianças de situações que possam prejudicar seu bem-estar físico, mental e emocional. Com a evolução da sociedade e com todas as exigências atuais, a tendência é a presença de famílias clássicas apenas com um filho. Estas tendem a ser constituídas por um número reduzido de elementos, assim como emerge a presença de famílias monoparentais. A monoparentalidade poderá aumentar o risco para o salutar crescimento /desenvolvimento das crianças em virtude de poder ser um handicap em termos de recursos económicos e sociais e um fator propenso ao risco, dada a evolução do mercado e da economia.

Local de residência	Agregados Domésticos privados monoparentais: total e sexo (%), 2021		
	Total	Masculino	Feminino
PORTUGAL	452,8	82,1	370,8
NORTE	137,4	22,3	115,1

Fonte: INE, 2021

Tabela 25 - Agregados Domésticos privados monoparentais: total e sexo (%), 2021

Analisando os dados constatamos a presença do sexo feminino com maior acuidade quando quantificamos a percentagem de agregados domésticos monoparentais. Em 2021, segundo o INE, a percentagem de famílias monoparentais femininas em Portugal é de 81,9% e em 2022 é de 86,7%. Efetivamente constata-se um crescimento na tipologia destes núcleos familiares.

No concelho de Castelo de Paiva existem 679 famílias monoparentais, o que representam 3,5% das famílias monoparentais do Tâmega e Sousa.

Local de residência (à data dos Censos 2021)		Tipo de núcleo familiar (Monoparental) Total (N.º)
2021	Portugal	579 971
	Norte	186 523
	Tâmega e Sousa	18 943
	Castelo de Paiva	679
	Fornos	62
	Real	45
	Santa Maria de Sardoura	91
	São Martinho de Sardoura	64
	União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	208
	União das freguesias de Sobrado e Bairros	209

Fonte: INE, 2021

Tabela 26 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Analisando a sua distribuição por freguesias constatamos que a sua maior representatividade está nas Uniões de Freguesias e a menor na freguesia de Real. Contudo, esta análise pode ser mais específica se tivermos em consideração as famílias residentes por freguesia. No cômputo total do concelho, as famílias monoparentais representam das 12% das famílias residentes.

Local de residência (à data dos Censos 2021)	2021	2011
	%	%
Portugal	18,54	14,89
Norte	16,83	13,75
Tâmega e Sousa	14,93	11,37
Castelo de Paiva	13,89	10,4
Fornos	15,05	10,24
Real	11,78	10,46
Santa Maria de Sardoura	13,11	9,86
São Martinho de Sardoura	10,9	6,88
União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	16,02	12,52
União das freguesias de Sobrado e Bairros	13,78	10,12

Tabela 27 - Proporção de núcleos familiares monoparentais (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

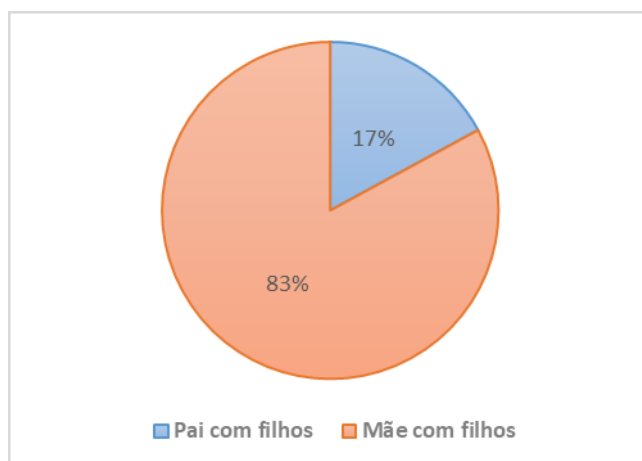
Comparando períodos intercensitários constata-se um aumento na % de famílias monoparentais.

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Tipo de núcleo familiar (Monoparental)	
	Pai com filhos N.º	Mãe com filhos N.º
Portugal	83 629	496 342
Norte	25 439	161 084
Tâmega e Sousa	2 547	16 396
Castelo de Paiva	116	563
Fornos	12	50
Real	9	36
Santa Maria de Sardoura	16	75
São Martinho de Sardoura	9	55
União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	39	169
União das freguesias de Sobrado e Bairros	31	178

Fonte: INE, 2021

Tabela 28 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.

Analisando a monoparentalidade feminina e masculina constatámos que, a feminina assume maior significatividade em todas as freguesias.



Fonte: INE, 2021

Gráfico 18 - Núcleos familiares monoparentais, Tipo de núcleo familiar (Monoparental), (Pai ou mãe); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Como verificamos 83% dos agregados monoparentais em Castelo de Paiva são femininos, situação que se encontra identificada em todos os territórios em análise.

Local de residência (à data dos Censos 2021)	Tipo de núcleo familiar (Monoparental) Nível de escolaridade mais elevado completo (N.º)							
	Total	Nenhum	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
Portugal	579 971	44 718	123 093	56 836	103 415	135 112	7 101	109 696
Norte	186 523	15 862	46 845	21 917	32 015	37 658	1 798	30 428
Tâmega e Sousa	18 943	2 186	5 700	2 693	3 384	3 173	132	1 675
Castelo de Paiva	679	80	185	126	126	110	5	47
Fornos	62	12	13	9	9	15	0	4
Real	45	8	14	6	8	9	0	0
Santa Maria de Sardoura	91	9	28	19	20	13	0	2
São Martinho de Sardoura	64	8	13	16	15	8	2	2
União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	208	28	63	46	33	26	3	9
União das freguesias de Sobrado e Bairos	209	15	54	30	41	39	0	30

Fonte: INE, 2021

Tabela 29 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo de núcleo familiar (Monoparental), Grupo etário (Pai ou mãe) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

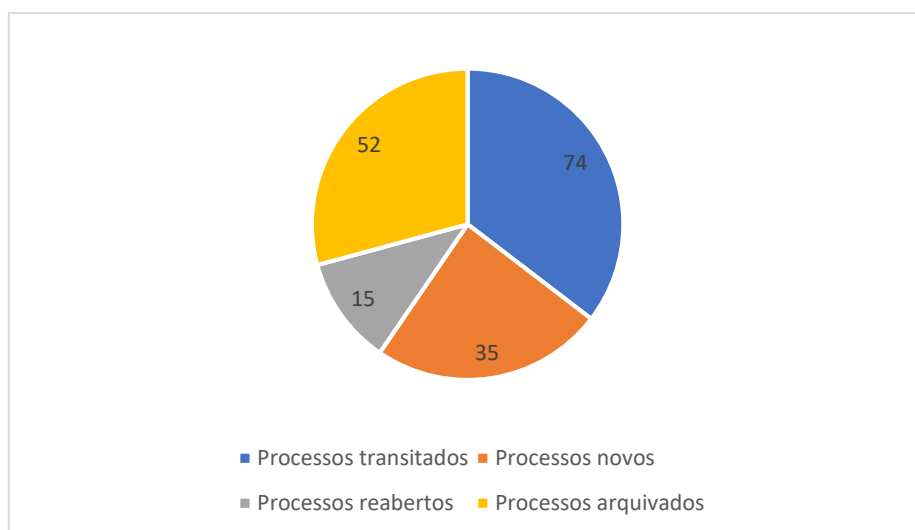
Se analisarmos a escolaridade das famílias monoparentais constatamos uma distribuição das mesmas por todos os níveis de ensino, sendo 1.º ciclo o mais representativo.

Embora por si só não se possa afirmar que a monoparentalidade é um foco de problema, contudo as suas fragilidades poderão ser maiores e efetivamente os fatores de proteção encontram-se mais reduzidos. As

crianças em risco muitas vezes precisam de intervenção e ajuda especializadas, e é essencial que haja recursos e serviços adequados disponíveis para atender às suas necessidades.

Comissão de Proteção de Crianças e Pessoas Jovens

As Comissões e são constituídas e funcionam nos termos da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro). São instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência, contando com a colaboração das autoridades administrativas e policiais, bem como das pessoas singulares e coletivas que para tal sejam solicitadas. Segundo o relatório anual da CPCJ de Castelo de Paiva por referência a 2022, o volume processual geral correspondeu a 137 processos.



Fonte: CPCJ 2022

Gráfico 19 - Caracterização Processual da CPCJ Castelo de Paiva (N.º), em 2022

Total Entradas 2022		Total de Processos com Instrução março 2023	VPG 2023
			137
Escalão etário	Problemáticas de sinalizações à CPCJ		Total
	Negligência grave		4
	Negligência: Falta de supervisão e acompanhamento familiar		6
TOTAL 0-2 ANOS			10
3-5	Negligência		1
	CDTR - Está aos cuidados de terceiros		2
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) – Violência Doméstica		9
	Negligência: Ao nível educativo		5
	Negligência ao nível da saúde		1
	Negligência ao nível psico-afetivo		1
	Negligência face a comportamentos da criança/jovem		1
	Negligência falta de supervisão e acompanhamento/familiar		2
	Negligência Grave		5
TOTAL 3-5 ANOS			27
6-8	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) - Consumo de álcool		1
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) – Consumo de estupefacientes		1
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) - Violência Doméstica		5
	Negligência: Ao nível psicoafectivo		3
	Negligência: Ao nível educativo		2

	Negligência falta de supervisão e acompanhamento/familiar	2
	Negligência Grave	2
	Mau Trato Ofensa Física	1
	TOTAL 6-8 ANOS	17
9-10	CDTR(Está aos cuidados de terceiros)	2
	Bullying	2
	Consumo de Estupefacientes	1
	Violência Doméstica	2
	Negligência: Ao nível educativo	1
	Negligência: Ao nível psicoafectivo	1
	Negligência: Face a comportamentos da criança/jovem	1
	Negligência: Falta de supervisão e acompanhamento familiar	3
	TOTAL 9-10 ANOS	13
11-14	CDTR - Está aos cuidados de terceiros em simultâneo com o	2
	CJACABED - Comportamentos graves anti-sociais	3
	CJACABED Outros comportamentos	1
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) – Violência Doméstica	9
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) – Consumo de estupefacientes	2
	MT - Ofensa Física por castigo corporal	3
	Negligência: ao nível educativo	2
	Negligência: ao nível psicoafectivo	2
	Negligência: Face ao comportamento da criança/jovem	1
	Negligência Grave	2
	Negligência – Falta de supervisão e acompanhamento/familiar	1

TOTAL 11-14 ANOS		28
15-17	CAESP - Ausência Temporária de Suporte familiar ou outro	1
	CJACABED - Consumo de álcool	2
	CJACABED - Comportamentos graves anti-sociais	6
	CJACABED Outros Comportamentos	4
	AS violação ou outro acto sexual	1
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança) – Violência Doméstica	4
	MT - Ofensa Física	2
	Negligencia: ao nível educativo	3
	Negligência ao nível psico-afetivo	1
	Negligência Grave	2
TOTAL 15-17 ANOS		26
18-21	CJACABED Comportamentos graves anti sociais	2
	CJACABED Outros comportamentos	6
	Negligência: ao nível educativo	1
	Negligência Grave	2
	Negligência – face a comportamentos da criança/jovem	1
	SPDE – Absentismo escolar	1
TOTAL 18-21 ANOS		13

Fonte: CPCJ Castelo de Paiva, 2022

Tabela 30 - Caracterização Processual da CPCJ Castelo de Paiva (N.º), em 2022

Em termos de sinalizações feitas à CPCJ de Castelo de Paiva, e de acordo com o descrito no Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Pessoas jovens, a problemática social mais relevante é a violência doméstica, muitas vezes associada ao consumo de álcool por um ou ambos os progenitores. No que respeita à faixa etária mais representativa, esta situa-se entre os 11-14 anos de idade (20.43% do total), os 3-5 anos (19.70% do total) e os 15-17 anos de idade (18.97%). No território de Castelo de Paiva existe uma resposta de acolhimento residencial para crianças e pessoas jovens em risco, através da

Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-Os-Rios - Casa de Acolhimento Residencial - Crescer a Cores- destinando-se a pessoas jovens do sexo masculino, com capacidade de acolhimento de 20 crianças/pessoas jovens, encontrando-se acolhidas no momento 16 crianças/pessoas jovens.

Casa de Acolhimento Residencial Crescer a Cores	
Capacidade	Crianças em Acolhimento
20	16

Fonte: Associação dos Familiares das Vítimas da Tragédia de Entre-Os-Rios, 2022

Tabela 31 - Crianças Acolhidas em Casa de Acolhimento Residencial, Castelo de Paiva (N.º)

Núcleos de apoio a crianças e pessoas jovens em risco (NACJR)

NACJR ACES Tâmega II Vale Sousa Sul

Garantir o direito ao desenvolvimento físico, psicológico e social em pleno por parte da criança e do jovem é da responsabilidade de todos os cidadãos. Qualquer comportamento que implique dano na criança (abuso) ou omissão (negligência), não accidental, na satisfação das suas necessidades e direitos, deve ser precocemente identificado e alvo de intervenção.

Com o Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro, foi criada a Ação da Saúde para Crianças e Pessoas jovens em Risco e, de acordo com estas orientações, foi estabelecido o modo de atuação dos profissionais de saúde no Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega II Vale Sousa Sul, perante crianças e pessoas jovens em situações de risco ou perigo identificadas.

Sem prejuízo do assumir de responsabilidades por parte de todos os profissionais, no âmbito do risco em crianças e pessoas jovens, os Núcleos de Apoio às Crianças e Pessoas jovens em Risco (NACJR) do ACES adquire um papel de particular importância no apoio aos profissionais que trabalham na prevenção das situações de risco e lidam diretamente com estas situações, na respetiva esfera de ação.

É missão dos NACJR:

- Sensibilizar os profissionais e a população em geral para a problemática das crianças e pessoas jovens em risco;
- Criar linhas de orientação para a abordagem de crianças e pessoas jovens em risco, pelos profissionais de saúde;
- Incrementar a formação e preparação dos profissionais na matéria;
- Coletar e organizar a informação casuística sobre as situações de risco em crianças e pessoas jovens;

- d) Prestar apoio de consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento dos casos;
- e) Mobilizar e articular os recursos na intervenção de 1º nível;
- g) Agilizar a comunicação com as CPCJ's e Tribunais, no caso de situações que transitem para 2º e 3º nível;
- f) Apoiar as medidas determinadas pelas CPCJ e Tribunais;
- i) Prestar continuidade de apoio quando os processos nas CPCJ e Tribunais são encerrados, por se reverter a situação de perigo.

Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT)

As Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais são equipas de assessoria aos tribunais, constituídas por técnicos de áreas diversas que acompanham e avaliam os casos que envolvem menores, e que são referenciados para Tribunal, dando conhecimento da evolução das situações aos juízes responsáveis pelos casos. Infelizmente são escassos os Técnicos que as constituem, provenientes das áreas do Serviço Social, Psicologia, etc., e são escassas as equipas, que, em contrapartida, têm “em mãos” milhares e milhares de processos para Avaliação e acompanhamento. No caso específico de Castelo de Paiva, a EMAT é constituída por um técnico, que paralelamente acompanha menores de outros concelhos. Em termos de dados estatísticos, não nos foram disponibilizados por parte da tutela.

Equipa Local de Intervenção Precoce

A Intervenção Precoce na Infância pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para:

- Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança;
- Fortalecer as competências dos cuidadores;
- Promover os recursos das famílias e da comunidade.

Estas ações devem ser realizadas nos ambientes habituais das crianças (casa, creche, jardim de infância, outros), durante as rotinas e atividades diárias de forma a promover a participação da criança nas experiências de aprendizagem, partindo dos objetivos definidos pela família. A primeira infância é um momento notável de desenvolvimento cerebral. É nos primeiros anos que o desenvolvimento e a aprendizagem decorrem com maior rapidez. Assim sendo, estão criadas as condições para que a intervenção junto da criança, contribua para o seu desenvolvimento futuro. Os primeiros anos de vida da criança são também uma fase de grande desafio para a família. As relações parentais e familiares vão-se

construindo e é importante, que a criança desenvolva sentimentos de segurança e de bem-estar, e experimente várias atividades de aprendizagem ricas em estímulos - <https://snipi.gov.pt/>.

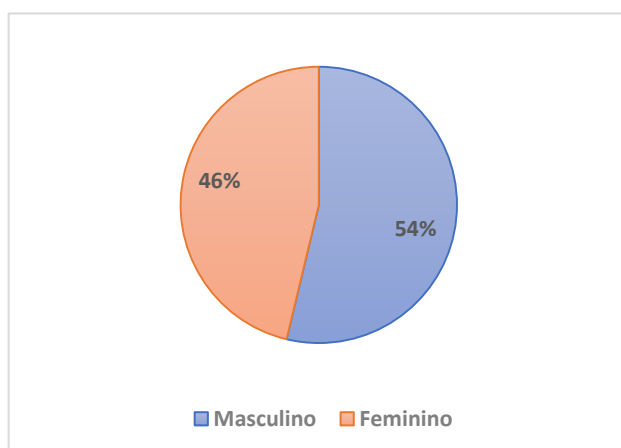
No Município de Castelo de Paiva, a implementação e o desenvolvimento desta medida está a cargo da Equipa Local de Intervenção Precoce Castelo de Paiva (ELI), tutelada pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo Decreto-Lei nº 281/2009, na sequência dos princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos da Criança e no âmbito do Plano de Ação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006-2009. O SNIPI funciona através da ação coordenada do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, conjuntamente com o envolvimento das famílias e da comunidade e tem por missão garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, nomeadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

Desta forma, a intervenção da ELI no concelho de Castelo de Paiva constitui uma mais-valia fundamental, na medida em que a sua intervenção precoce, pode colmatar ou diminuir problemas e dificuldades da mais variada ordem nos primeiros anos de vida da criança, o que poderá ter um impacto significativo na sua adaptabilidade e domínio de competências, decisivas para a sua autonomia, desenvolvimento harmonioso e inclusão social.

A ELI de Castelo de Paiva é constituída por:

- Uma Médica;
- Uma Enfermeira;
- Uma Técnica de Serviço Social;
- Uma Terapeuta da Fala;
- Uma Terapeuta Ocupacional;
- Uma Educadora;
- Um Psicólogo.

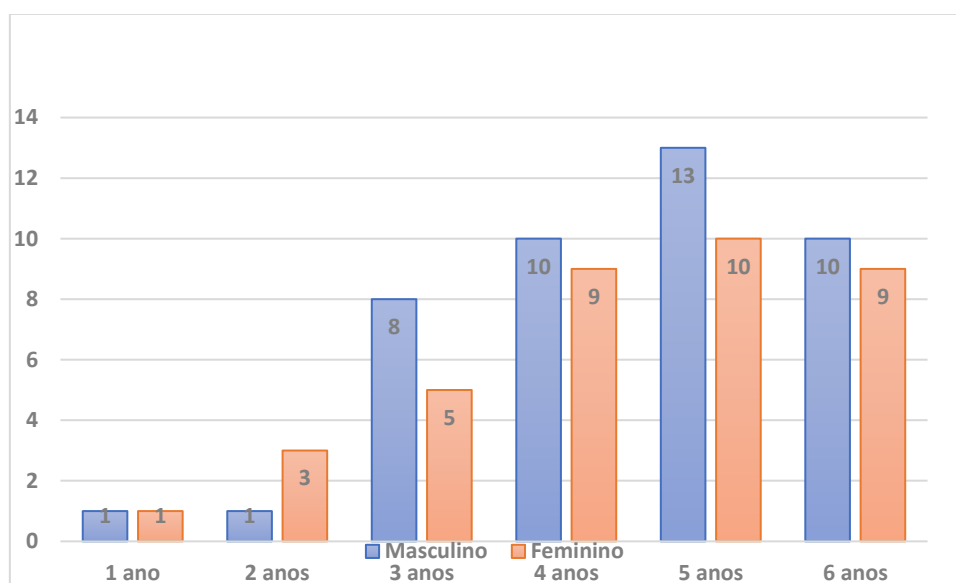
Em 2022 acompanhou 80 crianças/famílias, sendo 37 do sexo feminino e 43 do sexo masculino.



Fonte: Equipa Local de Intervenção Precoce de Castelo de Paiva, 2023

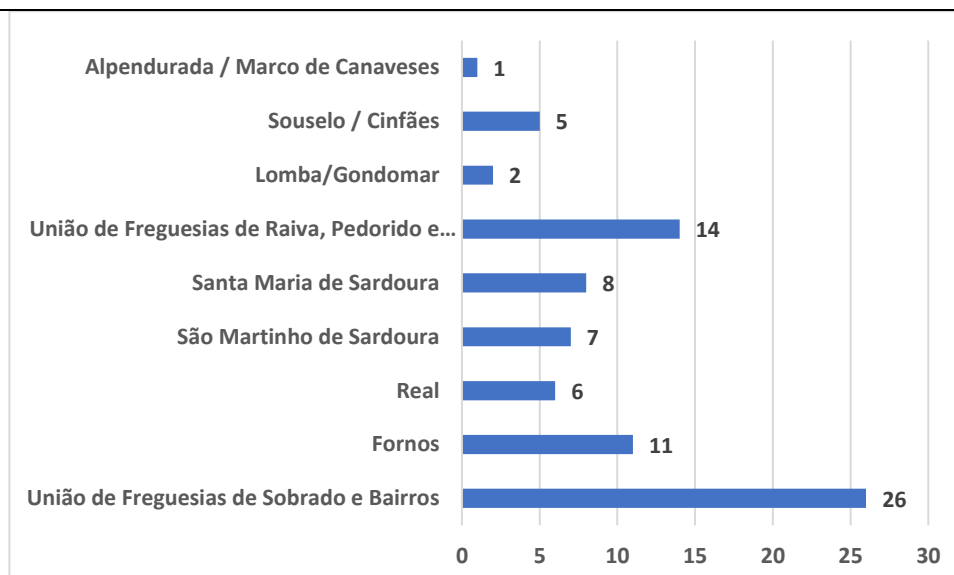
Gráfico 20 - Crianças acompanhadas pela ELI, Castelo de Paiva (%)

As principais problemáticas apresentadas relacionam-se com atraso de desenvolvimento sem etologia conhecida, atraso de desenvolvimento associado a condições específicas e crianças expostas a fatores de risco biológico e ou social. O gráfico seguinte permite-nos visualizar a distribuição das crianças acompanhadas:



Fonte: ELI Castelo de Paiva, 2023

Gráfico 21 - Distribuição das crianças acompanhadas pela ELI de Castelo de Paiva, por idade, 2022



Fonte: ELI Castelo de Paiva, 2023

Gráfico 22 - Número de crianças em acompanhamento pela ELI Castelo de Paiva (N.º), por freguesia em 2022

Analisando a distribuição das crianças por freguesia, mas apenas considerando as freguesias do concelho de Castelo de Paiva (uma vez que a ELI acompanha 8 crianças de outros concelhos) verificamos que, a que apresenta maior número é a União de Freguesias de Sobrado e Bairros (36,1% do total), seguida da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso (19,5%). Relativamente ao transporte de pessoas com deficiência, discentes com Necessidades Educativas Especiais, este é assumido no presente ano letivo (2022/2023) pela viatura municipal:

Localidade	Masculino	Feminino	Total
Real	1	1	2
Fornos	0	1	1
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	2	2	4
São Martinho de Sardoura	1	2	3
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	1	0	1
Total	5	6	11

Fonte: Gabinete de Educação, Município de Castelo de Paiva, 2022

Tabela 32 - Transportes de Pessoas com Deficiência – NEE (2022/2023)

Vamos incidir agora a análise sobre o trabalho realizado, no ano de 2022, pelo CLDS4G VIDA na área da Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil (eixo II), desenvolvido através da concretização de eixo específico.

Atividade 14 – “Pacto de Amizade”: Programas de treino de competências pessoais e sociais nos agrupamentos do concelho.

Meta: 100 crianças

Atividades/resultados: Foram coordenadas e promovidas sessões sobre violência no namoro, junto dos alunos do AECMP (Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão).

Participantes: 58 crianças.

n acompanhamento
rendo ações como:



Atividade 15 – “Apadrinha-me”: Apadrinhamento (acompanhamento e orientação) das crianças que entram no agrupamento por parte dos colegas mais velhos.

Meta: 10 crianças

Atividades/resultados: Deu-se continuidade ao acompanhamento dos alunos e entrega de documentos orientadores para a atividade.

Participantes: mantiveram-se os participantes do ano 2021.



Atividade 17 – “Magia na Infância”: Realização de atividades que promovam o pleno desenvolvimento e integração de crianças do concelho.

Meta: 100 crianças; 8 atividades

Atividades/resultados:

- Atividades inclusivas em três momentos diferentes – 1, 2, 3, 4 de fevereiro; 5, 6, 7 de julho e 28 de julho.

Participantes: 57 crianças.



Atividade 18 – “Sorrisos no Coração”: Realização de atividades inclusivas e ludo-pedagógicas, para alunos com necessidades educativas especiais.

Meta: 20 crianças; 4 atividades

Atividades/resultados:

- Realizaram-se atividades inclusivas nos dias 26 de maio, 2 de junho, 13 de junho e 16 de dezembro, com crianças do AECPaiva e do AECMPejão.

Participantes: 45 crianças





Atividade 19 – A Música que vinha de dentro da mina: Desenvolvimento de competências artísticas e fomentação do gosto pela música.

Meta: 30 crianças

Atividades/resultados: Continuação de aulas de música, destinadas a alunos dos Jardins de Infância do Couto Mineiro do Pejão - ano letivo 2022/2023 (início outubro). Realizou-se uma apresentação/concerto no Festival Pés na Terra – 7 de maio 2022.

Participantes: 37 crianças.



Atividade 20 – Roda das Emoções: Desenvolvimento de sessões de relaxamento para crianças do pré-escolar.

Meta: 50 crianças

Atividades/resultados:

Deu-se continuidade à realização de sessões de yoga, no AECPaiva, e realizou-se uma sessão de yoga por turma, do 1º ciclo de Oliveira do Arda.

Participantes: 56 crianças.



Figura 7 - CLDS4G VIDA na área da Intervenção Familiar e Parental, Preventiva da Pobreza Infantil (eixo II)

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

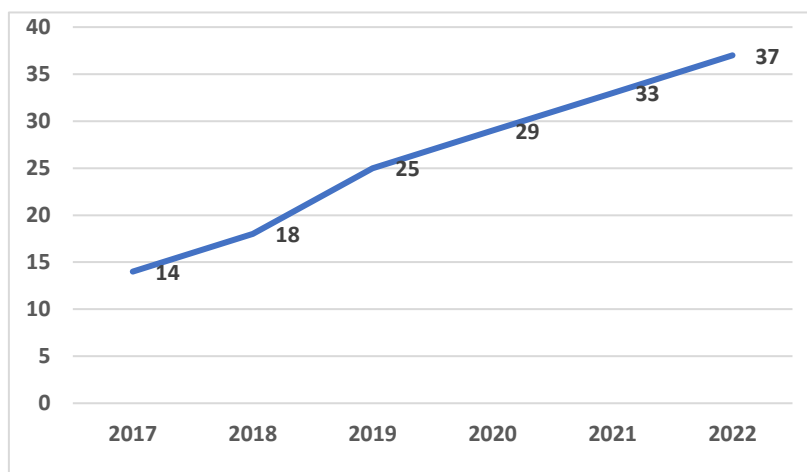
Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas crianças e pessoas jovens	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Saúde Mental	<p>Aumento significativo dos problemas de saúde mental nas crianças e pessoas jovens</p> <p>Aumento de consumos de substâncias e problemas de ordem mental e conflitos parentais</p> <p>Estigma associado à saúde mental</p>	Promoção de ações/formações de literacia em saúde mental	<p>Operacionalização da Equipa Local de Intervenção</p> <p>Operacionalização da Unidade de Cuidados na Comunidade</p>	<p>Potenciar serviços de acompanhamento em situação de consumos aditivos precoces</p> <p>Implementar sessões individuais de acompanhamento psicossocial e educativo</p>
Educação	<p>Ausência de campos de férias</p> <p>Currículo dos discentes com NEE</p>	<p>Criação de campos de férias para interrupções letivas</p> <p>Criação de diversidade de atividades para discentes com NEE</p>	-	-
Família	<p>Projetos de vida reduzidos</p> <p>Superproteção dos pais: ausência de autonomia e responsabilidade</p>	Intervenção preventiva promotora da Parentalidade positiva	-	Criação de ações promotoras do bem-estar familiar e parental

	<p>Diminuição do acompanhamento parental – modelos parentais deficitários</p> <p>Falta de aceitação das famílias às novas medidas a que os filhos estão sujeitos</p>	Criação da <i>Escola de Pais</i>		<p>Desenvolvimento de grupos de autoajuda</p> <p>Implementação de projeto promotor de conciliação familiar</p>
TIC – Tecnologias Informação e Comunicação	Sobre-exposição de crianças e pessoas jovens às TIC	Ações promotoras de literacia digital	-	-
Bem-estar	<p>Exposição aumentada das crianças e pessoas jovens a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (Ex: violência doméstica)</p> <p>Ausência de tempos em família</p>	<p>Criação de grupos informais de crianças e pessoas jovens</p> <p>Criação de programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais</p>	-	-
Serviços	Ausência de vagas em creche	-	-	-

Tabela 33 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Violência Doméstica

As vítimas de violência doméstica são um grupo em situação de risco que se encontra em situação de vulnerabilidade social grave. Para além das sequelas pessoais a nível da saúde, integridade física, emocional e afetiva que as vítimas são alvo, muitas destas vítimas vêm as suas vidas familiares em grave perigo de desestruturação. Este quadro é gerador de exclusão social grave e persistente das vítimas de violência doméstica. O fenómeno da violência doméstica é um problema que tem grande expressividade no concelho. Apresentamos abaixo os dados relativos às sinalizações junto da GNR, sendo que poderão, eventualmente, existir outros que não foram sinalizados e/ou encaminhados para as entidades competentes, isto é, não se encontram registados. Múltiplos constrangimentos limitam as vítimas de denúncia destas situações associadas ao medo de represálias físicas, sociais, ao receio da perda da habitação, guarda dos filhos e ocupação profissional, enquanto o agressor não tem qualquer perda efetiva de direitos sobre os filhos ou bens familiares, a teia de dependência psicológica e afetiva que gera a indecisão ou bloqueio por parte das vítimas e outros constrangimentos à denúncia como a resignação ou próprio sentimento de culpabilidade cultivado pelo agressor. Em 2022 registaram-se 37 crimes por violência doméstica, sendo a sua evolução entre 2017 e 2022 a que se evidencia no gráfico seguinte, sendo, no período em análise, o valor mais baixo registado de 14 crimes (em 2017) e o mais elevado de 37 crimes (em 2022).

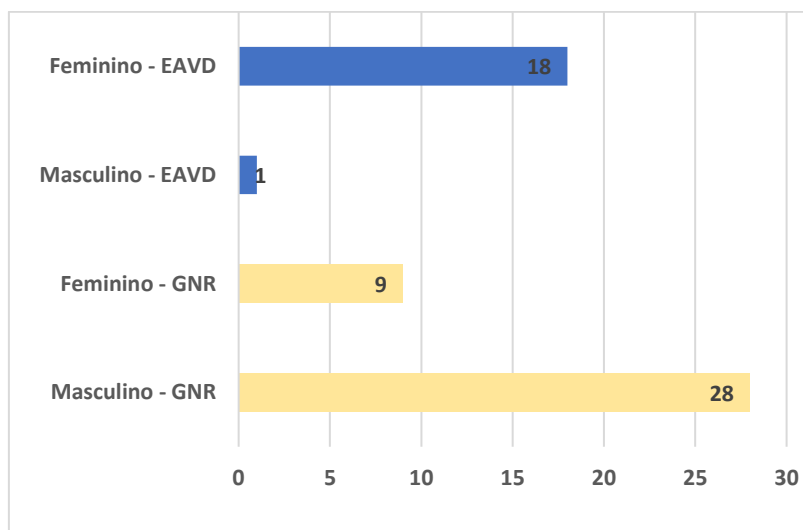


Fonte: GNR de Castelo de Paiva, 2023

Gráfico 23 - Evolução do número de crimes por violência doméstica (N.º)

De destacar que, no ano de 2022, através da Estrutura de Atendimento e Acompanhamento à Vítima [CataVentos], foram acompanhados 19 processos. Foram realizados e reportados à CIM 112 atendimentos (atendimentos jurídicos, atendimentos sociais e atendimentos psicológicos). Apenas houve um processo em que a vítima foi do sexo masculino. Em termos de grau de parentesco entre o agente da

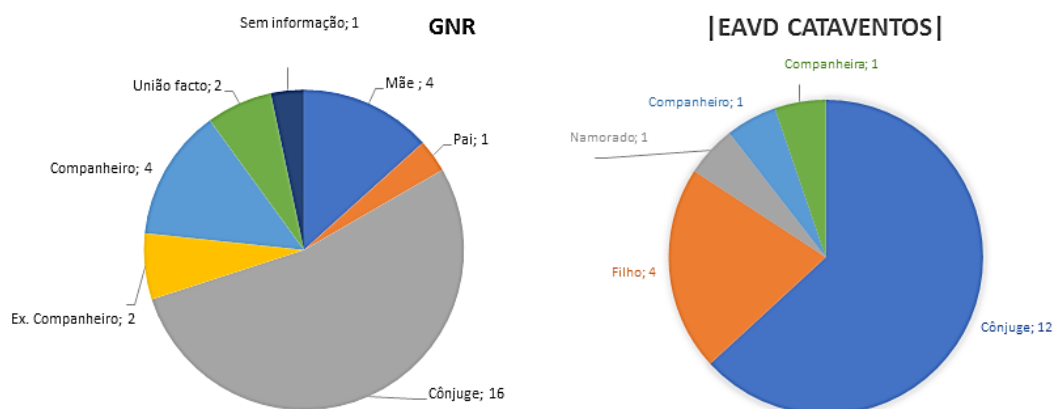
agressão e à vítima, mais de 50% eram cônjuges. Analisando comparativamente os dados registados na GNR (37 sinalizações) e os acompanhados pelo Gabinete |CataVentos| (19), constatámos que existe uma diferença em 18 situações, ou seja a GNR tem mais do dobro dos registos. Relativamente ao sexo da vítima mais de 75%, em ambas as |entidades| é do sexo feminino.



Fonte: GNR e Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2022

Gráfico 24 - Sexo da Vítima de Violência Doméstica – EAVD/GNR (N.º)

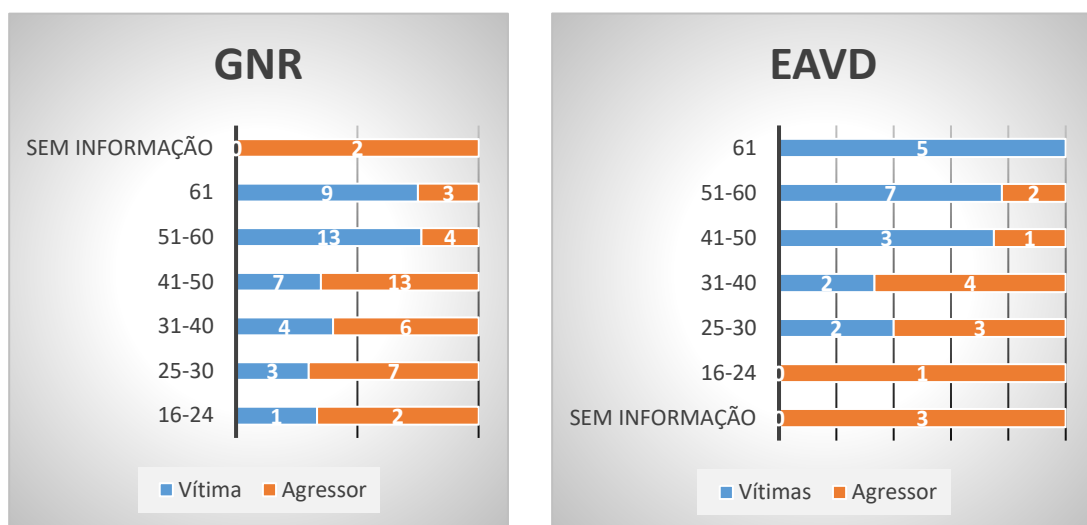
Relativamente ao sexo do agressor há uma inversão nestes dados, existindo o predomínio do sexo masculino e uma correspondência direta entre sexos no que toca a vítima/agressor, agressor/vítima (os dados são iguais, apenas de forma inversa). Analisando a relação da vítima com o agressor existem diferentes situações, sendo a mais recorrente entre cônjuges nas duas entidades.



Fonte: GNR e Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2022

Gráfico 25 - Relação da Vítima com o Agressor – GNR /EAVD (N.º)

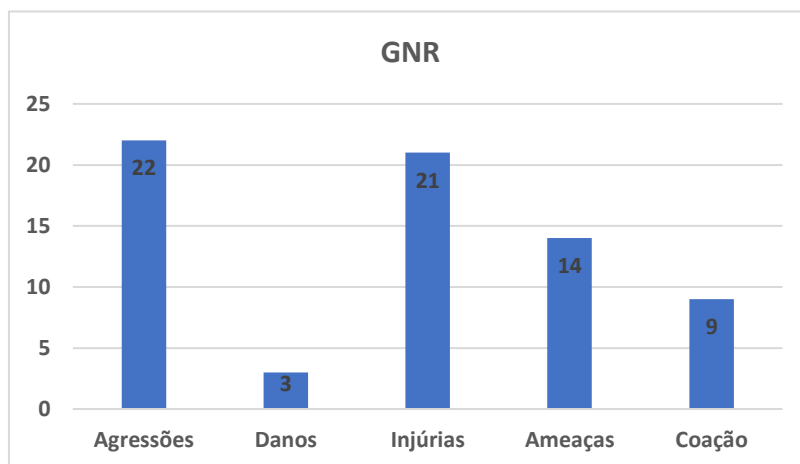
Relativamente à idade da vítima há uma incidência de dados, relativamente às duas entidades em análise.



Fonte: GNR e Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2022

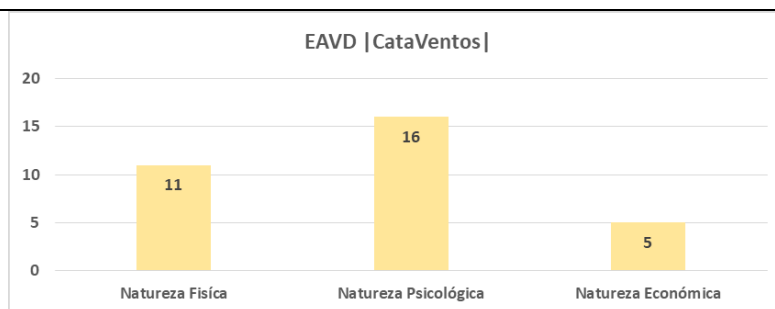
Gráfico 26 - Idade da Vítima e do Agressor – GNR /EAVD (N.º)

Analisando o gráfico constatámos que as idades compreendidas entre os 31 anos e os 60 anos são onde as situações de violência doméstica se evidenciam em termos de registo/acompanhamento. No que se refere à escolaridade tanto da vítima, como do agressor, podemos constatar que se trata de um fenómeno transversal a todos os níveis de ensino.



Fonte: GNR, 2022

Gráfico 27 - Tipo de Crime / GNR (N.º)



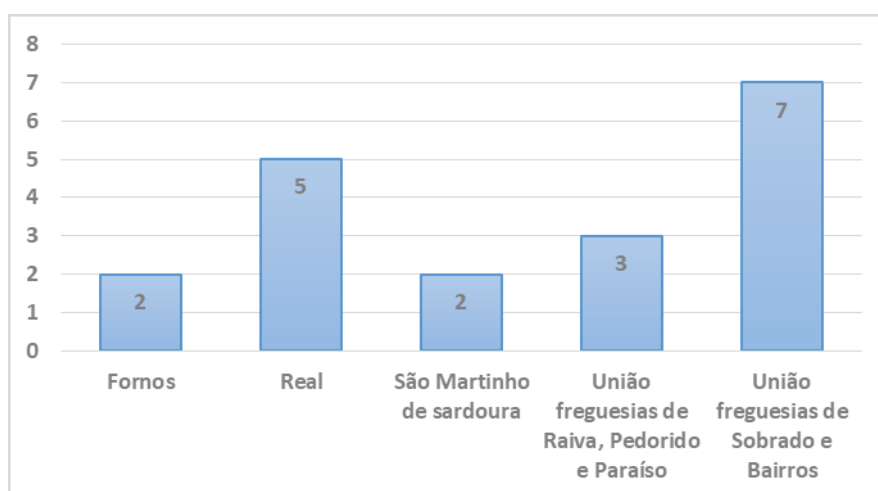
Fonte: Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2022

Gráfico 28 - Tipo de Crime / Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica |CataVentos| (N.º)

De ressaltar que, na grande maioria das vezes, existe uma conjugação de diferentes tipos de crime, em apenas um processo, o que origina uma panóplia de questões, que exigem respostas multidisciplinares e intersectoriais. A violência doméstica é uma problemática muito presente no Município. Existe a certeza de que não conhecemos toda a realidade deste fenómeno em termos de números, uma vez que ainda existe situações que se encontram ocultas e encarceradas no domínio / espaço privado.

Não existe no concelho nenhuma estrutura, nem projeto de acompanhamento a agressores por violência doméstica; este acompanhamento é feito pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Tâmega 1 – Direção Regional de Reinserção do Norte. De acordo com os dados desta entidade entre 2022/abril 2023 foram acompanhados 19 agressores por violência doméstica.

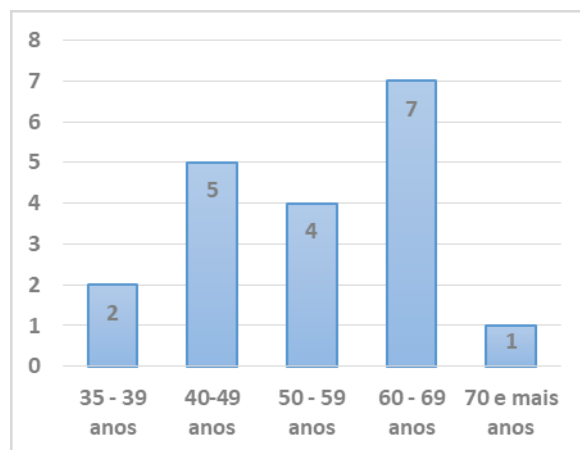
Fazendo a caracterização destes agressores em termos de freguesia de residência, a União de Freguesias de Sobrado e Bairros assume 36,8% dos acompanhados.



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Tâmega 1, abril 2023

Gráfico 29 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por freguesia

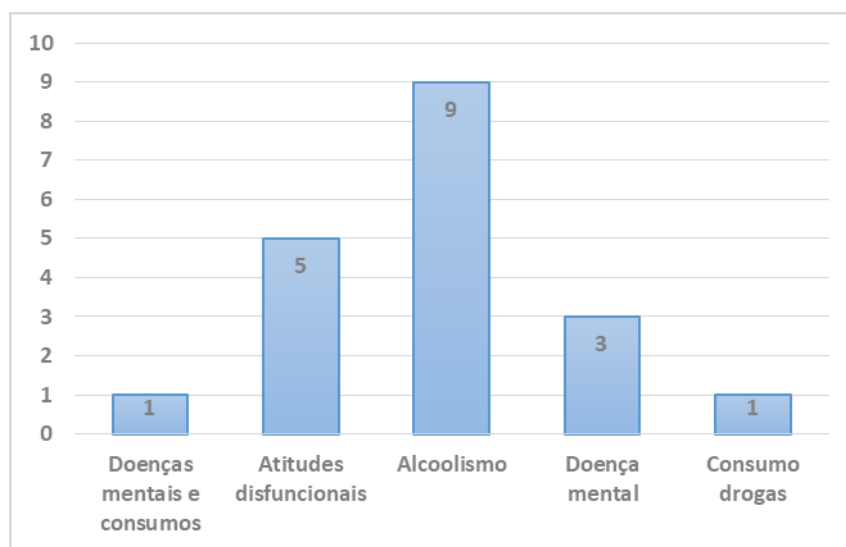
Relativamente à classe etária constata-se uma predominância nas idades iguais ou superiores a 60 anos (42,1%).



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Tâmega 1, abril 2023

Gráfico 30 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por classe etária

Analisando a problemática subjacente ao crime de violência doméstica constatamos que os consumos (álcool e drogas) assumem 57,8% das problemáticas identificadas. Quando referimos as [atitudes disfuncionais], segundo a DGRSP, consideram-se as crenças, pensamentos e características pessoais (insegurança, controlo, ciúmes, etc.)



Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Tâmega 1, abril 2023

Gráfico 31 - Agressores por violência doméstica acompanhados, por problemática subjacente

Neste domínio urge ter em consideração uma especificidade judicial que existe em Castelo de Paiva. Os crimes por violência doméstica são julgados no Tribunal Judicial de Sta. Maria da Feira o que se torna um handicap para o território, tendo em consideração as acessibilidades, meios de transporte, assim como as condições socioeconómicas das famílias.

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas vítimas de violência doméstica	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Saúde	Ausência de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis de agressor e da vítima Presença de consumos aditivos (maior incidência no consumo de álcool)	Ações de intervenção terapêuticas junto das vítimas e agressores	Articulação entre os serviços de saúde e a ação social	Intervenção psicossocial especializada para a área da violência doméstica
Rendimentos	Dependência financeira da vítima de violência doméstica relativamente ao agressor (a)	Ações de capacitação/empoderamento das vítimas	-	Medidas de apoio à proteção e autonomia das vítimas
Serviços	Ausência de respostas de emergência social Desconhecimento de determinados serviços nos procedimentos a adotar	Inclusão da problemática da violência doméstica nos projetos, instituições e serviços Intervenção e mediação junto dos agressores	Criação de um trabalho territorial em rede que elimine a repetição da intervenção Operacionalização da Estrutura de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica – <i>CataVentos</i> Ações de formação que capacitem os vários intervenientes	Criação de Casa Abrigo
Estado afetivo	Dificuldade da vítima de violência doméstica em	Ações de capacitação das vítimas como promotoras e defensoras de direitos	Ações de capacitação junto dos serviços	Ações de proximidade e de sensibilização para a população

	denunciar as agressões Expectativa irreal de mudança de comportamento		públicos e privados	
Cidadania	Insuficiente consciência cívica na denúncia de violência doméstica	Ações de sensibilização na comunidade para a denúncia da violência doméstica como crime público	-	Campanhas e ações de sensibilização na comunidade e na comunidade educativa
Direitos	Desconhecimento dos direitos por parte das vítimas de violência doméstica	Ações de capacitação das vítimas como promotoras e defensoras de direitos	Ações de capacitação junto dos serviços públicos e privados Operacionalização da Estrutura de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica – <i>CataVentos</i>	Ações de proximidade e sensibilização da população

Tabela 34 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Emergência Social

A vulnerabilidade familiar está associada a situações de intermitência nos rendimentos familiares, a situações de crise e rutura no equilíbrio financeiro ou psicossocial familiar, com quebra ou insuficiência continuada de rendimentos, a situações de emergência face a despesas de saúde e outros imprevistos que acentuam ou despoletam vulnerabilidades sócio económicas nas famílias conduzindo-as a situações graves de carência e privação material com incapacidade de satisfazer necessidades básicas.

Um outro perfil de vulnerabilidade social corresponde às famílias em situação de exclusão estrutural, continuada e transgeracional, persistente e resistente a fatores de mudança e transformação dos seus défices de qualificação, escolarização, competências sociais e pessoais que as estigmatizam. As novas configurações familiares também acrescentam alguns fatores de risco de vulnerabilidade nomeadamente a monoparentalidade e os isolados em famílias unipessoais que nem sempre conseguem superar toda a instabilidade ligada à precariedade e intermitência dos rendimentos ou à instabilidade socio emocional em que muitas vezes se encontram.

A vulnerabilidade e exclusão familiar, é detetável nos indicadores de diagnósticos privilegiados do INE, da ação social da segurança social, nos diferentes serviços de apoio prestados pelas IPSS, na ação social do município e, ainda, nos programas de apoio vocacionados para esta problemática como o RSI e o POAPMC/Cantinas Sociais. Segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE, realizado em

2022 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 16,4% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2021, menos 2,0 pontos percentuais (p.p.) do que em 2020.

A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2021, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 6 608 euros (551 euros por mês). A diminuição da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora tenha sido mais significativa para a população idosa (menos 3,1 p.p.); o risco de pobreza dos menores de 18 anos diminuiu 1,9 p.p. e o dos adultos em idade ativa diminuiu 1,6 p.p. O risco de pobreza diminuiu quer para a população empregada, de 11,2% em 2020 para 10,3% em 2021, quer para a população desempregada, de 46,5% em 2020 para 43,4% em 2021. As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza em 5,1 p.p. (de 21,5% para 16,4%), um contributo superior ao do ano anterior (4,6 p.p.).

Local de residência	Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por conta de outrem		
	Total	Masculino	Feminino
Tâmega e Sousa	898,1	946,7	835,3
Castelo de Paiva	853,0	896,3	814,7

Fonte: INE, 2023

Tabela 35 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Podemos afirmar que os valores auferidos em Castelo de Paiva são inferiores ao Tâmega e Sousa. Os valores médios os salários auferidos pelos trabalhadores em Castelo de Paiva (853,00€), são mais baixos do que os verificados na sua comunidade intermunicipal (898,10€) e na região Norte (1100,40€). Os trabalhadores por conta de outrem do Município de Castelo de Paiva auferem o 3.º menor ganho médio mensal por comparação com os municípios do Tâmega e Sousa. Esta disparidade acentua-se à medida que as habilitações académicas aumentam, sendo abismal para quem possui o ensino superior, sobretudo quando se compara com o panorama nacional. O acesso das famílias a bens e serviços que dependem da capacidade financeira das mesmas fica claramente diminuído, quando comparado com os restantes territórios. Para além desta disparidade salarial entre territórios, existe no próprio território de Castelo de Paiva, disparidade salarial entre homens e mulheres, sendo o destas últimas mais baixo (em 2021 as mulheres ganhavam menos 82 € do que os homens), o impacto será maior no caso de famílias monoparentais. Em termos de poder de compra (INE 2019), como é previsível pelos dados anteriores, em Castelo de Paiva cifra-se nos 68,1% e no Tâmega e Sousa nos 73,7%. Se compararmos com a região Norte

a diferença é abrupta, pois aqui o poder de compra é de 93%. O Coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). O valor referência, o rendimento das famílias está 60% abaixo do rendimento médio das famílias da média europeia. Através da análise da tabela seguinte concluímos que todas as percentagens se encontram abaixo da média europeia.

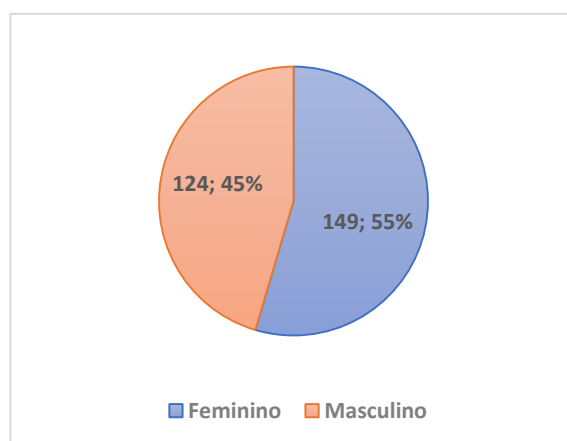
Período de referência dos dados	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Coeficiente de Gini do rendimento monetário bruto por adulto equivalente (%); Anual
		%	%	%
2020	Portugal	45,8	41,3	39
	Norte	44,8	40,4	x
	Tâmega e Sousa	40,6	37,4	x
	Castelo de Paiva	37,7	35	x

Fonte: INE, 2023

Tabela 36 - Coeficiente de Gini

Como tal concluímos que a desigualdade na distribuição do rendimento em Castelo de Paiva assume um valor consideravelmente baixo comparativamente com a média europeia. No ano de 2003 foi criado o Rendimento Social de Inserção (RSI), que constitui uma quantia monetária que a Segurança Social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na

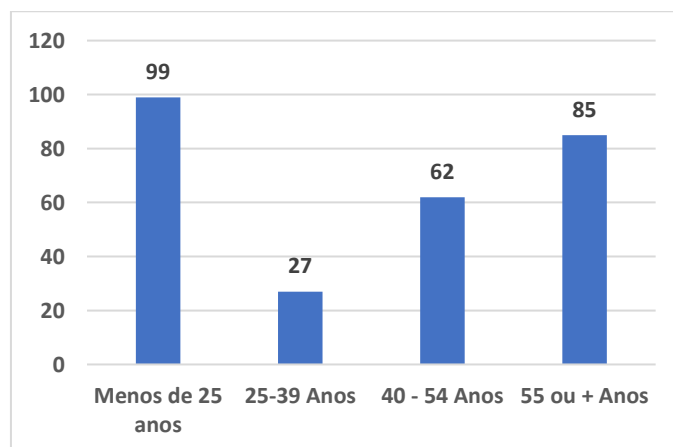
comunidade e no mercado de trabalho. De acordo com os dados do INE, no ano de 2021, em Castelo de Paiva existiam 20,88‰ pessoas que beneficiavam deste apoio. Este valor é inferior quando comparamos com a região do Tâmega e Sousa (32,11‰), da zona Norte (29,93‰) e de Portugal (29,44‰). Apesar de inferior aos valores comparados, este número é significativo para o território e pode ser uma evidência dos baixos rendimentos da população, assim como de um território caracterizado pela falta de emprego e por uma elevada percentagem de pessoas que se encontram no limiar da pobreza, dependendo deste rendimento para sobreviver. Quando se analisa a decomposição por sexo deste grupo de indivíduos, constata-se que existe um maior número de mulheres que usufrui do mesmo, do que homens. Esta proporção é de 54,5% para 45,4%, correspondendo a 149 mulheres, que no ano de 2022 se encontravam a usufruir deste benefício, face a 124 homens. Estas percentagens seguem uma tendência semelhante às da região do Tâmega e Sousa, Norte e Portugal, registando-se, no entanto, uma percentagem mais elevada para as mulheres.



Fonte: INE, 2022

Gráfico 32 - Distribuição dos beneficiários do RSI (N.º) por sexo, em 2022

Analisando o grupo etário dos beneficiários constatamos uma predominância dos grupos com idades menores a 25 anos e com 55 ou mais anos.



Fonte: INE, 2022

Gráfico 33 - Distribuição dos beneficiários do RSI (N.º) por escalão etário, em 2022

Relativamente ao Rendimento Social de Inserção (RSI), entre 2019 e 2021 o total de pessoas abrangidas no Município decresceu 7,3%.

	Castelo de Paiva	Tâmega e Sousa NUTS III	Norte NUT II	Portugal
Índice (%)	2,1	3,3	3,1	2,9

Fonte: II /MISSS, INE; PORDATA

Tabela 37 - Comparação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) no total da população residente com 15 ou mais anos (%) – 2022

Castelo de Paiva é o município do Tâmega e Sousa com a 3.ª menor taxa de beneficiários, face à população residente, apresentando uma taxa de beneficiários menor do que a sua comunidade intermunicipal, do que a região norte e menor do que a do país. A análise da evolução do número de pensões permite-nos estabelecer algumas correlações.

	2011	2021	2011	2021
	Castelo de Paiva	Castelo de Paiva	CIM TS	CIM TS
Total	4916	5003	104035	112191
Segurança social	4498	4513	94113	100697

Fonte: INE, Pordata 2021

Tabela 38 - Distribuição das Pensões (N.º) total e da segurança social, em 2011 e 2021

Poderá haver uma correlação entre a diminuição do índice de longevidade, o aumento da taxa de mortalidade e a diminuição do número de pensões.

	2011	2021	2011	2021
	Castelo de Paiva	Castelo de Paiva	CIM TS	CIM TS
Total	4498	4513	94113	100697
Sobrevivência	1088	1155	24.544	26325
Invalidez	622	367	11843	8075
Velhice	2788	2991	57726	66297

Fonte: INE, Pordata 2021

Tabela 39 - Distribuição das pensões da segurança social (N.º), total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice

A Tabela 34 mostra-nos que entre 2011 e 2021 houve uma diminuição de todos os tipos de pensões, situação verificada também ao nível da região.

Analisando o cômputo dos dados, a perceção existente é que a situação económica dos agregados familiares é de bastante vulnerabilidade. Daí, a ação social do Município ter um papel relevante a diversos níveis, permitindo apoiar as famílias com maior carência económica, nomeadamente em áreas diretamente ligadas à infância. Podem-se destacar as seguintes medidas de apoio social:

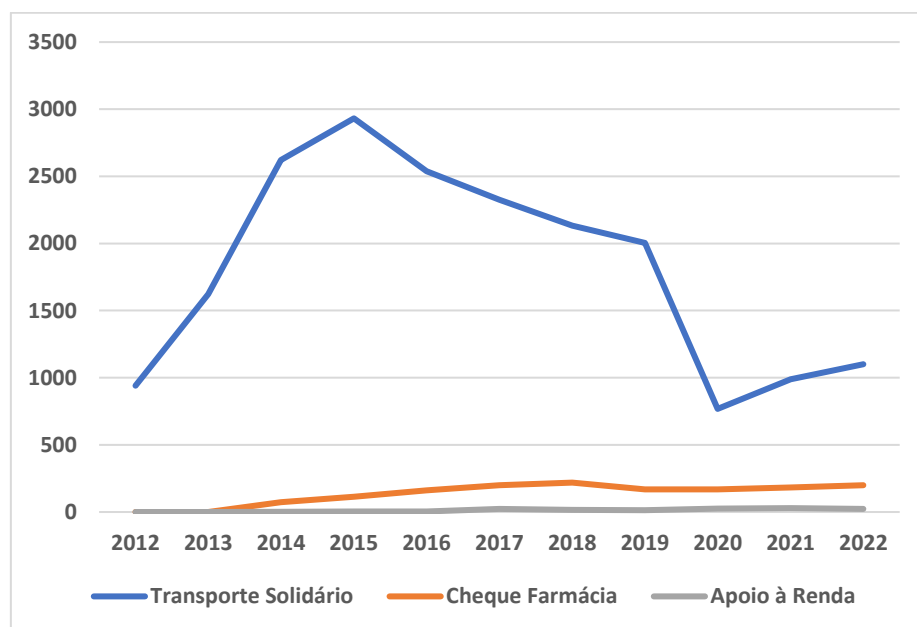
- A isenção do pagamento das refeições e prolongamento dos Jardins de Infância;
- A integração das crianças e/ou pessoas jovens em situação de risco ou em situação de carência económica em programas de ocupação dos tempos livres, durante as férias escolares;
- A Loja Social para doação de alimentos e vestuário;
- O tarifário social e o tarifário familiar, com redução das tarifas de água, recolha de lixo e saneamento, respetivamente, para as famílias em carência económica e famílias numerosas.
- O Cheque Farmácia com o apoio na aquisição de medicação;
- O Incentivo à Natalidade que se materializa em um apoio no valor de 750,00€ para as crianças nascidas no concelho;
- O Transporte Solidário que se materializa em viagens gratuitas para o acesso a consultas/Exames/tratamentos médicos em hospitais centrais e/ou referência;
- Apoio ao Arrendamento que visa a comparticipação financeira do valor mensal da renda, por um período renovável até dois anos.

Concomitantemente, a maioria das medidas de apoio social municipal assumem-se como estratégias para as famílias e simultaneamente para o território, uma vez que dinamizam o tecido económico e social do concelho, isto é o comércio local.

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Transporte Solidário	N.º Utentes	940	1622	2622	2932	2539	2325	2133	2003	768	989	1100
	Valor	27000,00	27000,00	27000,00	27000,00	27000,00	27000,00	27000,00	27000,00	30000,00	30000,00	30000,00
Cheque Farmácia	Famílias			73	113	161	199	219	169	169	184	199
	Valor			2950,00	16850,00	24150,00	28950,00	28850,00	22850,00	23400,00	24850,00	21200,00
Apoio à Renda	N.º Famílias			1	3	5	23	16	14	26	29	22
	Valor			600	1800,00	3000,00	13650,00	9450,00	7860,00	15560,00	16946,00	12988,20
Incentivo à Natalidade	N.º processo novos				25	88	101	83	76	67	57	73
	Total carregamentos				x	x	x	x	362	375	331	322
	Valor				8875,00	66000,00	75750,00	62250,00	64350,00	56250,00	49650,00	48300,00

Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023

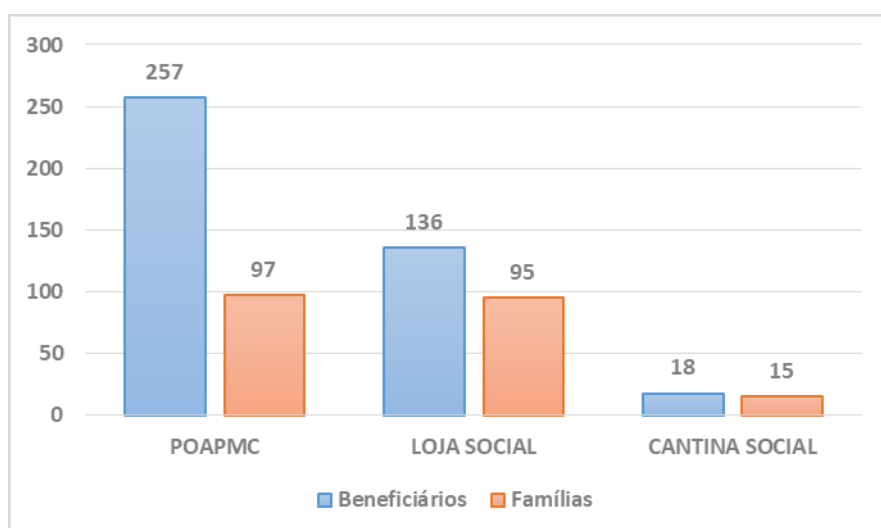
Tabela 40 - Medidas Sociais Municipais por número de famílias/indivíduos apoiados e valor custo para o Município, 2023



Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023

Gráfico 34 - Medidas Sociais Municipais por número de famílias/indivíduos apoiados/ transportes efetuados, 2023

A tabela/gráfico permite-nos constatar que a procura de apoio por parte dos munícipes existe e com uma tendência de aumento. De ressaltar que a linha que se refere ao Transporte Solidário sobressai, em virtude de ser considerado o número de transportes e não o número de utentes. O direito à sobrevivência envolve tudo o que se relaciona com a satisfação das necessidades biológicas e sociais indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento pessoal, tais como alimentação, alojamento e cuidados de saúde, entre outros. A capacidade financeira dos agregados familiares influencia todas estas questões e essa capacidade está diretamente dependente do trabalho e/ou apoios financeiros diversos, que por sua vez vão influenciar a qualidade de vida das pessoas (tanto ao nível material, social e mesmo parental). O Município de Castelo de Paiva tem um conjunto de políticas sociais locais disponíveis, vertidas em medidas de combate à pobreza e à exclusão social. Considerando que as principais causas das situações de pobreza e exclusão social são estruturais, mas agravadas por fatores conjunturais, as diversas medidas foram implementadas no território, numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão. Pretende-se diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes. Duas Instituições Particulares de Solidariedade Social (Centro Social de Santa Maria de Sardoura e Centro Social do Couto Mineiro do Pejão) e a Câmara Municipal de Castelo de Paiva/Rede Social dão resposta aos agregados familiares mais carenciados, nomeadamente no apoio alimentar. Neste sentido, pelo gráfico abaixo podemos perceber que o município dispõe de três tipos de apoio alimentar: Loja Social, Cantina Social e Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC).



Fonte: IPSS e Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2022

Gráfico 35 - Distribuição dos beneficiários do apoio alimentar às famílias e indivíduos (N.º), em 2022

O POAPMC abrange no concelho 257 indivíduos, designados destinatários finais. O Programa visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes nos diferentes territórios nacionais, sob a tutela do Instituto de Segurança Social

O Centro Social de Sta. Maria de Sardoura é, desde 2017, a entidade coordenadora e mediadora, no âmbito deste Programa, que tem como território de intervenção os concelhos de Castelo de Paiva e Arouca. Atendendo a esta abrangência territorial e, uma vez que o Programa impõe uma intervenção articulada e em parceria com outras entidades, foi estabelecido um protocolo de parceria com o Centro Social do Couto Mineiro do Pejão (Castelo de Paiva) e com o Patronato – Centro Paroquial e Social Santa Mafalda (Arouca), para uma abrangência protocolada de 438 indivíduos em situação de carência económica devidamente comprovada. Em termos globais este protocolo tripartido acompanha 402 indivíduos. Do mesmo modo estas IPSS locais, oferecem outra resposta social, a Cantina Social, que abrange 15 agregados, num total de 18 indivíduos e de 36 refeições diárias.

O Município, no âmbito da Rede Social, disponibiliza apoio através da Loja Social a 95 famílias, num total de 136 beneficiários diretos. Representam 2,6 % da população residente, os 411 beneficiários de apoio alimentar no concelho. Estes instrumentos| de políticas sociais abrangem 207 famílias. Consideramos que é um valor muito significativo e que necessita ser estudado aprofundadamente e ser encontradas estratégias de reconversão desta situação e autonomização dos agregados familiares.

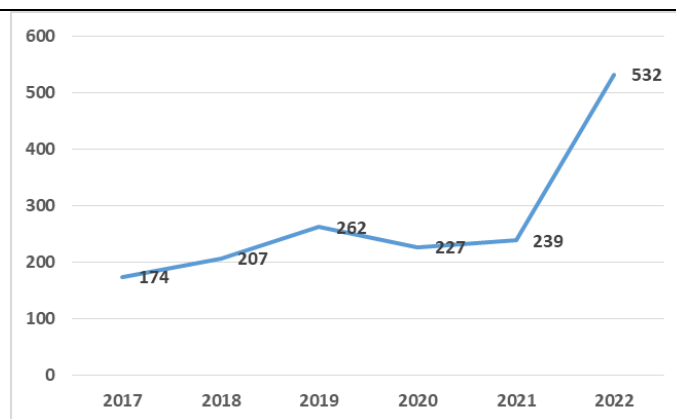
Os dados cedidos pelo Instituto de Segurança Social relativos aos apoios FEAC/POAPMC/2022:

TERRITÓRIO	N.º de Beneficiários	N.º de Agregados Familiares
Castelo de Paiva	488	199

Fonte: CDSS Aveiro, 2022

Tabela 41 - N.º de destinatários e n.º de agregados familiares apoiados pelo FEAC/POAPMC no território de Castelo de Paiva em 2022

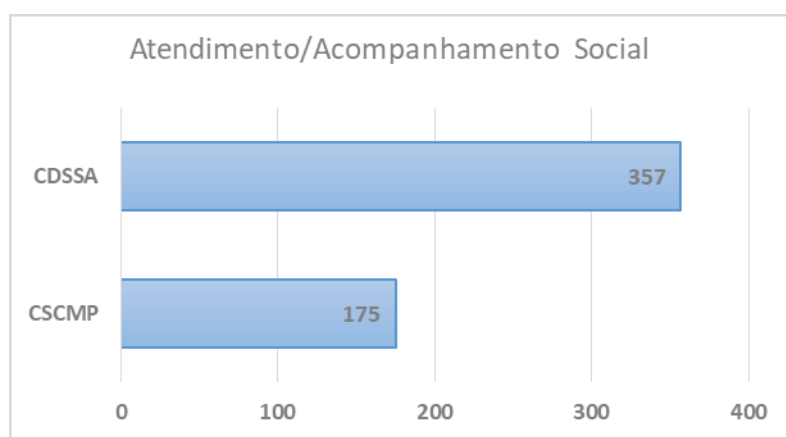
Esta realidade não pode ser dissociada do atendimento e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Este tem vindo a crescer ao longo dos anos, assim como a solicitar respostas de intervenção integradas e multidisciplinares; deixamos de ter um problema no agregado familiar, mas sim multiproblemas, com necessidades cada vez mais complexas e, algumas delas estruturais que exigem respostas multidisciplinares e multi medidas de apoio.



Fonte: CDSSA, 2022

Gráfico 36 - Evolução de contatos de beneficiários de processos familiares ativos (N.º)

Como podemos verificar, através da análise do gráfico, apenas 2020 inverteu o crescimento da curva, contudo uma inversão pouco significativa que, logo foi contrariada pelos anos seguintes, existindo em 2022 uma subida para mais do dobro.



Fonte: CDSSA e CSCMP, 2022

Gráfico 37 - Distribuição dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, apoiados pelo atendimento e acompanhamento social (N.º), em 2022.

Em termos de indivíduos que no ano de 2022 foram atendidos e/ou acompanhados pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, podemos observar que foram 532 beneficiários. Constatamos que 3,4 % da população residente teve um acompanhamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Do total de beneficiários de SASS acompanhados, 96 são crianças ou pessoas jovens (0-18 anos).

Relativamente ao número de processos familiares ativos do tipo RSI em 2022 existiram 207 processos no concelho. Integravam estas famílias, 57 crianças ou pessoas jovens (0-18 anos).

Para lidar com o risco social, é necessário implementar políticas públicas que promovam a igualdade social, reduzam a exclusão e melhorem as condições de vida das comunidades mais vulneráveis. Isso pode envolver ações como a criação de programas de apoio social, a promoção de políticas de inclusão e diversidade, a melhoria do acesso a serviços básicos, o combate à violência e a promoção do desenvolvimento económico e sustentável

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto na emergência social	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Serviços	Falta de respostas sociais de apoio à emergência social Ausência de uma bolsa de recursos permanentes para a emergência social	Promoção de estratégias inovadoras nas respostas à emergência social que dignifiquem os indivíduos e famílias	Estabelecer Circuitos/Protocolos de intervenção imediata entre serviços de primeira linha e a saúde (USF e Saúde Pública) Concertação das respostas e dos projetos de proximidade na área da emergência social, com avaliação do impacto gerado na comunidade	Criação de respostas sociais de apoio à emergência, como, Habitação de Emergência Social -

Tabela 42 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Área do risco

Perfil de Risco

- A não intervenção precoce em perturbação de desenvolvimento pode ser sinónimo de coexistência com perturbação emocional e comportamental;
- Desestruturação Familiar;
- Desresponsabilização familiar e parental;
- Vulnerabilidade social multi problemática;
- Reprodução de modelos parentais desestruturados;
- Disfuncionalidade comportamental individual e familiar;
- Subsidiodependência;
- Comportamentos desviantes;
- Crescimento dos casos clínicos de saúde mental em diferentes graus de crescente complexidade e precocidade;
- Situações de saúde mental na infância com sinais detetados cada vez mais precocemente e na adolescência, associada às novas formas de sociabilização, de estilos de vida e comportamento de risco;
- Dependência das crianças e pessoas jovens com autismo dos cuidadores e dos técnicos nas instituições, nomeadamente docentes e educadores;
- Dificuldade dos cuidadores de compatibilizarem a vida familiar, profissional e o cuidado às crianças e pessoas jovens com autismo;
- Falta de preparação dos técnicos em geral docentes e auxiliares na relação profissional com as crianças e pessoas jovens com autismo;
- Despiste e diagnóstico precoce nas creches e jardins-de-infância, em colaboração com a saúde;
- Terapia da fala, acompanhamento psicológico, ocupação de tempos livres;
- Terapia Ocupacional;
- Apoio aos cuidadores de crianças com autismo;
- Dependência digital;
- Déficit em igualdade de oportunidades no acesso a política pública (gratuidade creche);
- Inacessibilidade à modernização logística dos espaços infantis;
- Má qualidade nos serviços de apoio prestados;
- Sinalizações à Equipa Local de Intervenção tardias;
- Serviços/projetos das IPSS aquém do expetável e limitação recursos;
- Dificuldade de comunicação e/ou intervenção articulada entre saúde/pedopsiquiatria e outros

sistemas, contextos de integração da criança ou jovem, para além do familiar;

- Discriminação discentes NEE;
- Violência doméstica enquanto fenómeno transversal a todos os grupos etários e estratos socioeconómicos;
- Baixa literacia social de muitas vítimas de violência doméstica associada à baixa autoestima e dependência económica;
- Componente de estatuto bem determinada – especial incidência da vitimização no sexo feminino;
- Aumento situações de carência e privação material, desemprego e exclusão;
- Alcoolismo em todas as faixas etárias e classes sociais;
- Consumos associados à desestruturação social e familiar em contexto de crise;
- Alcoolismo associado à precariedade e fragilidade socioeconómica;
- Alcoolismo associado à violência doméstica;
- Isolamento social continuado de pessoas adolescentes e pessoas jovens;

Necessidades de Intervenção Prioritária

- Apoio na construção de modelos parentais normativos geradores de regras e referências para a organização familiar;
- Acesso a experiências positivas de organização pessoal e familiar em contato com outros modelos sociais;
- Acesso a modelos de Parentalidade positiva com exercício de regras e normas de gestão parental e familiar;
- Acesso a experiências de Parentalidade positiva, da pertença à comunidade através do reconhecimento das suas capacidades em ambiente externo às famílias;
- Acesso a estratégias de vinculação afetiva e emocional com as crianças;
- Reforço na promoção de atividades ocupacionais, lúdico desportivas inclusivas e transversais a todas as classes sociais /idades;
- Aumento no número de vagas nas Creches;
- Política pública para modernização espaços infantis;
- Política pública de revitalização do parque escolar e edifícios devolutos de apoio;
- Articulação interinstitucional;
- Maior articulação entre saúde/pedopsiquiatria e os diversos contextos de desenvolvimento/crescimento da criança ou pessoas jovens;
- Ação terapêutica direcionada para a infância e juventude em ambiente escolar, juntamente com as famílias e agentes educativos;

- Intervenção preventiva e precoce para antecipar as consequências sociais, individuais e familiares geradas pelas perturbações de saúde mental, com o agravar das situações de insucesso escolar, desestruturação familiar e exclusão social;
- Coordenação das diversas intervenções no terreno (IPSS/entidades/serviços na mesma família) evitando a sobreposição de intercessões na mesma família;
- Apoios sociais às famílias;
- Maior investimento em metodologias inovadoras de prevenção primária de comportamentos de risco;
- Coordenação interinstitucional da intervenção com uma metodologia de intervenção integrada – EAVD | Cataventos |;
- Intervenção preventiva na comunidade promotora da relação interpessoal positiva e não baseada na violência;
- Foco na empregabilidade e autonomia financeira das vítimas de violência doméstica.

Ações Tipo Prioritárias

- Equipa Local de Intervenção Precoce anualmente fazer uma apresentação/reforço do seu trabalho (maior apetência para a sinalização precoce por parte famílias/instituições);
- Equipa Local de Intervenção em funcionamento a tempo inteiro;
- Intervenção de apoio e de reforço de competências parentais em articulação interinstitucional;
- Promoção e desenvolvimento de atividades/projetos ocupacionais para períodos de férias escolares direcionadas a todas as pessoas adolescentes e pessoas jovens;
- Definição de atividades/programas/projetos ocupacionais adaptadas às idades (6 – 10 anos/ 11 – 15 anos);
- Promoção de atividades ocupacionais que envolvam as pessoas jovens na vida da sua comunidade (similares IPDJ);
- Alargamento do número de vagas dos acordos de cooperação em Creche;
- Requalificação dos equipamentos sociais existentes;
- Requalificação e readaptação nos equipamentos de apoio ao funcionamento dos espaços infantis;
- Obras de melhoria no edificado do parque escolar e edifícios de apoio;
- Maior disponibilidade efetiva para a articulação interinstitucional através de planeamento concertado e operacionalizado;
- Estabelecimento de canais abertos para a comunicação /intervenção integrada de proximidade entre saúde e outros sistemas, contextos de desenvolvimento da criança ou jovem;
- Diminuição do tempo de espera pela consulta/acompanhamento mais contínuo de psiquiatria;

- Reforço dos programas de promoção de saúde mental no ambiente escolar com projetos de prevenção do Bullying, da agressividade e de promoção da empatia e gestão das emoções;
- Criação de equipas técnicas multidisciplinares para intervenção precoce e desenvolvimento;
- Projeto acessibilidade social à cultura e ao desporto;
- Criação de programas inovadores de apoio social às famílias;
- Reforço do apoio ao nível das respostas de ajuda alimentar existentes no concelho;
- Projetos de inclusão com a componente de inserção profissional das vítimas;
- Ações de prevenção da violência no namoro nas escolas;
- Efetiva concretização dos procedimentos sistematizados de sinalização e referenciação – na área da saúde, forças de segurança, instituições e serviços com intervenção na área;
- Efetiva concretização da Rede Municipal Intervenção Violência Doméstica;
- Dinamização do serviço especializado de acompanhamento para crianças e pessoas jovens com vivências no contexto da violência doméstica |RAP|;
- Micro formações motivacionais e comportamentais na reformulação de expectativas de futuro.
- Criação de programas inovadores de apoio social às famílias;
- Reforço do apoio ao nível das respostas de ajuda alimentar existentes no concelho;

Projetos Prioritários

Proposta 1

- Criação de |Centro de Recursos| para a Parentalidade Positiva e Equipa técnica multidisciplinar de intervenção no desenvolvimento das crianças e pessoas jovens;

Objetivos

- Trabalhar o vínculo de ligação emocional e parental entre as crianças/pessoas jovens e as figuras parentais;
- Fortalecer o laço construtivo entre a família, a escola e as instituições onde criança/jovem está integrada;
- Promover experiências ativas de referência na Parentalidade Positiva, através de uma metodologia integrada de intervenção familiar.

Proposta 2

- Criação de respostas/projetos ocupacionais comunitários direcionados a crianças de todas as classes sociais;
- Adaptação das atividades as idades das crianças/pessoas jovens.

Objetivos

- Igualdade de oportunidades na acessibilidade as atividades/programas ocupacionais;
- Aumentar da motivação das crianças/pessoas jovens na integração em atividades ocupacionais em tempos livres;
- Retirar as crianças de |casa espaço de risco|;
- Aumentar a acessibilidade social à cultura e ao desporto.

Proposta 3

- Equipa Técnica concelhia multidisciplinar de apoio nas instituições de ensino;

Objetivos

- Aproximar as famílias com crianças autistas e as escolas;
- Apoiar e intervir precocemente e multidisciplinarmente;
- Conhecer e atualizar a situação do problema do autismo no concelho;

Proposta 4:

- Centro de Recursos para a Inclusão;

Objetivos

- Criação de serviço especializados na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiem e intensifiquem a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os discentes;
- Apoiar a inclusão das crianças e discentes com necessidades de mobilização de medidas adicionais de suporte a aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade.

Proposta 5

- Reforço, articulação e novas metodologias de atuação apoio a situações de emergência social (alimentação, alojamento, necessidades básicas, entre outras); BNAUT e POAPMC.

Objetivos

- Articulação interinstitucional;
- Resposta equitativa à comunidade;
- Trabalho de parceria em prol melhoria qualidade de vida população;
- Criação de uma base de dados local de habitações para arrendamento.

Proposta 6

- Efetiva concretização Protocolo para Territorialização da Rede Nacional de Apoio as Vítimas de Violência Doméstica;

- Casa de Emergência Social.

Objetivos

- Articulação interinstitucional capacitadora de intervenções integradas e não duplicadas;
- Respostas territoriais e de proximidade as situações de violência doméstica;
- Espaço de albergue para situações de emergência social.

Proposta 7

- Candidatura a projetos de intervenção social e comunitária de acordo com avisos de abertura, a diferentes programas de financiamento.

Objetivos

- Desenvolvimento de projetos comunitários de intervenção sistémica.

Proposta 8

Transversal a todos os domínios de intervenção analisados e com impacto no território tem sido os diversos programas CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, assim como diversos programas de intervenção comunitária.

- Necessidade e premência de o concelho de Castelo de Paiva continuar a ser território contemplado com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.
- Necessidade de o território ser contemplado com outros projetos de intervenção social inter multidisciplinares e interinstitucionais como por exemplo |Bairros Saudáveis|, |Cultura para Todos|, |Ser Criança|, etc.

Proposta 9

- Reforço, articulação e novas metodologias de atuação apoio a situações de emergência social (alimentação, alojamento, necessidades básicas, entre outras);

Objetivos

- Articulação interinstitucional;
- Resposta equitativa à comunidade;
- Trabalho de parceria em prol melhoria qualidade de vida população;
- Criação de uma base de dados local de habitações para arrendamento.

Proposta 10

Respostas Sociais:

- BNAUT;
- POAPMC;

CAPÍTULO III - VULNERABILIDADE SOCIAL

Vulnerabilidade social é uma condição na qual indivíduos, famílias ou grupos sociais enfrentam dificuldades para atender às suas necessidades básicas e manter um nível mínimo de bem-estar e dignidade. Essas dificuldades podem incluir falta de acesso a serviços de saúde, educação, habitação adequada, alimentação suficiente, emprego, habitação, proteção social e segurança. A vulnerabilidade social pode ser causada por diversos fatores, como desigualdades económicas, discriminação, exclusão social, violência, desastres naturais, migração forçada, entre outros. Aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social têm menos recursos e oportunidades para lidar com os desafios que enfrentam e, muitas vezes, dependem de ajuda externa para sobreviver. Inclui problemáticas decorrentes de circunstâncias de vida pessoais ou sociais específicas que num contexto social em que são escassos ou que não existem recursos específicos ou respostas especializadas de apoio se encontram em situação de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade perante o contexto social em que se encontram poderá ser minimizada com a intervenção social direcionada às suas necessidades específicas. A luta contra a vulnerabilidade social é um desafio complexo e multifacetado que exige ações coordenadas em várias áreas, incluindo políticas públicas, programas de apoio social, acesso a serviços básicos, emprego e habitação, educação e formação profissional, e promoção da inclusão social e igualdade de oportunidades.

Pessoas Séniores

O envelhecimento da população é uma característica dos países desenvolvidos, sobretudo da Europa e que tende a estender-se a todas as sociedades. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002), haverá um aumento do número de pessoas idosas nos países em desenvolvimento, onde a população com mais de 65 anos aumentará mais de nove vezes até ao ano de 2050. Em 2006 existiam no mundo 600 milhões de pessoas idosas. Prevê-se que esse número aumente para 2.000 milhões no ano de 2050, o que superará o número da população infantil, pela primeira vez na História da Humanidade. De acordo com os Censos 2011, Portugal perdeu população entre todos os grupos etários, com exceção no grupo etário dos 65 e mais anos, verificando nesse mesmo ano um índice de envelhecimento na ordem dos 128 pessoas idosas para cada 100 pessoas jovens (102 em 2001), bastante expressivo do desequilíbrio geracional atual e do posicionamento da nossa sociedade, como uma sociedade envelhecida (Instituto Nacional de Estatística, 2012). As tendências demográficas mais recentes apontam um aumento da esperança média de vida, um decréscimo da base da pirâmide correspondente à população mais jovem, e um crescimento do topo da pirâmide, com o aumento da população idosa (Instituto Nacional de

Estatística, 2012). Também o índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos (população idosa) com a população dos 0 aos 14 anos (população jovem), continuou a aumentar.

A população idosa em Castelo de Paiva, segundo os últimos censos (2021), era de 3251 pessoas. Segundo os dados estatísticos e em termos percentuais verificamos que se acelerou a tendência para o crescimento deste grupo etário com um aumento percentual que supera o verificado em Portugal. Ainda assim, é possível constatar um número superior de pessoas idosas, do género feminino, no grupo etário dos 65 e mais anos. A Tabela 41 apresenta os dados correspondentes à população residente por local de residência, por sexo e grupo etário.

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2021)		População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo e Grupo etário; Decenal		
			Sexo		
			HM	H	M
			Grupo etário		
			65 e mais anos		
			N.º	N.º	N.º
2021	Castelo de Paiva	0106	3251	1401	1850
2011	Castelo de Paiva	0106	2590	1050	1540

Fonte: INE 2021

Tabela 43 - População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo e Grupo etário; Decenal

A adaptação ao envelhecimento populacional (a nível individual, organizacional e social) é um dos conceitos-chave da atualidade, estando na base da criação de vários programas nacionais e internacionais que promovem um envelhecimento saudável que visa dar resposta aos desafios específicos do envelhecimento populacional, possibilitando que mais pessoas vivam mais tempo com uma boa saúde e de forma ativa, independente e gratificante.

A implementação de projetos no território, especialmente dedicados a esta população, têm-se mostrado uma mais-valia na intervenção social territorial e com resultados visíveis na comunidade. Exemplo disto são os diversos projetos que têm surgido (CLDS, Projeto MICAS, Projeto SOL, Projeto RIIA, Projeto Cuidar de Quem Cuida) e que têm perdurado no concelho, nomeadamente aqueles que são resposta a problemas territoriais e onde a parceria, os recursos e as necessidades são otimizadas em prol de intervenções concertadas e complementares, não colocando em causa a identidade institucional e territorial.

Também a Universidade Sénior de Castelo de Paiva, enquanto “respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar regularmente atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e convívio, a partir dos 50 anos de idade” in RCM 76/29. Apesar das limitações das diversas IPSS, associações e município a criatividade, a parceria, a inovação e a proatividade estão patentes na atuação das mesmas.

A tabela seguinte apresenta os principais projetos/respostas e a sua capacidade.

Projeto	Promotor	Capacidade
Projeto MICAS	Câmara Municipal de Castelo de Paiva	125
Projeto SOL	Câmara Municipal de Castelo de Paiva	41
Projeto RIIA	Câmara Municipal de Castelo de Paiva	102
Projeto CQC – Cuidar de Quem Cuida	Câmara Municipal de Castelo de Paiva	10
CLDS [eixo 3]	Associação de Desenvolvimento Rural Integrada nas Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	93
Universidade Sénior	Associação Pro Ativa de Castelo de Paiva	30

Fonte: Carta Social, 2022

Tabela 44 - Projetos desenvolvidos, 2022

Vamos incidir agora a análise sobre o trabalho realizado, no ano de 2022, pelo CLDS4G VIDA na área da Promoção do Envelhecimento e Apoio à População Idosa (eixo III), desenvolvido através da concretização de eixo específico.

Atividade 21: “Saber viver” – levantamento de necessidades em algumas aldeias isoladas do concelho, para posteriormente se dar resposta às suas solicitações, através da realização de palestras sobre variadas temáticas.

Meta: 4 sessões.

Atividades/resultados: Foram realizadas duas palestras: uma palestra promovida pela GNR, sobre Segurança nas Aldeias, em Guirela, e uma palestra sobre “Como aprender a lidar com o Alzheimer”, com a Dra. Mariana Pereira, no CICL.

Participantes: 41 pessoas.



Atividade 22: “Passear contigo” – cujo objetivo é organizar visitas com os pessoas idosas, para que estes possam conhecer/explorar locais do próprio concelho e concelhos vizinhos, preferencialmente locais pertencentes ao território das “Montanhas mágicas”.

Metas: 20 pessoas idosas; 3 deslocações

Atividades/resultados: Foi realizada uma visita à Serra da Freita e Oliveira de Azeméis, com pessoas idosas residentes em Castelo de Paiva.



Figura 8 - CLDS4G VIDA na área da Promoção do Envelhecimento e Apoio à População Idosa (eixo III),

Incidimos agora a análise sobre o trabalho realizado, no ano de 2022, pelo CLDS4G VIDA na área da Auxílio e Intervenção Emergencial às Populações inseridas em Territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitário (eixo IV), desenvolvido através da concretização de eixo específico.

Atividade 23: “Ateliers tradicionais” – desenvolvimento de oficinas/ateliers com o objetivo de desenvolver atividades dinâmicas que valorizem os conhecimentos e tradições culturais da comunidade.

Metas: 20 residentes; 3 ateliers

Atividades/resultados: Deu-se continuidade às atividades do atelier de Midões e de Gaído.

Participantes: Mantiveram-se os mesmos participantes.



Atividade 24: “Cantinho da memória” – prevê a partilha de histórias e saberes entre pessoas mais velhas e as crianças, que serão compiladas num livro, onde os mais novos terão o seu cunho, através da ilustração de desenhos.

Metas: 20 residentes; 1 livro

Atividades/resultados: Deu-se continuidade dos momentos de partilha de histórias e saberes entre pessoas mais velhas e as crianças. O livro encontra-se em execução.

Participantes: 26 residentes.



Figura 9 - CLDS4G VIDA na área da Auxílio e Intervenção Emergencial

Pessoas Idosas

A abordagem da temática do envelhecimento inclui, necessariamente, a análise dos aspetos culturais, classe política e económicos relativos a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que permeiam a história das sociedades. É importante assinalar que o envelhecimento, por ser um fato biológico e cultural, deve ser observado sob uma perspetiva histórica e socialmente contextualizada.

O tratamento dispensado à velhice dependerá dos valores e da cultura de cada sociedade em particular, a partir dos quais ela construirá sua visão dessa última etapa da vida. São novos valores que configuram uma nova visão de mundo, de sociedade, de um novo período histórico que se constrói globalmente. O processo de globalização, impulsionado pela revolução tecnológica (com suporte nas tecnologias microeletrónicas e da era cibernética), é marcado pela instantaneidade e descartabilidade favorecendo o culto da juventude, da beleza, da virilidade e da força física em detrimento da idade madura e da velhice que são associadas à improdutividade e decadência.

Há até quem fale em “ideologia da juventude. Nesse cenário social de predomínio da efemeridade e da não permanência, há pouco espaço para os pessoas idosas que acabam por ficar desprotegidos e marginalizados, contexto esse que tem como resultado a dificuldade de auto-aceitação e mesmo de rejeição, por parte do idoso, de seu próprio envelhecimento. Face às mudanças constantes na sociedade atual, nomeadamente a entrada da mulher no mercado de trabalho, a sua emancipação, o acesso ao ensino e a ascensão a uma carreira profissional ditaram o afastamento do cuidado dos mais velhos e/ou dependentes do seio exclusivo da família. O envelhecimento passou a ser visto numa perspetiva social em que o estado criou políticas públicas como resposta à parte mais vulnerável da população, neste caso as pessoas idosas.

É certo que o Estado tem respondido às solicitações das famílias e às necessidades das pessoas idosas através por exemplo da institucionalização, principalmente para os mais vulneráveis. O Estado passou a ser, em tese, o agente responsável pela proteção social, não conseguindo responder eficazmente a todas as situações, e por isso, a partir daqui existe um problema social (<https://problemas-e-desafios.webnode.pt/envelhecimento-e-sociedade/papeis-sociais-na-familia/>). O contínuo envelhecimento da população do Município de Castelo de Paiva deve ser um fator de inquietação e prioritário, sendo uma tendência a nível nacional e europeu, uma vez que é também uma das transformações mais significativas no século XXI ao nível demográfico, tendo grandes implicações nos mais diversos domínios da sociedade, destacando-se o mercado de trabalho e as alterações ao nível do mercado (consumo de bens e de serviços), mas também em grandes mudanças que terão de ocorrer nos serviços e redes de apoio e nas estruturas familiares, que também estão a registar grandes alterações.

Da apreciação do quadro abaixo exposto, verifica-se que o Índice de Envelhecimento e o Índice de Dependência das Pessoas idosas aumentou significativamente, entre 2011 e 2021, acentuando a pressão demográfica sobre a população em idade ativa. O Município de Castelo de Paiva apresenta um índice de envelhecimento de 177,7, para o ano de 2021, de acordo com os dados do recenseamento do INE, o que significa que existiam 177,7 pessoas com 65 e mais anos de idade por cada 100 pessoas menores de 15 anos.

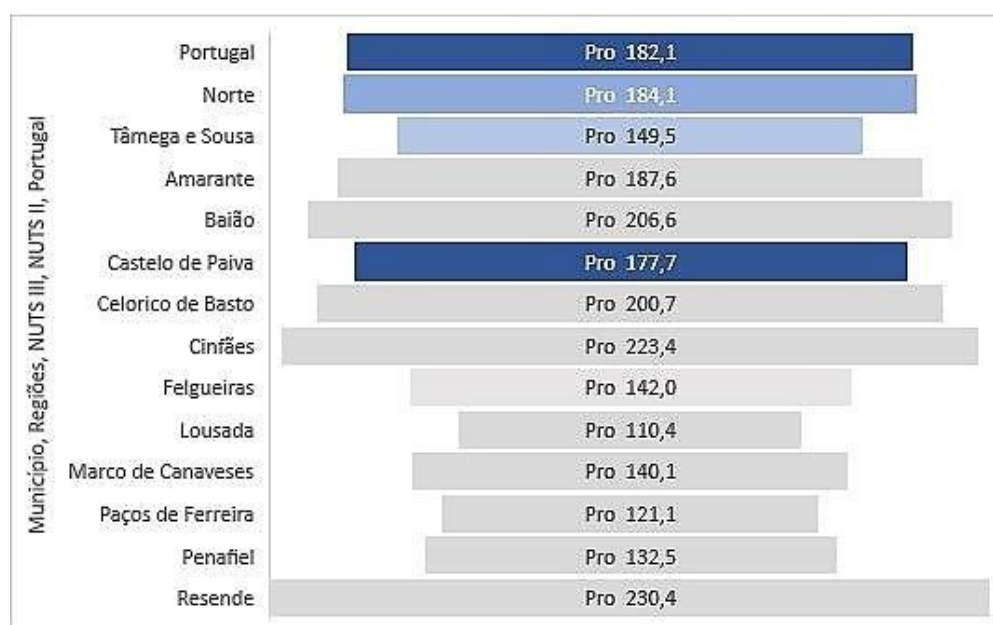
A Tabela seguinte apresenta os dados referentes aos seguintes indicadores: índice de envelhecimento, índice de longevidade, taxa bruta de mortalidade e índice de dependência de pessoas idosas.

ANO	Índice Envelhecimento	Índice Longevidade	Taxa Bruta Mortalidade	Índice Dependência Pessoas idosas
2011	95,8	49,9	8,3	22,6
2021	177,7	45,9	10,5	31,0

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 45 - Indicadores demográficos, no concelho, em 2021

O Gráfico 43 apresenta o Índice de envelhecimento, nos concelhos do Tâmega e Sousa, em 2021.



Fonte: Pordata, 2021

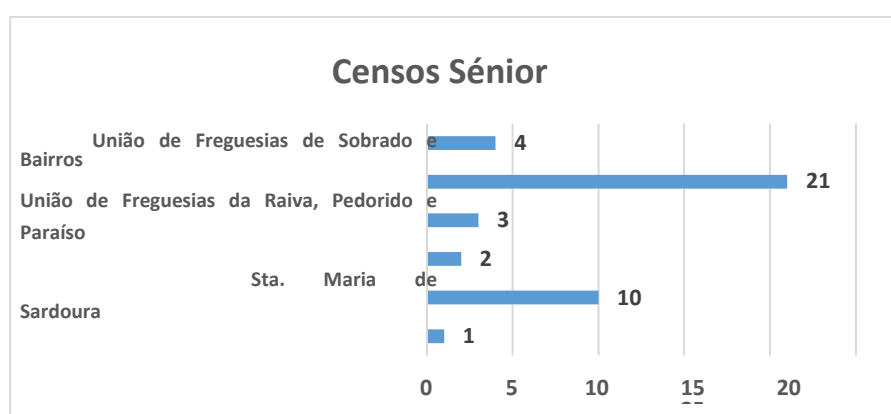
Gráfico 38 - Índices de Envelhecimento CIM, em 2021

Se compararmos a evolução deste indicador nos últimos anos, constata-se que o seu valor tem

seguido quase uma tendência exponencial, sendo esta uma tendência mais ou menos generalizada noutras regiões do país, embora em algumas das regiões com um carácter mais acentuado, como é o caso do Município de Castelo de Paiva. Efetivamente, se analisarmos a posição relativa de Castelo de Paiva, o Município ocupa a 5ª posição comparativamente às restantes regiões do Tâmega e Sousa, tendo um valor superior a esta. Relativamente aos valores encontrados para a região Norte e para a totalidade do território nacional, apresenta um valor mais baixo.

O índice de dependência de pessoas idosas (323,09%) traduz a relação entre o número de pessoas que atingem uma idade em que estão geralmente inativas do ponto de vista económico (65 e mais anos de idade), e o número de pessoas em idade ativa (dos 15 aos 65 anos de idade). Assim, entre 2011 e 2021, verifica-se um aumento gradual nessa relação. Esta tendência é congruente com os dados anteriormente apresentados, e vai ao encontro do que foi verificado a nível nacional e a nível concelhio. Como informação adicional podemos afirmar que as freguesias com maior incidência deste indicador são as freguesias de São Martinho de Sardoura (389,29%), União de freguesias Sobrado e Bairros (345,80%) e Real (342,37%). Todas estas freguesias têm valores superiores ao total do concelho. Relativamente às restantes freguesias assumem valores inferiores as do concelho no seu total, Sta. Maria de Sardoura (314,76%), União de freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso (297,06%) e Fornos (263,25%).

A população idosa é considerado um grupo etário especialmente marcado pela existência de situações de vulnerabilidade social pela existência de casos de isolamento ou solidão e, muitas vezes simultaneamente, em situação de carência ou privação económica. Relativamente as pessoas idosas isolados sinalizados em isolamento ou risco, segundo os Censos Sénior da Guarda Nacional Republicana são 41 pessoas idosas no concelho de Castelo de Paiva.



Fonte: GNR, 2021

Gráfico 39 - Censos Sénior, 2022

O Município de Castelo de Paiva tem no terreno o Projeto SOL, um projeto de apoio aos mais

peçoas idosas, que visa tomar medidas para minimizar as consequências do isolamento e da solidão. Consiste num trabalho de proximidade desenvolvido por uma equipa multidisciplinar da Câmara Municipal, em conjunto com outras instituições sociais e oficiais, nomeadamente a Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva e a Guarda Nacional Republicana. Este projeto incide numa aproximação ao idoso por parte da equipa referenciada, criando-se uma ligação contínua no tempo através da promoção de contactos periódicos, presenciais e telefónicos, e no envolvimento dos peçoas idosas em atividades lúdico-recreativas e culturais desenvolvidas no concelho e apoio na resolução de situações. Paralelamente, o facto de existir esta equipa no terreno contribui para o aumento do sentimento de segurança. O Projeto SOL assume-se como um elo de ligação à sociedade e de (re) integração social.

Os pensionistas da Segurança Social são outra fonte fiável do retrato de vulnerabilidade das peçoas idosas isolados. Embora não estejam disponíveis os números exatos, é do conhecimento que muitos dos pensionistas com rendimentos mais reduzidos estão, simultaneamente em situação de isolamento. Se desagregarmos o número de pensionistas em Castelo de Paiva por tipologia de pensão recebida, verificamos que em 2022 os pensionistas por velhice (3.028) representam a grande maioria deste grupo mas que existe também um número significativo de pensionistas por invalidez (361) e de sobrevivência, o grupo mais vulnerável, com 1.162 pensionistas. Ainda segundo mesma fonte, o número de beneficiários do Complemento Social para Peçoas idosas no ano de 2022 foi de 296 peçoas idosas.

Município	Pensão de velhice	Pensão de sobrevivência	Pensão de invalidez	Pensão social de velhice
Castelo de Paiva	3028	1162	361	13

Fonte: CDSS Aveiro, 2022

Tabela 46 - Pensões da Segurança Social, CDSS Aveiro, 2022

Um número significativo desta população encontra-se em privação material com dificuldade de responder às suas necessidades básicas. Com o agravamento deste quadro de vulnerabilidade está o aumento dos custos de saúde associado presente na idade avançada de muitos deles, a baixa mobilidade e a autonomia/independência pessoal em redução.

Atualmente, os equipamentos e as respostas sociais existentes não colmatam as necessidades da população alvo. No concelho de Castelo de Paiva existem cinco Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas com uma taxa de ocupação de 100% (sendo que, uma delas ainda não está construída) e uma taxa de procura de 100%, o que significa que os lugares disponíveis nesta resposta se encontram ocupados e que, inclusivamente possuem listas de espera que perfazem o número de lugares existentes na sua totalidade. Isto é, o concelho necessita de tantas vagas como as que já tem disponíveis (ocupadas). Existe uma dificuldade muito significativa de resposta ao nível deste equipamento social, tanto ao nível local, como de resposta a solicitações externas advindas da área da saúde e/ou segurança social e ação social municipal. Sobressaem de modo evidente necessidades de resposta de acolhimento e apoio social decorrentes do envelhecimento acelerado da população residente no concelho, tal como se constata no restante território nacional, justificado pelo elevado índice de envelhecimento que o concelho possui. Nos Centros de Dia (dois deles sem acordo de colaboração) e Centros de Convívio (um deles sem acordo de colaboração) a situação é complexa pelo impacto que a pandemia teve no seu funcionamento e gestão. Contudo, lentamente estamos a regressar à normalidade, apesar de as IPSS terem passado momentos difíceis relativamente a estas valências. A taxa de ocupação dos Centros de Dia é 82,6% e Centros de Convívio, 77,7%. Não podemos descurar um fenómeno observado no território, relativamente aos utentes destas respostas sociais: alguns deles já reúnem condições para integração em ERPI, contudo dada a inexistência deste tipo resposta optam pela integração nestas valências. Existe um desajuste entre utente/resposta social em muitas situações, contudo a opção pela integração acaba por ser a resposta que as famílias têm por forma a conseguir conciliar a vida pessoal, com a profissional, a solidariedade intergeracional e responsabilidade familiar. Em termos gerais, na área das pessoas idosas, o concelho de Castelo de Paiva apresenta défices de respostas a todos os níveis: ERPI, CD, CC e SAD (com uma taxa de procura de 2,97%), uma vez que as respostas/equipamentos não respondem totalmente a todas as necessidades diagnosticadas localmente e algumas delas funcionam sem qualquer acordo de colaboração, nomeadamente as respostas sociais da Associação Combatentes do Ultramar Português, Associação para a Promoção Social e Profissional de Castelo de Paiva (centros de dia) e Associação Centro Social e Cívico Viver São Martinho (centro de convívio). A própria geografia do concelho associadas às acessibilidades/vias de comunicação é um handicap ao trabalho das IPSS, existindo o extravasar da sua área de intervenção para fora do concelho e necessidades insatisfeitas internamente ao Município.

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas pessoas idosas	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Conhecimento	Falta de diagnóstico de necessidades e problemas específicos das pessoas idosas Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população	Criação de rede de proximidade (Juntas de Freguesia)	Ações de capacitação para técnicos	Realização de Estudos de Diagnóstico
Saúde	Falta de educação para as necessidades específicas de saúde das pessoas seniores Baixa literacia em saúde, sobretudo na toma de medicação	Projetos de literacia em saúde	Plano de Cuidados de Saúde Integrados Planeamento e articulação dos centros de Saúde com os SAD e os Centros de Dia, para a prestação de cuidados de saúde; nutrição e preparação e administração de medicação	Plano de Cuidados conjunto Saúde-Social
Bem-estar	Isolamento social e geográfico Aumento do número de pessoas idosas em situação de solidão e isolamento agravado e decorrente da situação pandémica Ausência de retaguarda familiar Parcos rendimentos/pensões Insegurança face aos perigos (Ex: burlas, roubos) Demissão do papel da família Falta de “dinheiro de bolso” para pessoas idosas com apoio institucional	Desenho e implementação de projetos comunitários e intergeracionais Criação de redes de apoio de proximidade Criação de grupos Psicoeducativos	Divulgação dos serviços/instituições que disponibilizam produtos de apoio Ações de formação para IPSS	Ações de valorização das pessoas idosas

Respostas sociais	<p>Dificuldade da gestão da individualidade em contexto de ERPI</p> <p>Ausência de respostas especializadas para a demência</p> <p>Recursos humanos internos sem formação profissional especializada</p> <p>Fraca motivação/aceitação das pessoas idosas na frequência das respostas sociais</p> <p>Ausência de vagas em ERPI</p> <p>Ausência de equipas multidisciplinares com atuação em SAD</p>	<p>Capacitação de técnicos na área da saúde mental (demência)</p> <p>Desenvolvimento de um plano de formação direcionado aos ajudantes de ação direta</p> <p>Divulgação dos serviços/instituições que disponibilizam apoio às pessoas idosas</p> <p>Recriação de um novo modelo de resposta SAD</p>	<p>Capacitação para os recursos humanos das ERPI</p> <p>Criação de equipas multidisciplinares de intervenção e avaliação imediata no domicílio, nas várias áreas de intervenção</p>	<p>Reforço das respostas sociais para pessoas idosas</p>
Cidadania	<p>Desconhecimento dos direitos das pessoas idosas</p> <p>Invisibilidade social das pessoas seniores – Estigma sobre o envelhecimento</p>	<p>Criação da comissão e proteção do idoso</p>	-	<p>Programa de promoção dos mais velhos</p> <p>Criação de estruturas locais representativas das pessoas seniores</p>
Serviços	<p>Inadequação dos serviços públicos existentes aos novos perfis geracionais das pessoas idosas</p> <p>Ausência de uma rede de transportes e de acompanhamento a consultas a preços acessíveis</p>	<p>Implementação da <i>Boleia Social</i> (definição de circuitos de interesse)</p> <p>Articulação com os Bombeiros voluntários na adoção de medidas de cariz social</p>	<p>Operacionalização e melhoria do serviço de transportes</p>	<p>Criação de circuitos</p> <p>Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva</p>
Cuidadores	<p>Inexistência de apoio ao cuidador informal</p> <p>Pessoas idosas a coabitar com descendentes com diagnóstico de doença mental</p> <p>Ausência de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente a nível noturno</p> <p>Ausência de respostas que proporcionem o descanso ao cuidador</p>	<p>Alargamento dos horários do SAD</p> <p>Capacitação/formação de cuidadores formais, para uma visão holística do idoso</p> <p>Capacitação dos cuidadores informais</p>	<p>Divulgação do Estatuto do Cuidador Informal junto dos serviços e IPSS</p> <p>Operacionalização de um projeto dedicado ao descanso do cuidador informal</p>	<p>Respostas de apoio ao descanso de cuidador</p>
Habitação	<p>Fracas condições habitacionais</p>	<p>Equipa de proximidade de apoio</p>	-	<p>Programas de apoio à melhoria das</p>

		Projetos de intervenção comunitária (pequenas reparações)		condições de habitabilidade
		Operacionalização do programa <i>Repara</i>		

Tabela 47 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Pessoas com Deficiência

O universo das pessoas com deficiência e suas particularidades em termos de tipologia são dados estatisticamente sensíveis e que nos deixam com algumas reservas quanto à veracidade dos mesmos, em termos territoriais. Relativamente as pessoas com deficiência, por tipo de deficiência os dados que conseguimos apurar junto do INE reportam-se a 2001.

Castelo de Paiva	963
Auditiva	102
Visual	213
Motora	229
Mental	175
Paralisia Cerebral	33
Outras Deficiências	211

Fonte: INE 2001

Tabela 48 - Pessoas com Deficiência por tipo de deficiência (N.º), em 2001

Analisando a informação disponível constatámos que existe um valor considerável de pessoas incluídas em (outras deficiências) o que nos deixa algumas dificuldades em termos de interpretação dos dados e planeamento de intervenções.

Relativamente às prestações sociais por deficiência processadas pela Segurança Social no ano 2022, verificamos que o maior número se situa na prestação social para a inclusão (146 do sexo feminino e 169 do sexo masculino), seguida da bonificação por deficiência.

Quanto ao número de beneficiários do estatuto de cuidador informal foram deferidos 81 processos, tendo sido cessados 18, por óbito da pessoa cuidada, sendo 46 cuidadores principais e 17 cuidadores não principais.

PRESTAÇÕES SOCIAIS	2022
NÚMERO DE TITULARES DE BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA	239
SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	68
SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA A FILHO COM DEFICIÊNCIA/DOENÇA CRÓNICA	4
NÚMERO DE TITULARES DE SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA À 3ª PESSOA	28
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO	315
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DE ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL	81

Fonte: CDSS Aveiro, 2022

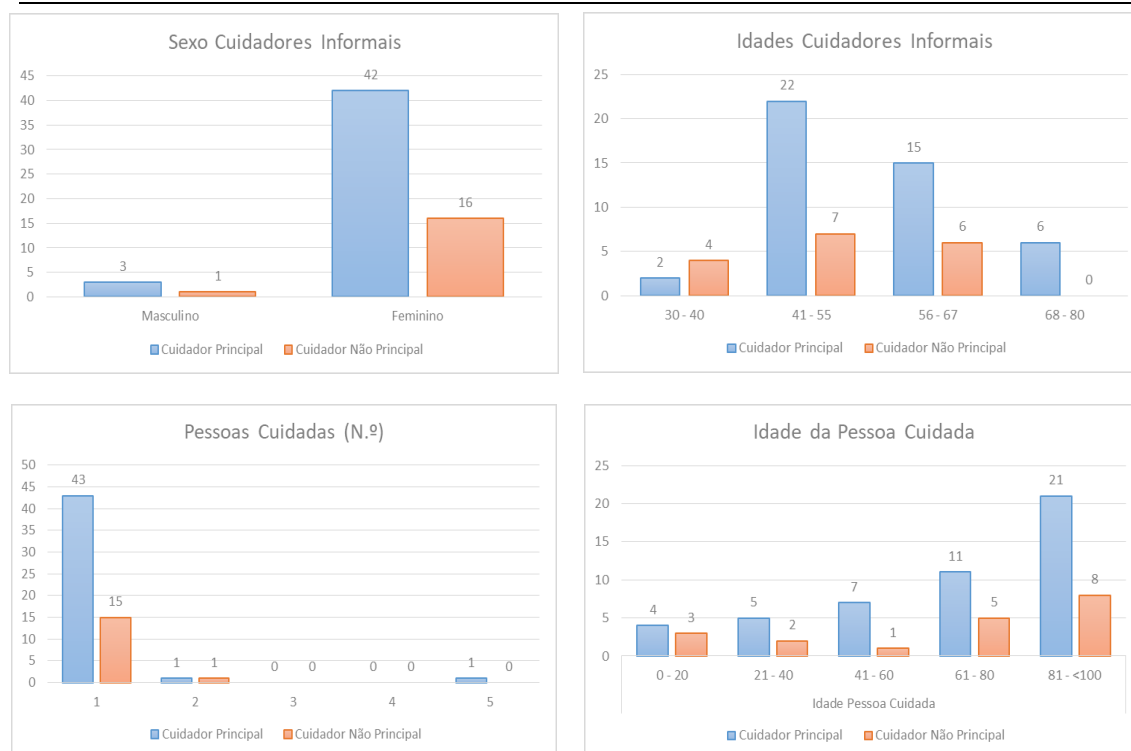
Tabela 49 - Distribuição das prestações sociais por deficiência (N.º), em 2021

Fazendo uma caracterização mais aprofundada relativamente aos Cuidadores Informais e com dados relativos a março de 2023:

Concelho de Castelo de Paiva (março 2023)															
Cuidador Principal: Nº 45															
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas					Idade Pessoa Cuidada				
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	3	4	5	0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - <100
3	42	2	22	15	6	43	1	0	0	1	4	5	7	11	21
Cuidador Não Principal: Nº 17															
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas					Idade Pessoa Cuidada				
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	3	4	5	0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - <100
1	16	4	7	6	0	15	1	0	0	0	3	2	1	5	8

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 50 - Distribuição e caracterização Cuidadores Informais (N.º), em março de 2023



Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Gráfico 40 - Caracterização Cuidadores Informais (N.º), em março de 2023

Pela análise dos dados constatámos a predominância dos Cuidadores Principais face aos Cuidadores Não Principais, assim como do sexo feminino na assunção desta condição social. Relativamente ao número de pessoas cuidadas são maioritariamente uma pessoa por cuidador, independentemente de ser principal ou não principal. A distribuição das idades da pessoa cuidada assume maior representatividade nas pessoas com idades iguais ou superiores a 61 anos. Estes dados anteriormente apresentados podem ser visualizados por freguesias:

Freguesia: Fornos														
Cuidador Principal: Nº 3														
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas				Idade Pessoa Cuidada				
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	3	4	0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	3	0	2	1	0	3	0	0	0	0	1	0	0	2
Cuidador Não Principal: Nº 1														
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas				Idade Pessoa Cuidada				
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	3	4	0 - 20	21 - 40	41 - 60	61 - 80	81 - <100
1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 51 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Fornos (N.º), em março de 2023

Freguesia: Real												
Cuidador Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	5	0	3	2	0	5	0	0	1	1	1	2
Cuidador Não Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	4	0	3	1	0	3	1	0	0	0	1	3

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 52 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Real (N.º), em março de 2023

Freguesia: Santa Maria de Sardoura												
Cuidador Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
2	6	0	2	3	3	8	0	0	0	3	1	3
Cuidador Não Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	2	0	1	1	0	2	0	0	0	0	1	1

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 53 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia Santa Maria de Sardoura (N.º), em março de 2023

Freguesia: São Martinho de Sardoura												
Cuidador Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	3	0	2	1	0	3	0	0	1	0	1	1
Cuidador Não Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	2	1	0	1	0	2	0	0	0	0	1	1

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 54 - Caracterização Cuidadores Informais, Freguesia São Martinho de Sardoura (N.º), em março de 2023

Freguesia: UF Raiva, Pedorido e Paraíso												
Cuidador Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
1	13	1	7	4	2	13	0	0	0	2	6	7
Cuidador Não Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	6	3	1	2	0	5	1	0	3	1	0	2

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

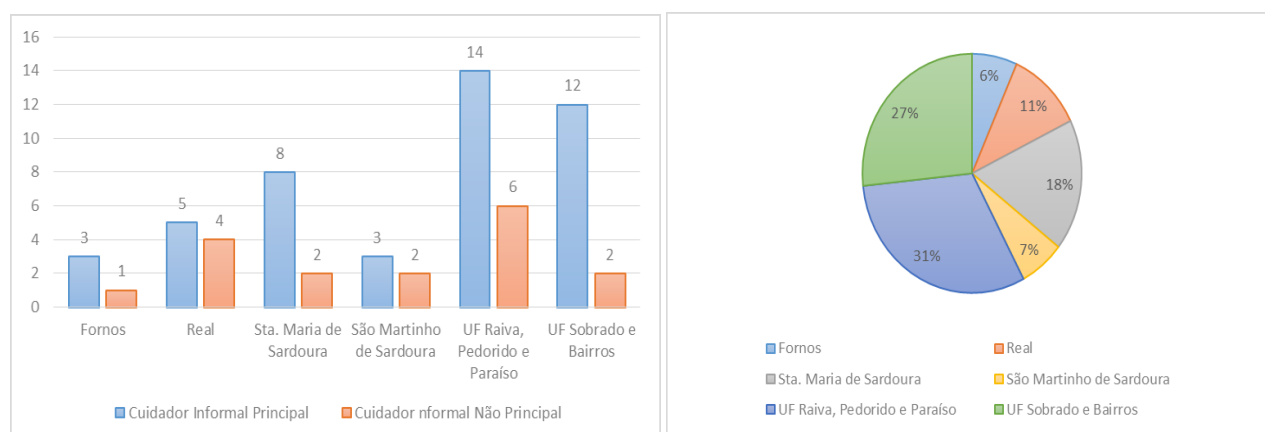
Tabela 55 - Caracterização Cuidadores Informais, UF Freguesia Raiva, Pedorido e Paraíso (N.º), em março de 2023

Freguesia: UF Sobrado e Bairros												
Cuidador Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	12	1	6	4	1	11	1	0	2	1	2	6
Cuidador Não Principal:												
Masculino	Feminino	Idades				Nº Pessoas Cuidadas			Idade Pessoa Cuidada			
		30 - 40	41 - 55	56 - 67	68 - 80	1	2	4	0 - 20	41 - 60	61 - 80	81 - <100
0	2	0	1	1	0	2	0	0	0	0	2	0

Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Tabela 56 - Caracterização Cuidadores Informais, UF Freguesia Sobrado e Bairros (N.º), em março de 2023

Distribuindo os Cuidadores Informais Principais e Não Principais pelas diversas freguesias verificamos que a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso é aquela onde se encontra identificado o maior número de Cuidadores e a de Fornos a que identifica o número menor de Cuidadores. Não podemos descurar, nesta análise, o número de residentes por freguesia, o que pode enviesar a interpretação dos dados, caso não seja considerada.



Fonte: Equipa de Referência e Acompanhamento Cuidadores Informais Castelo de Paiva

Gráfico 41 - Caracterização Cuidadores Informais, por freguesia (N.º e %), em março de 2023

As escolas dos nossos Agrupamentos apostam na educação inclusiva em que todos os discentes, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadores da sua plena inclusão social. Assim, são aplicadas as medidas preconizadas no Decreto-lei nº 54/2018, de 6 de julho, reconhecendo a escola que a diversidade dos seus discentes é uma mais-valia e os processos de ensino- aprendizagem têm que ser adequados às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando todos os meios de que dispõe, para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. No nosso concelho, as crianças/ pessoas jovens a quem foram atribuídas medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão representam cerca de 4% da totalidade da população escola.

	MEDIDAS SELETIVAS		MEDIDAS ADICIONAIS		TOTAL
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	
Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva*	56		15		71
Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão	14	5	5	1	25
TOTAL		75		21	96

Fonte: Agrupamentos de Escolas Castelo de Paiva

Tabela 57 - Medidas Seletivas e Medidas Adicionais, 2022

O Balcão da Inclusão de Castelo de Paiva funciona nas instalações da Câmara Municipal e presta um serviço de atendimento especializado sobre a temática da deficiência ou incapacidade. Este atendimento especializado melhora a qualidade do serviço prestado aos cidadãos, que desta forma, contam com um conjunto integrado de meios para acesso à informação e resolução de questões e simultaneamente promove a inclusão na sociedade. Os objetivos do serviço são:

- Melhorar a prestação de informação às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias;
- Garantir um atendimento personalizado e qualificado;
- Efetuar o correto encaminhamento dos cidadãos na resolução dos seus problemas;
- Prestar o apoio necessário ao estabelecimento dos contactos com outros organismos da Administração Pública, na área da deficiência e da reabilitação, com competência para a resolução das situações apresentadas, sempre que se justifique;
- Promover a inclusão na sociedade de informação.

No que se refere aos atendimentos realizados no ano de 2022, contabilizamos 5 específicos. Isto é, a ação social municipal acompanha muitas situações em que as pessoas com deficiência e seus familiares são o cerne da questão, não existindo uma distinção entre os atendimentos de ação social e o Balcão de Inclusão, pelo que os dados estatísticos não refletem a veracidade dos atendimentos/acompanhamento.

No concelho existem respostas sociais para as pessoas com deficiência:

Equipamento - Lar Residencial	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
LAR RESIDENCIAL	20	20	19	1	24H
APPACDM DE CASTELO DE PAIVA				Lista de espera	67
				Vagas Pilares	4

Fonte: Carta Social de Castelo de Paiva, 2022

Tabela 58 - Lar Residencial

O Lar Residencial, resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar localiza-se na União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso.

Equipamento – CACI	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO	30	30	30	0	08:30-18:00
APPACDM DE CASTELO DE PAIVA				Lista de espera	20
CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO	15	15	15	0	08:00-17:30
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO DE PAIVA				Lista de espera	10

Fonte: Carta Social de Castelo de Paiva, 2022

Tabela 59 - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

Castelo de Paiva dispõe de dois Centro Atividades e Capacitação para a Inclusão, um na União de Freguesias de Sobrado e Bairros e outro na União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso. São respostas sociais, desenvolvidas em equipamentos, destinados a promover atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

Equipamento – CAARPD	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
CAARPD	60	18	0	18	09:00-17:00
CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA				Lista de espera	0

Fonte: Carta Social de Castelo de Paiva, 2022

Tabela 60 - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência

O Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade – CAARPD, funciona na freguesia de Santa Maria de Sardoura, sem qualquer protocolo com a Segurança Social. Urge o estabelecimento deste protocolo, pois apesar de ter capacidade aprovada para 60 utentes, não tem qualquer financiamento público. Trata-se de resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à prestação de um serviço especializado, que assegura o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e disponibiliza serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

Resposta – PROJETOS	Capacidade	Utentes			Horário
		Total	Com acordo	Sem Acordo	
PROJETO RIIA – REABILITAR, INTEGRAR, INCLUIR, ANIMAR	-	102	-	-	-
CAMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA /REDE SOCIAL				Lista de espera	-

Fonte: Carta Social de Castelo de Paiva, 2022

Tabela 61 - Projetos (D) Eficiência

Os objetivos deste Projeto de intervenção com pessoas com deficiência são:

- Trabalho interinstitucional;
- Foco nos destinatários;
- Valorização do apporto dos destinatários;
- Atividades mensais e partilhadas;
- Combate ao isolamento e solidão;
- Preservação da cultura e dos conhecimentos;
- Desmistificação de preconceitos e discriminações;
- Monitorização e acompanhamento.

Analisando as respostas para a população com deficiência, o concelho dispõe de um Lar Residencial que se encontra sem vagas e com taxa de procura de 335%. Relativamente à resposta Centro de Atividades, Capacitação e Inclusão existem duas respostas no concelho, também elas com taxas de ocupação de 100% e com taxas de procura de 66,6%. Outra resposta existente é o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência (CAARPD) com uma taxa de ocupação de 30%. Contudo, há que mencionar que o CAARPD se encontra a funcionar sem acordo de colaboração (aguarda aprovação do PROCOOP desde 2015), pelo que todos os custos inerentes ao seu funcionamento estão a ser suportados pela IPSS e uma pequena comparticipação dos utentes. Pelo panorama apresentado constatamos necessidades eminentes de intervenção no domínio de respostas para a deficiência ou através de construção de equipamentos, celebração ou alargamento de acordos de cooperação.

A (re) integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência é uma tarefa exigente ao nível do candidato, assim como da entidade empregadora. Não existe um Matching, assim como a igualdade de oportunidades ainda não é efetiva. Segundo os dados recolhidos no IEPF Penafiel, em dezembro de 2022 encontravam-se sinalizados 190 candidatos como portadores de alguma deficiência, muito embora nem

todos tenham atestado multiusos, 137 estavam integrados em Medidas Ativas, nomeadamente formação profissional e Contratos Emprego Inserção +.

Integração	2022	2023 (março)
Formação Profissional	62	6
CEI+	8	0

Fonte: GIP - Castelo de Paiva, 203

Tabela 62 - Integrações em Formação Profissional e CEI +

As oito pessoas integrações em CEI + são das freguesias de Sta. Maria de Sardoura (1) e União de Freguesias de Sobrado e Bairros (6).

Importa referir que no concelho são realizadas várias ações de formação no âmbito da medida 3.01 – Qualificação de pessoas com deficiência, com o objetivo de promoção de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho| por forma a responder a necessidades deste público-alvo.

Existe uma necessidade urgente de atualização do Diagnóstico sobre as Pessoas com Deficiência no concelho, tal como definido no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, pois existe a convicção de que ainda existem situações socialmente ocultadas pela não-aceitação desta condição humana por parte dos familiares e/ou comunidade. Estas situações ainda reiteram com maior acuidade as necessidades de intervenção nesta área e a promoção de respostas sociais adequadas e adaptadas às necessidades do concelho. Importa existir uma caracterização das pessoas com deficiência, segundo os tipos de deficiência e graus de incapacidade atribuídos, por idades e sexo. Uma análise de carácter socioeconómico, composição da população segundo o estado civil, níveis de instrução e atividade económica. O enquadramento familiar, tipos de família e núcleos familiares onde se inserem estas pessoas, sem descurar a tipologia e condições dos alojamentos em que vivem. Ainda neste contexto, uma referência à acessibilidade dos edifícios a pessoas com mobilidade condicionada, questão importante para determinar a eliminação das barreiras arquitetónicas, no sentido de melhorar a qualidade de vida e a integração social das pessoas com deficiência.

Dado o envelhecimento populacional, as pessoas com deficiência ficam mais sujeitas à precariedade de apoios que necessitam, pois os seus cuidadores envelhecem e o território não está a conseguir dar respostas assertivas e necessárias por falta de meios, equipamentos e infraestruturas. Paralelamente a criação de projetos de intervenção multidisciplinar e comunitária junto destas pessoas por forma à sua (re) integração pessoal, social e profissional. Reforçar a parceria com a CERCIMarante, no sentido de um trabalho de maior proximidade em prol da integração profissional das pessoas com deficiência é um

projeto que deve de ser estruturado. Esta estruturação deve ter como alcance último a possibilidade de concorrer à |Marca Entidade Empregadora Inclusiva| pela parte do nosso tecido empresarial e institucional. Em 2022, 357 indivíduos beneficiam da prestação social para a inclusão.

Pessoas com Incapacidade

As pessoas com incapacidade enfrentam desafios diários que podem afetar suas vidas de várias maneiras, incluindo acesso a emprego, educação, transporte, serviços de saúde e lazer, bem como discriminação, preconceito e estereótipos negativos. É importante lembrar que as pessoas com incapacidade têm os mesmos direitos e deveres que todas as outras pessoas, e que a inclusão social e a acessibilidade devem ser promovidas em todas as áreas da vida. Para ajudar as pessoas com incapacidade a superar esses desafios, é fundamental garantir a implementação de políticas públicas que promovam a acessibilidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão social, bem como a disponibilidade de serviços de apoio e recursos para atender às necessidades específicas de cada indivíduo. Além disso, a consciencialização sobre as questões relacionadas à incapacidade pode ajudar a combater o preconceito e a discriminação e a promover uma cultura mais inclusiva e respeitosa.

NUTS I, II, III Município	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade		Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)							
					Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
	x											
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	10,5	352 129	3,5	281 815	2,8	607 135	6,1	340 187	3,4
	x											
Continente	9 468 118	100	1 035 071	10,9	334 709	3,5	269 997	2,9	579 282	6,1	324 830	3,4
Norte	3 452 488	100	383 570	11,1	122 575	3,6	99 900	2,9	214 264	6,2	119 806	3,5
Tâmega e Sousa	393 187	100	46 179	11,7	15 471	3,9	11 242	2,9	25 690	6,5	13 923	3,5
Castelo de Paiva	15 082	100	1 725	11,4	566	3,8	454	3,0	952	6,3	554	3,7

Fonte: INE, 2021

Tabela 63 - Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos, total e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUTS I/II/III/Município), Portugal, 2021.

Em Castelo de Paiva, 11,4% da população residente com 5 ou mais anos tem alguma incapacidade, sendo o tipo de funcionalidade (domínio essencial) mais significativo |andar e subir degraus| (6,3%) e o menos significativa |ouvir| (3,0%), embora não se distancie muito dos demais. Em termos comparativos Castelo de Paiva apresenta valores populacionais residentes com alguma incapacidade superiores aos de Portugal (10,5%), aos do Continente (10,9%) e Norte (11,1%), ficando abaixo da percentagem do Tâmega e Sousa (11,7%).

NUTS I, II, III Município	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade		Tipo de funcionalidade (domínios essenciais)							
					Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
	x											
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	100	352 129	100	281 815	100	607 135	100	340 187	100
	x											
Continente	9 468 118	95,3	1 035 071	95,4	334 709	95,1	269 997	95,8	579 282	95,4	324 830	95,5
Norte	3 452 488	34,7	383 570	35,3	122 575	34,8	99 900	35,4	214 264	35,3	119 806	35,2
Tâmega e Sousa	393 187	4,0	46 179	4,3	15 471	4,4	11 242	4,0	25 690	4,2	13 923	4,1
Amarante	50 361	0,5	6 157	0,6	1 968	0,6	1 480	0,5	3 539	0,6	1 863	0,5
Baião	16 978	0,2	2 715	0,3	887	0,3	639	0,2	1 675	0,3	797	0,2
Castelo de Paiva	15 082	0,2	1 725	0,2	566	0,2	454	0,2	952	0,2	554	0,2

Fonte: INE, 2021

Tabela 64 - Distribuição da população com 5 ou mais anos, total, com incapacidade e para os quatro domínios essenciais da funcionalidade, por local de residência (NUTS I/II/III/Município), Portugal, 2021

Em termos estatísticos Castelo de Paiva cifra a sua incidência nos 0,2% em todos os indicadores analisados.

NUTS I, II, III	População com 5 ou mais anos						População com 5 ou mais anos com incapacidade em andar					
	Alojamento de residência com acessibilidade a cadeira de rodas											
	Total	Com acessibilidade		Sem acessibilidade		Rácio de paridade entre ter e não ter acessibilidade	Total	Com acessibilidade		Sem acessibilidade		Rácio de paridade entre ter e não ter acessibilidade
	N.º	N.º	%	N.º	%		N.º	N.º	%	N.º	%	
Portugal	9 772 754	3 440 658	35,2	6 332 096	64,8	0,54	541 678	173 010	31,9	368 668	68,1	0,47
Continente	9 312 490	3 270 354	35,1	6 042 136	64,9	0,54	516 694	165 407	32,0	351 287	68,0	0,47
Norte	3 408 802	1 258 408	36,9	2 150 394	63,1	0,59	196 575	63 741	32,4	132 834	67,6	0,48
Tâmega e Sousa	389 582	156 791	40,2	232 791	59,8	0,67	24 268	8 659	35,7	15 609	64,3	0,55

Fonte: INE, 2021

Tabela 65 - População com 5 ou mais anos a residir em alojamentos familiares clássicos, total e com incapacidade em andar, por local de residência (NUTS I/II/III) e segundo a acessibilidade ao alojamento, Portugal, 2021

Este indicador apresentado, apesar de não referir dados sobre o concelho, permite-nos aferir que no Tâmega e Sousa a inexistência de acessibilidade a cadeira de rodas no alojamento é de 59,8%. Apesar de ser a mais baixa comparativamente as restantes unidades territoriais em análise é um problema grave e que deve merecer a melhor atenção e definição de estratégias de intervenção. Esta questão ainda se agrava mais se analisarmos o indicador população com 5 ou mais anos com incapacidade de andar que assume o valor de 64,3% no Tâmega e Sousa.

PRESTAÇÕES SOCIAIS		2022
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO		315

Fonte: CDSS Aveiro, 2022

Tabela 66 - Distribuição das prestações sociais por deficiência (N.º), em 2022

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) destina-se a pessoas com deficiência e incapacidade e tem por objetivo promover a sua autonomia e inclusão social. É um apoio mensal, pago em dinheiro, a pessoas com deficiência que tenham um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

No universo das 1725 pessoas com mais de 5 anos com incapacidade, 315 são beneficiárias da Prestação Social para a Inclusão (18,2%). Uma percentagem muito reduzida no acesso à prestação social que poderá estar correlacionada com o grau de incapacidade, condição de acesso à medida de apoio social.

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas pessoas com deficiência	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Conhecimento	Falta de diagnóstico de necessidades e problemas específicos das pessoas com deficiência Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população	Criação de rede de proximidade (Juntas de Freguesia)	Ações de capacitação para técnicos	Realização de Estudos de Diagnóstico
Acessibilidade e mobilidade	Dificuldades no acesso a bens e serviços Existência de barreiras arquitetónicas no espaço físico, nos edifícios públicos e transportes públicos	Candidaturas ao INR	Ações de melhoria no acesso à informação nos serviços e espaços públicos	Espaços públicos com maior acessibilidade
Bem-estar	Ausência de estratégias com resposta à diversidade das necessidades e potencialidades das pessoas com deficiência, com respeito pela individualidade de cada um Falta de aceitação, reconhecimento e de valorização das competências das pessoas com deficiência	Promoção de iniciativas que aumentem a participação ativa das pessoas com deficiência Atividades de carácter desportivas, social e ocupacionais	Capacitação e Formação de Técnicos e Instituições	Ações de valorização das pessoas com deficiência
Respostas sociais	Escassa oferta de vagas em respostas sociais direcionadas à deficiência (maior ênfase na valência de Lar Residencial) Ausência de CAVI - Centros de Apoio à Vida Independente no concelho	Alargamento das respostas de ocupação de tempos livres	-	Reforço das respostas sociais para pessoas deficientes Criação de Residências Autónomas Aumento de lugares em lar residencial Diversificação da oferta de respostas sociais de apoio às pessoas com deficiência e cuidadores Respostas de apoio ao autismo
Cidadania	Desconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência Invisibilidade social das pessoas com deficiência – estigma sobre a deficiência	Criação da comissão e proteção das pessoas com deficiência	Dinamização do balcão para a inclusão	Programa de promoção das pessoas com deficiência
Emprego	Dificuldade acrescida na inserção no mercado de trabalho Pouca sensibilização das entidades patronais para as necessidades específicas das	Promoção de oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência	Ações de aproximação às empresas para a empregabilidade (apelo à responsabilidade social)	Estabelecimento de parcerias entre o IIEFP e Associação Comercial e Empresarial de Castelo de Paiva

	famílias e das pessoas com deficiência			
Educação e Formação	Oferta de formação profissional pouco diversificada Agrupamentos com fraca abertura ao fenómeno da deficiência	Reforço da educação inclusiva (Desenho/implementação de programas entre crianças e pessoas jovens) Espaços de discussão pública sobre a educação inclusiva	Espaços de encontro e de articulação entre todos os agentes e parceiros da educação inclusiva Espaços de discussão pública sobre a educação inclusiva	Criação de Equipas de Transição para a vida pós-escolar

Tabela 67 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Pessoas Migrantes

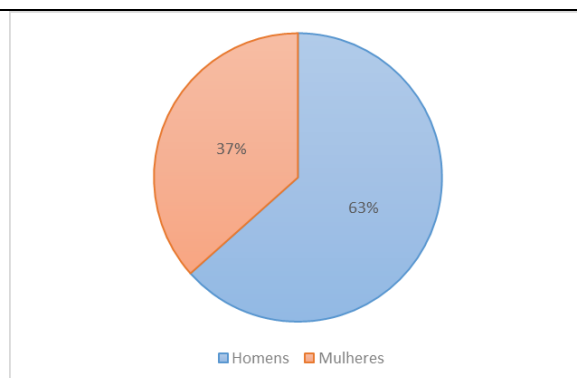
Pessoas migrantes são pessoas que se deslocam de um país, região ou local para outro com o objetivo de estabelecer residência permanente ou temporária. As razões para a migração podem ser diversas, como a busca por melhores oportunidades de trabalho, estudos, reunificação familiar, fuga de conflitos ou perseguições políticas, entre outras.

A migração é um fenómeno complexo que pode trazer desafios e oportunidades, tanto para as pessoas migrantes, quanto para as comunidades de destino. As pessoas migrantes enfrentam obstáculos na adaptação a uma nova cultura, na busca por emprego e habitação, no acesso a serviços básicos como saúde e educação, e podem ser vítimas de discriminação e preconceito. Por outro lado, a migração também pode trazer benefícios, como a diversidade cultural, o aumento da mão-de-obra disponível e a contribuição para a economia local.

Para garantir a proteção dos direitos das pessoas migrantes e promover uma migração segura, ordenada e regular, é importante que os países cooperem entre si e implementem políticas migratórias baseadas em princípios de direitos humanos. Isso inclui o estabelecimento de mecanismos para a regularização da situação migratória, a promoção da inclusão social e económica das pessoas migrantes, e o combate ao tráfico de pessoas e outras formas de exploração.

Em resumo, a migração é um fenómeno complexo que pode trazer desafios e oportunidades tanto para as pessoas migrantes quanto para as comunidades de destino. É importante que sejam implementadas políticas migratórias baseadas em princípios de direitos humanos para garantir a proteção dos direitos das pessoas migrantes e promover uma migração segura, ordenada e regular.

Segundo o INE, em 2021 existiam 97 119 pessoas migrantes permanentes em Portugal, sendo 61 588 do sexo masculino e 35 531 do sexo feminino.



Fonte: INE, 2021

Gráfico 42 - Pessoas migrantes Permanentes por sexo, idade e naturalidade; anual; Portugal (%)

Como constatamos a percentagem do sexo masculino é quase o dobro do sexo feminino. Esta representatividade do sexo masculino, pode ser explicada pelo facto de, inicialmente os primeiros pessoas migrantes serem deste sexo, com o intuito de criação de condições de vida para receber à posteriori os seus familiares e/ou angariar rendimentos para enviar para o seu país de origem.

Após 2010, de acordo com os dados do INE, entraram em Portugal 807 562 pessoas, sendo 423 857 homens e 383 705 mulheres.

		Sexo (N.º)		
		HM	H	M
2021	Portugal	807 562	423 857	383 705
	Norte	222 751	119 935	102 816
	Tâmega e Sousa	18 566	11 026	7 540
	Castelo de Paiva	613	393	220
	Fornos	72	55	17
	Real	37	23	14
	Santa Maria de Sardoura	74	51	23
	São Martinho de Sardoura	79	50	29
	União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	156	106	50
	União das freguesias de Sobrado e Bairros	195	108	87

Fonte: INE, 2021

Tabela 68 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

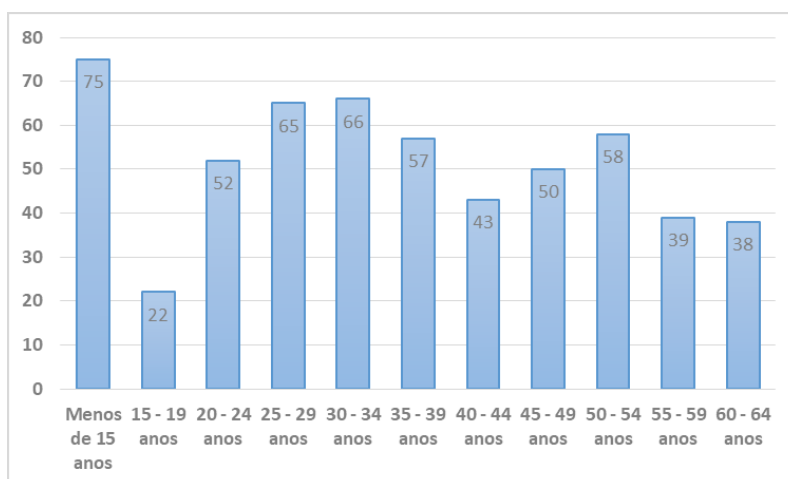
Através da tabela seguinte podemos analisar a distribuição desta população por grupos etários nas diversas unidades territoriais em análise.

	Total	HM										
		Menos de 15 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos
Portugal	807 562	84 366	34 858	57 000	81 370	94 797	91 482	77 821	60 358	47 698	41 930	40 501
Norte	222 751	24 272	9 145	13 981	20 026	24 870	24 564	20 879	16 969	13 734	12 457	12 685
Tâmega e Sousa	18 566	2 244	712	1 051	1 497	1 940	2 010	1 701	1 545	1 352	1 280	1 229
Castelo de Paiva	613	75	22	52	65	66	57	43	50	58	39	38
Fornos	72	8	5	21	7	4	10	2	6	5	1	2
2021 Real	37	4	3	1	2	8	3	6	2	4	1	2
Santa Maria de Sardoura	74	6	1	7	9	6	7	4	8	8	4	5
São Martinho de Sardoura	79	11	2	6	6	5	7	8	2	10	8	8
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	156	14	2	4	25	19	11	9	11	17	15	12
União das freguesias de Sobrado e Bairos	195	32	9	13	16	24	19	14	21	14	10	9

Fonte: INE, 2021

Tabela 69 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Observando a distribuição da população em análise, constatámos que a população com menos de 15 anos é a mais representativa e, a que assume menor representatividade, é à população entre os 15 e os 19 anos.



Fonte: INE, 2021

Gráfico 43 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) em Castelo de Paiva (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

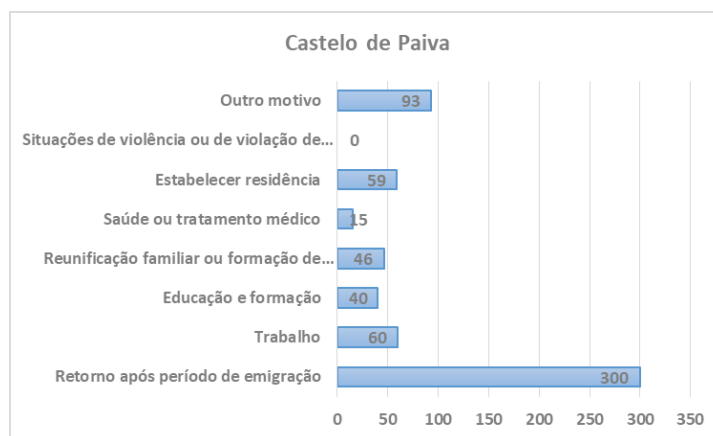
São múltiplos os motivos de entrada em Portugal.

	Motivo de entrada em Portugal (n.º)								
	Total	Retorno após período de emigração	Trabalho	Educação e formação	Reunificação familiar ou formação de família	Saúde ou tratamento médico	Estabelecer residência	Situações de violência ou de violação de direitos humanos no país de origem	Outro motivo
Portugal	807 562	203 653	102 861	54 817	96 116	14 703	122 639	7 577	205 196
Norte	222 751	79 640	21 699	14 815	24 391	3 598	30 643	1 800	46 165
Tâmega e Sousa	18 566	8 747	1 792	650	1 824	484	1 513	55	3 501
Castelo de Paiva	613	300	60	40	46	15	59	0	93
Fornos	72	30	0	20	4	0	1	0	17
Real	37	14	6	1	3	2	4	0	7
Santa Maria de Sardoura	74	33	14	2	2	3	8	0	12
São Martinho de Sardoura	79	47	7	5	6	4	3	0	7
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	156	75	19	5	11	6	15	0	25
União das freguesias de Sobrado e Bairros	195	101	14	7	20	0	28	0	25

Fonte: INE, 2021

Tabela 70 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Analisando os dados concluímos que, em Castelo de Paiva, o retorno após período de emigração é o mais representativo assumido 49% dos motivos referenciados.

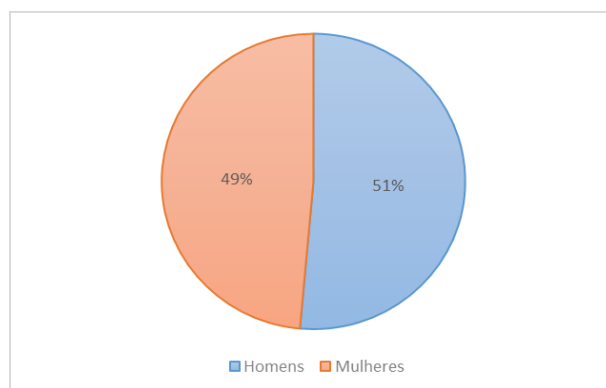


Fonte: INE, 2021

Gráfico 44 - População residente que entrou em Portugal após 2010 (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Motivo de entrada em Portugal; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Dando continuidade à análise dos indicadores, no que se reporta à proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência, 5,24% da população é a proporção total de

residentes em Portugal. No que se reporta ao sexo há uma grande proximidade percentual entre ambos, assumindo o sexo masculino mais 2% face ao feminino.



Fonte: INE, 2021

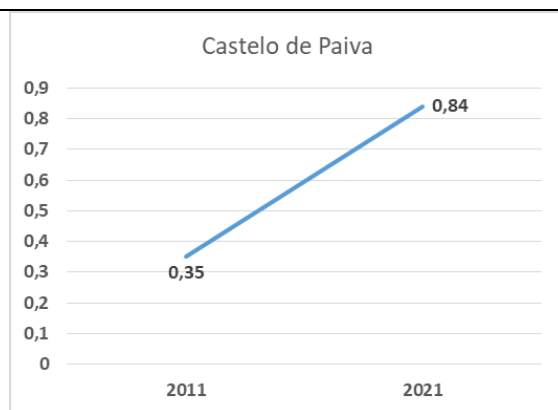
Gráfico 45 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia

A tabela seguinte permite-nos visualizar a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira por local de residência e permite-nos, simultaneamente, verificar a subida que existiu entre 2011 e 2021.

	2021			2011		
	Sexo (%)					
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	5,24	5,4	5,1	3,73	3,73	3,74
Norte	2,59	2,55	2,62	1,4	1,35	1,44
Tâmega e Sousa	0,92	0,9	0,93	0,64	0,61	0,66
Castelo de Paiva	0,84	1,13	0,57	0,35	0,34	0,36
Fornos	2,04	3,95	0,3	0,14	0	0,26
Real	1,01	1,57	0,48	0,85	0,94	0,75
Santa Maria de Sardoura	0,57	0,89	0,26	0,12	0	0,23
São Martinho de Sardoura	0,38	0,23	0,51	0,16	0,21	0,1
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	0,55	0,82	0,28	0,36	0,34	0,38
União das freguesias de Sobrado e Bairros	1,05	1	1,08	0,48	0,51	0,44

Fonte: INE, 2021

Tabela 71 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia



Fonte: INE, 2021

Gráfico 46 - Proporção de População Residente de nacionalidade estrangeira (%) por local de residência (à data dos censos 2021) e sexo, decenal, freguesia

Através da análise concluímos que, houve um acréscimo proporcional superior a 50%, entre 2011 e 2022 em Castelo de Paiva.

No que se refere à população estrangeira, com estatuto legal de residente, em Portugal encontram-se 698 536 cidadãos segundo dados do INE (2021).

	Total	Homens	Mulheres
PORTUGAL	698 536	359 727	338 809
%	100 %	51%	49%

Fonte: INE, 2021

Tabela 72 - População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual

		Sexo (N.º)		
		HM	H	M
2021	Portugal	698 536	359 727	338 809
	Norte	100 084	49 151	50 933
	Tâmega e Sousa	3 528	1 768	1 760
	Castelo de Paiva	115	64	51
2011	Portugal	434 708	218 170	216 538
	Norte	47 537	23 720	23 817
	Tâmega e Sousa	2 004	1 035	969
	Castelo de Paiva	54	31	23

Fonte: INE, 2021

Tabela 73 - População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual

Analisando a tabela constata-se uma evolução positiva no que se reporta à existência de estatuto legal de residente. Em Castelo de Paiva em 2011 existiam 54 pessoas com estatuto legal de residente e em 2022 este número mais do que duplicou (115 pessoas).

Relativamente à relação de masculinidade (quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10²) mulheres) dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente por local de residência (NUTS – 2013) o valor é de 116,4 cidadãos (2021).

	2021	2011
	N.º	N.º
Portugal	116,4	93,7
Norte	109,8	84
Tâmega e Sousa	161,4	105,6
Castelo de Paiva	250	200

Fonte: INE, 2021

Tabela 74 - Relação de masculinidade dos estrangeiros que solicitaram estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS – 2013); Anual - INE, População estrangeira que solicitou estatuto de residente

Relativamente a Castelo de Paiva a relação de masculinidade aumentou entre os períodos censitários em análise. Contudo, se analisarmos a população estrangeira que solicitou estatuto de residência constatámos que os números aumentam com expressividade entre períodos intercensitários.

		Sexo		
		HM	H	M
2021	Portugal	111 311	59 885	51 426
	Norte	19 993	10 463	9 530
	Tâmega e Sousa	758	468	290
	Castelo de Paiva	35	25	10
2011	Portugal	45 369	21 949	23 420
	Norte	5 599	2 556	3 043
	Tâmega e Sousa	146	75	71
	Castelo de Paiva	3	2	1

Fonte: INE, 2021

Tabela 75 - População estrangeira que solicitou estatuto de residência (n.º) por local de residência (NUTS – 2013), sexo e nacionalidade (grupos de países); anual

Em Castelo de Paiva é notória a subida de pessoas estrangeiras a solicitar estatuto de residência.

	2020	2011
	N.º	N.º
Portugal	1,15	0,43
Norte	0,56	0,15
Tâmega e Sousa	0,15	0,03
Castelo de Paiva	0,24	0,02

Tabela 76 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual – INE

Tal como é estatisticamente observado, houve um aumento da população estrangeira, que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes de 2011 a 2020.

Fazendo um paralelo com os atestados de residência emitidos pelas juntas de freguesia concluímos que em 2022 foram emitidos 83 atestados de residência a cidadãos pessoas migrantes.

De acordo com o INE em 2021, 0,91% da população residente no Tâmega e Sousa era estrangeira. Relativamente a Castelo de Paiva, o mesmo indicador assume o valor de 0,85%.

	Total	População Portuguesa	População Estrangeira	Apátrida
TÂMEGA E SOUSA	408 637	404 888	3 747	2
CASTELO DE PAIVA	15 586	15 455	131	0

Fonte: INE, 2021

Tabela 77 - População Residente segundo os censos: total e por nacionalidade (n.º)

Não existe um conhecimento concreto sobre a população migrante em Castelo de Paiva. Urge conhecer estas realidades para que se possa planear uma intervenção concertada. Há registos nas juntas de freguesia locais relativos a atestados de residência emitidos em 2022:

Atestados Residência 2022	
Fornos	48
Real	18
São Martinho de Sardoura	2
Sta Maria de Sardoura	1
UF Raiva, Pedorido e Paraíso	15
UF Sobrado e Bairros	61
Total	145

Fonte: Juntas e Uniões de Freguesias de Castelo de Paiva

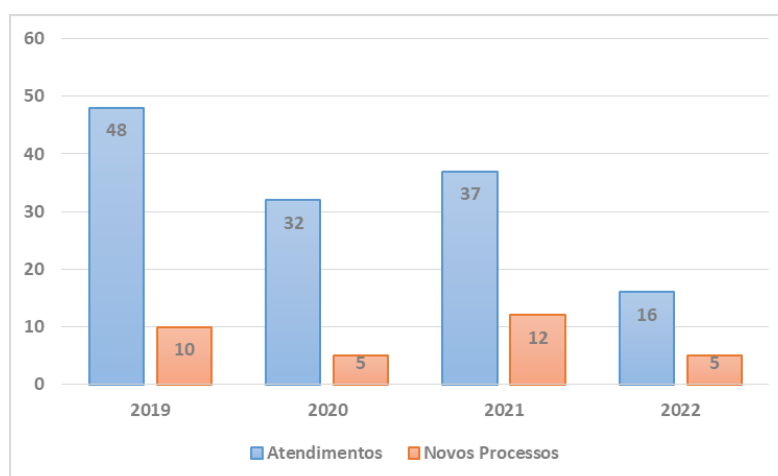
Tabela 78 - Atestados de Residência emitidos, 2022

Contudo, estes dados são voláteis, dada a volatilidade destas pessoas migrantes, assim como se assumem com uma baixa representatividade.

O conhecimento que vamos tendo, advém do aumento do número de cidadãos estrangeiros que vão marcando presença no concelho, nomeadamente em trabalhos de construção civil e agrícolas. Concomitantemente, em termos de ação social municipal têm surgido situações de pessoas migrantes em condições de precariedade; este problema agudizasse mais com a presença dos seus familiares, esposa e filhos menores. Existe a realidade laboral, que desconhecemos as condições de habitabilidade e de trabalho e a realidade familiar, presença de núcleos familiares de pessoas migrantes com dificuldades de integração.

No Município de Castelo de Paiva funciona o Gabinete de Apoio ao Emigrante – GAE.

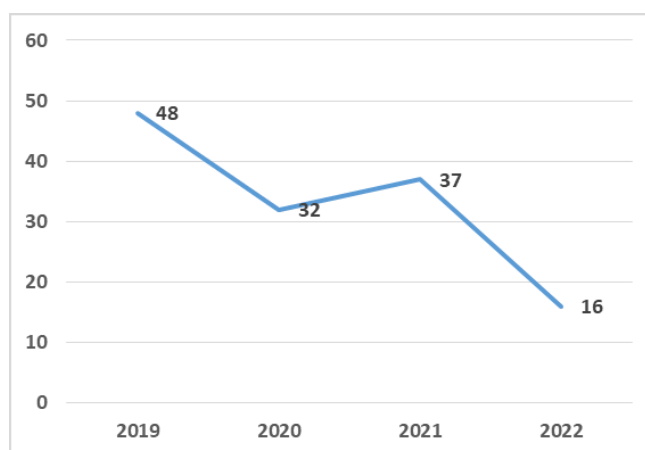
No ano de 2022 foram efetuados 16 atendimentos aos utentes e abertos 5 novos processos. O gráfico permite-nos avaliar o número de atendimentos e novos processos abertos de 2019 a 2022.



Fonte: GAE Castelo de Paiva, 2022

Gráfico 47 - Movimento GAE, 2022

Como podemos constatar no gráfico seguinte a evolução no número de atendimentos é negativa.



Fonte: GAE Castelo de Paiva, 2022

Gráfico 48 - Evolução Atendimentos GAE, 2022

Esta tendência decrescente na procura pode estar correlacionada com o desconhecimento do serviço.

Relativamente à tipologia /assuntos de atendimentos podemos elencar os seguintes:

- Pensão, Pensão de Sobrevivência, Pensão Complementar;
- Subsídio de Desemprego;
- Abono de Família;
- Levantamento de Fundos;
- Prova de Vida;
- Pedido de Certificado de Habilitações;
- Tradução de Documentos;
- Preenchimento de Formulários;
- Procura de Paradeiro;
- Pedido de Ajuda para apresentação em Tribunal;

Foram solicitados dados ao CLAIM relativos a pessoas migrantes que se encontram em Castelo de Paiva e não obtivemos resposta.

Refugiados

Portugal, enquanto membro da União Europeia, tem acolhido um número significativo de refugiados nos últimos anos. Segundo o Alto Comissariado Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 2020 havia 12.751 refugiados em Portugal. A maioria dos refugiados que chegam a Portugal são da Síria, mas também há refugiados de outros países como Angola, Guiné-Bissau, Iraque e Venezuela. O governo português tem implementado políticas e programas de apoio à integração dos refugiados na sociedade portuguesa. Esses programas incluem cursos de português, capacitação profissional e acesso a serviços de saúde e educação. Existem também organizações não-governamentais e grupos da sociedade civil que trabalham com refugiados para ajudá-los a se integrar à comunidade. No entanto, os refugiados em Portugal ainda enfrentam desafios significativos no seu processo de integração, incluindo discriminação, falta de habitação adequada e dificuldade em encontrar emprego. É importante que se continue a trabalhar para melhorar a integração dos refugiados em Portugal, para que tenham oportunidade de construir uma nova vida num local seguro. Castelo de Paiva recebeu a 13 de maio de 2021 um grupo de 14 refugiados vindos da Ucrânia através do Alto Comissariado para as Migrações. Este grupo foi acompanhado pelos serviços de ação social municipal e foi alojado no Centro Social Sol Nascente de Sto. Ildefonso. Houve um trabalho de integração no meio, encaminhamento para aulas de português e acesso à saúde. Do grupo, três dos cidadãos paquistaneses e o do Bangladesh foram trabalhar para outro concelho nacional (através de contatos próprios), os indianos regressaram à Polónia e os dois cidadãos paquistaneses em falta ingressaram o ensino superior em uma faculdade no Porto. A família foi realojada em habitação individual, o Sr. Integrado no mercado de trabalho em uma empresa no concelho, a Sr.^a em um Contrato Emprego

Inserção + numa IPSS e as crianças integradas no sistema educativo. Este grupo de forma variável permaneceu ao encargo do Município por um período superior a um ano. Houve um grande envolvimento da sociedade civil no apoio e acompanhamento destas situações através do banco local de voluntariado de Castelo de Paiva.

Chegou também ao concelho outro agregado familiar vindo da Ucrânia, a título pessoal, composto por um casal, uma filha e dois netos menores. Fixaram-se numa residência na freguesia de Sta. Maria de Sardoura. A filha manteve-se em teletrabalho e os pais passaram a ser beneficiários de RSI. Os menores integrados na escola. Também este agregado teve o acompanhamento da ação social municipal, nomeadamente no acesso aos serviços de saúde., emprego e educação.

PAÍS DE ORIGEM	
UCRANIA	9
BANGLADESH	1
PAQUISTÃO	6
INDIA	3
TOTAL	19

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	MASC	FEMIN.	TOTAL
1.º CEB	2	1	3
2.º CEB	0	0	0
3.º CEB	11	2	13
SECUNDÁRIO	0	0	0
SUPERIOR	1	2	3
TOTAL	14	5	19

GRUPO ETÁRIO	MASC	FEMIN.	TOTAL
0 - 15	2	2	4
16 - 30	8	0	8
31 - 40	3	1	4
41 - 50	0	1	1
51 -60	0	0	0
61 =»	1	1	2
TOTAL	14	5	19

Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023

Tabela 79 - Caracterização dos Refugiados – Castelo de Paiva, 2021

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção:

Pessoas migrantes e refugiados

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas pessoas migrantes e refugiados	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Conhecimento	<p>Falta de diagnóstico de necessidades e problemas específicos das pessoas migrantes</p> <p>Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população</p>	Criação de rede de proximidade (Juntas de Freguesia)	Ações de capacitação para técnicos	Realização de Estudos de Diagnóstico

Tabela 80 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Perfil de Risco

- Dificuldade dos cuidadores de compatibilizarem a vida familiar, profissional e o cuidado às crianças e pessoas jovens com autismo;
- Falta de preparação dos técnicos em geral docentes e auxiliares na relação profissional com as crianças e pessoas jovens com autismo;
- Despiste e diagnóstico precoce nas creches e jardins-de-infância, em colaboração com a saúde;
- Terapia da fala, acompanhamento psicológico, ocupação de tempos livres;
- Terapia Ocupacional;
- Apoio aos cuidadores de crianças com autismo;
- Aumento situações de carência e privação material, desemprego e exclusão;
- Consequências sociais agravadas com incidência específica em situações de fragilidade social;
- Grupos especialmente vulneráveis – mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, isolados e dependentes;
- Situações de pobreza aguda e privação material – carências básicas e necessidades de vida por satisfazer;

- Falta de vagas para integração em resposta social; de referir que em muitas destas vagas direcionadas à população idosa do concelho encontram-se situações referenciadas pelos hospitais centrais (Penafiel, Porto e Santa Maria da Feira) externas ao Município.
- Casos de violência e maus tratos físicos e psicológicos;
- Necessidade de controlo da medicação (casos de sobre medicação);
- Dependência total ou quase total de terceiros;
- Ausência ou esgotamento dos cuidadores ou família de apoio;
- Dificuldade de acesso aos serviços e respostas sociais;
- Pessoas idosas em situação de isolamento com mobilidade reduzida e quadros clínicos preocupantes;
- Baixa acessibilidade aos serviços de saúde e serviços administrativos – dificuldade de mobilidade;
- Necessidade de proteção dos direitos e bens das pessoas idosas;
- Prevalência das demências e problemas de saúde mental em grupos etários muito avançados com múltiplas vulnerabilidades;
- Grande exigência técnica e de recursos de apoio (demências e problemas de saúde mental);
- Ausência de retaguarda familiar;
- Esgotamento e fragilidade dos cuidadores e da retaguarda familiar;
- Limitação nas atividades desenvolvidas projetos de envelhecimento ativo;
- Pessoas com deficiência com poucas alternativas de ocupação de tempos livres e atividades extra curriculares;
- Dificuldades múltiplas na inclusão em meio escolar;
- Carência de cuidados específicos em meio não institucional para as necessidades das pessoas com deficiência;
- Isolamento e esgotamento dos cuidadores e famílias;
- Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e à inclusão profissional compatível com o cuidado de pessoas com deficiência;
- Envelhecimento das pessoas com deficiência com decrescente retaguarda familiar;
- Dificuldades de integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;
- Longos períodos de estatuto legal indefinido das pessoas migrantes;
- Dificuldades de acesso a alguns serviços pelas barreiras da legalização;
- Instabilidade e precariedade no mercado de trabalho;
- Estratégias de sobrevivência em situação ilegal no mercado de trabalho;

Necessidades de Intervenção Prioritária:

-
- Apoios sociais as famílias;
 - Atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis pós institucionais e pós escolares para pessoas com deficiência;
 - Criação de novas respostas (equipamentos) para fazer face às necessidades das pessoas com deficiência;
 - Criação de novas respostas (equipamentos) para fazer face às necessidades o envelhecimento da população com deficiência;
 - Apoio aos formandos com deficiência dos cursos profissionais cujos percursos foram frustrados ao nível da integração laboral;
 - Eliminação das barreiras na perceção social da deficiência;
 - Aumento da acessibilidade de cuidados de saúde especializados;
 - Reforço do apoio prestado aos cuidadores e respetiva retaguarda técnica e emocional;
 - Reforço institucional do apoio domiciliário;
 - Aumento no número de vagas das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas;
 - Baixa mobilidade e isolamento por carência ou dificuldade de acesso ao transporte;
 - Reforço da intervenção de emergência social da primeira linha;
 - Proteção e segurança para as pessoas idosas em situação de violência e maus tratos;
 - Número crescente de demência, na população idosa, deverá ser alvo de estratégia multidisciplinar e multi institucional concertada;
 - Reforço nas instituições das equipas prestadoras de cuidados (maior numero e multidisciplinarietà);
 - Aumentar a formação às ajudantes de ação direta e equipa técnica para lidar com clientes com doenças neuro degenerativas e outros problemas de saúde incapacitantes e com os efeitos subjacentes (situações de stress, ansiedade, conflito, cansaço);
 - Adaptação dos espaços e reforço dos equipamentos das instituições para responder a clientes com doenças neuro degenerativas e outros problemas de saúde incapacitantes;
 - Doenças de foro mental e/ou incapacitantes provocam no cuidador / colaborador progressivo cansaço ao nível físico, psicológico o que tem como consequência maior número de faltas e baixas médicas;
 - Tipificação do Estatuto de Maior Acompanhado;
 - Integração em rede com a Saúde Mental;
 - Adaptação das instituições e respostas sociais para a resposta à demência e saúde mental nas pessoas idosas;
 - Alocação de financiamento específico para projetos de envelhecimento ativo;

- Rutura funcional na vida diária por carências múltiplas sem possibilidade de assegurar as necessidades básicas;
- Famílias parcialmente disfuncionais com défices de competências de controlo e orientação;
- Dificuldade em autonomização, excessiva subsidiodependência e transferência de responsabilidades para as instituições/ entidades por parte das famílias;
- Celeridade dos serviços de legalização;

Ações Tipo Prioritárias

- Alargamento dos acordos e cooperação na área do Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas idosas;
- Reforço na rede de cuidados e saúde ao domicílio;
- Projeto de serviço de apoio domiciliário integrado (cuidados básicos, alimentação, higiene, saúde e lazer);
- Criação de transporte social para as pessoas idosas;
- Criação de unidade móvel de apoio;
- Criar estratégias e recursos de apoio aos cuidadores;
- Encontrar linha de financiamento para o Projeto MICAS e outros no âmbito do envelhecimento ativo;
- Para além da avaliação e prescrição terapêutica, outro tipo de intervenção médica a nível das doenças neurodegenerativas, especializadas na demência e outras problemáticas, que atuem de forma articulada com outras estruturas de apoio e/ou famílias;
- Projetos de intervenção no domicílio, com apoios e equipas especializadas neste âmbito;
- Criação de uma |bolsa| de trabalhadores/as para intervir com utentes pessoas idosas, a ser usada pelas instituições em situações de carência e ausência de trabalhadores, com formação / experiência de cuidadores;
- Alteração da perceção da comunidade com reforço da visibilidade da temática da deficiência e sensibilização;
- Criação de acessos às pessoas com deficiência na prática de modalidades desportivas nos clubes e associações;
- Encontros desportivos e sociais que promovam a participação das pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades;
- Criação de programas de ocupação durante os períodos de férias letivas para pessoas com deficiência;
- Articulação interinstitucional para atividades socialmente úteis nos espaços de vida natural.

- Criação de equipas técnicas multidisciplinares para intervenção precoce e desenvolvimento;
- Criação de equipas de intervenção no Autismo;

Projetos Prioritários

Proposta 1:

- Adaptação de um espaço (numa das escolas que está encerrada) com equipamentos apropriados para dar resposta a clientes com doenças neuro degenerativas e aos cuidadores sem retaguarda de apoio.

Objetivos:

- Colmatar o esgotamento e insegurança dos cuidadores que servem de retaguarda familiar;
- Criação de uma sala Snozelen para uso de clientes e cuidadores, com presença devidamente planeada.

Proposta 2:

- Criação de uma rede de Instituições no concelho, que trabalhem em articulação, no que respeita demências, cuidadores e serviços a prestar.

Objetivos:

- Partilhar instrumentos de trabalho próprios para a demência, criando uma inter ajuda com a troca de técnicos, médicos, enfermeiros e auxiliares que rodariam a sua intervenção nas IPSS de forma concertada e sempre que necessário;
- Dotar todos os intervenientes nas IPSS de formação específica e adequada para cuidar de pessoas idosas nas várias demências de que são portadores;
- Planear respostas adequadas das várias instituições, em rede, nos transportes, deslocações a hospitais (consultas de especialidade e exames) efetuados no mesmo dia, evitando os gastos de combustível, sempre que possível;
- Criar uma equipa multidisciplinar composta por professor de ginástica, professor de música, animação e artes que prestassem os seus serviços nas várias IPSS do concelho;

Proposta 3:

- Projeto de intervenção integrado de resposta a crianças e pessoas jovens dos 6 aos 16 anos com NEE;

Objetivos:

- Promoção de resposta integrada para estas crianças e pessoas jovens;
- Aumento dos recursos humanos de apoio;
- Aumentar o estímulo no desenvolvimento infantil (criança bem estimulada tem maior facilidade em se adaptar e em se relacionar, maior criatividade e mais capacidade de aprendizagem).

Proposta 4:

- Criação de um |Espaço à Descoberta| com acesso às pessoas deficientes, durante o Verão.

Objetivos:

- Permitir o desenvolvimento cognitivo e físico de crianças e pessoas jovens, incentivando a prática das diferentes modalidades desportivas contribuindo para o desenvolvimento físico;
- Criação de um circuito, onde com a prática desportiva, conseguissem ultrapassar obstáculos através de enigmas e adivinhas (adequados às suas capacidades).

Proposta 5:

- Criação de Pavilhões para oficinas Inclusivas;

Objetivos:

- Assegurar espaços para a ocupação de pessoas (desempregadas, com deficiência, em formação, etc.);
- Possibilitar a inclusão, ocupação, aprendizagem, e, se possível, a sua posterior integração no mercado de trabalho;

Proposta 6:

- Reforço das intervenções na área da deficiência:
- Criação de CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente

Objetivos:

- Gestão, coordenação e apoio dos serviços de assistência pessoal a pessoa com deficiência;
- Residência de Autonomização e Inclusão

Objetivos:

- Numa perspetiva de mudança de paradigma, de uma maior e diversificada oferta de serviço, visa-se proporcionar o acolhimento residencial adaptado para pessoas com deficiência ou incapacidade, localizado em áreas residenciais na comunidade;

- Metodologia adequada à prestação de um atendimento e apoio personalizado, flexível e qualificado, proporcionando suporte às necessidades individuais e à criação de condições para a concretização de um projeto de vida sustentável, independente e inclusivo;

Proposta 7:

Candidatura ao PROCOOP, para celebração de acordos, para a resposta de CAARPD

Objetivos:

- Capacitar e alargar o serviço já existente;

Proposta 8:

Respostas Sociais:

- ERPI especializada nas Demências e Saúde Mental;
- Serviço de Apoio Domiciliário integrado e especializado para pessoas idosas com demências e outros problemas de saúde mental;
- Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Noite (resposta simultânea).

Proposta 9:

Transversal a todos os domínios de intervenção analisados e com impacto no território tem sido os diversos programas CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, assim como diversos programas de intervenção comunitária.

- Necessidade e premência de o concelho de Castelo de Paiva continuar a ser território contemplado com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.
- Necessidade de o território ser contemplado com outros projetos de intervenção social inter multidisciplinares e interinstitucionais como por exemplo |Bairros Saudáveis|, |Cultura para Todos|, |Ser Criança|, etc.

Proposta 10:

- Candidatura a projetos de intervenção social e comunitária de acordo com avisos de abertura, a diferentes programas de financiamento.

Objetivos:

- Desenvolvimento de projetos comunitários de intervenção sistémica.

CAPÍTULO IV - POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a exclusão social são dois fenômenos inter-relacionados que afetam a vida de muitas pessoas. A pobreza é uma condição caracterizada pela falta de recursos financeiros e materiais necessários para satisfazer as necessidades básicas, como alimentação, habitação e saúde. A exclusão social, por sua vez, refere-se a um processo no qual as pessoas são marginalizadas ou privadas de acesso a oportunidades sociais e económicas.

A pobreza pode levar à exclusão social, uma vez que as pessoas que vivem em condições de pobreza têm menos acesso a serviços básicos, como educação, saúde e, portanto, têm menos oportunidades de participar plenamente da sociedade. Além disso, a pobreza pode levar a outras formas de exclusão social, como a discriminação com base no rendimento ou na falta de acesso a empregos bem remunerados.

A exclusão social pode, por sua vez, agravar a pobreza, uma vez que as pessoas que são excluídas do mercado de trabalho e de outras oportunidades económicas têm menos hipóteses de melhorar sua situação financeira. Além disso, a exclusão social pode levar a problemas de saúde mental, isolamento social e outros problemas sociais e emocionais que afetam negativamente a qualidade de vida das pessoas.

Esta área de análise inclui problemáticas sociais de exclusão social severa em situação de grande fragilidade e desestruturação pessoal ou familiar. Integramos aqui situações de carência material, ou outra, em que os indivíduos ou grupos se encontram numa situação de rutura com os vínculos sociais, humanos e socioeconómicos.

Dependências

As dependências podem ser entendidas como um padrão de comportamento no qual uma pessoa se torna fisicamente ou psicologicamente dependente de uma substância, atividade ou relacionamento, de tal forma que não consegue mais controlar seu uso ou envolvimento com isso. Existem diversas formas de dependências, algumas das mais comuns são:

- Dependência química: refere-se à dependência física e/ou psicológica de substâncias como álcool, drogas ilícitas, medicamentos prescritos, entre outros.
- Dependência comportamental: refere-se à dependência de comportamentos que proporcionam prazer e/ou alívio imediato, como jogos de azar, compras compulsivas, uso excessivo de tecnologia, pornografia, entre outros.
- Dependência emocional: refere-se à dependência de outra pessoa para se sentir bem

consigo mesmo, o que pode levar a comportamentos como ciúme excessivo, submissão, necessidade de controlar, entre outros.

As dependências podem ter graves consequências para a saúde física e mental das pessoas, além de afetar negativamente os relacionamentos interpessoais e vida profissional. O tratamento das dependências envolve uma abordagem multidisciplinar.

No concelho de Castelo de Paiva existe um Projeto de Respostas Integradas (PRI) - P'los Trajetos da Vida que trabalha no Eixo da Prevenção. Este é financiado pelo Ministério da Saúde e promovido/executado pelo Centro Social de Santa Maria de Sardoura, desde 2017. Apresenta-se como uma resposta concreta, integrada e articulada, que procura ir de encontro às necessidades identificadas no âmbito da prevenção de comportamentos de risco, em particular na área dos CAD (comportamentos aditivos e dependências, com e sem substâncias), nos grupos de crianças, pessoas adolescentes, pessoas jovens, famílias e comunidade em geral, promovendo a saúde. A equipa desenvolve a sua intervenção segundo o eixo preventivo, no que diz respeito ao consumo de substâncias e comportamentos de risco, procurando essencialmente promover fatores de proteção, aumentar a resiliência e diminuir os fatores de risco.

O projeto desenvolve ações considerando toda a população como tendo o mesmo risco individual em relação ao abuso de SPA. Estas são:

- **|Academia Ser +| - Atendimento/Acompanhamento;**

O objetivo da ação é atender, sinalizar e encaminhar para o CRI quando justificável. O desenvolvimento de ações de prevenção são uma prioridade. Em termos de beneficiários abrangidos em 2022, a tabela abaixo referencia os mesmos:

Tipo de Destinatário	Número de pessoas abrangidas
Crianças entre os 5-9 anos	38
Adolescentes entre os 10-14 anos	1
Jovens entre os 15-19 anos	7
Adultos a partir dos 20 anos	4
Famílias/pais vulneráveis	12

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 81 - Destinatários / beneficiários das ações

As metodologias utilizadas incluíram: atendimentos individuais e/ou em grupo; entrevista; observação; dinâmicas de grupo; disponibilização de informação e material; encaminhamentos; mediação (com as estruturas de respostas da rede de referência, garantindo a continuidade da intervenção especializada); psicoeducação; *role playing*; *brainstorming*; aplicação de técnicas de resolução de problemas; reforço da motivação para a mudança.

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 82 - Metodologia de Implementação

- **[Academia (Cres) Ser Pessoa] - Treino de Competências;**

Esta ação pretendeu assegurar a aplicação de programas pré-definidos e orientados para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais nas crianças, pessoas adolescentes, pessoas jovens e pais, quer ao nível intrapessoal como ao nível interpessoal.

A aplicação de programas estruturados, validados e avaliados com resultados reconhecidos a nível da prevenção ("Eu & os Outros" e "Aventura Social"), com atividades muito específicas na área das competências pessoais e sociais, de duração limitada, mas com efeito de continuidade, foi dirigida a grupos delimitados e estáveis, e orientada pelas técnicas do projeto, com formação e experiência na área da aquisição de competências pessoais e sociais. Foi ainda aplicado o programa "Devagar Se Vai Ao Longe", a grupos de crianças do 1º Ciclo que integraram o programa "Aventura Social" numa primeira fase de intervenção.

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 83 - Objetivos

Relativamente aos beneficiários abrangidos,

Tipo de Destinatário (De acordo com a tipologia definida no campo B10.1)	Número de pessoas abrangidas
Crianças entre os 5-9 anos	66
Adolescentes entre os 10 e os 14 anos	171
Jovens entre os 15 e os 19 anos	19
Pais e outros adultos a partir dos 20 anos	2 (jovens – programa "Eu & os Outros") + 12 (pais)

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 84 - Destinatários / beneficiários das ações

Em termos de metodologias utilizadas, os recursos estão elencados abaixo:

Ensino por modelagem; auto monitorização por parte da equipa; distribuição de material informativo; sessões de debate; sessões com recurso ao método expositivo, interrogativo, ativo, demonstrativo; *role playing*; *brainstorming*; aplicação de técnicas de resolução de problemas; trabalho(s) de grupo; feedback construtivo, autorreforço, reforço social; dinâmicas de grupo; aplicação de programas validados – "Aventura Social" e "Eu & os Outros" (respetivas narrativas e manual de aplicação e outro material de suporte à aplicação, avaliação/materiais de aplicação e avaliação); programa "Devagar Se Vai Ao Longe"; técnicas interativas com exploração de sites didáticos de apoio à em algumas das temáticas.

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 85 - Metodologia

- **|IncrívelMente Saudável|**

Desenvolvimento de atividades em áreas específicas como o desporto, a música, o cinema, entre outras que permitissem, pela sua dinâmica de implementação, contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Relativamente aos beneficiários:

Tipo de Destinatário (De acordo com a tipologia definida no campo B10.1)	Número de pessoas abrangidas
Crianças entre os 5-9 anos	39
Adolescentes entre os 10-14 anos	77
Jovens entre os 15-19 anos	15

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura,2022

Tabela 86 - Destinatários / beneficiários das ações

No que concerne as metodologias utilizadas:

METODOLOGIAS
Atividades lúdico-educativas, desportivas, culturais, recreativas, de ocupação e lazer: visualização de filmes; discussão orientada; passeios/corridas de exploração da natureza; atividades radicais; música; dinâmicas de grupo; torneios e jogos; visitas de "estudo" ou de promoção de conhecimentos através de visitas a locais novos/de interesse; jogos didáticos; aconselhamento; disponibilização de material informativo; atividades de informática, com recurso a plataformas digitais; dinamização de <i>ateliers</i> (expressão plástica, informática, culinária e carpintaria).

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura,2022

Tabela 87 - Metodologia

- **|PRO-MOVE-TE| - Ações de Sensibilização e Informação;**

Desenvolvimento de atividades de sensibilização, divulgação de informação e/ou discussão de temas diversos no âmbito da saúde/prevenção dos comportamentos de risco, sob forma orientada utilizando materiais com conteúdos específicos adequados ao grupo alvo (workshops ou ações de informação/sensibilização).

No que se reporta aos beneficiários:

Tipo de Destinatário (De acordo com a tipologia definida no campo B10.1)	Número de pessoas abrangidas
Crianças entre os 5-9 anos	63
Adolescentes entre os 10-14 anos	132
Jovens entre os 15-19 anos	53
Adultos a partir dos 20 anos	120 (pais/ encarregados/as de educação) + 44 (outros adultos) + 20 auxiliares de ação educativa

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 88 - Destinatários / beneficiários das ações

Relativamente às metodologias utilizadas:

METODOLOGIAS
Método informativo/expositivo; diálogos orientados/incentivo à participação; dinâmicas de grupo; aplicação de jogos pedagógicos/jogos de tabuleiro (<i>Missão 2050</i>); exercícios práticos/simulações através de exercícios individuais e de grupo; interatividade; levantamento e resposta a questões específicas; divulgação de informação via e-mail/Newsletter.

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 89 - Metodologia

- **| Formar para Prevenir | - Formação;**

Desenvolvimento de ações de formação concretas no domínio de intervenção do projeto. Em termos de destinatários/beneficiários:

Tipo de Destinatário	Número de pessoas abrangidas
Técnicos da Área Social	6
Técnicos de Educação	11
Técnicos de Saúde	0
Auxiliares da Ação Educativa	1
Monitores	0

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 90 - Destinatários / beneficiários das ações

No que se reporta à metodologia:

METODOLOGIAS

Método informativo/expositivo; diálogos orientados/incentivo à participação; dinâmicas de grupo; exercícios práticos/simulações através de exercícios individuais e de grupo; levantamento e resposta a questões específicas; plataforma zoom e outras plataformas de apoio à formação; trabalho de grupo; reflexão individual.

Fonte: PTV – P'los Trajetos da Vida - Centro Social de Sta. Maria de Sardoura, 2022

Tabela 91 - Metodologia

Em suma podemos concluir que o trabalho de prevenção, orientação e acompanhamento está implícito a este projeto e em muito tem contribuído para uma minoração de comportamentos de risco e para uma maior consciencialização no mesmo domínio. Efetivamente, no território sente-se necessidade de implementação de um projeto de prevenção e simultaneamente tratamento. Este facto correlaciona-se com as questões de proximidade, motivação, acompanhamento das diversas situações em que já existem consumos efetivos.

Como resposta à lacuna identificada e handicap sentido em termos concelhios no que se reporta à avaliação, tratamento e reinserção os munícipes são encaminhados para o CRI Porto Oriental e/ou CRI Santa Maria da Feira.

Analisando os dados disponibilizados pelo CRI Porto Oriental constatámos que esta estrutura tem em acompanhamento munícipes das diversas freguesias do concelho e com diagnóstico de dependências de substâncias diferenciadas (álcool e/ou drogas).

A tabela apresenta o número de utentes ativos em 2022, por tipo de inscrição:

Freguesia de Residência	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição						Total
	Consulta de cessação tabágica	Consumo de outras substâncias psicoativas	Criança/jovem em risco	Família	Jogo	Problemas ligados ao álcool	
Sem Informação				1	1		2
Fornos			3				3
Real			2				2
Santa Maria de Sardoura			5				5
São Martinho de Sardoura			3				3
União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	1		13			1	15
União das freguesias de Sobrado e Bairros			7	1			8
Total	1		33	2	1	1	36

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 92 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por tipo de inscrição

Como constatamos através da análise dos dados, a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso é onde o número de utentes ativos no CRI Porto Oriental assume maior representatividade.

Analisando discriminadamente os dados em questão, constatamos que o sexo masculino assume uma maior expressividade.

Freguesia de Residência	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição e sexo		
	F	M	Total
Sem Informação		1	2
Fornos			5
Real		1	6
Santa Maria de Sardoura		1	8
São Martinho de Sardoura		1	10
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso		2	24
União das freguesias de Sobrado e Bairros		3	15
Total		9	70

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 93 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por tipo de inscrição e sexo

No que reporta à substância principal consumida constatamos uma diversidade de substâncias, apresentando-se a Heroína e o Álcool (dependência) como as que assumem maior representatividade.

Freguesia de Residência	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por substância principal												
	Álcool	Álcool - Abuso	Álcool - Cons. de risco	Álcool - Dependência	Álcool - Uso moderado	Buprenorfina	Cannabis	Cocaína	Heroína	Jogo	Sem Droga Principal	Sem Informação	Tabaco
Sem Informação					1		1					1	
Fornos		1			1				2			1	
Real		2	1		1				2				
Santa Maria de Sardoura		3	1		2				3				
São Martinho de Sardoura		4	2		2		1		2				
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso		1	1		5		1	3	1	10	1	1	1
União das freguesias de Sobrado e Bairros	1	3	1		4			3	2			4	
Total	1	14	6		15	2	2	4	4	21	1	7	1

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 94 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por substância principal

Centrando a nossa análise nos escalões etários constatamos que o escalão etário entre os 36 e os 45 anos é o que assume maior expressividade nos munícipes em acompanhamento pelo CRI Porto Oriental.

Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição e escalões etários							
Freguesia de Residência	Consulta de cessação tabágica	Consumo de outras substâncias psicoactivas	Criança/Jovem em risco	Família	Jogo	Problemas ligados ao álcool	Total
Sem Informação			1	1		1	3
19-25			1				1
56-65				1		1	2
Fornos		3				2	5
26-35		1					1
36-45		1					1
46-55		1					1
56-65						1	1
66-75						1	1
Real		2				5	7
26-35		1					1
46-55		1				2	3
56-65						2	2
66-75						1	1
Santa Maria de Sardoura		5				4	9
26-35		1					1
36-45		2				2	4
46-55		2					2
56-65						2	2
São Martinho de Sardoura		3				8	11
26-35						1	1
36-45		1				4	5
46-55		2				2	4
56-65						1	1
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	1	13	5		1	6	26
0-18			3				3
19-25	1	2					3
26-35		1	2		1		4
36-45		7				2	9
46-55		2				2	4
56-65		1				1	2
66-75						1	1
União das freguesias de Sobrado e Bairros		7	1			10	18
0-18			1				1
26-35		2					2
36-45		2				6	8
46-55		3				2	5
56-65						2	2
Total	1	33	7	1	1	36	79

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 95 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por escalões etários

Relativamente à escolaridade constata-se um enfoque no 1.º e 2.º ciclo do ensino básico em todas as freguesias em análise.

Freguesia de Residência e escolaridade	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição						Total
	Consulta de cessação tabágica	Consumo de outras substâncias psicoactivas	Criança/Jovem em risco	Família	Jogo	Problemas ligados ao álcool	
Sem Informação			1	1		1	3
1º Ciclo do Ensino Básico						1	1
2º Ciclo do Ensino Básico			1				1
Grau Universitário				1			1
Fornos		3				2	5
1º Ciclo do Ensino Básico						2	2
2º Ciclo do Ensino Básico		2					2
3º Ciclo do Ensino Básico		1					1
Real		2				5	7
1º Ciclo do Ensino Básico						3	3
2º Ciclo do Ensino Básico						2	2
3º Ciclo do Ensino Básico		2					2
Santa Maria de Sardoura		5				4	9
1º Ciclo do Ensino Básico		2				2	4
2º Ciclo do Ensino Básico		2				1	3
3º Ciclo do Ensino Básico		1					1
Sem escolaridade						1	1
São Martinho de Sardoura		3				8	11
1º Ciclo do Ensino Básico						1	1
2º Ciclo do Ensino Básico		3				5	8
3º Ciclo do Ensino Básico						2	2
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	1	13	5		1	6	26
1º Ciclo do Ensino Básico	1	2	1			3	7
2º Ciclo do Ensino Básico		10	2			1	13
3º Ciclo do Ensino Básico		1	1			1	3
Ensino Secundário			1		1	1	3
União das freguesias de Sobrado e Bairros		7	1			10	18
1º Ciclo do Ensino Básico		1				4	5
2º Ciclo do Ensino Básico		5	1			6	12
3º Ciclo do Ensino Básico		1					1
Total	1	33	7	1	1	36	79

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 96 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por escolaridade

Relativamente à situação profissional os utentes acompanhados apresentam diversas situações profissionais passíveis de análise através da tabela seguinte denotando-se a transversalidade do fenómeno de consumos pelos diversos estratos sociais.

Freguesia de Residência e situação profissional	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição						
	Consulta de cessação tabágica	Consumo de outras substâncias psicoactivas	Criança/Jovem em risco	Família	Jogo	Problemas ligados ao álcool	Total Geral
Sem Informação			1	1		1	3
Desconhecido				1			1
Estudante/ Formação Profissional			1				1
Reformado/Pensão Social por invalidez						1	1
Fornos		3				2	5
Desocupado há menos de um ano		1					1
Outra situação		1				1	2
Trabalho estável/regular		1				1	2
Real		2				5	7
Desocupado há um ano ou mais		1				1	2
Reformado/Pensão Social por idade						1	1
Reformado/Pensão Social por invalidez						1	1
Trabalho estável/regular		1				2	3
Santa Maria de Sardoura		5				4	9
Desconhecido						1	1
Desocupado há menos de um ano		1					1
Desocupado há um ano ou mais		2					2
Reformado/Pensão Social por invalidez						1	1
Trabalho estável/regular						2	2
Trabalho ocasional		2					2
São Martinho de Sardoura		3				8	11
Desocupado há um ano ou mais		1				2	3
Reformado/Pensão Social por idade						1	1
Reformado/Pensão Social por invalidez						1	1
Trabalho estável/regular		2				3	5
Trabalho ocasional						1	1
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	1	13	5		1	6	26
Desocupado há menos de um ano		1	1				2
Desocupado há um ano ou mais		3					3
Estudante/ Formação Profissional	1		3				4
Outra situação						1	1
Reformado/Pensão Social por idade						1	1
Reformado/Pensão Social por invalidez		2				1	3
Trabalho estável/regular		5			1	3	9
Trabalho ocasional		2	1				3
União das freguesias de Sobrado e Bairros		7	1			10	18
Desconhecido						1	1
Desocupado há menos de um ano		1					1
Desocupado há um ano ou mais		3				3	6
Estudante/ Formação Profissional			1				1
Trabalho estável/regular		3				5	8
Trabalho ocasional						1	1
Total	1	33	7	1	1	36	79

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 97 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva por situação profissional

O alojamento familiar clássico é o que assume uma maior presença no concelho quando centramos a nossa análise no tipo de alojamento dos munícipes acompanhados pelo CRI Porto Oriental, tal como se pode constatar através da análise da tabela seguinte:

Freguesia de Residência e Tipos de Alojamento	Utentes ativos, em 2022, residentes no concelho de Castelo de Paiva por tipo de inscrição						
	Consulta de cessação tabágica	Consumo de outras substâncias psicoactivas	Criança/Jovem em risco	Família	Jogo	Problemas ligados ao álcool	Total
Sem Informação			1	1		1	3
Familiar clássico				1		1	2
Outro alojamento colectivo de convivência			1				1
Fornos		3				2	5
Familiar clássico		2				2	4
Familiar não clássico		1					1
Real		2				5	7
Familiar clássico		2				5	7
Santa Maria de Sardoura		5				4	9
Desconhecido						1	1
Familiar clássico		5				3	8
São Martinho de Sardoura		3				8	11
Familiar clássico		3				8	11
União das freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso	1	13	5		1	6	26
Desconhecido		1					1
Familiar clássico		12	3		1	6	22
Hotéis, pensões e similares			1				1
Outras situações			1				1
Outro alojamento coletivo de convivência	1						1
União das freguesias de Sobrado e Bairros		7	1			10	18
Desconhecido						1	1
Familiar clássico		6	1			9	16
Rua		1					1

Fonte: CRI Porto Oriental, 2023

Tabela 98 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva e tipo de alojamento

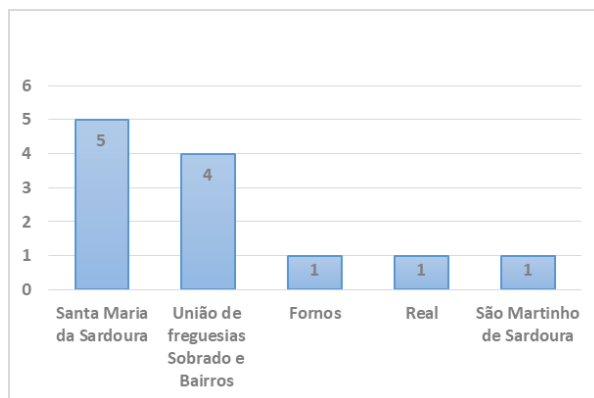
Analisando conjuntamente todos os dados apresentados, concluímos que os consumos de substâncias são transversais a todas as idades, sexos e classes etárias e conseguimos traçar um perfil dos consumidores acompanhados pelo CRI Porto Oriental, do nosso concelho.

A Comissão de Dissuasão da Toxicodependência de Aveiro – CDT Aveiro também acompanha munícipes de Castelo de Paiva.

Segundo esta entidade em 2022, no âmbito da lei 30/2000 de 29 de novembro², no ano de 2022, foram registados 12 processos contraordenacionais relativos a 12 indiciados:

Em termos de freguesias de residência no concelho de Castelo de Paiva,

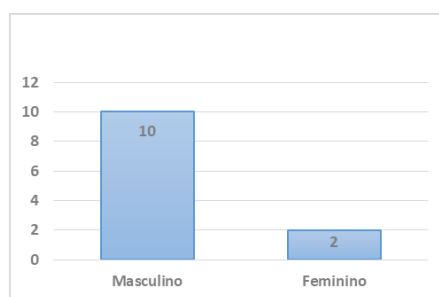
² A presente lei tem como objeto a definição do regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 49 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por freguesia

Como se constata, em termos de freguesias de residência, Santa Maria de Sardoura e União de Freguesias de Sobrado e Bairros são as mais representativas.

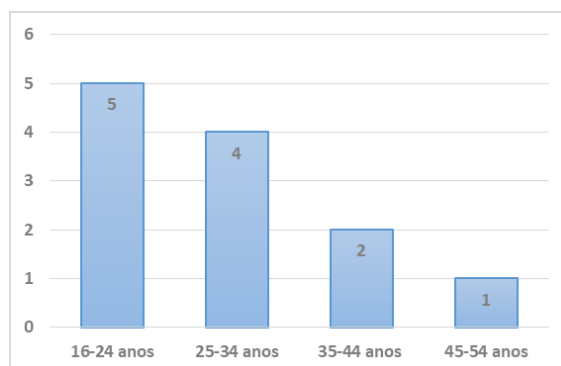


Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 50 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por género

Relativamente ao género o género masculino assume 83,3 % dos munícipes em acompanhamento pelo CDT Aveiro.

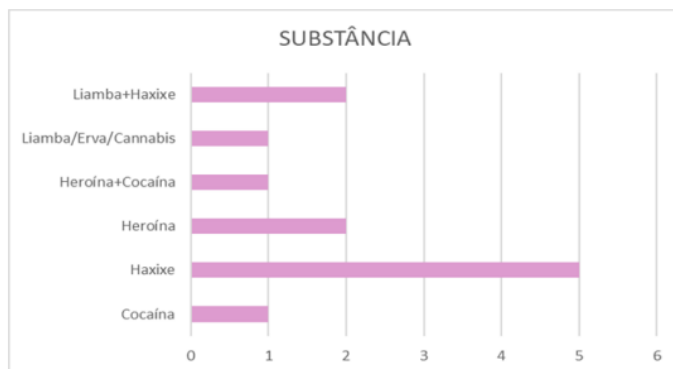
Relativamente aos escalões etários, os dados em análise são muito similares aos anteriormente analisados relativos ao CRI Porto Oriental.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 51 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por escalões etários

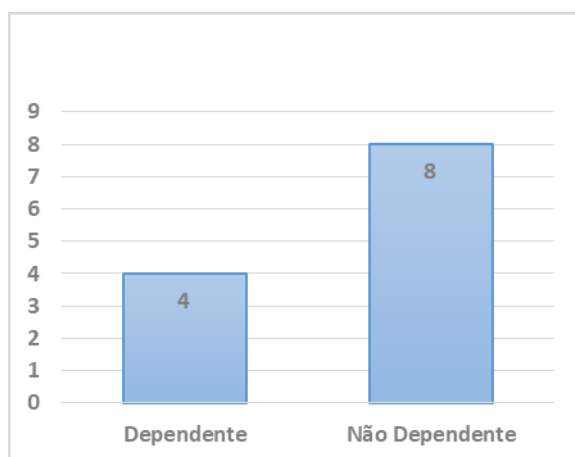
Constata-se uma efetiva presença nas idades entre os 16 e os 34 anos de idade. A substância mais apreendida foi a Canábis Resina (haxixe).



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 52 - Utes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por substância apreendida

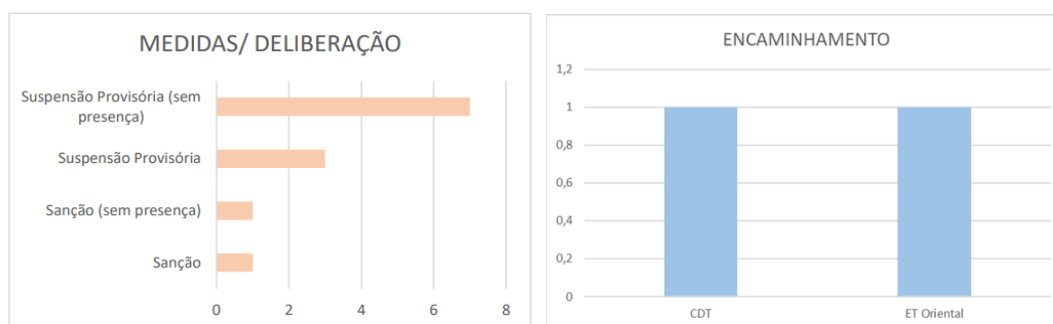
No que respeita ao tipo de consumidor, 8 indivíduos foram avaliados como não dependentes de substâncias estupefacientes.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 53 - Utes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por tipo de dependência

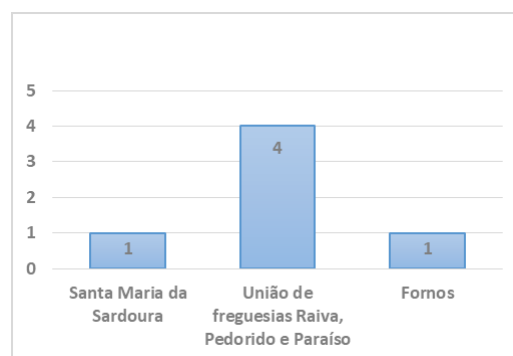
Na maioria dos casos foi deliberada uma Suspensão Provisória do Processo sem a presença dos indicados e em apenas dois casos foram efetuadas referenciações (1 interna e 1 externa) para o devido acompanhamento adequado à situação avaliada.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 54 - Utentes em 2022, residentes em Castelo de Paiva, por medidas de coação e encaminhamento

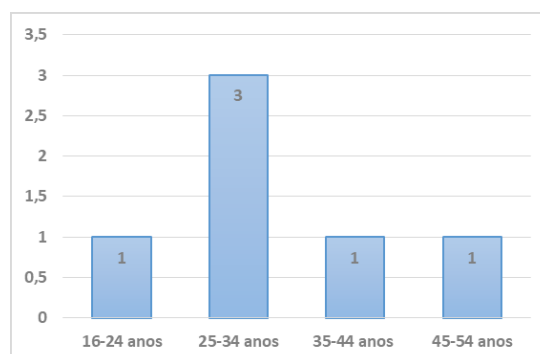
Relativamente a 2023 (mês de referência: março) foram registados 8 processos contraordenacionais relativos a 6 indiciados.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 55 - Utentes até março 2023, residentes em Castelo de Paiva, por freguesia

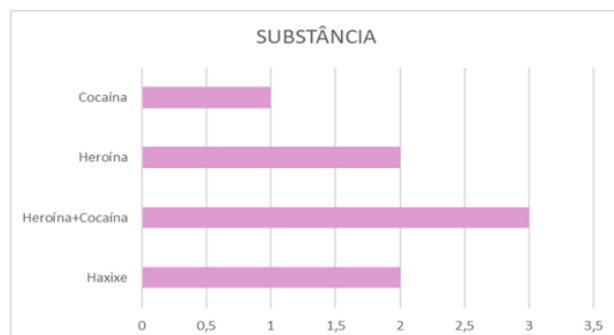
Pela análise comparativa constata-se a identificação do problema em análise numa nova freguesia do concelho, União de freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso. No total os indiciados são do género masculino.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 56 - Em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por escalões etários

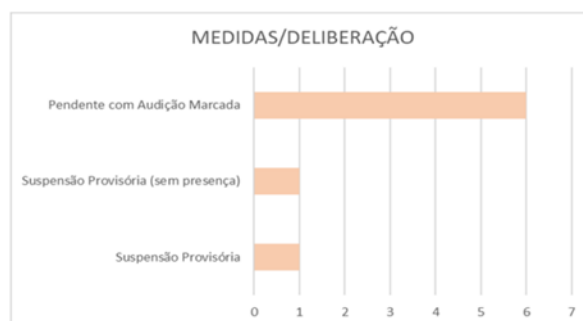
O escalão etário de 25-34 anos é o mais representativo. As substâncias mais apreendidas foram a Heroína e Cocaína.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 57 - Utentes em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por substância apreendida

No que respeita ao tipo de consumidor, apenas dois indiciados realizaram até ao momento d cedência de dados, audição e entrevista, tendo sido ambos classificados como não dependentes de substâncias estupefacientes.



Fonte: CDT Aveiro, 2023

Gráfico 58 - Utentes em março de 2023, residentes em Castelo de Paiva, por medidas de coação

Na maioria dos casos ainda não foi deliberada qualquer decisão, encontrando-se os processos pendentes com audição agendada e em dois processos foi tomada uma deliberação de Suspensão Provisória do Processo (com e sem comparência). Apenas foi efetuada 1 referência par o projeto |P'los Trajetos da Vida|.

Outra fonte de dados, que podemos utilizar para caraterizar a questão das dependências no concelho, ainda que não de forma direta e exclusiva, são os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa do Tâmega 1 – Direção Regional de Reinserção do Norte (Penafiel); não direta e exclusiva dado que esta entidade nos cedeu os dados dos agressores por violência doméstica em acompanhamento e existem outras problemáticas subjacentes, para além dos consumos de substâncias, apesar destes assumirem uma grande representatividade (57,8%)

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas dependências	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Serviços	Ausência de serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico.	Ações de prevenção e sensibilização na comunidade, para a problemática das dependências Ações de intervenção de proximidade para a prevenção e sensibilização para as novas dependências (jogo patológico; novas tecnologias; pornografia infantil) Operacionalização do projeto <i>P'los Trajetos da Vida</i>	Ações de capacitação para técnicos Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para as pessoas em situação de dependência.	Alargamento de reposta de intervenção de proximidade para a sinalização, encaminhamento e apoio às situações de dependência

Tabela 99 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Saúde Mental

A saúde mental refere-se ao estado emocional, psicológico e social de uma pessoa. É uma parte essencial da saúde global e envolve o bem-estar emocional, cognitivo e comportamental de um indivíduo. Manter uma boa saúde mental é importante para o funcionamento geral e a qualidade de vida de uma pessoa. Quando a saúde mental é prejudicada, pode afetar negativamente o bem-estar emocional, os relacionamentos, o desempenho académico ou profissional e a capacidade de lidar com os desafios da vida. Alguns fatores que podem afetar a saúde mental incluem:

- Fatores biológicos: predisposição genética, desequilíbrios químicos no cérebro e histórico familiar de doenças mentais.
- Fatores ambientais: experiências traumáticas, abuso, stress crónico, condições sociais desfavoráveis, isolamento social e falta de suporte familiar e/ou outro;
- Fatores psicológicos: baixa autoestima, pensamentos negativos recorrentes, dificuldade em lidar com emoções e problemas de relacionamento.
- Fatores de estilo de vida: má alimentação, falta de exercício físico, consumo de substâncias tóxicas e falta de sono adequado.

Além disso, existem vários transtornos mentais, como depressão, ansiedade, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtornos alimentares e transtornos de personalidade, que requerem atenção clínica e intervenção adequada.

A falta de dados sobre saúde mental e as dificuldades de intervenção são questões importantes que afetam a abordagem adequada dos problemas de saúde mental em muitos contextos.

A falta de dados confiáveis e abrangentes sobre saúde mental é um problema significativo no território Tâmega e Sousa, assim como em outros territórios. Isso ocorre por várias razões, incluindo estigma associado a doenças mentais, falta de priorização política, deficiências nos sistemas de saúde e a natureza subjetiva dos sintomas mentais. A falta de dados torna difícil para os formuladores de políticas e profissionais de saúde entenderem a extensão dos problemas de saúde mental, identificar populações em risco e direcionar recursos de forma eficaz. Para lidar com essa lacuna, é crucial investir na recolha de dados abrangentes e confiáveis sobre saúde mental, promovendo pesquisas, estudos epidemiológicos e avaliações regulares da saúde mental da população.

As dificuldades de intervenção em saúde mental referem-se aos desafios enfrentados na prestação de cuidados e tratamentos adequados às pessoas com problemas mentais. Essas dificuldades podem surgir devido a vários fatores, incluindo o desconhecimento da doença, a

complexidade dos transtornos mentais, a falta de profissionais de saúde mental qualificados, a falta de acesso a serviços adequados, barreiras financeiras e estigma social.

Para abordar essas dificuldades, é necessário investir na formação de profissionais de saúde mental, expandir a oferta de serviços acessíveis e integrados, melhorar a coordenação entre diferentes níveis de cuidado e reduzir o estigma associado à saúde mental.

Em suma, a falta de dados sobre saúde mental e as dificuldades de intervenção representam desafios significativos para o campo da saúde mental. É necessário investir em pesquisa, recolha de dados e recursos para superar essas dificuldades e garantir uma abordagem mais eficaz e abrangente para a saúde mental.

Relativamente aos dados sobre esta temática os mesmos não foram disponibilizados pela área da saúde, pelo que não temos estatísticas disponíveis.

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto na saúde mental	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Diagnóstico	Aumento significativo dos problemas na área da saúde mental	Ações de literacia em saúde mental	-	Realização de Estudos de Diagnóstico
Respostas de Apoio	Falta de respostas para a saúde mental Poucas respostas de apoio para crianças e pessoas jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada	Operacionalização da Equipa Local de Intervenção	Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para a saúde mental Partilha de recursos humanos especializados entre organizações	

Tabela 100 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar

A disfuncionalidade familiar refere-se a padrões de comportamento disfuncionais e relações disfuncionais dentro de uma família, que podem levar a problemas de saúde mental, comportamentais, emocionais e relacionais. A desestruturação familiar é um termo mais amplo que se refere a mudanças na estrutura e na dinâmica de uma família. Isso pode incluir separação, divórcio, perda de um membro da família, mudanças na composição da família e outras mudanças significativas. Ambos os termos podem levar a consequências negativas para o bem-estar emocional e psicológico dos membros da família. As crianças podem ser particularmente afetadas pela disfuncionalidade e desestruturação familiar, e podem experimentar problemas de saúde mental, problemas comportamentais e dificuldades no desenvolvimento social e emocional.

POR NÚMERO DE INDIVÍDUOS	FAMÍLIAS CLÁSSICAS			
	2011	%	2021	%
TOTAL	5575	100	5609	100
1	642	11,5	871	15,5
2	1492	26,7	1749	31,1
3	1602	28,7	1500	26,7
4	1271	22,7	1074	19,1
5 Ou +	568	10,1	415	7,3

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 101 -Distribuição das famílias clássicas (N.º) por número de indivíduos, em 2011 e 2021

No que diz respeito ao panorama familiar do concelho, os dados da tabela mostram-nos que as famílias com dois elementos são as mais representativas (31,1% do total de famílias). Também com alguma expressividade encontram-se as famílias com três elementos no agregado familiar. De registar também o facto de 15,5% de famílias serem compostas apenas por uma pessoa. Ao longo dos anos têm-se verificado um aumento dos agregados constituídos por um ou dois elementos, formados por 3 a 5 pessoas e por seis pessoas ou mais. Estes dados estão

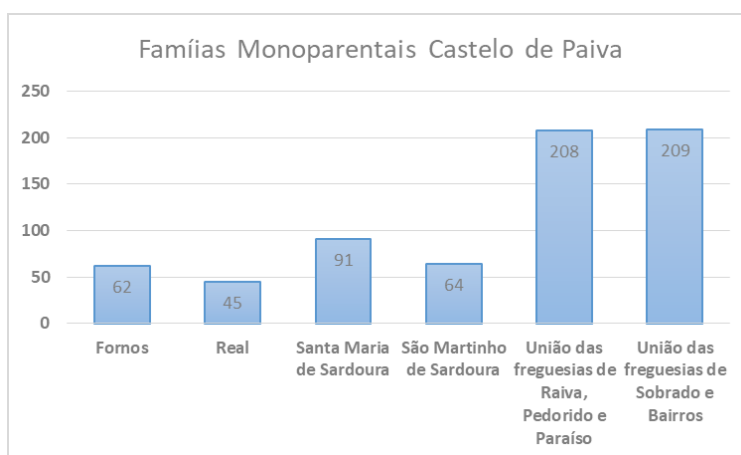
relacionados com a diminuição da taxa de natalidade da população e com as novas tipologias dos agregados familiares, como os monoparentais.

Este indicador está associado à baixa taxa de natalidade do concelho, já que as famílias que aumentaram entre 2011 e 2021 foram as famílias com 1 e com 2 elementos. A monoparentalidade é outra estrutura familiar que começa a assumir grande representatividade no concelho.

Local de residência (à data dos Censos 2021)	2021	2011
	%	%
Portugal	18,54	14,89
Norte	16,83	13,75
Tâmega e Sousa	14,93	11,37
Castelo de Paiva	13,89	10,4
Fornos	15,05	10,24
Real	11,78	10,46
Santa Maria de Sardoura	13,11	9,86
São Martinho de Sardoura	10,9	6,88
União das freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	16,02	12,52
União das freguesias de Sobrado e Bairros	13,78	10,12

Fonte: INE, 2021

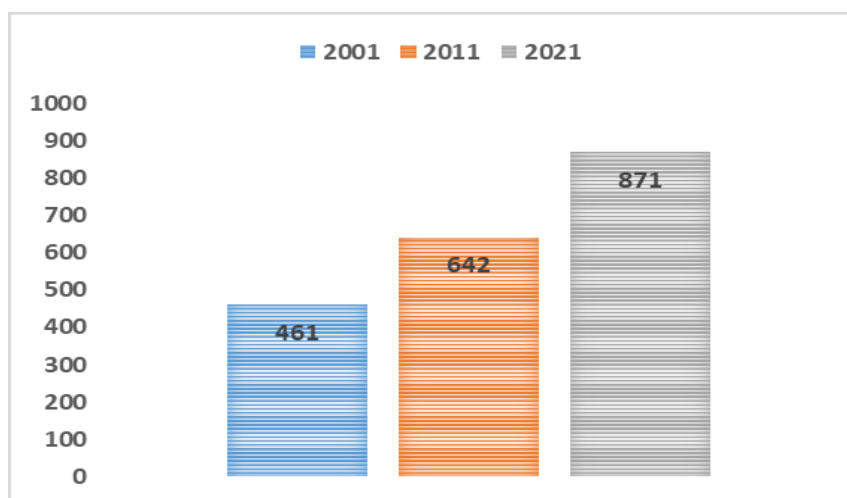
Tabela 102 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021



Fonte: INE, 2021

Gráfico 59 - Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente às famílias clássicas unipessoais, tem existido, ao longo dos diversos anos, um crescente aumento das mesmas, tal como podemos visualizar no gráfico seguinte.



Fonte: INE, Censos 2021

Gráfico 60 - N.º Famílias Clássicas Unipessoais

Este acréscimo pode estar correlacionado com o envelhecimento da população, com as saídas do concelho da população e com as opções familiares.

Os abonos prestados às famílias, pela segurança social acompanham a tendência geral de diminuição. Esta constatação está sem dúvida correlacionada com a diminuição da taxa de natalidade, assim como com a própria tipologia de família.

ABONO DE FAMÍLIA	2011	2021
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	2167	1429
NÚMERO DE DESCENDENTES OU EQUIPARADOS	3185	2077

Fonte: INE, Censos 2021

Tabela 103 - Distribuição do abono de família para crianças e pessoas jovens da Segurança Social (N.º): Número de beneficiários e descendentes ou equiparados, em 2011 e 2021

Segundo os dados relativos aos beneficiários do abono de família processado pela Segurança Social em 2011 e 2021, percebemos que esse valor sofreu uma variação negativa de 31,9%. O mesmo aconteceu com o número de descendentes ou equiparados já que diminuiu 29,8% no mesmo período. O Município de Castelo de Paiva é o município do Tâmega e Sousa com a 4.ª menor proporção de beneficiários do subsídio de desemprego, face à população residente com 15 ou mais anos.

	Castelo de Paiva	Tâmega e Sousa NUTS III	Norte NUT II	Portugal
Taxa (%)	1,9	2,3	2,3	2,3

Fonte: II /MISSS, INE; PORDATA

Tabela 104 - Comparação das prestações de subsídio de desemprego no total da população residente com 15 ou mais anos (%)

	2011	2021	2011	2021
	Castelo de Paiva	Castelo de Paiva	CIM TS	CIM TS
Beneficiários das prestações de desemprego no total da população com 15 e mais anos (%)	2,5	1,4	3,8	1,7

Fonte: INE, 2022

Tabela 105 - Beneficiários das prestações de desemprego da segurança social no total da população residente com 15 e mais anos (%), 2011 - 2021

Relativamente aos beneficiários das prestações de desemprego face à população total, Castelo de Paiva apresentou uma diminuição, em mais de metade, no período 2011 e 2021. O mesmo aconteceu nos municípios que integram a região do Tâmega e Sousa.

	2011	2022	2011	2022
Beneficiários do subsídio por doença da segurança social	Castelo de Paiva	Castelo de Paiva	CIM TS	CIM TS
TOTAL	1 013	3 382	25259	80428
HOMENS	493	1 631	11 417	39 021
MULHERES	520	1 751	13 842	41 407

Fonte: INE, 2023

Tabela 106 - Beneficiários do subsídio por doença da segurança social: total e por sexo

Se olharmos para os beneficiários do subsídio por doença da segurança social, percebemos que entre 2011 e 2022 houve um aumento, quer nos Homens quer nas Mulheres. Centrando a nossa análise na taxa de desemprego, constatamos que a % de desemprego é maior no sexo feminino em todas as unidades territoriais; relativamente ao sexo masculino, Castelo de Paiva apresenta a % mais baixa quando comparado as restantes unidades territoriais em análise (4,7%).

(%)	TOTAL	MASC	FEM
Norte	8,4	7,2	9,7
Tâmega e Sousa	8,2	5,7	11,1
Castelo de Paiva	7,1	4,7	15,8

Fonte: INE, 2022

Tabela 107 - Taxa de Desemprego segundo os Censos: Total e por Sexo (%)

%	TOTAL	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 OU +
Norte	38,9	17,6	8,9	6,8	7	9,1	3,7
Tâmega e Sousa	8,2	15	8,4	6,4	6,9	9	5,3
Castelo de Paiva	7,1	15,8	6,5	4,6	5,6	9	3,6

Fonte: INE, 2022

Tabela 108 - Taxa de Desemprego segundo os Censos: Total e por Grupo Etário (%)

Constatamos também que o grupo etário mais afetado pelo desemprego em Castelo de Paiva é o dos 15-24 anos (15,8%), situação similar às restantes unidades territoriais em análise, seguindo-se o grupo etário dos 55-64 anos (9,0%), tendência similar ao Norte e Tâmega e Sousa. Categorizando os grupos etários de acordo com as tipologias do IEFEP podemos afirmar que o 1.º grupo se trata de pessoas jovens à procura do 1.º emprego e o 2.º grupo, trabalhadores que já não conseguem aceder ao mercado de trabalho, nem à reforma. Podemos concluir que os grupos etários mais afetados são as pessoas jovens e os inscritos com 55 anos ou mais. Esta situação irá traduzir-se no acentuar do desemprego estrutural dos mais velhos que têm dificuldades crescentes em entrar ou reentrar no mercado de trabalho e os pessoas jovens que estão em situação de precariedade laboral até mais tarde do que as gerações anteriores. Em termos de beneficiários do subsídio de desemprego, em % dos beneficiários ativos em 2022, assume em Castelo de Paiva 2,5% dos beneficiários.

Analisando o subsídio de desemprego por sexo constatamos que o sexo feminino representa o maior número, ainda que não seja uma diferença muito considerável.

(%)	TOTAL	MASC	FEM
Tâmega e Sousa	166	61	98
Castelo de Paiva	3	0	3

Fonte: INE, 2022

Tabela 109 - Subsídio de Desemprego por Sexo, 2022

Relativamente ao subsídio social de desemprego como podemos constatar através da análise dos dados que apenas 3% auferem esta prestação social.

Voltando a abordar a prestação social, Rendimento Social de Inserção:

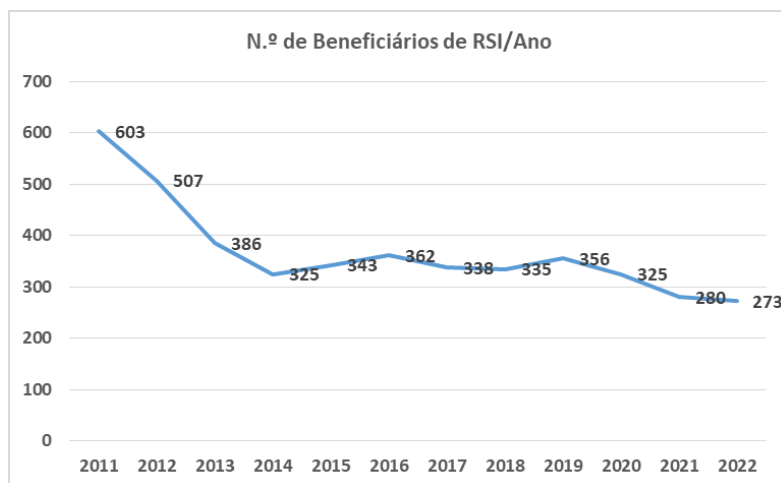
	2021			2020			2019			2018		
	HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º
Portugal	262 206	125 908	136 298	257 939	124 484	133 455	267 403	129 500	137 903	282 288	137 552	144 736
Norte	93 464	44 410	49 054	96 354	45 856	50 498	103 329	49 307	54 022	110 459	52 871	57 588
Tâmega e Sousa	11 611	5 096	6 515	12 241	5 455	6 786	13 202	5 910	7 292	14 068	6 403	7 665
Castelo de Paiva	282	128	154	330	157	173	358	172	186	338	159	179

2017			2016			2015			2014		
HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º	HM N.º	H N.º	M N.º
288 194	141 820	146 374	287 534	142 437	145 097	295 704	146 192	149 512	320 811	157 436	163 375
113 559	54 696	58 863	112 391	54 422	57 969	114 049	55 058	58 991	123 103	59 147	63 956
14 542	6 660	7 882	13 904	6 455	7 449	14 226	6 612	7 614	15 331	7 176	8 155
338	163	175	361	171	190	341	152	189	327	148	179

Fonte: INE, 2022

Tabela 110 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo; Anual

A tabela anterior permite-nos analisar a evolução da presença da medida social nas diversas unidades territoriais em análise e constatar as diversas oscilações temporais.



Fonte: INE, 2022

Gráfico 61 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) Castelo de Paiva

Através do gráfico, constatamos uma evolução muito similar, ao longo dos diversos anos, no número de beneficiários de RSI no concelho; em 2020 começou a decrescer, tendência verificada também em 2022. Em 2022, 1,7% da população residente de Castelo de Paiva era beneficiária de RSI segundo o INE.

Segundo os dados do CDSS Aveiro em 2022 eram 143 as famílias com processamento de RSI.

	2021	2011
	‰	‰
Portugal	29,44	49,96
Norte	29,93	60,86
Tâmega e Sousa	32,11	73,08
Castelo de Paiva	20,88	43,28

Fonte: INE, 2022

Tabela 111 - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual

Comparando os períodos intercensitários, relativamente aos beneficiários/as de rendimento social de inserção por 1000 habitantes, constatamos uma redução de mais de 50 ‰ em Castelo de Paiva.

Esta diminuição poderá ser interpretada sociologicamente por uma redução no número de residentes no concelho o que pode ser um vetor explicativo para esta redução de beneficiários.

A insolvência e o sobre endividamento não é estatisticamente passível de análise uma vez que não dispomos de dados, contudo podemos afirmar pelos diversos atendimentos dos serviços de ação social local que estes problemas existem no concelho e estão a subir, dada a incapacidade financeira das famílias, as oscilações do mercado de trabalho e habitacional, a subsidiodependência, assim como em algumas situações as características pessoais dos munícipes.

Em termos de remuneração média Castelo de Paiva cifra-se abaixo dos valores do Tâmega e Sousa.

Local de residência	Ganho Medio Mensal dos Trabalhadores por conta de outrem		
	Total	Masculino	Feminino
Tâmega e Sousa	898,1	946,7	835,3
Castelo de Paiva	853	896,3	814,7

Fonte: INE, 2021

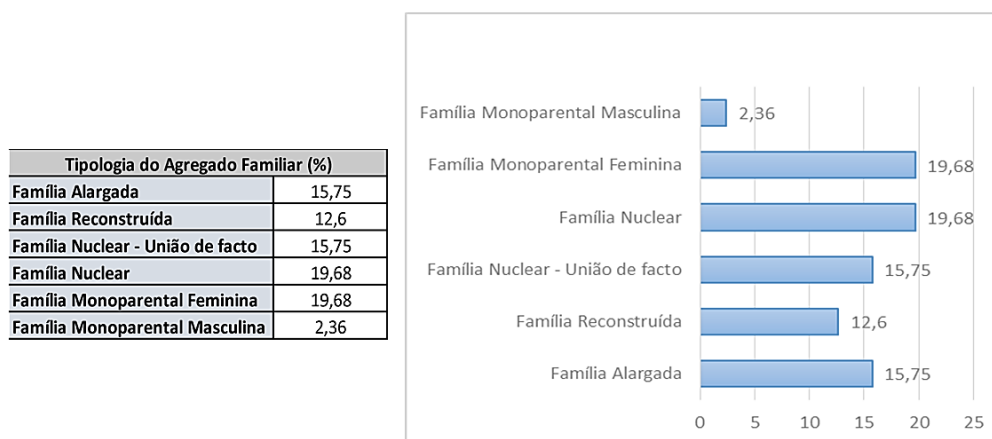
Tabela 112 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por conta de outrem, 2021

O salário médio mensal pode ser um constrangimento no acesso aos bens e serviços, minorando desta forma a qualidade de vida dos agregados familiares e suas crianças e, paulatinamente, a igualdade de oportunidades.

Uma criança acompanhada pela CPCJ não tem obrigatoriamente que ser uma criança oriunda de um agregado familiar desestruturado. Os contextos familiares de desestruturação não se identificam apenas nestes agregados acompanhados, assim como não se verificam em todos eles. Assim como, não podem ser considerados o único indicador para avaliação da desestruturação e/ou disfuncionalidade individual ou familiar.

Analisando as famílias acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Pessoas jovens de Castelo de Paiva, nomeadamente relativamente à composição do agregado familiar consta

No que se reporta à tipologia de família acompanhada, existe um valor percentual semelhante entre as famílias nucleares e as famílias monoparentais femininas (19,68%).

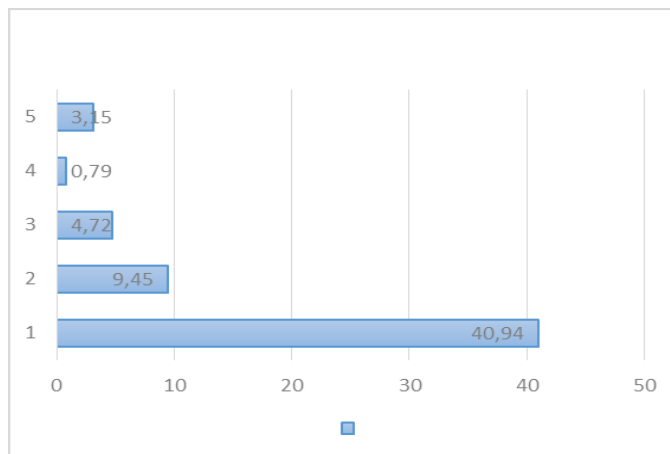


Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 62 - Tipologia de Agregado Familiar por criança acompanhada pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

A tipologia de famílias com menor representatividade é a monoparental masculina (2,36%). Analisando o número de irmãos de cada uma das crianças acompanhadas a maior percentagem é de um irmão (40,94%). Esta situação corrobora o anteriormente afirmado relativamente à tendência das famílias no concelho relativamente ao número de filhos.

Número de Irmãos (%)	
1	40,94
2	9,45
3	4,72
4	0,79
5	3,15

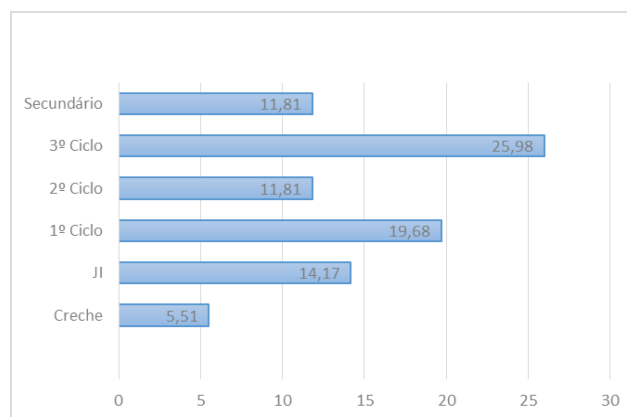


Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 63 - Número de Irmãos por criança acompanhada pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

A escolaridade das crianças acompanhadas e dos seus pais pode ser analisada através das tabelas e gráficos seguintes:

Escolaridade das Crianças / Jovens (%)	
Creche	5,51
JI	14,17
1º Ciclo	19,68
2º Ciclo	11,81
3º Ciclo	25,98
Secundário	11,81



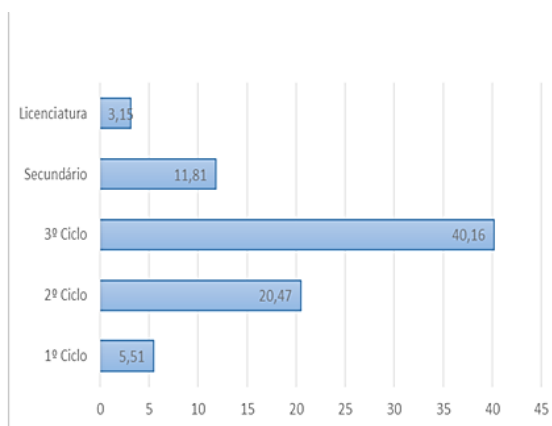
Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 64 - Escolaridade das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

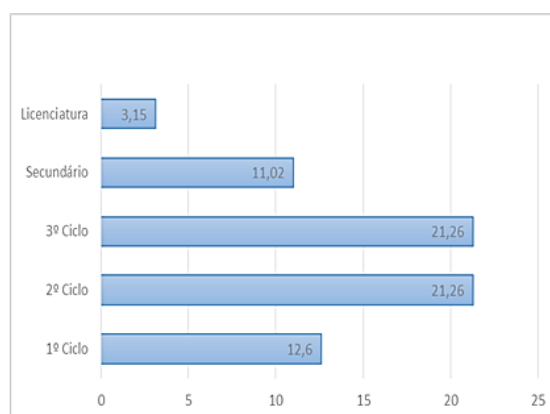
O 3.º ciclo é o nível de escolaridade com maior representatividade nas crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva.

Relativamente aos progenitores a situação é similar a das crianças.

Escolaridade da Mãe (%)	
1º Ciclo	5,51
2º Ciclo	20,47
3º Ciclo	40,16
Secundário	11,81
Licenciatura	3,15



Escolaridade do Pai (%)	
1º Ciclo	12,6
2º Ciclo	21,26
3º Ciclo	21,26
Secundário	11,02
Licenciatura	3,15



Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 65 - Escolaridade dos progenitores das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

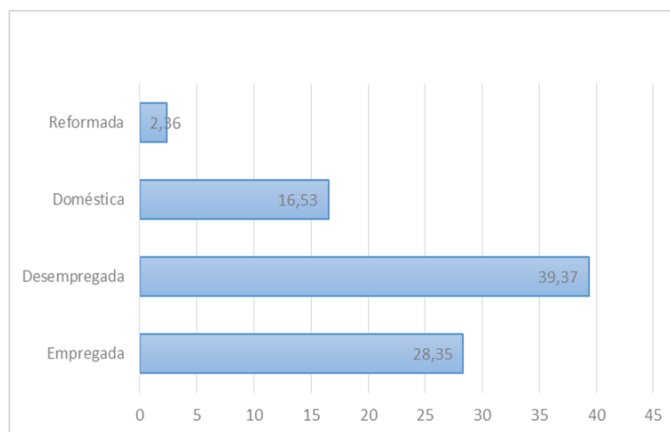
Analisando a escolaridade da mãe a maior percentagem concentra-se no 3.º Ciclo; relativamente à do pai o 2.º e o 3.º Ciclos assumem percentagens iguais.

Pela análise conjunta dos dados aferimos que, as crianças e pessoas jovens acompanhadas não são filhas apenas de pessoas com baixa escolaridade, dado que a estatística referencia todos os níveis de ensino.

No que se reporta à situação face ao trabalho vamos fazer uma análise subdividida pelos progenitores.

Analisando a relação com o mercado de trabalho das mães concluímos que, a maior percentagem encontra-se desempregada (39,37%).

Situação Profissional da Mãe (%)	
Empregada	28,35
Desempregada	39,37
Doméstica	16,53
Reformada	2,36

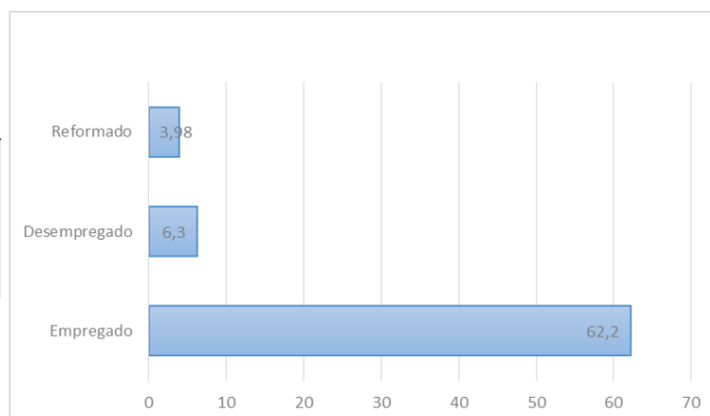


Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 66 - Situação profissional das mães das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

Relativamente aos pais, 62,2% encontram-se empregados.

Situação Profissional do Pai (%)	
Empregado	62,2
Desempregado	6,3
Reformado	3,98

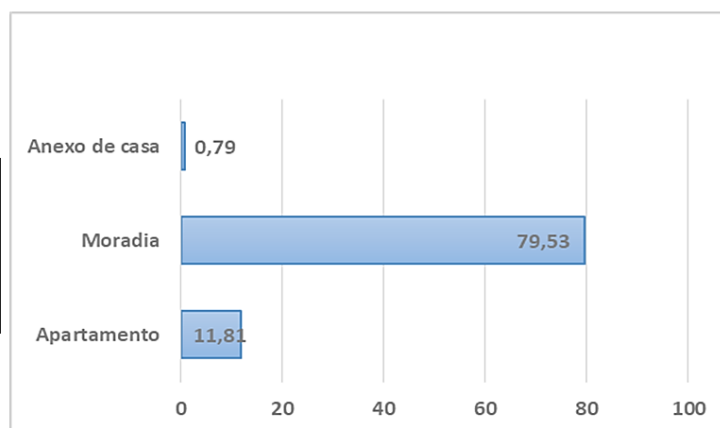


Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 67 - Situação profissional dos pais das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

Em termos habitacionais as crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva vivem maioritariamente em moradias.

Situação Habitacional (%)	
Apartamento	11,81
Moradia	79,53
Anexo de casa	0,79

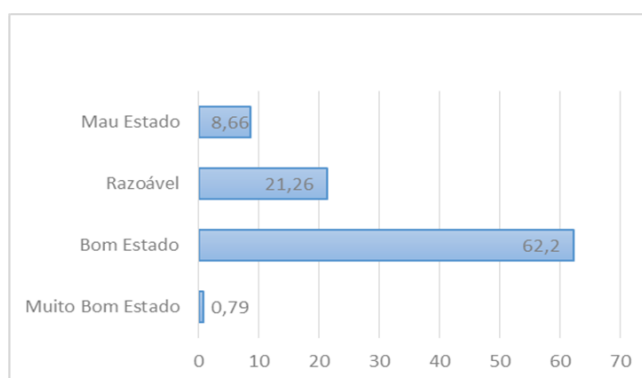


Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 68 - Situação Habitacional das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

Relativamente ao estado de conservação das habitações 62,2% encontram-se em bom estado e 21,26% em estado razoável. Contudo, 8,66% das habitações encontram-se em mau estado.

Estado de Conservação Habitação (%)	
Muito Bom Estado	0,79
Bom Estado	62,2
Razoável	21,26
Mau Estado	8,66



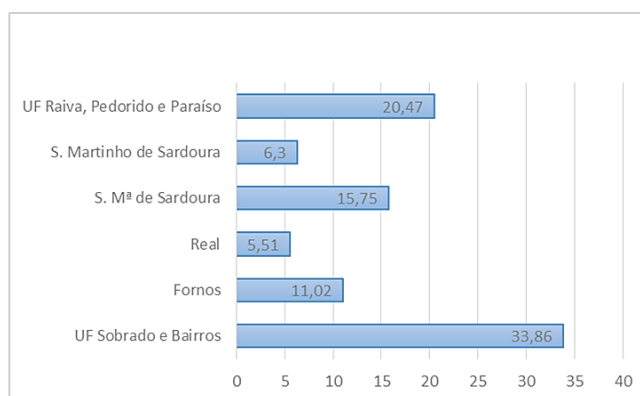
Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 69 - Estado de conservação das habitações onde residem as crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

As habitações em mau estado de conservação deverão ser alvo de atenção, dado que a habitação e as condições de dignidade habitacional são um direito constitucional e a sua não existência é mais um handicap a correlacionar a outros problemas que originaram a abertura de processo de promoção e proteção.

No que se reporta à freguesia de residência das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva, constatamos a presença de crianças acompanhadas em todas as freguesias.

Residência por Freguesia (%)	
UF Sobrado e Bairros	33,86
Fornos	11,02
Real	5,51
S. M ^a de Sardoura	15,75
S. Martinho de Sardoura	6,3
UF Raiva, Pedrido e Paraíso	20,47



Fonte: CPCJ de Castelo de Paiva, março 2023

Gráfico 70 - Freguesias de Residência das crianças acompanhadas pela CPCJ de Castelo de Paiva (%), março 2023

O Município de Castelo de Paiva dispõe de uma série de medidas de apoio social direcionadas as famílias, com o objetivo de contribuir para a eliminação das situações de vulnerabilidade social e contribuir para a igualdade de oportunidades. No capítulo da área de risco já fizemos uma abordagem específica a estas medidas; as mesmas contribuem para a minoração da disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar, pois disponibilizam apoios no sentido de garantir o acesso a bens e serviços essenciais.

Em suma, a disfuncionalidade e desestruturação individual e familiar referem-se a problemas que afetam o bem-estar emocional e social de uma pessoa e da sua família. Estes podem ter várias causas, como traumas, transtornos mentais, vícios, problemas financeiros, conflitos interpessoais e problemas de comunicação. A disfuncionalidade individual refere-se a problemas que afetam diretamente a pessoa em questão, como transtornos mentais, vícios em drogas ou álcool, comportamentos impulsivos e auto prejudiciais, entre outros. Estes problemas podem afetar a capacidade da pessoa de lidar com situações quotidianas e de estabelecer relacionamentos saudáveis com outras pessoas. Já a desestruturação familiar ocorre quando há problemas de comunicação, conflitos interpessoais, negligência, abuso ou outros fatores que afetam negativamente o relacionamento entre os membros da família. Estes problemas podem levar a uma falta de suporte emocional e a uma sensação de isolamento e solidão entre os membros da família. A disfuncionalidade individual e a desestruturação familiar podem-se interligar e influenciar mutuamente. Por exemplo, uma pessoa que enfrenta problemas emocionais pode ter dificuldade em estabelecer relacionamentos saudáveis com outros membros da família, o que pode levar a conflitos e desestruturação familiar. Por outro lado, a desestruturação familiar pode levar a problemas emocionais e comportamentais em membros individuais da família.

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto nas crianças e pessoas jovens	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Saúde Mental	<p>Aumento significativo dos problemas de saúde mental nas crianças e pessoas jovens</p> <p>Aumento de consumos de substâncias e problemas de ordem mental e conflitos parentais</p> <p>Estigma associado à saúde mental</p>	<p>Promoção de ações/formações de literacia em saúde mental</p>	<p>Operacionalização da Equipa Local de Intervenção</p> <p>Operacionalização da Unidade de Cuidados na Comunidade</p>	<p>Potenciar serviços de acompanhamento em situação de consumos aditivos precoces</p> <p>Implementar sessões individuais de acompanhamento psicossocial e educativo</p>
Educação	<p>Ausência de campos de férias</p> <p>Currículo dos discentes com NEE</p>	<p>Criação de campos de férias para interrupções letivas</p> <p>Criação de diversidade de atividades para discentes com NEE</p>	-	-
Família	<p>Projetos de vida reduzidos</p> <p>Superproteção dos pais: ausência de autonomia e responsabilidade</p> <p>Diminuição do acompanhamento parental – modelos</p>	<p>Intervenção preventiva promotora da Parentalidade positiva</p> <p>Criação da <i>Escola de Pais</i></p>	-	<p>Criação de ações promotoras do bem-estar familiar e parental</p> <p>Desenvolvimento de grupos de autoajuda</p> <p>Implementação de projeto promotor de</p>

	parentais deficitários Falta de aceitação das famílias às novas medidas a que os filhos estão sujeitos			conciliação familiar
TIC – Tecnologias Informação e Comunicação	Sobre-exposição de crianças e pessoas jovens às TIC	Ações promotoras de literacia digital	-	-
Bem-estar	Exposição aumentada das crianças e pessoas jovens a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (Ex: violência doméstica) Ausência de tempos em família	Criação de grupos informais de crianças e pessoas jovens Criação de programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais	-	-
Serviços	Ausência de vagas em creche	-	-	-

Tabela 113 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Pessoas Sem Abrigo

As pessoas sem-abrigo constituem o grupo socialmente mais exposto à exclusão social severa. Esta problemática social é de difícil reverão e apresenta índices de vulnerabilidade extrema. É constituído por pessoas em situação de precariedade habitacional extrema ou mesmo sem teto. A caracterização social deste grupo de indivíduos é complexa pelo facto da sua mobilidade constante e da difícil relação estabelecida com as equipas técnicas.

No Município de Castelo de Paiva existem graves problemas na habitação e acesso à mesma, contudo o fenómeno de sem abrigo é uma questão muito residual.

O risco de pessoa sem-abrigo, atualmente é uma possibilidade para muitos cidadãos, dadas as características do mercado de habitação, contudo as situações identificadas são muito pontuais. No ano de 2022, em momentos diferentes, foram identificados dois casos do sexo masculino, 64 e 45 anos, tendo sido encaminhados para casa de emergência social. Um dos cidadãos permaneceu na resposta social e foi integrado em ERPI. O outro cidadão não se integrou na casa de emergência social e regressou à rua. Por questões de saúde acabou por falecer. O acompanhamento desta problemática é muito complexo, dado que existe uma perda total de vínculos, valores, laços sociais, dignidade humana e não vislumbram oportunidade de (re) inserção social de forma específica. O trabalho de reorganização de comportamentos e sentimentos é complexo e, em um dos casos em concreto, infrutífero; apesar de ter sido comunicada a situação ao Ministério Público de Castelo de Paiva, nem a coercividade legislativa inviabilizou a permanência do cidadão na rua, uma vez que não colocava em risco terceiros pessoas e era a sua opção de vida.

Apesar da não presença atualmente de pessoas sem-abrigo identificadas, dadas as condições sociais e estruturais do território, não devemos descurar a prevenção deste fenómeno. Assim como devemos planear respostas de intervenção rápida e concertada no caso de surgirem situações, nomeadamente preparar um espaço de acolhimento municipal com quartos e casas de banho (pelo menos) para resposta a estas situações.

Área da pobreza e exclusão social

Perfil de Risco:

- Isolamento social continuado de pessoas adolescentes e pessoas jovens;
- Aumento do número de familiares/cuidadores com risco acrescido de desenvolver doença mental associado ao ato de cuidar de alguém com perturbação mental;

- Alcoolismo em todas as faixas etárias e classes sociais;
- Consumos associados à desestruturação social e familiar em contexto de crise;
- Alcoolismo associado à precariedade e fragilidade socioeconómica;
- Alcoolismo associado à violência doméstica;
- Dependência parental prolongada;
- Dependência crescente do |mundo virtual| e da internet/jogos;
- Dificuldade crescente em estabelecer laços sociais;

Necessidades de Intervenção Prioritária:

- Maior investimento em metodologias inovadoras de prevenção primária de comportamentos de risco;
- Reforçar a intervenção preventiva em meio escolar dos novos consumos e dependências: novas substâncias tóxicas e aditivas;
- Criar mecanismos de sinalização e alerta para as novas dependências na área das tecnologias;
- Dinamizar o Programa de Respostas Integradas para além da prevenção;
- Consulta de proximidade no concelho;
- Apoios sociais às famílias;
- Diminuição do tempo de espera pela consulta/acompanhamento mais contínuo de psiquiatria;
- Reforço dos programas de promoção de saúde mental no ambiente escolar com projetos de prevenção do Bullying, da agressividade e de promoção da empatia e gestão das emoções;
- Criação de equipas técnicas multidisciplinares para intervenção precoce e desenvolvimento;

Ações Tipo Prioritárias:

- Criação de Programa Psicoeducativo dirigidos a familiares / cuidadores de pessoas com perturbação mental para as dotar de competências para melhor lidar com as alterações inerentes à doença;
- Formação e orientação técnica dos agentes educativos, técnicos dos serviços e famílias sobre a gravidade das dependências associadas às novas tecnologias;
- Estabelecimento de canais abertos para a comunicação /intervenção integrada de

proximidade entre saúde e outros sistemas, contextos de desenvolvimento da criança ou jovem;

- Plano Local de Intervenção na Saúde Mental;
- Alargamento da abrangência de intervenção/ atividade do Programa de Respostas Integradas (ir além da prevenção);
- Criação de programas inovadores de apoio social às famílias;

Projetos Prioritários

Proposta 1:

- Criação de um |Canal Aberto| para a sinalização e acompanhamento em rede dos casos de saúde mental sinalizados;

Objetivos:

- Maior celeridade no atendimento/acompanhamento;
- Maior concertação na intervenção;

Proposta 2:

- Programa de Respostas Integradas, nos eixos da Prevenção, Tratamento e Reinserção;

Objetivos:

- Acompanhamento integrado;
- Proximidade no acompanhamento e intervenção articulada;

Proposta 3:

- Equipa Local de intervenção com recursos humanos a tempo inteiro e reforço das áreas de especialidade mais solicitadas;

Objetivos:

- Maior proximidade no apoio às crianças e às famílias;
- Resposta contínua promotora de desenvolvimento e projetos de vida integrados;
- Atrasos de desenvolvimento |natural| não reconvertidos em perturbações emocionais e comportamentais;

Proposta 4:

Respostas Sociais:

- Fórum sócio ocupacional para pessoas com doença mental;
- Respostas comunitárias de proximidade para pessoas com doença mental;
- Lar Residencial para alojamento permanente de adultos com problemas de saúde mental;
- Equipa comunitária multidisciplinar para a saúde mental;
- ERPI especializada nas Demências e Saúde Mental;
- Serviço de Apoio Domiciliário integrado e especializado para pessoas idosas com demências e outros problemas de saúde mental.

Proposta 5:

Áreas de capacitação prioritárias para colaboradores/as das IPSS:

- a) Formas de atuação com doentes portadores de demência;
- b) Prestação de cuidados e atividades de animação com pessoas portadoras de doença mental e/ou neurodegenerativas;
- c) Relacionamento Interpessoal e gestão de conflitos com colaboradores/as, clientes e famílias;

Proposta 6:

Transversal a todos os domínios de intervenção analisados e com impacto no território tem sido os diversos programas CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, assim como diversos programas de intervenção comunitária.

- Necessidade e premência de o concelho de Castelo de Paiva continuar a ser território contemplado com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.
- Necessidade de o território ser contemplado com outros projetos de intervenção social inter multidisciplinares e interinstitucionais como por exemplo |Bairros Saudáveis|, |Cultura para Todos|, |Ser Criança|, etc.

Proposta 7:

- Candidatura a projetos de intervenção social e comunitária de acordo com avisos de abertura, a diferentes programas de financiamento;

Objetivos:

- Desenvolvimento de projetos comunitários de intervenção.

CAPÍTULO V - EXCLUSÃO ESTRUTURAL

A exclusão estrutural refere-se a um padrão sistemático de discriminação e marginalização de determinados grupos sociais que são historicamente excluídos do acesso a recursos e oportunidades económicas, políticas e culturais. Essa exclusão pode se manifestar em diferentes níveis, incluindo a exclusão do mercado de trabalho, a falta de acesso à educação de qualidade, a segregação residencial, a falta de acesso a serviços de saúde adequados, entre outros. A exclusão estrutural é um fenómeno complexo que é influenciado por uma série de fatores, incluindo a história, a cultura, as políticas públicas, as relações de poder e a desigualdade económica. Esta área incide sobre problemáticas sociais em que as pessoas ou grupos sociais se encontram numa situação de desvantagem perante as possibilidades e oportunidades de inclusão. Determinadas características internas decorrentes do desajuste de competências, perspetivas pessoais e sociais ou de percursos de vida de afastamento dos mecanismos de inserção ou de características externas como perda de rendimentos ou de possibilidade de acesso a recursos básicos e estruturais para a inclusão (como a habitação) colocam-na em situação de não inclusão social.

Desemprego

O desemprego é uma condição em que as pessoas em idade ativa para trabalhar estão sem emprego e procuram de uma oportunidade de trabalho remunerado. É um desafio social e económico significativo que afeta não apenas os indivíduos desempregados, mas também suas famílias, comunidades e a economia como um todo. Existem várias causas possíveis para o desemprego, incluindo fatores económicos, flutuações do mercado, mudanças tecnológicas, políticas governamentais, entre outros. O desemprego pode ter efeitos negativos nas vidas das pessoas, como a diminuição dos rendimentos, a perda de benefícios e segurança financeira, desfasamento face a novas oportunidades de emprego, ausência prolongada de ofertas de trabalho, a redução da autoestima e o impacto na saúde mental e bem-estar. Estas questões contribuem para a emergência de situações de exclusão agravando alguma exclusão estrutural e criando a exclusão em novos grupos sociais até então integrados no mercado de trabalho. Além dos impactos económicos e individuais, o desemprego também pode contribuir para questões sociais, como a exclusão social, a pobreza, a desigualdade e a marginalização. Grupos vulneráveis, como pessoas jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, minorias étnicas, entre outros, podem enfrentar desafios adicionais na procura por emprego devido à discriminação, falta de acesso a recursos e oportunidades, e outros fatores estruturais.

Analisando o fenómeno de desemprego, ao nível nacional, constatamos uma redução comparativamente a 2011; em dezembro de 2021 a média anual de desempregados situa-se nos 386,2 ‰ e continua a diminuir no ano seguinte (305,0 ‰).

Indivíduos (‰)

	Total (em dezembro)	Total (média anual)
Portugal		
2011	605,1	551,9
2021	348,0	386,2
2022	307,0	305,0

Fonte: PORDATA

Tabela 114 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional

Como se constata o desemprego incide com maior acuidade no sexo feminino.

Indivíduos por sexo (‰)

	Total	Masculino	Feminino
Portugal			
2011	┐ 616,0	┐ 316,2	┐ 299,8
2021	294,0	139,8	154,2
2022	268,6	123,1	145,5

Fonte: PORDATA

Tabela 115 - População desempregada à procura de novo emprego: total e por sexo

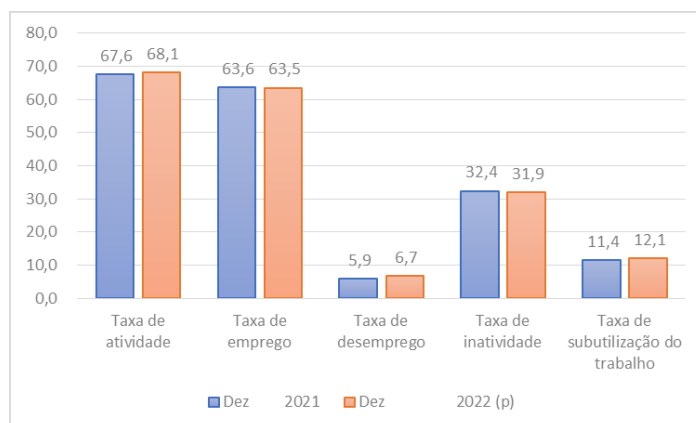
Tendo por base as estimativas mensais de Emprego e Desemprego (16 – 74 anos) do Instituto de Emprego e Formação Profissional conseguimos fazer uma análise aos principais indicadores.

	Unidade	Valores ajustados de sazonalidade						
		Nov 2021	Dez 2021	Ago 2022	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
População ativa	Milhares de pessoas	5 172,5	5 194,0	5 196,3	5 199,3	5 202,8	5 205,4	5 213,5
População empregada		4 851,2	4 889,0	4 883,1	4 881,2	4 886,2	4 868,5	4 865,9
População desempregada		321,3	304,9	313,2	318,1	316,6	336,9	347,6
População inativa		2 512,6	2 491,7	2 462,4	2 458,6	2 455,3	2 454,0	2 445,4
Subutilização do trabalho		626,3	608,9	613,2	609,3	614,9	636,0	650,5
%								
Taxa de atividade	%	67,3	67,6	67,8	67,9	67,9	68,0	68,1
Taxa de emprego		63,1	63,6	63,8	63,7	63,8	63,6	63,5
Taxa de desemprego		6,2	5,9	6,0	6,1	6,1	6,5	6,7
Taxa de inatividade		32,7	32,4	32,2	32,1	32,1	32,0	31,9
Taxa de subutilização do trabalho		11,7	11,4	11,4	11,4	11,5	11,9	12,1

Fonte: IEFP, 2022

Tabela 116 - Principais Indicadores

Comparativamente, em dezembro de 2021 a população ativa era inferior à de dezembro de 2022, o mesmo não se verifica com a população empregada. Relativamente à população desempregada em dezembro de 2022 há um acréscimo na ordem dos 45 %, face ao período de referência em análise. No que se reporta à população inativa existe uma diminuição residual inter anual; a subutilização do trabalho³ tem um acréscimo ao nível nacional.



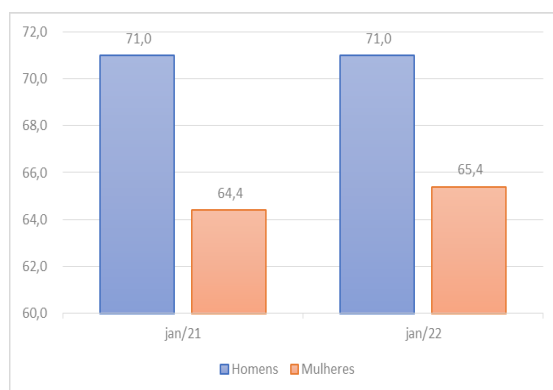
Fonte: IEFP, 2022

Gráfico 71 - Principais Indicadores (%)

³ Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores/as a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego (meta informação INE).

Centrando a nossa análise na população ativa (valores ajustados de sazonalidade)⁴ e reportando-nos ao mesmo período temporal de análise (dezembro de 2021 e 2022) concluímos que, houve um aumento na população ativa no sexo feminino. A maioria da população ativa concentra-se no grupo de idade entre os 25 e 74 anos, o que não pode ser analisado dissociado da pirâmide etária do território nacional.

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População ativa	5 194,0	5 199,3	5 202,8	5 205,4	5 213,5	5 191,7	5 212,1	5 215,8	5 214,4	5 211,6
Homens	2 607,5	2 603,3	2 603,8	2 598,9	2 592,7	2 604,0	2 613,8	2 610,7	2 604,8	2 589,5
Mulheres	2 586,5	2 596,0	2 599,0	2 606,5	2 620,8	2 587,7	2 598,4	2 605,1	2 609,6	2 622,1
Jovens (16 a 24 anos)	323,7	346,5	351,2	361,1	370,9	324,6	358,1	358,8	364,0	371,1
Adultos (25 a 74 anos)	4 870,3	4 852,8	4 851,6	4 844,3	4 842,6	4 867,1	4 854,1	4 856,9	4 850,4	4 840,5
	%									
Taxa de atividade	67,6	67,9	67,9	68,0	68,1	67,5	68,1	68,1	68,1	68,0
Homens	71,0	71,3	71,3	71,2	71,0	70,9	71,6	71,5	71,4	70,9
Mulheres	64,4	64,8	64,8	65,0	65,4	64,5	64,8	65,0	65,1	65,4
Jovens (16 a 24 anos)	32,6	35,3	35,8	36,8	37,8	32,6	36,4	36,5	37,1	37,8
Adultos (25 a 74 anos)	72,8	72,7	72,7	72,5	72,5	72,7	72,7	72,8	72,6	72,5



Fonte: IEFP, 2022

Gráfico 72 - População ativa e taxa de atividade por grupo etário (16 a 74 anos)

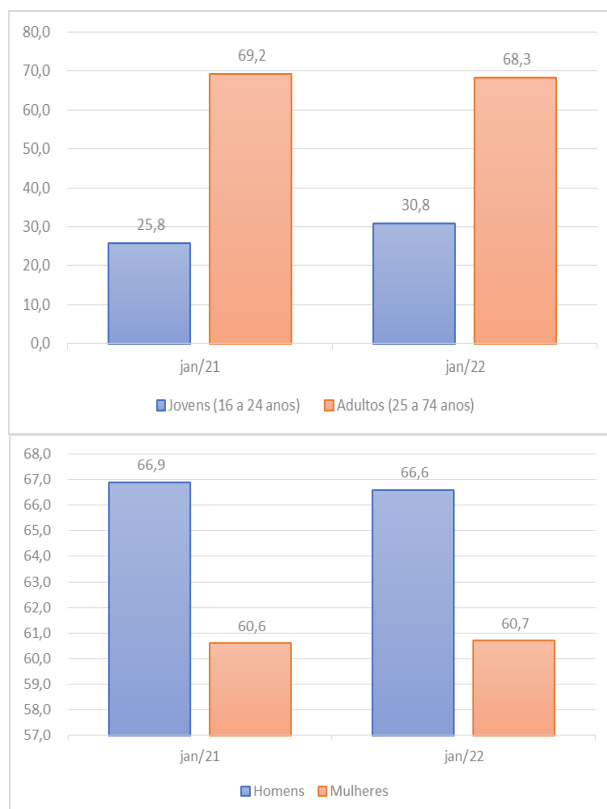
Relativamente à população empregada e, com base nos dados ajustados de sazonalidade, constatamos uma alteração residual nos mesmos, inter períodos de análise.

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População empregada	4 889,0	4 881,2	4 886,2	4 868,5	4 865,9	4 878,5	4 891,8	4 894,5	4 871,7	4 854,8
Homens	2 455,3	2 456,3	2 454,2	2 441,9	2 430,7	2 448,0	2 468,4	2 461,5	2 445,2	2 422,8
Mulheres	2 433,8	2 424,9	2 432,0	2 426,6	2 435,2	2 430,5	2 423,4	2 433,0	2 426,5	2 432,0
Jovens (16 a 24 anos)	256,7	281,3	288,3	292,5	302,3	254,6	287,4	289,6	291,5	299,6
Adultos (25 a 74 anos)	4 632,3	4 599,9	4 597,9	4 576,0	4 563,6	4 624,0	4 604,4	4 604,9	4 580,2	4 555,2
	%									
Taxa de emprego	63,6	63,7	63,8	63,6	63,5	63,5	63,9	63,9	63,6	63,4
Homens	66,9	67,3	67,2	66,9	66,6	66,7	67,6	67,4	67,0	66,4
Mulheres	60,6	60,5	60,7	60,5	60,7	60,5	60,5	60,7	60,5	60,7
Jovens (16 a 24 anos)	25,8	28,6	29,4	29,8	30,8	25,6	29,2	29,5	29,7	30,5
Adultos (25 a 74 anos)	69,2	68,9	68,9	68,5	68,3	69,1	69,0	69,0	68,6	68,2

Fonte: IEFP, 2022

Tabela 118 - População empregada e taxa de emprego por grupo etário (16 a 74 anos)

Em termos de taxa de emprego constata-se uma variação muito reduzida, dos 63,6% para os 63,5%, nos períodos em análise. O mesmo indicador pode ser analisado por sexo e por idades (%).



Fonte: IEPF, 2022

Gráfico 73 - População empregada e taxa de emprego por grupo etário (16 a 74 anos) - %

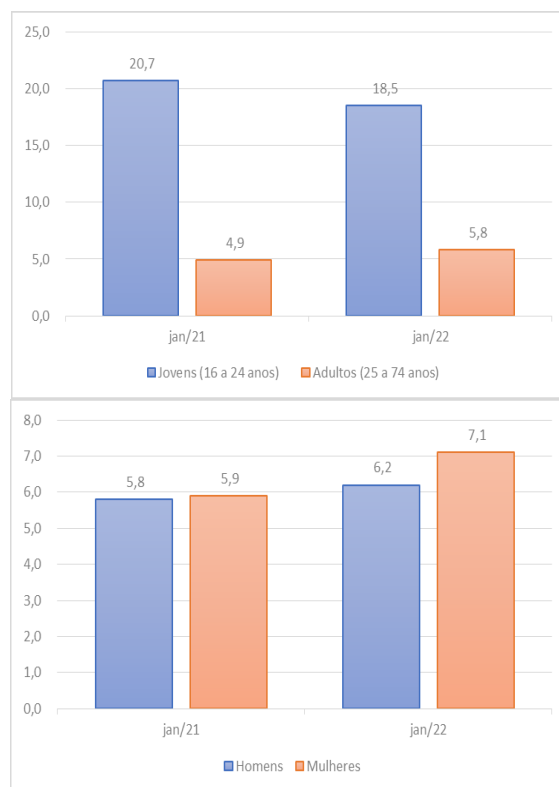
Focando a nossa observação na população desempregada constata-se um aumento da mesma ao longo dos períodos em análise. Existe uma particularidade, que deve de ser frisada, que se prende com as pessoas jovens (16 a 24 anos) onde existiu uma redução na taxa de desemprego o que pode estar correlacionado com a medida Garantia Jovem.

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População desempregada	304,9	318,1	316,6	336,9	347,6	313,2	320,4	321,3	342,7	356,9
Homens	152,2	147,0	149,5	157,0	162,0	156,0	145,4	149,2	159,6	166,7
Mulheres	152,7	171,0	167,0	179,9	185,7	157,2	175,0	172,1	183,1	190,1
Jovens (16 a 24 anos)	67,0	65,2	62,9	68,6	68,6	70,0	70,7	69,3	72,4	71,6
Adultos (25 a 74 anos)	237,9	252,9	253,7	268,3	279,1	243,2	249,7	252,0	270,2	285,3
	%									
Taxa de desemprego	5,9	6,1	6,1	6,5	6,7	6,0	6,1	6,2	6,6	6,8
Homens	5,8	5,6	5,7	6,0	6,2	6,0	5,6	5,7	6,1	6,4
Mulheres	5,9	6,6	6,4	6,9	7,1	6,1	6,7	6,6	7,0	7,3
Jovens (16 a 24 anos)	20,7	18,8	17,9	19,0	18,5	21,6	19,7	19,3	19,9	19,3
Adultos (25 a 74 anos)	4,9	5,2	5,2	5,5	5,8	5,0	5,1	5,2	5,6	5,9

Fonte: IEPF, 2022

Tabela 119 - População desempregada e taxa de desemprego por grupo etário (16 a 74 anos)

A taxa de desemprego passou de 5,9% em dezembro de 2021, para 6,7% (2022).



Fonte: IEPF, 2022

Gráfico 74 - População desempregada e taxa de desemprego por grupo etário (16 a 74 anos) - %

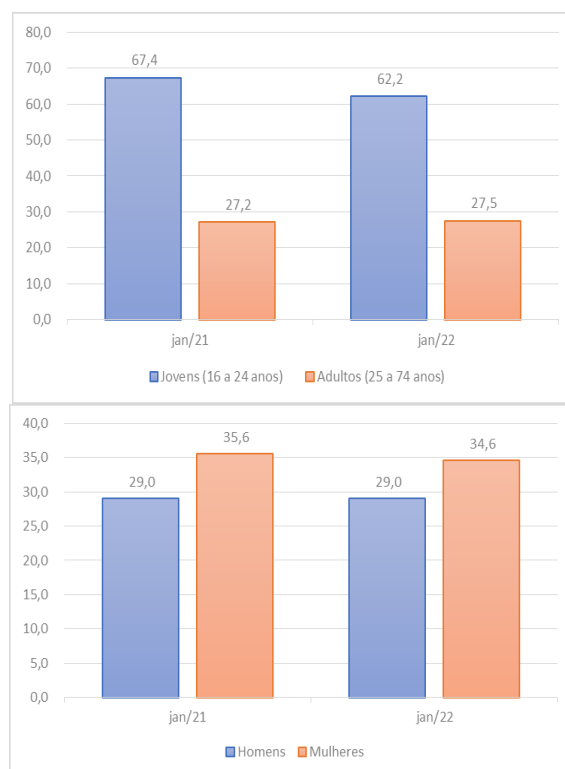
No que concerne à população inativa, e seguindo a mesma linha de análise, constata-se uma redução ao longo dos períodos em análise. De referir que houve uma redução na população inativa jovem e um acréscimo nos adultos, o que pode ser explicado pelo ciclo da vida do ser humano.

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População inativa	2 491,7	2 458,6	2 455,3	2 454,0	2 445,4	2 494,0	2 445,8	2 442,3	2 445,1	2 447,2
Homens	1 064,1	1 046,6	1 045,9	1 051,4	1 057,5	1 067,6	1 036,2	1 039,0	1 045,5	1 060,7
Mulheres	1 427,6	1 411,9	1 409,4	1 402,7	1 387,9	1 426,4	1 409,6	1 403,3	1 399,6	1 386,6
Jovens (16 a 24 anos)	670,5	636,1	630,8	620,5	610,1	669,7	624,5	623,1	617,7	609,9
Adultos (25 a 74 anos)	1 821,2	1 822,5	1 824,5	1 833,5	1 835,3	1 824,4	1 821,2	1 819,2	1 827,4	1 837,4
	%									
Taxa de inatividade	32,4	32,1	32,1	32,0	31,9	32,5	31,9	31,9	31,9	32,0
Homens	29,0	28,7	28,7	28,8	29,0	29,1	28,4	28,5	28,6	29,1
Mulheres	35,6	35,2	35,2	35,0	34,6	35,5	35,2	35,0	34,9	34,6
Jovens (16 a 24 anos)	67,4	64,7	64,2	63,2	62,2	67,4	63,6	63,5	62,9	62,2
Adultos (25 a 74 anos)	27,2	27,3	27,3	27,5	27,5	27,3	27,3	27,2	27,4	27,5

Fonte: IEPF, 2022

Tabela 120 - População inativa e taxa de inatividade por grupo etário (16 a 74 anos)

A taxa de inatividade em dezembro de 2021 era 32,4% e baixou em dezembro de 2022 para 31,9%.



Fonte: IEPF, 2022

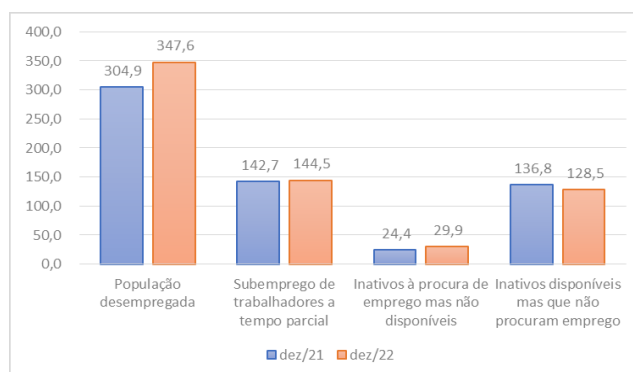
Gráfico 75 - População inativa e taxa de inatividade por grupo etário (16 a 74 anos) - %

Relativamente à subutilização do trabalho constatamos uma subida em todos os grupos integrados nesta categoria, com exceção dos inativos disponíveis mas que não procura emprego. Em termo de taxa de subutilização, em dezembro de 2022, ela assume o valor de 12,1%, mais 0,7% que em dezembro de 2021.

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)	Dez 2021	Set 2022	Out 2022	Nov 2022	Dez 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
Subutilização do trabalho	608,9	609,3	614,9	636,0	650,5	625,1	600,2	605,6	633,1	666,4
População desempregada	304,9	318,1	316,6	336,9	347,6	313,2	320,4	321,3	342,7	356,9
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	142,7	139,7	141,7	142,3	144,5	149,3	130,0	134,9	141,0	149,5
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	24,4	30,2	30,8	31,0	29,9	24,6	27,5	27,0	28,8	30,0
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	136,8	121,3	125,8	125,9	128,5	138,0	122,4	122,4	120,6	130,1
	%									
Taxa de subutilização	11,4	11,4	11,5	11,9	12,1	11,7	11,2	11,3	11,8	12,4

Fonte: IEPF, 2022

Tabela 121 - Subutilização do Trabalho e taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos)



Fonte: IEFP, 2022

Gráfico 76 - Subutilização do Trabalho e taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) – %

Análise da Situação do Emprego em Castelo de Paiva

A análise da situação do emprego no concelho de Castelo de Paiva, se considerarmos a população inscrita no centro de emprego, é de desaceleração muito positiva.

	Número					
	Total (em dezembro)			Total (média anual)		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Portugal	605 134	347 959	307 005	551 943,9	386 230,0	305 005,9
Tâmega e Sousa	30 494	16 139	14 953	28 488,1	17 760,8	14 554,8
Castelo de Paiva	1 526	659	617	1426,1	694,3	549,1

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 122 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional

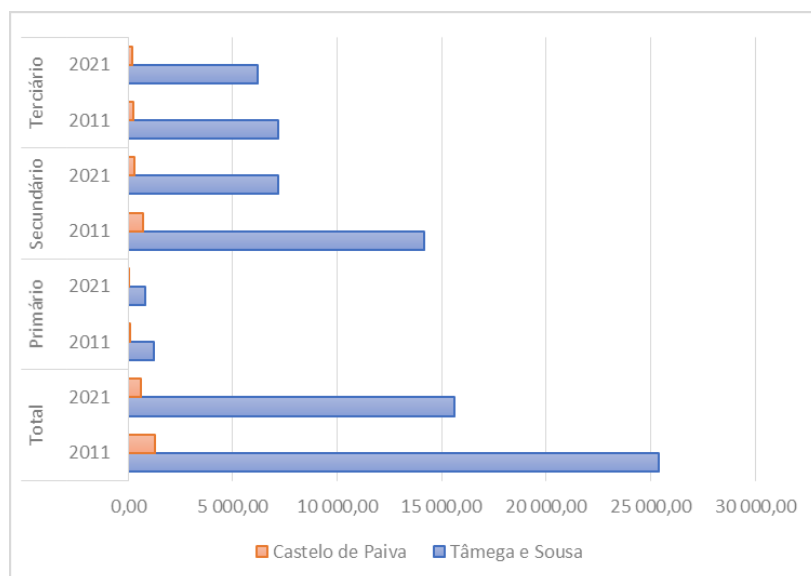
De acordo com a tabela anterior a variação homóloga de desempregados no mês de dezembro de 2011 e 2021 regista um decréscimo de mais de 60% e que continua, na mesma escalada, se verificarmos os dados de 2022. É uma redução muito significativa da taxa de desemprego no concelho. Esta situação ainda se acentua mais se considerarmos a variação da média anual total de desempregados inscritos nos anos em análise (2022/2021/2011). A redução do valor médio de desempregados inscritos decresce acima dos 50%. Este acréscimo correlaciona-se com o desenvolvimento do tecido empresarial endógeno e com o dinamismo imputado no domínio do desenvolvimento económico empresarial do território.

	Total			Primário			Secundário			Terciário		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	217 441,70	13 646,20	105 564,30	6 027,90	5 230,30	4 758,10	96 156,90	37 020,20	29 790,70	114 380,30	85 680,60	68 924,60
Tâmega e Sousa	25 384,90	15 631,20	12 871,90	1 212,60	833	792,1	14171,8	7177,2	5549,2	9 915,20	7 203,50	6 182,90
Castelo de Paiva	1 310,40	617,1	491,8	75,5	35,2	37,8	730,6	285,2	222,7	85,3	276,2	216,3

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 123 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): Total e por grandes grupos setores de atividade económica

Se atentarmos à tabela anterior verificamos que a redução de desempregados inscritos é transversal a todos os setores de atividade. O gráfico seguinte ilustra a tendência concelhia de decréscimo na mesma linha do Tâmega e Sousa.



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 77 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): Total e por grandes grupos setores de atividade económica

Segundo a tabela abaixo, em percentagem na população residente os inscritos no centro de emprego diminuíram cerca de 5,8%, atingindo 6,7% da população o que significa um rácio de desemprego moderado.

(%)	2011	2021
Norte	9,5	6,2
Tâmega e Sousa	9,5	6,4
Castelo de Paiva	12,5	6,7

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 124 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)

Castelo de Paiva apresenta a percentagem mais elevada das unidades territoriais em análise, contudo as diferenças são residuais (máximo 0,5%).

Analisando o desemprego por grupo etário,

	Total			Menos de 25 anos			25 - 34 anos		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	237487,8	144772,0	116680,1	27689,8	15575,6	11710,2	49188,0	25969,4	19416,6
Tâmega e Sousa	28488,1	17760,8	14554,8	3830,8	2314,3	1659,7	5758,1	2935,5	2155,3
Castelo de Paiva	1426,1	694,3	549,1	159,6	96,6	72,3	238,3	104,4	70,0

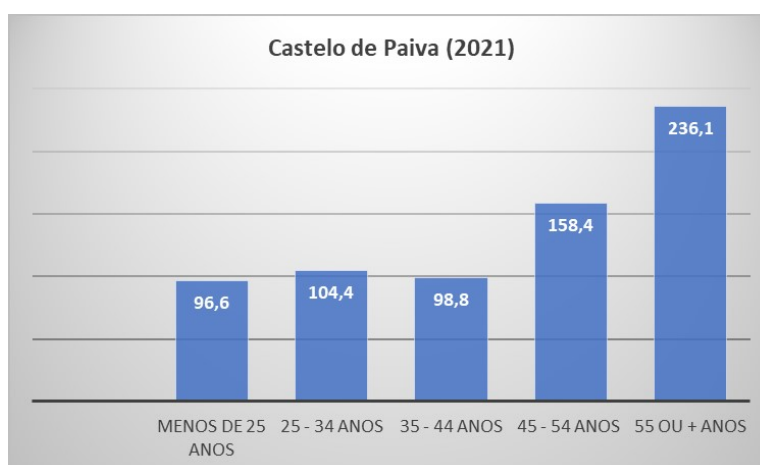
	35 - 44 anos			45 - 54 anos			55 ou + anos		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	53025,7	26908,3	20632,6	60067,2	30903,6	24091,9	47517,1	45415,2	40828,8
Tâmega e Sousa	6533,8	2897,4	2278,4	7105,9	3722,7	2960,2	5259,5	5890,9	5510,2
Castelo de Paiva	365,3	98,8	74,5	397,4	158,4	126,4	265,4	236,1	205,8

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 125 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário

Constatamos que em 2021, o grupo etário dos 55 ou mais anos é aquele que assume maior relevância em termos de desempregados inscritos (236,1), seguindo-se o dos 45 – 54 anos (158,4) e, posteriormente o dos 25 – 34 anos (104,4). A Norte o grupo que assume maior relevância é o dos 45 – 54 anos e no Tâmega e Sousa é também o dos 55 ou mais anos.

Podemos visualizar a distribuição por grupos etários no concelho em termos de desempregados inscritos no centro de emprego e formação profissional.



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 78 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário, 2021

Analisando o gráfico podemos referir que as pessoas com 45 e mais anos são as mais significativas em termos de representatividade, o que nos permite aferir que este fenómeno vai traduzir-se no acentuar do desemprego estrutural dos mais velhos que têm dificuldades crescentes em entrar o reentrar no mercado de trabalho.

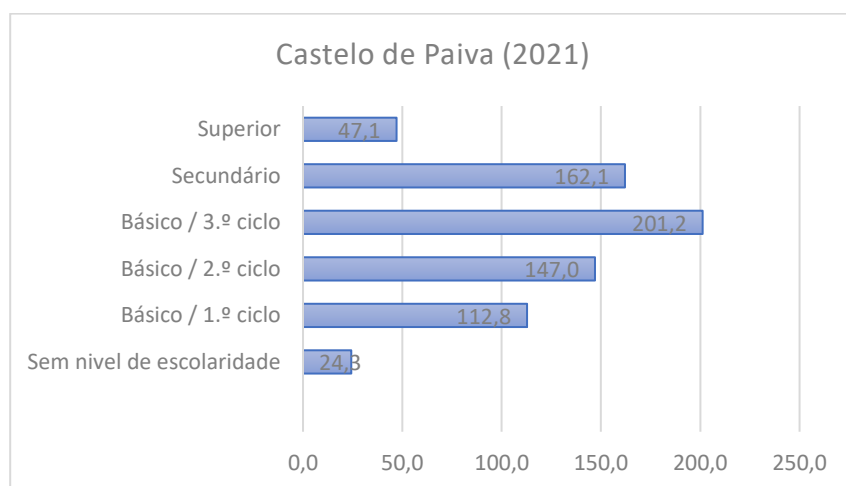
	Total			Sem nível de escolaridade			Básico/1.º Ciclo		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	237487,8	144772,0	116680,1	11261,7	7362,4	6791,9	73646,4	26063,6	21400,9
Tâmega e Sousa	28488,1	17760,9	14554,8	1836,1	899,8	860,2	10446,3	4413,8	3756,0
Castelo de Paiva	1426,1	694,3	549,1	63,9	24,3	26,5	430,3	112,8	91,3

	Básico/2.º Ciclo			Básico/3.º Ciclo			Secundário			Superior		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	43570,7	22754,3	17805,0	46256,8	28299,5	21462,2	41828,2	40784,8	33334,7	20924,1	19507,3	15885,4
Tâmega e Sousa	5179,1	2712,4	2160,7	5181,1	3598,4	2760,9	4166,1	4372,1	3576,1	1679,4	1764,2	1440,7
Castelo de Paiva	397,0	147,0	113,0	328,7	201,2	141,8	160,1	162,1	135,6	46,2	47,1	40,9

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 126 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por nível de escolaridade completo (%)

A população inscrita no centro de emprego de competência territorial tem predominantemente o terceiro ciclo do ensino básico e secundário. Constata-se ainda a existência de um número considerável de desempregados com o primeiro e segundo ciclo do ensino básico.



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 79 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por nível de escolaridade completa (%)

Ao nível do Tâmega e Sousa o mais representativo é o ensino básico/ 1.º ciclo e do Norte o ensino secundário.

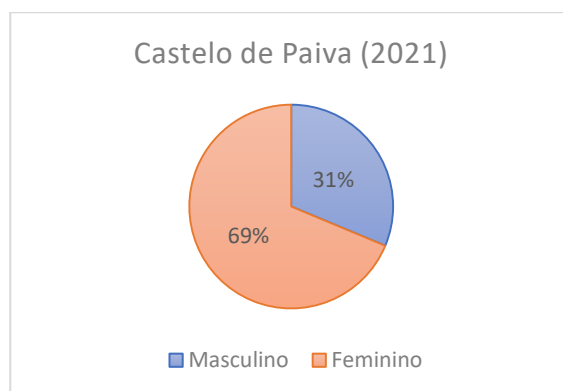
	Total			Masculino			Feminino		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	237487,8	144772,0	116680,1	104305,7	60868,7	49186,1	133182,2	83903,3	67494,0
Tâmega e Sousa	28488,1	17760,8	14554,8	11579,3	5980,3	4950,4	16908,7	11780,5	9604,3
Castelo de Paiva	1426,1	694,3	549,1	445,0	217,3	190,6	981,1	477,1	358,5

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 127 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por sexo (%)

A inscrição dos desempregados no centro de emprego, por sexo, em Castelo de Paiva acompanha a tendência da região norte e do país numa evolução equiparada e estável com predominância do desemprego feminino. A avaliação percentual é também equiparável nas três escalas de observação.

O gráfico seguinte permite-nos constatar a distribuição percentual por sexos no concelho.



Fonte: PORDATA, 2022

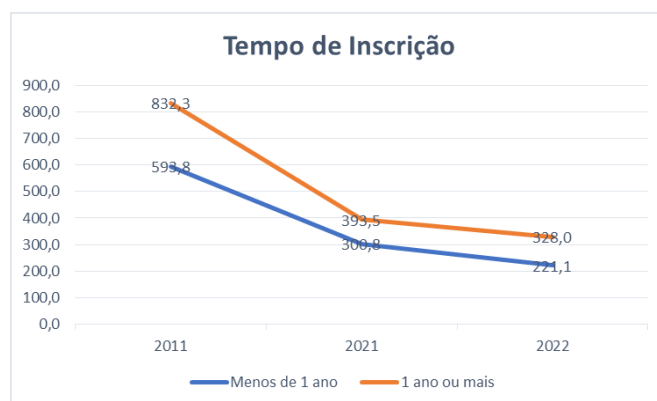
Gráfico 80 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por sexo (%)

Analisando o tempo de inscrição denota-se uma redução deste tempo em ambos os indicadores de análise.

	Tempo de Inscrição (%)								
	Total			Menos de 1 ano			1 ano ou mais		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	237487,8	144772,0	116680,1	120968,4	72870,8	58238,0	116519,4	71901,2	58442,1
Tâmega e Sousa	28488,1	17760,8	14554,8	14266,1	8507,3	6611,3	14222,0	9253,6	7943,4
Castelo de Paiva	1426,1	694,3	549,1	593,8	300,8	221,1	832,3	393,5	328,0

Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 128 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição (%)



Fonte: PORDATA, 2022

Tabela 129 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tempo de inscrição (%) evolução em Castelo de Paiva

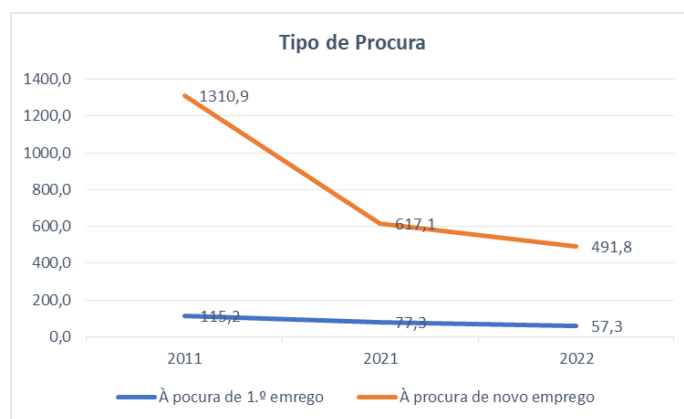
Como se constata pelo gráfico anterior existe uma evolução positiva ao longo dos períodos em análise de redução nos tempos de inscrição no centro de emprego, independentemente do indicador em análise. Esta tendência verifica-se também o território nacional e, paulatinamente no Tâmega e Sousa.

O tipo de desemprego em termos de inscrição nos centros de emprego caracteriza-se pela procura de novo emprego em detrimento da procura de primeiro emprego. Comparando os períodos de 2011 e 2021 existe uma redução muito significativa em qualquer uma das unidades territoriais em análise e em ambas as tipologias de procura de emprego.

	Tipo de Desemprego								
	Total			À procura do 1.º emprego			À procura de novo emprego		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Norte	237487,8	144772,0	116680,1	20046,2	13125,8	1115,8	217441,7	131646,2	105564,3
Tâmega e Sousa	28488,1	17760,8	14554,8	3103,2	2129,7	1682,8	25384,9	15631,2	12871,9
Castelo de Paiva	1426,1	694,3	549,1	115,2	77,3	57,3	1310,9	617,1	491,8

Fonte: PORDATA, 2022

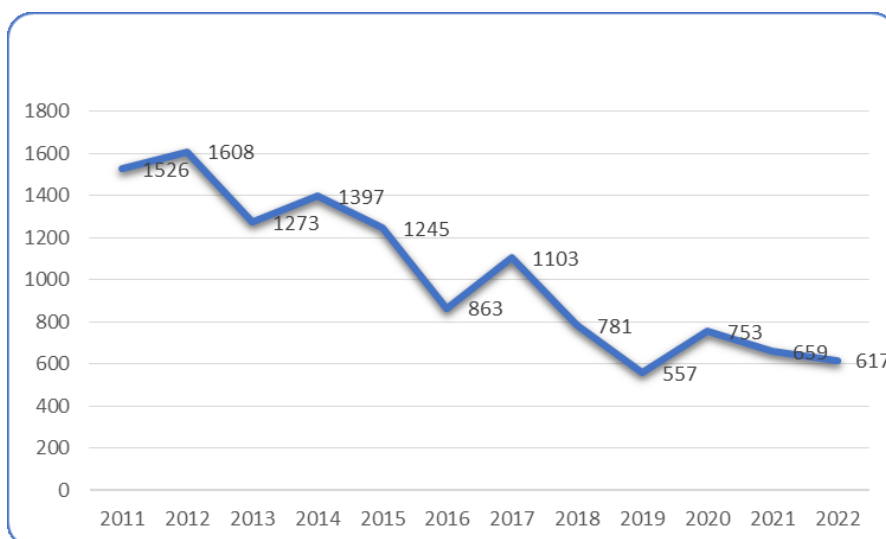
Tabela 130 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tipo de desemprego (N.º)



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 81 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tipo de desemprego evolução em Castelo de Paiva

Podemos concluir, pelos dados analisados até então, que o desemprego e Castelo de Paiva tem vindo a decrescer. Esta conclusão é passível de ser visualizada no gráfico seguinte,



Fonte: PORDATA, 2022

Gráfico 82 - Evolução Média Anual de desempregados (N.º)

Como podemos visualizar no gráfico houve oscilações em termos de variação do número de desempregados, sendo que atualmente apresenta o 2.º valor mais baixo dos dados em análise, tendência que se mantém em 2022. Há que ressaltar que, ao analisar estes dados, não podemos descurar o facto de muitos cidadãos se encontrarem a frequentar formação profissional, o que os categoriza como empregados, ou se assim quisermos designar |falsos desempregados|. A formação profissional contribui para esta variação positiva no território de Castelo de Paiva.

Apresentamos de seguida um retrato do desemprego no concelho com base nos dados disponibilizados pelo IEFP de Penafiel (períodos mais atuais: dez/2022 e jan./2023) que nos confirmam toda a panóplia de informação anteriormente analisada.

Total de Desempregados inscritos no Centro de Emprego dezembro de 2022			617	Total de Desempregados inscritos no Centro de Emprego janeiro de 2023			633
Género	Homens	196		Género	Homens	205	
	Mulheres	421			Mulheres	428	
Tempo de Inscrição	< 1 ano	278		Tempo de Inscrição	< 1 ano	307	
	1 ano e +	339			1 ano e +	326	
Situação face à procura de emprego	1º Emprego	73		Situação face à procura de emprego	1º Emprego	86	
	Novo Emprego	544			Novo Emprego	547	
Grupo Etário	< 25 anos	83		Grupo Etário	< 25 anos	96	
	25 - 34 anos	88			25 - 34 anos	95	
	35 - 54 anos	228			35 - 54 anos	221	
	55 anos e +	218			55 anos e +	221	
Nível de Escolaridade	< 1º Ciclo EB	20		Nível de Escolaridade	< 1º Ciclo EB	21	
	1º Ciclo EB	83			1º Ciclo EB	86	
	2º Ciclo EB	126			2º Ciclo EB	118	
	3º Ciclo EB	168			3º Ciclo EB	170	
	Secundário	162			Secundário	180	
	Superior	58			Superior	58	
Desempregados Inscritos (dez/2022)	Homens	23	53	Desempregados Inscritos (jan/2023)	Homens	26	81
	Mulheres	30			Mulheres	55	
Motivos da Inscrição	Ex-Inactivos	8	53	Motivos da Inscrição	Ex-Inactivos	20	81
	Despedido	12			Despedido	13	
	Despediu-se	6			Despediu-se	6	
	Despedim. mút. acordo	2			Despedim. mút. acordo	0	
	Fim trab. não permanente	18			Fim trab. não permanente	16	
	Trabalh. conta própria	0			Trabalh. conta própria	1	
	Outros motivos	7			Outros motivos	25	
Colocações (dez/2022)	Homens	3	9	Colocações (jan/2023)	Homens	4	8
	Mulheres	6			Mulheres	4	

Fonte: IEFP Penafiel, 2023

Tabela 131 - Principais Indicadores do Desemprego em Castelo de Paiva, dezembro de 2022/janeiro de 2023

A análise estatística do desemprego em Castelo de Paiva demonstra uma evolução positiva ao longo dos períodos; constata-se a predominância dos grupos etários maiores de 55 anos podendo ser esta questão um problema futuro, pois a permanência continuada nesta condição, do ponto de vista social poderá ser a situação mais crítica pelo risco de se converterem em

desempregados estruturais, pelo que deverão ser criadas políticas específicas de reentrada no mercado de trabalho dirigidas a estes grupos. Não podemos descurar o grupo etário dos 35 – 54 anos, que assumem uma grande representatividade no território. Contudo também não podemos dissociar estes números da questão da subutilização do trabalho, nomeadamente do fato de existirem situações de |Subemprego de trabalhadores a tempo parcial|, | Inativos à procura de emprego mas não disponíveis| e | Inativos disponíveis mas que não procuram emprego|. Apesar de estas categorias não se encontrarem estatisticamente identificadas ao nível do concelho, pela análise qualitativa do território conseguimos verificar a existência destas situações. Estas situações contribuem diretamente para a questão do desemprego estrutural e, são difíceis de intervenção, dado que urge a implementação de políticas sociais que promovam a melhoria de competências sociais e profissionais e, paulatinamente contribuam para a mudança de mentalidades.

Vamos incidir agora a análise sobre o trabalho realizado, no ano de 2022, pelo CLDS4G VIDA na área do (des) emprego, desenvolvido através da concretização de eixo específico.

EIXO I – EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Atividades 1, 2 e 4 – Estabelecer estreita parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P), no sentido de favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal

Atividades/resultados:

Ações desenvolvidas pela equipa do CLDS4G:

Publicação semanal de ofertas de emprego, existentes no concelho e concelhos limítrofes.



Atividade 3: Prestação de apoio técnico individualizado e especializado, no que diz respeito à Criação do Próprio Negócio, baseado na Metodologia CRER (Criação de Empresas em Espaço Rural).

Meta: 15 atendimentos individualizados + 3 Sessões de estímulo + 2 sessões sobre a criação do próprio negócio.

Atividades/resultados: 7 acompanhamentos com base na metodologia CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural; 3 sessões de estímulo ao empreendedorismo; 2 sessões sobre a criação do próprio negócio.

Participantes: 46 pessoas desempregadas.



Atividade 5 -Sensibilizar empresários(as), as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional.

Meta: 2 sessões de esclarecimento para empresários(as)

Atividades/resultados: Realização da 2ª edição do Concurso "Este Natal compre no Comércio Local", com a adesão de cerca de 200 estabelecimentos comerciais aderentes (parceria com a Câmara Municipal e a Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva).

Participantes: 200 empresários.

Atividade 6 – Realização de atividades de âmbito mais informal, nomeadamente a realização de “Tertúlias/Conversas de café”, bem como a realização da Newsletter “Informar-te”, tendo por base a temática do emprego e empreendedorismo.

Meta: 4 tertúlias; 6 newsletter realizadas

Atividades/resultados: Elaborou-se uma Newsletter, enviada às entidades empregadoras locais, sobre as seguintes medidas de apoio ao emprego: “Medida Empreende XXI” e “Medida Compromisso Emprego Sustentável”.

Participantes: 164 empresários (já contabilizados).



Atividade 8 – “Programa Aconselha-te” – Contribuir para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional.

Meta: 30 alunos; 2 Programas de Treino de Competências Pessoais e Sociais; 2 Sessões de Divulgação

Atividades/resultados: No ano 2022, foi concretizado o Programa Aconselha-te, junto de 14 alunos do ensino secundário do AECIP (Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva), através da realização de estágios de curta duração, em entidades/empresas do concelho de Castelo de Paiva.

Participantes: 14 alunos.



Atividade 9 – “Projeta-te no futuro” – desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário, numa perspetiva de reforço da iniciativa, da inovação, da criatividade, do gosto pelo risco, e que constituam uma primeira abordagem à atividade empresarial.

Meta: 2 programas.

Atividades/resultados: No ano 2022, realizou-se uma visita à Feira da Educação, Emprego, Formação e Juventude, com 40 alunos de ensino secundário do AECIPaiva. Realizaram-se ainda duas sessões de testemunhos sobre profissões, junto de duas turmas do AECIPaiva.

Participantes: 72 alunos.



Atividade 10 – “Gosto pelo risco” – realização de workshops sobre empreendedorismo nas escolas e entidade formativa (Urbe), junto dos alunos do ensino secundário. Ainda integrada nesta atividade, incluímos o Boot Camp “Pro`atividade!”, e a realização de visitas a empresas – “Desmistificar profissões”.

Meta: 3 workshops; 1 Boot Camp; 3 visitas de estudo.

Atividades/resultados: No ano 2022, realizou-se um workshop de empreendedorismo com alunos do AECIPaiva, um BootCamp de Empreendedorismo com alunos da URBE e ainda duas visitas de estudo a empresas/instituições: Restaurante Wine Bar Casa da Viúva e Aldeia de Quintandona, e ao Hospital Magalhães Lemos, com alunos do ensino secundário do AECIPaiva.

Participantes: 100 alunos do ensino secundário.



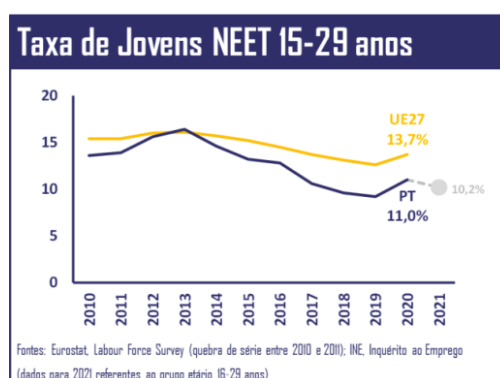
Figura 10 - CLDS4G VIDA na área do (des) emprego

O trabalho desenvolvido pelo CLDS 4G permite uma intervenção integrada em vários domínios por forma a potenciar a (re) integração social e profissional, o despertar de consciências e competências empreendedoras, o sensibilizar o tecido empresarial para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego.

Pessoas Jovens NEET

Os/as pessoas jovens NEET são pessoas jovens que não trabalham, nem estão em educação ou formação. Este indicador inclui pessoas jovens em situação de desemprego (isto é, procuram ativamente emprego) e de inatividade (isto é, não procuram ativamente emprego).

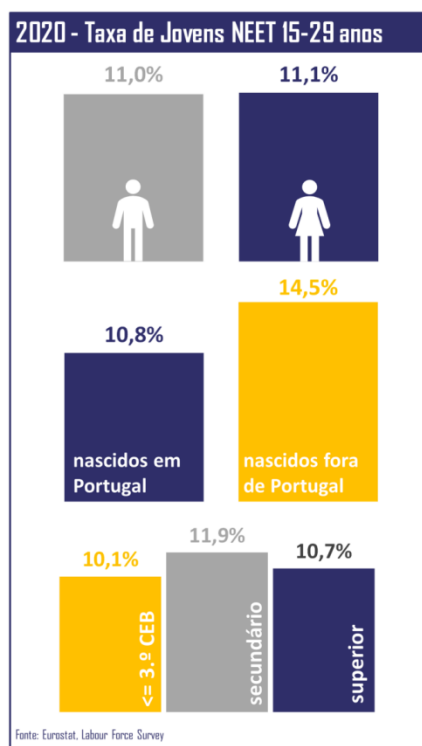
De acordo com dados disponibilizados pelo GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (abril 2022) a taxa de pessoas jovens NEET dos 15 aos 29 anos em Portugal tem vindo a diminuir; em 2020, a taxa de pessoas jovens NEET era 11,0% em Portugal (pessoas jovens que não trabalhavam nem estavam em educação ou formação) e 13,7% na média da UE27. 10,9% tinham entre 15 e 19 anos, 44,0% entre 20 e 24 anos e 45,1% entre 25 e 29 anos. 50,0% eram rapazes e 50,0% eram raparigas.



Fonte: GEP - MTSS, 2022

Gráfico 83 - Taxa de Pessoas jovens NEET (%), 2021

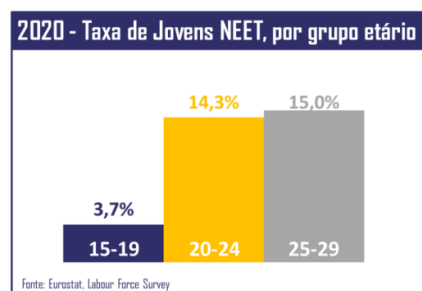
Os dados do Inquérito ao Emprego do INE para 2021 apontam para um decréscimo de 13,5% do número de pessoas jovens NEET face a 2020. Em 2020, havia 86,3 mil pessoas jovens até aos 29 anos registados como desempregados/as no IEFP. A taxa de pessoas jovens NEET é mais elevada nos/as pessoas jovens com o ensino secundário (11,9%) do que nos/as com o 3.º ciclo do ensino básico (CEB) (10,1%) ou nos/as pessoas jovens com o ensino superior (10,7%).



Fonte: GEP - MTSS, 2022

Gráfico 84 - Taxa de Pessoas jovens NEET, por sexo, local de nascimento e escolaridade (%), 2021

Apesar de se considerar o grupo alargado dos 15 aos 29 anos para analisar a taxa de pessoas jovens NEET, este indicador varia de forma muito significativa por faixa etária: nas pessoas jovens dos 15 aos 19 anos, a taxa de pessoas jovens NEET é muito reduzida, aumentando nas faixas etárias dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos. Estes dados acompanham o padrão de participação em educação e formação dos/as pessoas jovens, refletindo, desde logo, as normas vigentes em matéria de escolaridade obrigatória.



Fonte: GEP - MTSS, 2022

Gráfico 85 - Taxa de Pessoas jovens NEET, por grupo etário (%), 2021

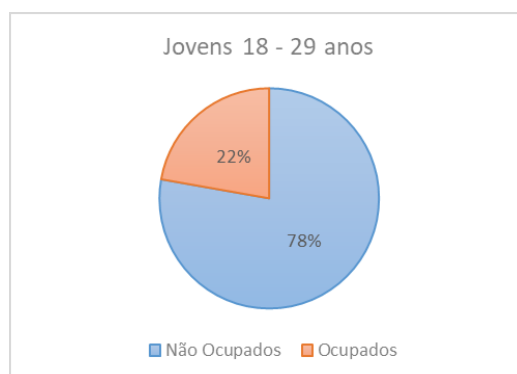
A condição das pessoas jovens NEET perante o emprego varia amplamente por grupo etário: mais de dois terços dos/as pessoas jovens NEET dos 15 aos 19 anos são inativos e mais de metade dos/as pessoas jovens NEET dos 20 aos 24 anos são desempregados/as (isto é procuram ativamente emprego). No grupo dos 25 aos 29 anos, a distribuição é mais equilibrada, mas mais de metade são inativos (isto é não procuram emprego).

Foi criado o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2021, de 30 de dezembro. A Garantia Jovem é uma iniciativa dirigida a pessoas jovens com menos de 30 anos de idade com o objetivo de lhes dar uma oportunidade de educação e formação, estágio ou emprego, no prazo de 4 meses após ficarem desempregados ou terem saído do sistema educativo e formativo. Tem como objetivos,

- Aumentar as qualificações das pessoas jovens;
- Facilitar a entrada das pessoas jovens no mercado de trabalho;
- Reduzir o desemprego jovem.

Tendo por base a DGEST não existem pessoas jovens em abandono escolar no concelho de Castelo de Paiva. Apesar de sabermos que muitas pessoas jovens apresentam dificuldades na conclusão dos estudos via ensino regular, existem respostas ao nível de ensino profissional que colmatam esta lacuna.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP de Penafiel, em março de 2023, existiam 135 pessoas jovens com idades entre os 18 e os 29 anos, 1.º emprego e estando ocupados (formação e estágio). Detalhando a informação disponível, das 135 pessoas jovens inscritos, apenas 30 se encontram na condição de ocupados, os restantes 105 candidatos estão não ocupados.



Fonte: IEFP, março 2023

Gráfico 86 - Pessoas jovens inscritas no IEFP com idades entre os 18 e os 29 anos, Castelo de Paiva (%), março 2023

Em termos de representatividade deste grupo no total de população inscrita no IEFP relativa a Castelo de Paiva, este representa, considerado na sua totalidade, 21,3% dos inscritos. Se considerarmos apenas os não ocupados, 16,6% da população inscrita.

No que se reporta a programas/medidas de apoio para estas pessoas jovens, o IEFP disponibiliza:

- Estágios;
- Medidas de Apoio à Contratação com majoração para pessoas jovens até aos 35 anos;
- Compromisso Emprego Sustentável e Formação Profissional.

Para o território em análise, e de acordo com a totalidade dos inscritos, este grupo assume uma representatividade ainda significativa o que poderá significar a dificuldade no acesso a um emprego. Esta dificuldade poderá estar correlacionada com a desadequação de competências e/ou qualificações e a procura do mercado, assim como poderá estar correlacionado com a maior longevidade opcional na autonomização face aos pais.

Desemprego de Longa Duração (DLD)

O conceito de desemprego de longa duração está associado aos trabalhadores que ficaram desempregados de forma involuntária há mais de 12 meses e se encontram inscritos no centro de emprego. Mais recentemente, passou também a existir a denominação de desempregados de muito longa duração, que engloba os desempregados com idade igual ou superior a 45 anos, e se encontrem inscritos no centro de emprego há 25 meses ou mais. Esta ausência de emprego por um período significativo de tempo pode ter várias causas, como falta de oportunidades de emprego na região, falta de qualificações adequadas, discriminação, crises económicas, desajuste Matching entre a oferta e a procura, entre outros fatores. Os desempregados de longa duração enfrentam muitos desafios, incluindo a perda de rendimentos, a diminuição da

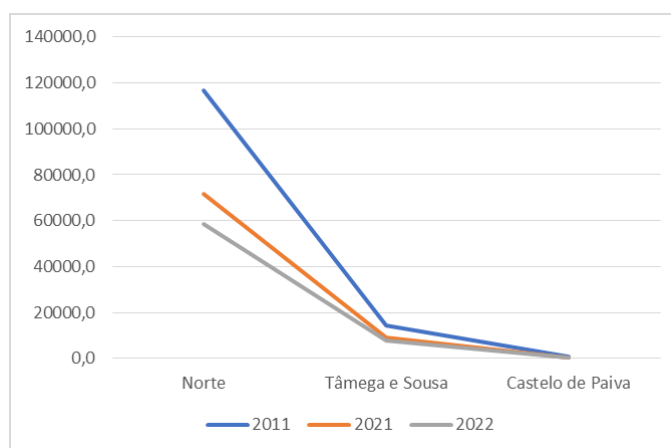
autoestima, o isolamento social e a dificuldade em encontrar um novo emprego. Essa situação pode ter impactos negativos na sua saúde mental, física e emocional, bem como em suas finanças e vida pessoal e familiar.

Em Portugal, o desemprego de longa duração afeta milhares de pessoas, principalmente a partir da faixa etária dos 45 anos, uma vez que o regresso ao mercado de trabalho nem sempre é fácil, dadas as políticas de contratação de muitas empresas. E uma vez que os desempregados de longa duração podem ficar numa situação de desproteção económica após perderem o direito às prestações de desemprego, nos últimos anos, foram criados apoios e medidas específicas para ajudar a colmatar esta desproteção, mas também auxiliar estas pessoas no regresso ao mercado de trabalho.

Para quem está numa situação de desemprego de longa duração é normal que, mais cedo ou mais tarde, tenha de lidar com o término das suas prestações de desemprego. Embora o subsídio de desemprego seja atribuído de acordo com a idade dos desempregados, registo de remunerações e cumprimentos das condições de acesso, a verdade é que existem pessoas que acabam por ver o seu subsídio de desemprego chegar ao fim sem antes conseguirem um novo trabalho. E nestes casos, alguns desempregados podem beneficiar de duas situações:

- O subsídio social de desemprego subsequente;
- Ou do Apoio aos desempregados de longa duração.

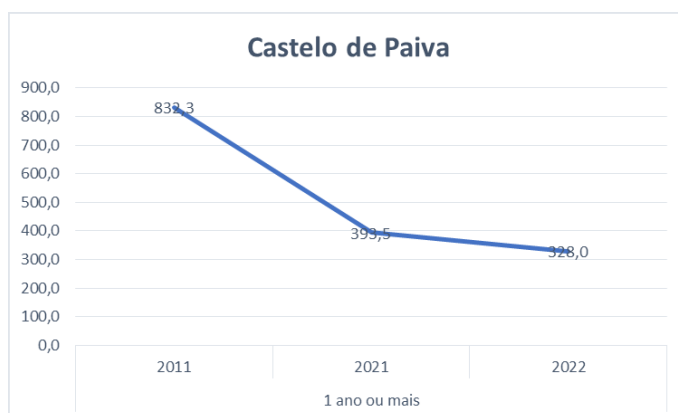
Analisando a evolução do desemprego de longa duração (DLD), nos períodos de referência deste documento, contata-se um decréscimo no número de DLD inscritos nos centros de emprego em todas as unidades territoriais de análise.



Fonte: PORDATA, 2023

Gráfico 87 - Evolução dos DLD inscritos nos centros de Emprego (%), 2022

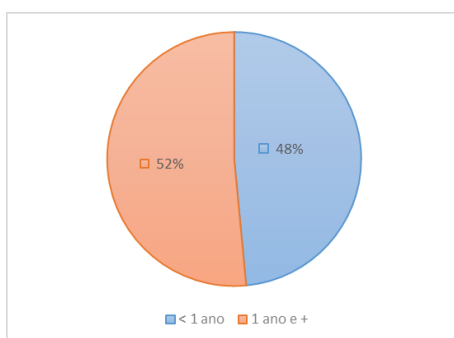
Se incidirmos a nossa análise no território de Castelo de Paiva concluímos que, a tendência é o decréscimo na percentagem de tempo de inscrição.



Fonte: PORDATA, 2023

Gráfico 88 - Evolução dos DLD inscritos no Centro de Emprego (%) – Castelo de Paiva, 2022

Analisando a representatividade desta categoria – DLD, no total de desempregados inscritos, eles representam 52%,



Fonte: IEFP Penafiel, jan. 2023

Gráfico 89 - DLD inscritos no Centro de Emprego (%) por tempo de inscrição – Castelo de Paiva, jan. 2023

Como se constata pelo gráfico, 3% é a percentagem que existe de diferença entre o número de inscritos, por tempo inscrição.

As pessoas com mais de 55 anos podem enfrentar diversos desafios quando se trata de sua inserção no mercado de trabalho. Alguns dos problemas comuns enfrentados por este grupo etário incluem:

- Discriminação etária: A discriminação etária é um problema real no mercado de trabalho. Muitos empregadores podem ter preconceitos em relação aos trabalhadores

mais velhos, acreditando que eles são menos produtivos, menos adaptáveis às mudanças ou mais propensos a problemas de saúde, o que pode resultar em discriminação na contratação, promoção ou manutenção do emprego.

- Falta de oportunidades de emprego adequadas: os trabalhadores mais velhos podem enfrentar dificuldades em encontrar oportunidades de emprego adequadas que sejam compatíveis com suas competências, experiência e nível de remuneração anterior. Além disso, as mudanças na economia, a automação e a terciarização podem afetar setores de trabalho em que os trabalhadores mais velhos têm experiência, o que pode levar à falta de oportunidades de emprego.
- Barreiras na atualização de competências: a rápida evolução do mercado de trabalho e da tecnologia pode criar barreiras para que os trabalhadores mais velhos atualizem suas competências e se mantenham competitivos no mercado de trabalho.
- Questões de saúde, podem ser um desafio para os trabalhadores mais velhos, especialmente aqueles com condições médicas crônicas ou limitações físicas. Isso pode afetar a sua capacidade de trabalhar em determinadas ocupações e pode ser um obstáculo para a inserção no mercado de trabalho.
- Alguns trabalhadores mais velhos podem enfrentar pressão para se reformar, no entanto, muitos trabalhadores mais velhos desejam continuar a trabalhar por escolha pessoal ou necessidade financeira, mas podem enfrentar barreiras para encontrar oportunidades de emprego adequadas.

Para melhorar a inserção dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, é importante adotar abordagens que promovam a igualdade de oportunidades, combatam a discriminação etária e ofereçam programas de capacitação adequados para atualização de competências. É também importante promover a consciencialização sobre as competências, experiência e valor que os trabalhadores mais velhos podem trazer para o local de trabalho. Políticas que incentivem a diversidade etária no local de trabalho e promovam um ambiente inclusivo e livre de discriminação podem ajudar a garantir que os trabalhadores mais velhos sejam tratados com equidade e tenham oportunidades justas de emprego e progressão na carreira.

Para reduzir o desemprego de longa duração e a exclusão estrutural, são necessárias políticas e medidas abrangentes que abordem as disparidades no acesso a oportunidades educacionais e de capacitação profissional, promovam a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, incentivem a diversidade e a inclusão nas empresas, e ofereçam apoio adequado aos desempregados de longa duração, como programas de capacitação e reconversão profissional, serviços de colocação no emprego e redes de apoio social. É importante abordar as causas

sistémicas e estruturais do desemprego de longa duração, a fim de criar uma sociedade mais justa e inclusiva onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Centrando a nossa análise na realidade concelhia, e tendo por base dados qualitativos, o número de desempregados de longa duração poderá ser justificado por:

- baixas qualificações;
- baixa escolaridade;
- desajustamento profissional entre ofertas disponíveis e competências adquiridas pelos desempregados;
- Baixa motivação para o emprego e outras respostas ativas;
- Rede de transportes públicos deficitária.

Refletindo sobre o anteriormente referido encontramos-nos perante handicaps pessoais, mas também estruturais, que limitam e condicionam a (re) integração profissional e corroboram tudo o previamente descrito. Como constatamos na análise até aqui efetuada este grupo de desempregados deverá ser o cerne de reflexão social, uma vez que a sua permanência nesta condição trará efetivamente consequências gravosas ao nível pessoal, social como do território.

No âmbito do CLDS4G VIDA foram desenvolvidas ações direcionadas à população desempregada no ano de 2022. Dentro das mesmas conseguimos identificar o número de DLD abrangidos.

- **Ação nº 1: Capacitar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego;**

Esta ação prevê a realização de sessões em grupo e/ou individuais dando suporte técnico na elaboração de vários documentos, como elaboração de curriculum Vitae, cartas de apresentação, cartas de resposta a anúncios de emprego, realização de cartas de apresentação e candidaturas espontâneas. Para além disto, devem organizar-se sessões de preparação para entrevistas de emprego; promover contactos diretos com empresas e outras entidades empregadoras do concelho.

Indicadores:

Desempregados DLD	8
--------------------------	----------

- **Ação nº 2: Informar sobre o conteúdo e abrangência das medidas de emprego e oportunidades de inserção em instituições do território;**

Nesta ação prevê-se a realização de sessões de informação sobre as várias medidas ativas de emprego existentes, de forma descentralizada por todo o concelho, bem como realizar a divulgação semanal de ofertas de emprego através das redes sociais.

Indicadores:

Desempregados DLD	51
--------------------------	-----------

- **Atividade 3: Prestação de apoio técnico individualizado e especializado, no que diz respeito à Criação do Próprio Negócio**, baseado na Metodologia CRER (Criação de Empresas em Espaço Rural).

Indicadores:

Acompanhamentos com base na metodologia CRER – Criação de Empresas em Espaço Rural – do número total de acompanhados, apenas 1 DLD.

3 Sessões de estímulo ao empreendedorismo e 2 sessões sobre a criação do próprio negócio – do número total de participantes, 21 pessoas eram DLD.

- **Ação nº 4: Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades**

Nesta ação pretende-se realizar atendimentos individuais e/ou em grupos a desempregados (as), com o objetivo de informar sobre oportunidades de qualificação existentes no território e encaminhar para oportunidades formativas adequadas ao perfil dos (as) candidatos (as).

Indicadores:

Desempregados DLD	199
--------------------------	------------

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto no emprego e formação profissional	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Diagnóstico	Ausência de um diagnóstico atualizado das necessidades de formação da população ativa empregada e desempregada e das necessidades de formação das entidades empregadoras do concelho	-	-	Diagnóstico de necessidades formativas
Formação/Qualificação	Desajuste entre a formação profissional e as necessidades das empresas (ausência de equipamentos) Baixos níveis de qualificação da população ativa Necessidade de aprofundar e valorizar o trabalho em contexto real, nos currículos de formação profissional	-	Envolvimento das empresas e entidades nos processos formativos e educativos	-

Mercado de trabalho	<p>Reduzidas ofertas de emprego para pessoas jovens qualificadas (ensino superior)</p> <p>Número de inscritos apenas com objetivo de formação profissional e não de procura ativa de emprego</p>	<p>Reforço da incubação e aceleração de projetos empreendedores de pessoas jovens qualificadas</p> <p>Promoção de experiências reais de trabalho que promovam oportunidades de emprego</p>	<p>Ações de parceria com as empresas e com a Associação Comercial e Empresarial de Castelo de Paiva</p>	-
Públicos vulneráveis	<p>Falta de oportunidades de emprego para a população com deficiência</p>	<p>Desenvolvimento de programas de capacitação e de contacto com áreas profissionais facilitadoras da integração no mercado de trabalho</p>	-	-

Tabela 132 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Habitação

Atualmente a problemática da habitação assume crescente importância na sustentabilidade social do concelho, tal como no resto da região e do país. É um problema estrutural das sociedades desenvolvidas que afeta as condições de renovação geracional pela dificuldade de encontrar condições para estabelecer família.

Os dados da Estratégia Local de Habitação de Castelo de Paiva |revelaram a inequívoca insuficiência da capacidade de resposta do parque habitacional existente no território municipal, a sua manifesta desadequação às necessidades de muitas famílias e o seu grau de degradação. Esta situação é demonstrada em vários domínios, a começar pela escassa dimensão da habitação de natureza social do Município, face à procura global existente. Além disso, é reforçada pelo elevado número de pedidos de apoio para habitação ativos, pela quantidade de famílias a residir em eficientes condições de habitabilidade, em alojamentos de propriedade pública e privada, pelas dificuldades de acesso à habitação por parte da população de baixos recursos e pela existência de pessoas em situação de grande vulnerabilidade social, a necessitar de respostas habitacionais específicas.

Caraterização do Alojamento

Analisando os edifícios por freguesia concluímos que, a União de freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso é a que apresenta a maior % de edifícios e Fornos a menor %. Não podemos dissociar estas % com a extensão territorial das mesmas.

A evolução do alojamento no concelho é um indicador central da dinâmica de oferta habitacional e do movimento do mercado.

Freguesias/União de Freguesias	Edifícios Clássicos	
	N.º	%
Concelho de Castelo de Paiva	6 601	100
Fornos	593	8,9
Real	604	9,1
São Martinho de Sardoura	632	9,5
Sta. Maria de Sardoura	1013	15,3
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	2086	31,6
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	1673	25,3

Fonte: INE, 2021

Tabela 133 - Edifícios Clássicos, por freguesias /união de freguesias, 2021

(N.º)	2011	2021
Tâmega e Sousa	196 217	202 436
Castelo de Paiva	7450	7772

Fonte: PORDATA, 2021

Tabela 134 - Alojamentos Familiares Clássicos, 2021

Como verificamos pela análise dos dados, a evolução dos alojamentos foi residual entre os dois períodos censitários.

N.º	TOTAL	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
Tâmega e Sousa	789	26	134	563	66
Castelo de Paiva	63	0	23	36	4

Fonte: PORDATA, 2021

Tabela 135 - Fogos novos de habitação familiar por tipologia do fogo, 2021

Em termos de número médio de indivíduos por alojamento familiar clássico constatamos que o rácio de Castelo de Paiva é igual ao do Tâmega e Sousa.

(Indivíduo - Rácio)	2011	2021
Tâmega e Sousa	2,2	2,0
Castelo de Paiva	2,2	2,0

Fonte: PORDATA, 2021

Tabela 136 - Número médio de indivíduos por alojamento familiar clássico, 2021

Analisando o valor mediano de avaliação bancária por m2 constatamos que Castelo de Paiva apresenta valores mais baixos que o Tâmega e Sousa.

Euro - Mediana	TOTAL		Apartamentos		Moradias	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Tâmega e Sousa	625	809	606	814	638	804
Castelo de Paiva	565	737	x	x	560	701

Fonte: PORDATA, 2021

Tabela 137 - Valor mediano de avaliação bancária por m2: Total e por Tipo de Construção, 2021

Em termos de valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados no país cifra-se nos 335,88 €. Pelo nosso conhecimento do território os alojamentos em Castelo de Paiva, atualmente têm um custo de renda muito superior.

A promoção da igualdade de oportunidades na satisfação das necessidades básicas da população, onde se insere a questão habitacional, deve constituir uma preocupação dos decisores prioritários. A valorização da qualidade de vida dos menos favorecidos, a dignificação das suas condições de habitabilidade, a integração social dos seus agregados, a promoção da integralidade da sua existência pessoal é imperativo de qualquer política de intervenção.

A habitação social deve dar resposta às necessidades que o mercado habitacional não consegue cumprir. No concelho de Castelo de Paiva existem quatro polos de habitação social, sendo que se encontram completamente ocupados e em condições de precariedade em termos estruturais (dada a sua data de construção) e é manifesta a necessidade de novas respostas similares e reabilitação das existentes (opções estratégicas da Estratégia Local de Castelo de Paiva em fase de execução).

A procura por habitação social é uma constante e está diagnosticada na ELH e continua a ser uma realidade plasmada nos pedidos de ação social. A redução nos rendimentos familiares, associada à precariedade dos empregos, à inflação imobiliária, à inexistência de habitações disponíveis, às acessibilidades e transportes públicos, a desestruturação familiar, são fatores que potenciam a procura de habitação social.

De acordo co dados da ELH existem ativos 200 pedidos de habitação social no concelho:

Freguesias/União de Freguesias	Pedidos de Habitação Social		
	N.º		%
Concelho de Castelo de Paiva	200		100
Fornos	24		12
Real	14		7
São Martinho de Sardoura	25		12
Sta. Maria de Sardoura	21		10
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	51		26
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	65		33

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 138 - Pedidos de habitação social

A territorialização dos pedidos ativos evidencia uma maior procura de habitação por parte dos residentes nas freguesias da parte norte do concelho; há, ainda a destacar a existência de uma reação proporcional do número de pedidos com a densidade populacional de cada território, numa avaliação comparativa com os dados demográficos de 2021.

De entre as situações de incapacidade no acesso ao mercado habitacional, para além da escassez de oferta, para além do matching entre a procura e oferta ser desproporcional, a razão económica é um dos maiores fatores que origina esta procura ativa por apoios estatais. O valor médio mensal dos rendimentos familiares é um handicap ao acesso à habitação.

Freguesias/União de Freguesias	Valor Médio do Rendimento Mensal
	Euros - €
Concelho de Castelo de Paiva	554,8
Fornos	464,3
Real	578,4
São Martinho de Sardoura	712
Sta. Maria de Sardoura	466,1
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	567,4
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	535,05

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 139 - Valor médio do rendimento mensal dos agregados familiares com pedidos de habitação ativos, por freguesia

O valor médio mensal dos rendimentos dos agregados com pedidos de habitação ativos no concelho de Castelo de Paiva é de 554,8€. Segundo os dados do INE, este montante é significativamente inferior ao valor médio registado no Continente, que ronda os 1217€, considerando 14 meses. Sendo significativamente baixos e podendo ser ponderados pela dimensão do agregado, o rendimento per capita reduzir-se-á acentuadamente, situando o concelho em níveis de risco de pobreza elevada.

Tipologia Agregado Familiar		
	N.º	%
Casal ou elemento isolado com idade igual ou superior a 65 anos	14	7
Casal ou elemento isolado com idade entre os 50 e 64 anos	14	7
Casal ou elemento isolado com idade inferior a 50 anos	24	12
Família Monoparental com filhos dependentes	19	9,5
Família Monoparental com filhos maiores	16	8
Família Nuclear com filhos dependentes	88	44
Família Nuclear com filhos maiores	25	12,5

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

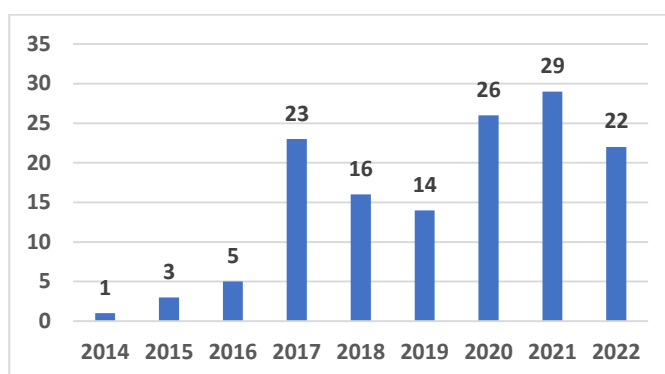
Tabela 140 - Tipologia de famílias com pedidos de habitação ativos

A tipologia de famílias com maior significado nos pedidos ativos de apoio para habitação é [Família nucleares com filhos dependentes] que representam 44% do universo. Um dado relevante tem a ver com a monoparentalidade, que, em conjunto, representa 17,5%. Embora este valor não constitua um fator de risco, por si só, quando se verifica que a monoparentalidade, em particular a feminina, surge muitas vezes associada a desemprego, estamos a falar de uma população com maior risco de exclusão e pobreza.

A análise dos resultados permite ainda verificar que não existe uma significativa presença de pedidos de habitação por pessoas idosas. Contudo, em sentido contrário, deve dar-se destaque ao número elevado de pessoas a viverem sós, o qual representa cerca de 80% dos pedidos que integram os três primeiros grupos de tipologias. Este relevante grupo carece, por norma, de apoio social em diferentes domínios, particularmente quando se trata de segmentos de população com poucos recursos, como é o caso, e a viverem em casas sem as necessárias condições de habitabilidade conforto e segurança.

Medida Apoio ao Arrendamento – Regulamento de Solidariedade Social

O Apoio ao arrendamento, medida municipal integrada no Regulamento de Solidariedade Social, tem sido de grande importância para muitas famílias, como forma de manter o seu arrendamento, evitando ações de despejo e de degradação da condição social. É fundamentalmente destinado a indivíduos e agregados familiares que por razões de ordem económica, apresentam dificuldades que impossibilitam o pagamento dos valores do arrendamento privado.



Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023

Gráfico 90 - N.º de famílias beneficiárias do Apoio ao Arrendamento

Como podemos verificar, pela análise dos dados, tem existido uma procura ativa por este apoio, sendo o mesmo, um encargo significativo para o município. Até Março de 2023 já contabilizamos mais 7 agregados familiares apoiados através desta medida.

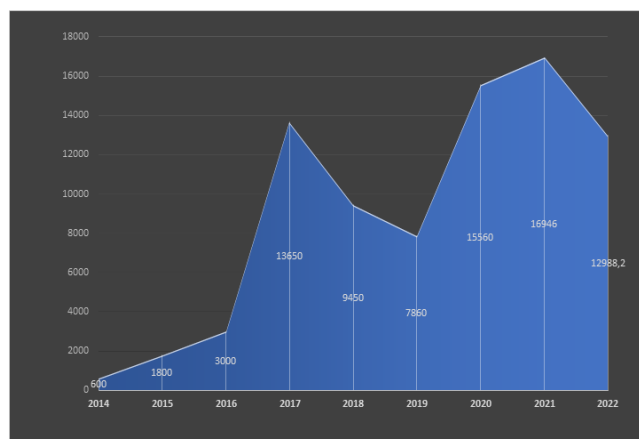


Gráfico 91 - Fonte: Município de Castelo de Paiva, 2023

Valor anual gasto pelo Município

Como podemos constatar o apoio por parte do Município assume valores anuais significativos.

O valor médio do custo das rendas para as famílias que beneficiaram do apoio está plasmado na tabela seguinte.

Freguesias/União de Freguesias	Valor Médio das Rendas AF
	Euros - €
Concelho de Castelo de Paiva	
Fornos	185
Real	134,2
São Martinho de Sardoura	221
Sta. Maria de Sardoura	181
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	120,6
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	186,9

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 141 - Valor médio das rendas das famílias com apoios ativos no Apoio ao Arrendamento, por freguesia

Em termos de mercado de arrendamento os custos com o aluguer assumem valores muito elevados para o território em análise. A relação entre o custo do aluguer da habitação e os rendimentos médios das famílias constitui um dado muito importante que não pode deixar de ser tido em consideração.

Freguesias/União de Freguesias	Valor Médio dos Rendimentos dos AF
	Euros - €
Concelho de Castelo de Paiva	387,88 €
Fornos	349,03
Real	408,61
São Martinho de Sardoura	302,48
Sta. Maria de Sardoura	483,73
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	316,37
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	499,01

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 142 - Valor médio dos rendimentos das famílias, com apoios ativos no Apoio ao Arrendamento, por freguesia

Como constatamos o valor médio dos rendimentos das famílias beneficiárias é muito baixo.

Das famílias apoiadas pelo Apoio ao Arrendamento as tipologias mais relevantes são:

- Casal ou elemento isolado com idade entre 50 e 64 anos -14,8%;
- Casal ou elemento isolado com idade inferior a 50 anos -19,2%;
- Famílias monoparentais com filhos dependentes - 42,6%;
- Família nuclear com filhos dependentes -14,9%.

Os dados de caracterização tipológica das famílias apoiadas pela medida Apoio ao Arrendamento estão genericamente, em sintonia com os pedidos de apoio de habitação, facto que coloca em destaque muito relevante a existência de famílias monoparentais com filhos dependentes no território do município.

Conjuntos Habitacionais de Promoção Pública (Bairros Sociais)

O Município de Castelo de Paiva desenvolveu vários projetos e executou as respetivas infraestruturas e edifícios. Contudo, o parque habitacional do Município é manifestamente insuficiente, em número e em características capazes de conferir acessibilidade, segurança e

dignidade aos seus habitantes. Por outro lado, a oferta de habitação no mercado tem sido escassa, resultado, não da procura, mas do reduzido número de fogos construídos no espaço territorial municipal, na última década. Esta situação conduziu, também à progressiva degradação do parque habitacional existente.

Em termos de empreendimentos habitacionais municipais, o município possui quatro edifícios de habitação multifamiliar, nos quais residem famílias em regime de renda apoiada e famílias titulares das respetivas frações habitacionais. São eles o Bairro Social de Curvite, o Bairro Social da Raiva, o Bairro Social da Póvoa e o Bairro Social de Oliveira do Arda:

Nº de Habitações		Propriedade Municipal		Propriedade Privada	
43	21 - T2	19	6 - T2	24	15 - T2
	22 - T3		13 - T3		9 - T3

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 143 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) de Curvite

Nº de Habitações		Propriedade Municipal		Propriedade Privada	
15	15 - T3	10	10 - T3	5	5 - T3

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 144 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) da Póvoa

Nº de Habitações		Propriedade Municipal		Propriedade Privada	
14	8 - T2	6	3 - T2	8	5 - T2
	6 - T3		3 - T3		3 - T3

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 145 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) da Raiva

Nº de Habitações		Propriedade Municipal		Propriedade Privada	
10	6 - T2	2	2 - T2	8	4 - T2
	4 - T3		0 - T3		4 - T3

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 146 - Conjunto Habitacional (Bairro Social) de Oliveira do Arda

Nestes quatro conjuntos habitacionais, residem 82 agregados familiares num universo de 231 pessoas. Destes agregados, **37 (45,1%) residem em regime de renda apoiada** (habitações públicas propriedade do Município de Castelo de Paiva abrangendo 103 pessoas) e os restantes

45 (54,9%) em regime de propriedade privada (habitações integradas nestes bairros que, entretanto, foram sendo adquiridas pelos inquilinos, abrangendo um total de 128 pessoas).

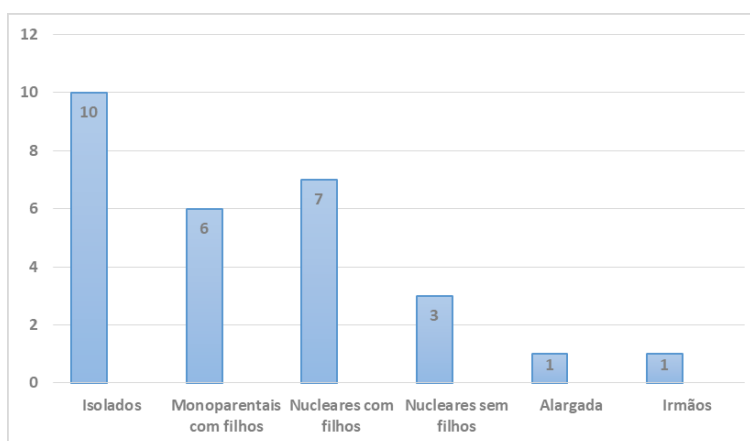
Conjunto Habitacional (Bairro Social)	Propriedade Municipal (regime de renda apoiada)	
	Nº de Famílias	Nº de Pessoas
Curvite	19	43
Póvoa	10	31
Raiva	6	24
Oliveira do Arda	2	5
Total	37	103

Fonte: ELH Castelo de Paiva, 2020

Tabela 147 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais) em regime de propriedade pública

Os conjuntos habitacionais (bairros sociais) são manifestamente insuficientes para a procura existente e para a resolução das necessidades de arrendamento, pois estes encontram-se ocupados, alguns deles já em ciclos intergeracionais. Assim sendo, estes números integram o anteriormente diagnosticado em termos de necessidades de apoio na habitação.

Os agregados familiares residentes nos conjuntos habitacionais são 28; analisando-os por tipologia de família constata-se que os |Isolados| são os que assumem maior valor estatístico, seguidos dos nucleares com filhos.



Fonte: Ação Social Municipal, 2023

Gráfico 92 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por tipologia de família

No momento residem 35 pessoas nos conjuntos habitacionais municipais; analisando estas famílias por género e escalão etário constata-se uma predominância de idades superiores a 36 anos.

	0 aos 5 anos		6 aos 10 anos		11 aos 15 anos		16 aos 20 anos		21 aos 25 anos		26 aos 30 anos		31 aos 35 anos		36 aos 45 anos		46 aos 55 anos		56 aos 65 anos		> 65 anos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Bairro Social de Curvite	1				1		1		1	1					2	1	1	3	3	4	1	6	11	15
Bairro Social da Póvoa							2	1	2		1				1	2	1	3	3	3			6	13
Bairro Social da Raiva									1	1			1	2			2	1	1	1			5	5
Bairro Social Luís Aranha - Oliveira do Arda							1						1				1						1	2
Total	1	0	0	0	1	0	1	3	1	4	2	1	1	1	5	3	2	9	7	8	2	6	23	35

Fonte: Ação Social Municipal, 2023

Tabela 148 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género e escalões etários

Caraterizando os residentes nos conjuntos habitacionais (bairros sociais) por habilitações literárias e género constatamos a predominância do 2. e 3.º ciclo de escolaridade.

	0 aos 5 anos		6 aos 10 anos		11 aos 15 anos		16 aos 20 anos		21 aos 25 anos		26 aos 30 anos		31 aos 35 anos		36 aos 45 anos		46 aos 55 anos		56 aos 65 anos		> 65 anos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
4.º ano de escolaridade																	1	1	3	3	2	4	6	8
6.º ano de escolaridade					1	1									5		1	4	4	4		2	11	11
9.º ano de escolaridade							1						1	1		3		4		1			1	10
Ensino Secundário							1	1	1	4	1	1											3	6
Ensino Superior											1													1
Outra	1																							1
Total	1	0	0	0	1	1	1	2	1	4	2	1	1	1	5	3	2	9	7	8	2	6	23	35

Fonte: Ação Social Municipal, 2023

Tabela 149 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género e habilitações literárias

Relativamente à atividade profissional existe uma preponderância de pessoas desempregadas (42,8%) e pensionistas (14,2%).

	0 aos 5 anos		6 aos 10 anos		11 aos 15 anos		16 aos 20 anos		21 aos 25 anos		26 aos 30 anos		31 aos 35 anos		36 aos 45 anos		46 aos 55 anos		56 aos 65 anos		> 65 anos		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Construção Cvil															2		1		2				5	
Auxiliar																	1		1					2
Broquista																		1					1	
Empregado Fabril									1				1				3						1	4
GNR											1												1	
Empregada Doméstica/ Limpeza																	1		2					3
Empregada Serviços											1													1
Funcionário Público																	1						1	
Jardineiro																		1					1	
Desempregado									1	3				1	2	3		4		4			3	15
Doméstica																					2			2
Operador Máquinas															1								1	
Pensionista					1	1	1	2										3	1	2	4		5	5
Estudante											1												2	3
Outra																							1	
Não se aplica	1																						1	
Total	1	0	0	0	1	1	1	2	1	4	2	1	1	1	5	3	2	9	7	8	2	6	23	35

Fonte: Ação Social Municipal, 2023

Tabela 150 - Famílias residentes em habitações integradas em Conjuntos Habitacionais (Bairros Sociais), por género, idade e atividade profissional

Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Categorias de intervenção	Problemas identificados	Estratégias com impacto na habitação	Estratégias de articulação e melhoria dos serviços	Estratégias promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Arrendamento	Carência de oferta de habitação no mercado de arrendamento ou a preços inoportáveis para a classe média, pessoas jovens e ativos em geral Diferencial entre os preços de mercado praticados e os rendimentos	Operacionalização da Estratégia Local de Habitação		Estabelecimento de parceria público-privada para construção a custos controlados Criação de medidas de apoio junto da construção privada
Emergência	Ausência de habitação para situações de emergência	Construção da habitação de emergência social	-	-

Tabela 151 - Identificação de Problemas e Propostas de Intervenção

Área da exclusão estrutural

Perfil de Risco

- Aumento situações de carência e privação material, desemprego e exclusão;
- Subsidiodependência, sinónimo de barreira à integração profissional;
- Pessoas jovens que não estudam nem trabalham (NEET) com consumos vários e comportamentos de risco;
- Afastamento do mercado de trabalho, desemprego, ausência de trabalho de longa duração ou precariedade laboral;
- Afastamento do mercado de trabalho e simultaneamente impossibilidade de obter experiência profissional (pessoas jovens NEET);
- Dependência parental prolongada;
- Dependência crescente do |mundo virtual| e da internet/jogos;
- Dificuldade crescente em estabelecer laços sociais;
- Adaptação a estratégias de sobrevivência baseadas no trabalho intermitente, desqualificado e precário (DLD);
- Competências desajustadas ao mercado de trabalho;
- Aumento do risco da exclusão pela intermitência e impossibilidade de investimento pessoal na requalificação;
- Desempregados de longa duração em situação de isolamento e apatia social;
- Saúde mental fragilizada (estados e situações depressivas);
- Subsidiodependência;

Necessidades de Intervenção Prioritária

- Treino e desenvolvimento da capacidade de procura ativa de emprego e oportunidades;
- Integração em grupo de pares (pessoas jovens NEET);
- Mecanismos de valorização das competências, conhecimento e experiência profissional adquirida pelos desempregados de longa duração;

Ações Tipo Prioritárias

- Treino e desenvolvimento da capacidade de procura ativa de emprego e oportunidades;
- Integração em grupo de pares (pessoas jovens NEET);
- Mecanismos de valorização das competências, conhecimento e experiência profissional

adquirida pelos desempregados de longa duração;

- Diagnóstico de necessidades de formação para a requalificação junto das entidades empregadoras;
- Matching de competências pessoais com as competências profissionais;

Projetos Prioritários

Proposta 1:

- Apresentação de candidaturas a diversos projetos formativos, de acordo com eventuais avisos de abertura dos programas de financiamento;

Objetivos:

- Criar respostas integradas e capacitadora de inclusão social e profissional;
- Promover a qualificação profissional e/ou reconversão profissional;
- Matching entre a qualificação e a oferta laboral;

Proposta 2:

- Centro de Recursos para a Inclusão Profissional;

Objetivos:

- Promover a integração socioprofissional das pessoas com deficiência ou incapacidades (pessoas jovens e adultos) que, evidenciando capacidades produtivas, têm dificuldade na inserção no mercado de trabalho, através dos serviços de:
 - a) IAOQE – Informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego;
 - b) AC – Apoio à Colocação;
 - c) APC – Acompanhamento Pós-Colocação.

Ao pensar na qualificação não podemos deixar de parte a constante necessidade de qualificação, reciclagem de conhecimento dos próprios trabalhadores, colaboradores das diversas entidades que trabalham com e no social (IPSS, entidades públicas e outras associações). Urge a existência de um plano formativo, resultante de uma avaliação integra e específica, acerca das necessidades destas pessoas que possibilite conhecimentos que capacitem a intervenção e resultem numa melhoria dos serviços prestados a toda a comunidade e, paulatinamente, um desenvolvimento social onde a coesão, a equidade, a igualdade de oportunidades seja uma realidade e não uma mera [palavra].

Proposta 3:

Transversal a todos os domínios de intervenção analisados e com impacto no território tem sido os diversos programas CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, assim como diversos programas de intervenção comunitária.

- Necessidade e premência de o concelho de Castelo de Paiva continuar a ser território contemplado com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.
- Necessidade de o território ser contemplado com outros projetos de intervenção social inter multidisciplinares e interinstitucionais como por exemplo |Bairros Saudáveis|, |Cultura para Todos|, |Ser Criança|, etc.

Proposta 4:

- Candidatura a projetos de intervenção social e comunitária de acordo com avisos de abertura, a diferentes programas de financiamento;

Objetivos:

- Desenvolvimento de projetos comunitários de intervenção sistémica;

CAPÍTULO VI. CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

O capítulo seguinte incide no mapeamento de diversos indicadores chave com o objetivo de estabelecer correlações e analisar a presença dos mesmos nas unidades territoriais concelhias.

Os mapas podem ser ferramentas muito úteis na interpretação e entendimento da dinâmica espacial e as relações entre diferentes fatores. Através da visualização de dados, conseguimos identificar padrões espaciais e visualizar a distribuição dos diferentes fenómenos sociais, identificar concentrações, disparidades ou correlações espaciais que podem ajudar a entender as causas e os efeitos dos problemas sociais. Os mapas fornecem uma representação visual dos problemas sociais e suas dimensões espaciais, facilitando a interpretação e análise da dinâmica social. Ao usá-los como ferramentas, podemos obter uma compreensão mais profunda dos problemas e desenvolver estratégias mais eficazes para resolvê-los.

Em termos de metodologia utilizada, para elaboração dos mesmos, existiram alguns pressupostos que urge concretizar, para um melhor entendimento da informação:

- Todos os valores em número foram convertidos em percentagem;
- Em termos de cálculo, o valor mais elevado representado assumiu-se com o 100;
- Foram definidos níveis de análise dos mapas SIG:
 - Nível 0 – sem cor;
 - Nível 1 – Reduzido – de 1% a 40%;
 - Nível 2 – Médio – de 41% a 60%;
 - Nível 3 – Elevado – de 61% a 80%;
 - Nível 4 – Muito Elevado – de 81% a 100%
- Foram definidos layout – código de cores, assim como pressupostos base (o tom de cor mais carregado deve corresponder ao dado mais positivo e o tom de cor mais leve ao dado mais negativo);
- Alguns mapas representam a taxa de incidência nas freguesias; foram efetuados cálculos individualizados por freguesia através da fórmula: regra de 3 simples, em que 100% corresponde ao número total da população por freguesia e X ao número de indivíduos do indicador em causa;
- Mediante o indicador em causa foi ajustada a população base de cálculo:
 - Taxa de Incidência problemas relacionados com as crianças:
 - População considerada crianças e pessoas jovens com idades entre os 1 – 18 anos;

Taxa de Incidência problemas relacionados com violência doméstica, cuidadores (in) formais:

- População considerada com idades maiores de 18 anos até ao limite de idades disponíveis;

Taxa de Incidência problemas relacionados famílias beneficiárias de medidas sociais

- População considerada número de famílias residentes nas freguesias.

A opção por esta metodologia de mapeamento tem a ver com a necessidade posterior, que a CIM Tâmega e Sousa tem, de elaborar o Diagnóstico Social supraconcelhio e a informação estar toda recolhida com base na mesma metodologia, assim como a interpretação da mesma.

Dinâmica Demográfica

Dinâmica demográfica refere-se às mudanças e tendências que ocorrem na população de uma determinada região ao longo do tempo.

A análise da dinâmica demográfica desempenha um papel fundamental na compreensão da evolução da população, fornecendo informações essenciais para o planeamento e a tomada de decisões em diversas áreas. Isso permite que governos, instituições e organizações considerem as necessidades da população de forma mais eficiente e eficaz, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Analisando o mapa relativo à população residente constatamos que a UF de Sobrado e Bairros e a UF de Raiva, Pedorido e Paraíso são as zonas onde reside mais população.

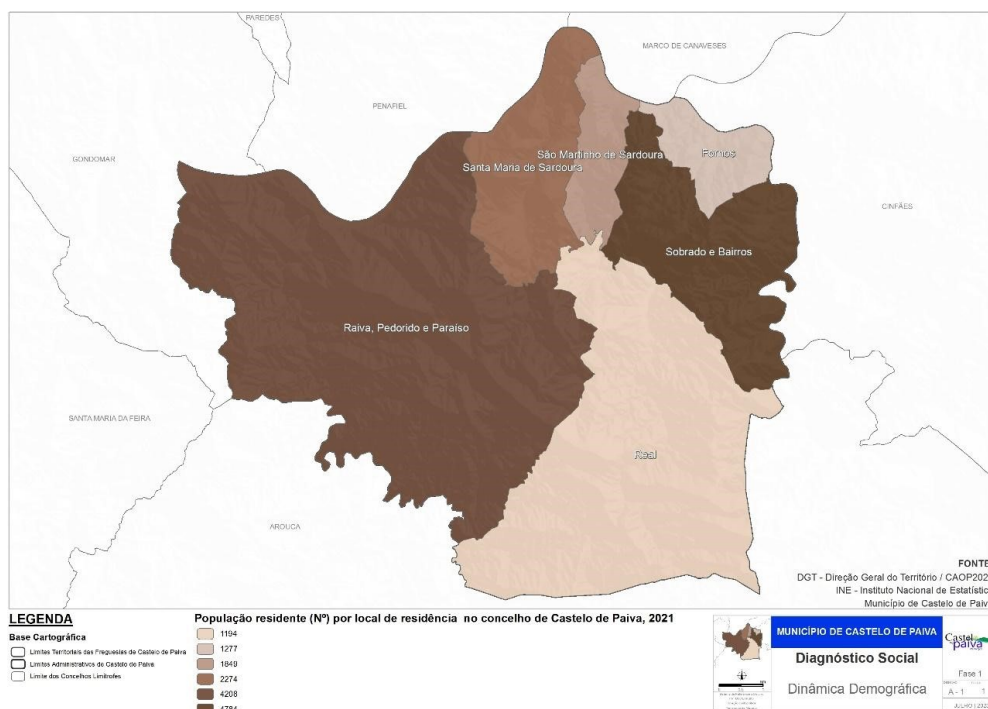


Figura 11 - População Residente (N.º) por local de residência no concelho de Castelo de Paiva, 2021

Relativamente aos grupos etários constatamos que o grupo etário dos 15 – 64 anos é o que assume maior representatividade em todas as freguesias. Situação previsível pelo elevado intervalo estatístico considerado. A população com mais de 65 anos é o grupo etário que se segue, o que espelha o envelhecimento populacional e o aumento da longevidade.

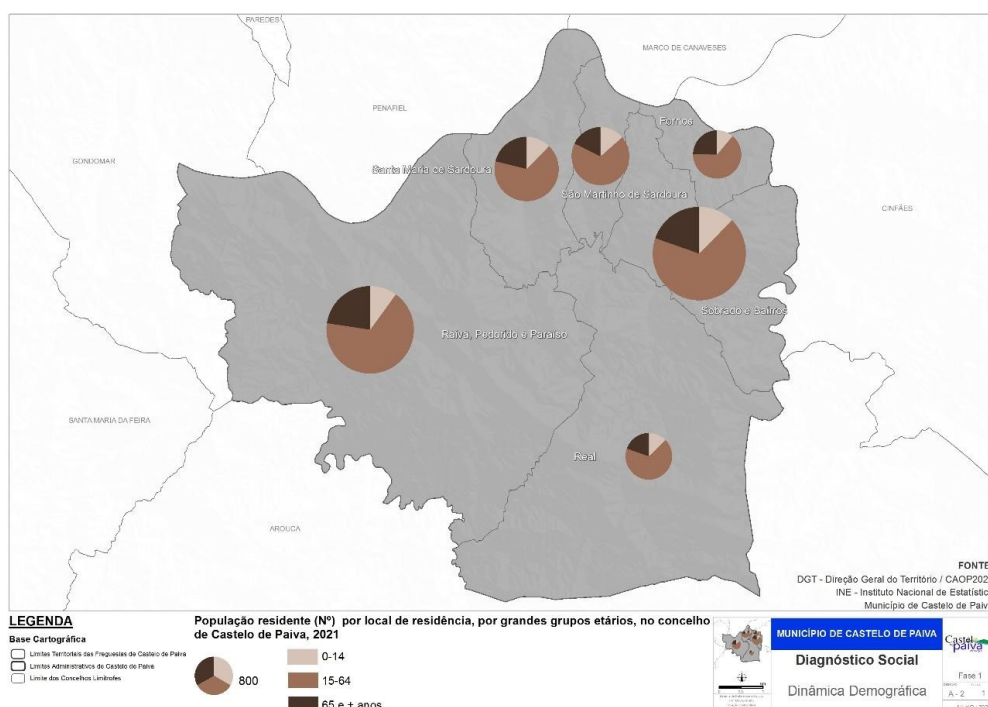


Figura 12 - População Residente (N.º) por local de residência, por grandes grupos etários, no concelho de Castelo de Paiva, 2021

Se considerarmos a distribuição da população numa escala de grupos etários mais alargados a conclusão retirada anteriormente mantém-se.

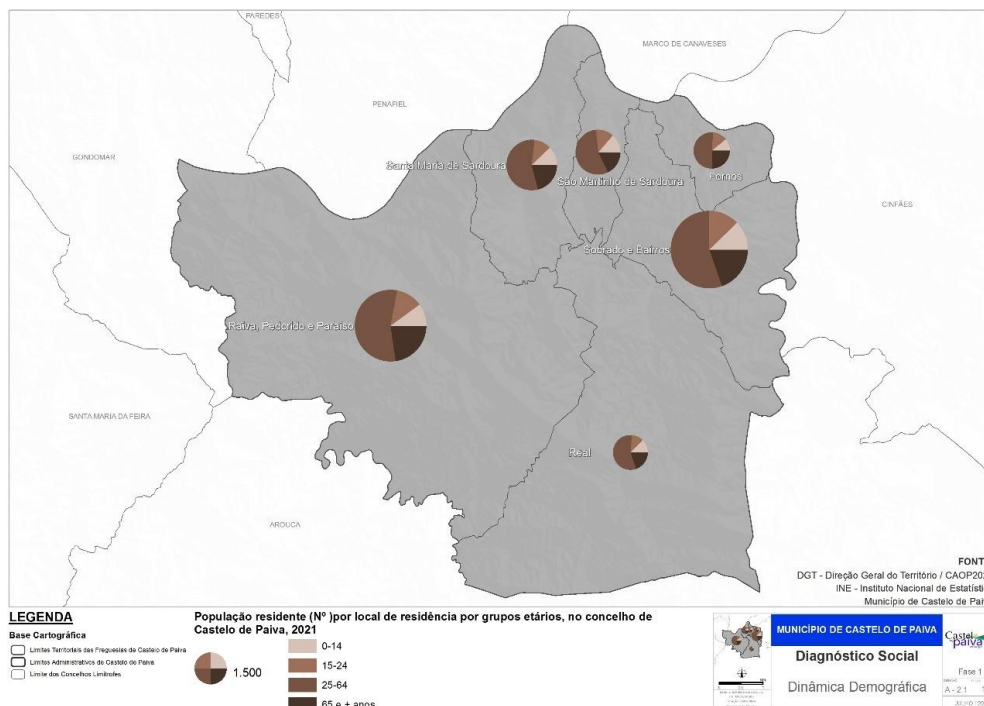


Figura 13 - População Residente (N.º) por local de residência, por grupos etários, no concelho de Castelo de Paiva, 2021

O índice de envelhecimento é um indicador demográfico que expressa a relação entre a população idosa e a população jovem em uma determinada sociedade. Um índice de envelhecimento elevado indica uma população com uma proporção maior de idosos em relação aos jovens, o que geralmente é resultado de uma combinação de baixas taxas de natalidade, aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de mortalidade em idades avançadas.

O envelhecimento populacional tem várias implicações sociais, económicas e políticas, tais como: pressões sobre os sistemas de segurança social, uma vez que há menos trabalhadores em idade ativa para sustentar a população idosa. Além disso, a procura por cuidados de saúde, incluindo cuidados de longo prazo, tende a aumentar à medida que a população envelhece. Também, uma população mais idosa pode afetar o mercado de trabalho, com potencial escassez de mão-de-obra em certos setores e necessidade de adaptação das políticas de emprego para integrar trabalhadores mais velhos.

É importante ressaltar que o envelhecimento populacional também pode trazer oportunidades, como o desenvolvimento de setores relacionados ao cuidado e à qualidade de vida dos idosos, além do potencial para o intercâmbio intergeracional de conhecimento e experiência. Em resumo, o índice de envelhecimento é um indicador demográfico relevante para entender a

estrutura etária de uma sociedade e suas implicações em diferentes aspetos da vida social, económica e política. A monitorização desse índice é fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias adequadas para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades decorrentes do envelhecimento populacional.

Relativamente ao índice de envelhecimento as freguesias do concelho de Castelo de Paiva encontram-se integradas na escala entre o médio e o muito elevado. As freguesias com o índice de envelhecimento mais elevado são a UF de Raiva, Pedorido e Paraíso e Fornos. A que se encontra na escala Médio é São Martinho de Sardoura.

Relativamente à freguesia de Fornos, há que referenciar que é a segunda freguesia com menor população residente e, paulatinamente, uma das que tem o índice de envelhecimento mais elevado.

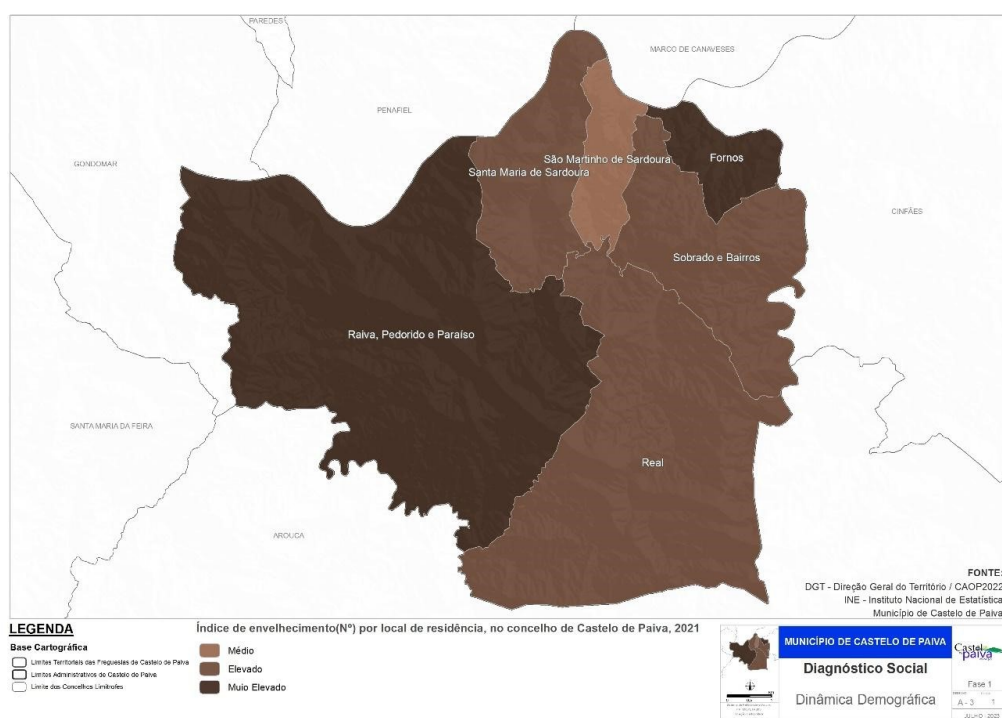


Figura 14 - Índice de Envelhecimento, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2021

Se fizermos uma comparação inter dados censitários facilmente conseguimos visualizar através do mapa que houve um acréscimo em todas as freguesias, ou seja, em todo o concelho.

Uma evolução positiva no índice de envelhecimento, ou seja, um aumento na proporção de idosos em relação aos jovens, tem várias implicações sociais, económicas e políticas. Embora possa apresentar desafios, também pode trazer oportunidades, dependendo da forma como a sociedade lida com essa mudança demográfica. Em geral, uma evolução positiva no índice de envelhecimento requer uma abordagem abrangente e adaptativa. Isso envolve o

desenvolvimento de políticas que promovam a sustentabilidade económica e social, a inclusão e a qualidade de vida para todas as faixas etárias. É importante considerar tanto os desafios quanto as oportunidades que surgem com o envelhecimento populacional, procurando encontrar soluções equilibradas e abrangentes.

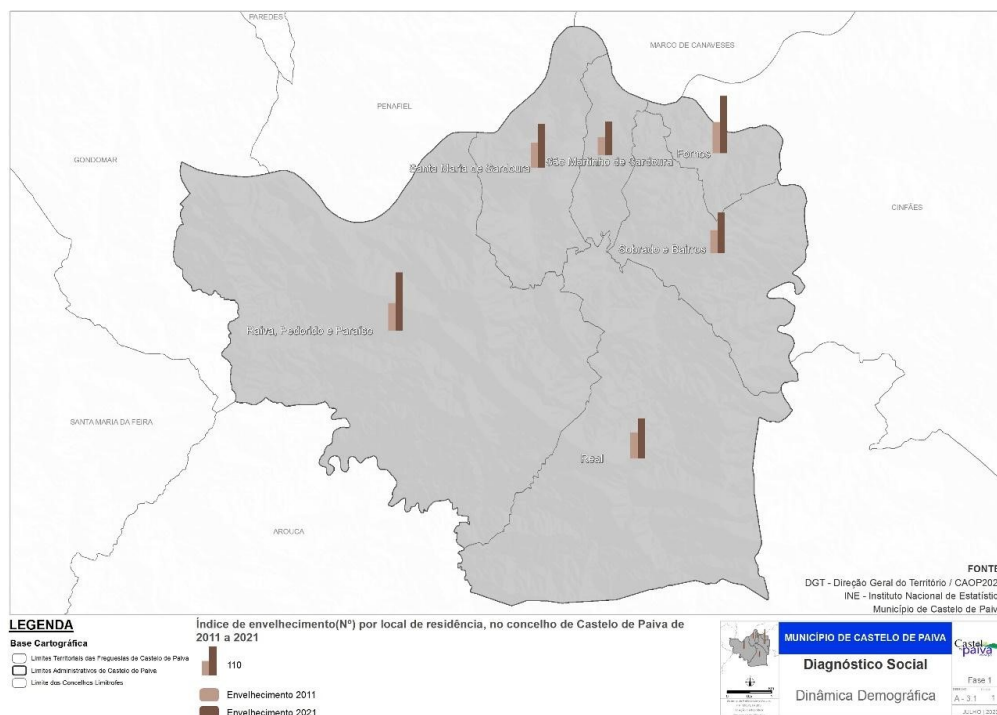


Figura 15 - Índice de Envelhecimento, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2011 a 2021

Os nascimentos desempenham um papel fundamental na dinâmica demográfica de uma população, pois são um dos principais fatores que influenciam o tamanho e a composição etária de uma sociedade. A taxa de natalidade, ou seja, o número de nascimentos por mil habitantes em um determinado período de tempo, é um indicador importante para analisar essa dinâmica.

Os nascimentos têm várias implicações na dinâmica demográfica:

- Contribuem para o crescimento da população. Se o número de nascimentos for maior do que o número de óbitos, a população cresce. Esse crescimento populacional pode ter implicações em termos de procura por recursos, necessidades de infraestruturas, serviços públicos e planeamento urbano.
- Influenciam a estrutura etária da população, ou seja, a distribuição da população por faixas etárias. Um aumento na taxa de natalidade pode resultar em uma proporção maior de jovens na população, o que pode ter implicações nas políticas educacionais, saúde infantil e planeamento familiar.

- Taxa de dependência: A taxa de dependência é a relação entre a população em idade ativa e a população dependente (jovens e idosos). O número de nascimentos influencia diretamente a proporção de jovens na população, o que, por sua vez, afeta a taxa de dependência. Taxas mais baixas de natalidade podem levar a uma redução da taxa de dependência e ter implicações na sustentabilidade do sistema de segurança social.
- Os nascimentos também podem influenciar os padrões de migração. Por exemplo, uma alta taxa de natalidade em uma determinada região pode levar ao aumento da migração de famílias jovens em busca de melhores oportunidades económicas ou condições de vida. Isso pode impactar a composição demográfica e a distribuição espacial da população.
- A taxa de natalidade desempenha um papel importante no envelhecimento populacional. Baixas taxas de natalidade podem levar a uma proporção crescente de idosos em relação aos jovens, resultando num envelhecimento da população. Isso pode ter implicações na saúde, segurança social, mercado de trabalho e outras áreas relacionadas ao envelhecimento.

É importante considerar as interações entre nascimentos, óbitos, migração e outros fatores demográficos para ter uma compreensão abrangente da dinâmica demográfica de uma população. O estudo dos nascimentos e seu impacto na dinâmica demográfica ajuda a informar políticas e estratégias relacionadas ao crescimento populacional, bem-estar social e desenvolvimento sustentável.

Através da análise do mapa seguinte constatamos que nascem mais crianças na UF de Sobrado e Bairros, o que é facilmente explicável pelo facto de ser a freguesia com maior número de população residente. A freguesia com menor número de nascimentos é Fornos, o que corrobora o anteriormente afirmado tratar-se de uma freguesia envelhecida.

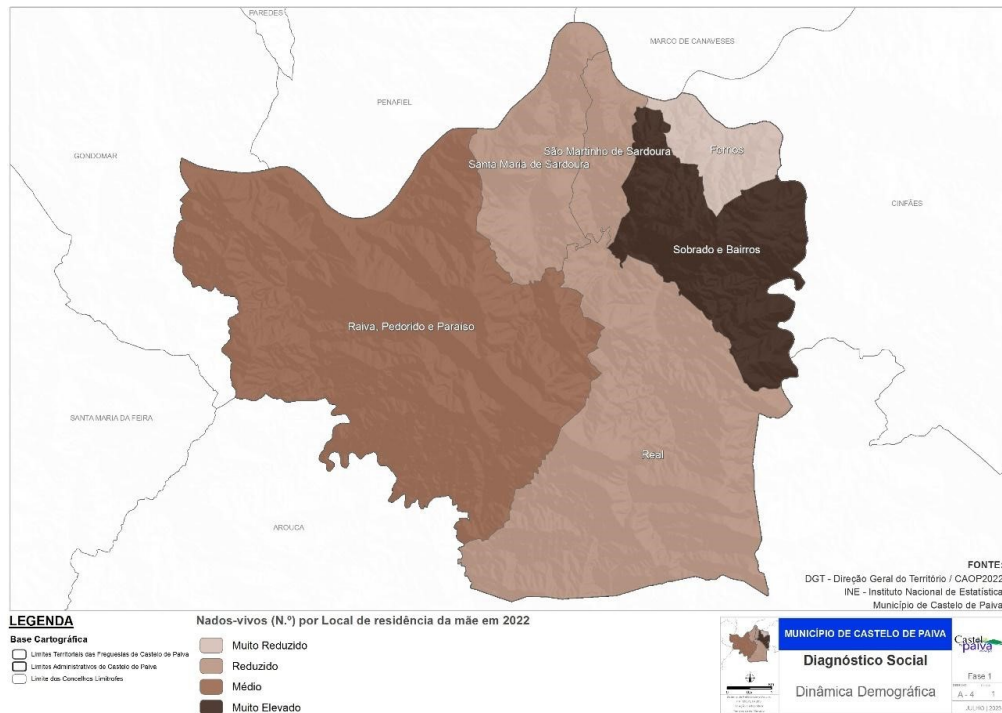


Figura 16 - Nados vivos, por local de residência da mãe em 2022

A densidade populacional é uma medida que expressa a relação entre o número de habitantes e a área geográfica ocupada por eles. É um indicador importante para entender como a população está distribuída espacialmente e a pressão que ela exerce sobre os recursos disponíveis numa determinada região. Ela pode variar significativamente entre diferentes áreas geográficas, refletindo diferenças nos padrões de urbanização, desenvolvimento económico e fatores geográficos.

A dinâmica demográfica e a densidade populacional estão relacionadas, pois as mudanças na população ao longo do tempo podem afetar a densidade populacional de uma região. Por exemplo, um aumento na taxa de natalidade combinado com um declínio na taxa de mortalidade pode resultar em um crescimento populacional mais rápido e, consequentemente, em um aumento da densidade populacional. Da mesma forma, altas taxas de migração para uma área podem levar a um aumento na densidade populacional.

No entanto, é importante ressaltar que a densidade populacional não fornece informações sobre as mudanças na composição demográfica ou nas tendências demográficas de uma população. A análise da dinâmica demográfica é necessária para compreender a estrutura etária, as taxas de natalidade, mortalidade e migração, bem como outros fatores demográficos que influenciam a dinâmica populacional em um determinado local.

Em suma, a densidade populacional e a dinâmica demográfica são conceitos complementares na análise da população. A densidade populacional reflete a distribuição espacial da população numa área, enquanto a dinâmica demográfica analisa as mudanças e tendências na população ao longo do tempo, considerando fatores demográficos como nascimentos, mortes, migração e envelhecimento. Ambos os conceitos são importantes para entender o perfil e os desafios enfrentados por uma determinada população.

Analisando a densidade populacional, a freguesia s São Martinho de Sardoura tem uma densidade populacional [muito elevada], seguindo-se a União de Freguesias de Sobrado e Bairros e Fornos com [elevada], Santa Maria de Sardoura [média] e UF Raiva, Pedorido e Paraíso e Real com uma densidade populacional [muito reduzida]. Esta última conclusão pode correlacionar-se com a extensão territorial e dispersão destas duas unidades territoriais.

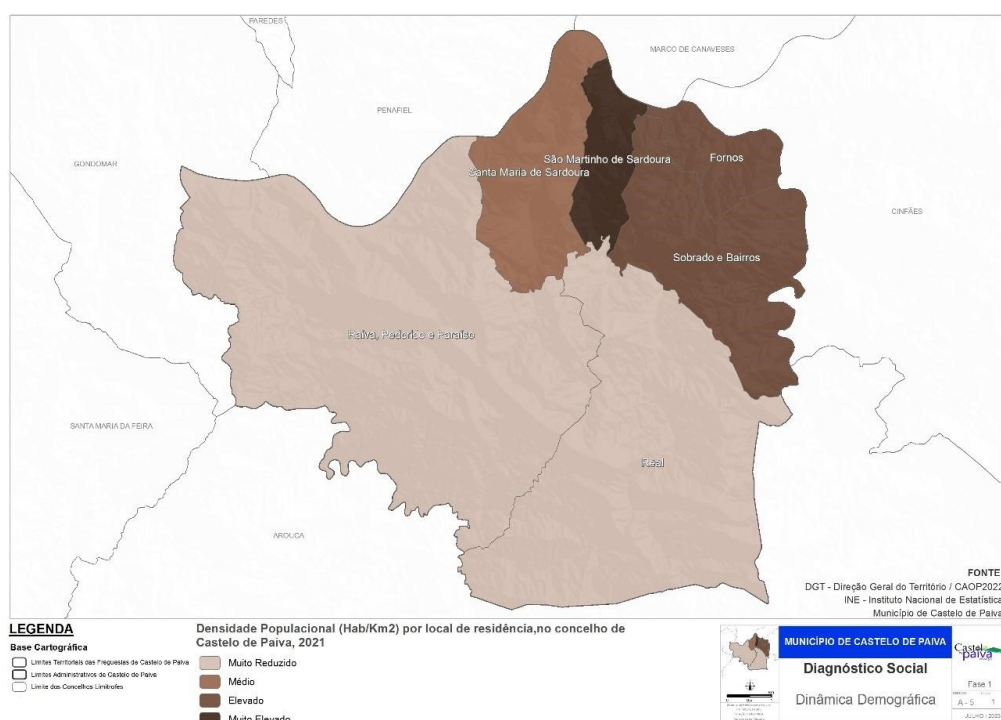


Figura 17 - Densidade Populacional (HabitKm2) por local de residência, 2021

O índice de longevidade, ou expectativa de vida, é um indicador demográfico que mede a média de anos que uma pessoa pode esperar viver numa determinada população.

A relação entre o índice de longevidade e a dinâmica demográfica é complexa e multifacetada. O aumento da expectativa de vida está frequentemente associado a um envelhecimento populacional. Quando a expectativa de vida aumenta, isso significa que as pessoas estão vivendo mais tempo, resultando numa proporção maior de idosos na população. Isso pode ter

implicações para políticas públicas relacionadas à saúde, segurança social e cuidados de longo prazo.

Por seu turno, um aumento na longevidade geralmente implica uma mudança na estrutura etária da população. Com uma expectativa de vida mais longa, há uma tendência de aumento da proporção de pessoas idosas e uma redução na proporção de jovens. Essa mudança na estrutura etária pode ter impacto em áreas como mercado de trabalho, necessidades de serviços de saúde e segurança social. O aumento da expectativa de vida tem implicações diretas na saúde e na qualidade de vida da população. À medida que as pessoas vivem mais, é importante promover estilos de vida saudáveis, acesso a cuidados médicos adequados, prevenção de doenças crónicas e bem-estar em todas as faixas etárias. A promoção da saúde ao longo do curso de vida torna-se ainda mais relevante com a perspetiva de uma população idosa maior. Paulatinamente, o aumento da longevidade também pode influenciar a economia e o mercado consumidor. Com uma população mais idosa, há mudanças nas procuras e preferências de consumo, como produtos e serviços voltados para idosos. Isso pode criar oportunidades de negócios em setores como saúde, turismo, lazer e entretenimento para a terceira idade.

Em suma, o índice de longevidade está intrinsecamente ligado à dinâmica demográfica, especialmente ao envelhecimento da população. Compreender essas interações é fundamental para o planeamento e a formulação de políticas públicas que respondam às necessidades da população em todas as fases da vida. Além disso, é importante promover o envelhecimento saudável e garantir a sustentabilidade económica e social diante do aumento da longevidade.

Através da visualização do mapa seguinte constatamos que o índice de longevidade é |Muito Elevado| em todas as freguesias, com exceção de Real que é |Elevado|. Ou seja o concelho apresenta um índice de longevidade para o qual devemos estar atentos e formular estratégias de reposta a diversos níveis, tal como anteriormente elencado.

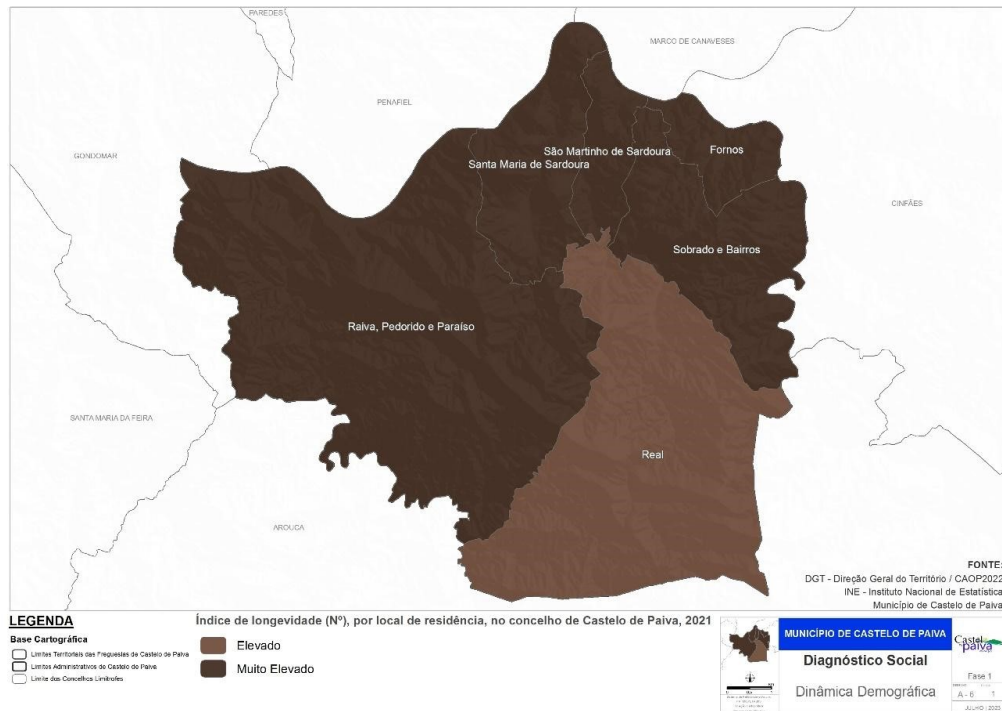


Figura 18 - Índice de Longevidade, por local de residência, 2021

A dinâmica demográfica caracterizada por baixos nascimentos, um índice de envelhecimento elevado e uma longevidade crescente apresenta desafios complexos para a intervenção e a formulação de políticas públicas. Esses desafios envolvem a sustentabilidade dos sistemas de segurança social, a procura crescente por serviços de saúde e cuidados de longo prazo, o impacto económico e no mercado de trabalho, a prestação de cuidados e apoio à população idosa, e a renovação geracional.

Enfrentar esses desafios requer abordagens holísticas, que envolvam a colaboração de diferentes setores da sociedade. É necessário investir em políticas que incentivem a natalidade, promovam a participação económica e social da população idosa, fortaleçam os sistemas de saúde e cuidados de longo prazo, e fomentem a conciliação entre trabalho e família. Além disso, é importante criar infraestruturas adequadas, programas de apoio e serviços que respondam às necessidades específicas da população idosa.

No entanto, é importante reconhecer que esses desafios também podem trazer oportunidades. O envelhecimento da população pode impulsionar o desenvolvimento de setores voltados para idosos, estimular a inovação em tecnologias de saúde e cuidados, e promover uma sociedade mais inclusiva e intergeracional.

Portanto, ao enfrentar os desafios da dinâmica demográfica com baixos nascimentos, um índice de envelhecimento elevado e uma longevidade crescente, é essencial adotar uma abordagem

equilibrada, considerando tanto os obstáculos quanto as oportunidades que surgem dessas mudanças demográficas. Com planeamento adequado, investimento em políticas e recursos adequados, é possível enfrentar esses desafios e criar uma sociedade mais resiliente, mais inclusiva, intergeracional e sustentável para todas as gerações.

Dinâmica Socioeconómica

A análise da dinâmica socioeconómica é de extrema importância para entender as mudanças e tendências que ocorrem nas sociedades em termos sociais, económicos e políticos. Ela permite uma compreensão mais profunda dos processos de desenvolvimento, desigualdade, desenvolvimento e desafios enfrentados pelo território.

A análise da dinâmica socioeconómica permite identificar os principais desafios enfrentados pelo território, como pobreza, desemprego, desigualdade, migração, mudanças tecnológicas e ambientais. Além disso, ajuda a identificar oportunidades de crescimento, inovação, investimentos e desenvolvimento sustentável. A compreensão da dinâmica socioeconómica é fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Ela fornece informações sobre as necessidades da população, lacunas nos serviços, procura sociais, desigualdades e os setores que requerem intervenção. Para além do referenciado, a análise socioeconómica permite identificar e compreender as desigualdades existentes, sejam elas de rendimento, género ou outras dimensões. Ela também ajuda a identificar grupos vulneráveis, como os pobres, idosos, pessoas com deficiência e minorias, e a desenvolver políticas e programas para reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.

A dinâmica socioeconómica influencia as decisões empresariais e os investimentos. A análise dos indicadores socioeconómicos permite às empresas entender as tendências do mercado, procura do consumidor, preferências sociais, riscos e oportunidades.

Em suma, a análise da dinâmica socioeconómica é fundamental para entender as mudanças, desafios e oportunidades presentes no território. Ela fornece informações valiosas para a formulação de políticas públicas, avaliação do desenvolvimento, identificação de desigualdades e vulnerabilidades, e tomada de decisões empresariais. Ao compreender melhor a dinâmica socioeconómica, é possível encontrar soluções mais eficazes e sustentáveis para promover o desenvolvimento humano e a qualidade de vida.

A análise socioeconómica das pessoas trabalhadoras por conta de outrem, ou seja, aquelas que são empregadas por terceiros, desempenha um papel fundamental na compreensão da dinâmica socioeconómica do território.

O mapa seguinte permite-nos visualizar as pessoas trabalhadoras por conta de outrem nas diversas freguesias do concelho. Como facilmente se constata UF de Sobrado e Bairros é a que apresenta percentagens que se enquadram no |Muito Elevado|, seguindo-se UF de Raiva, Pedorido e Paraíso com |Elevado|, Santa Maria de Sardoura com |Médio| e Real, São Martinho de Sardoura e Fornos com |Reduzido|. Como expetável este indicador não pode ser analisado sem ser considerada a população residente em cada Freguesia e/ou União de Freguesia.

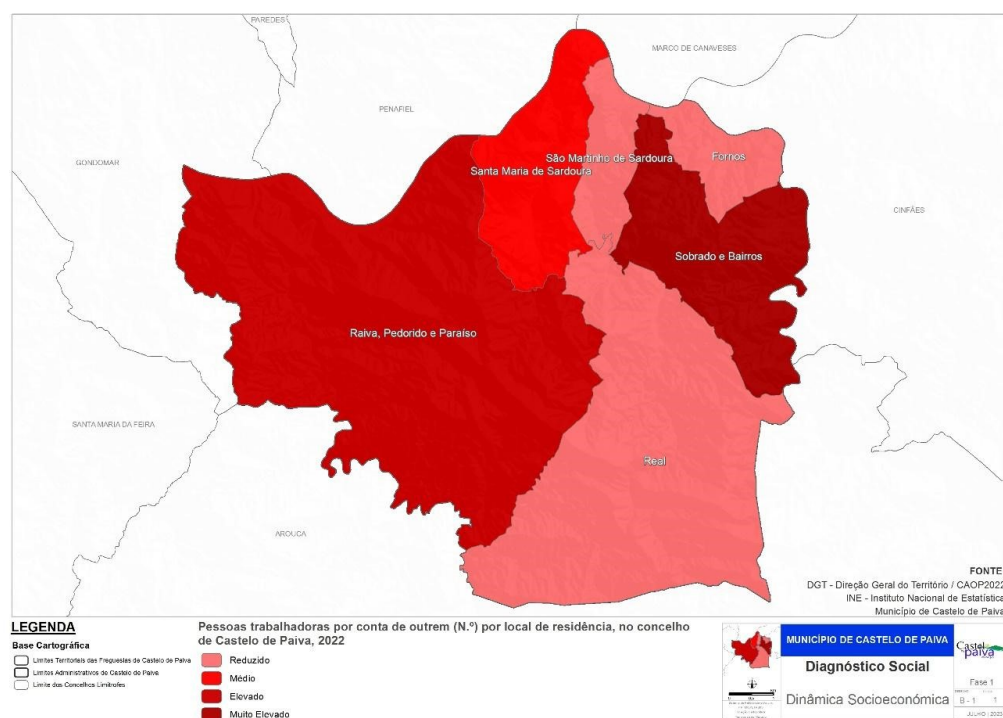


Figura 19 - Pessoas Trabalhadoras por conta de outrem por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

A análise socioeconómica das pessoas que trabalham por conta própria é uma componente importante para a compreensão da dinâmica socioeconómica de uma sociedade. Esses trabalhadores autónomos ou independentes desempenham um papel significativo na economia, e a compreensão de suas características e condições de trabalho pode fornecer insights valiosos sobre o panorama socioeconómico.

Ao analisar as pessoas trabalhadoras por conta própria por local de residência, as conclusões são similares, às anteriormente referenciadas, aquando da análise do indicador anterior. UF de Sobrado e Bairros concentram a percentagem mais elevada de trabalhadores por conta própria e São Martinho de Sardoura, Real e Fornos a percentagem mais reduzida.

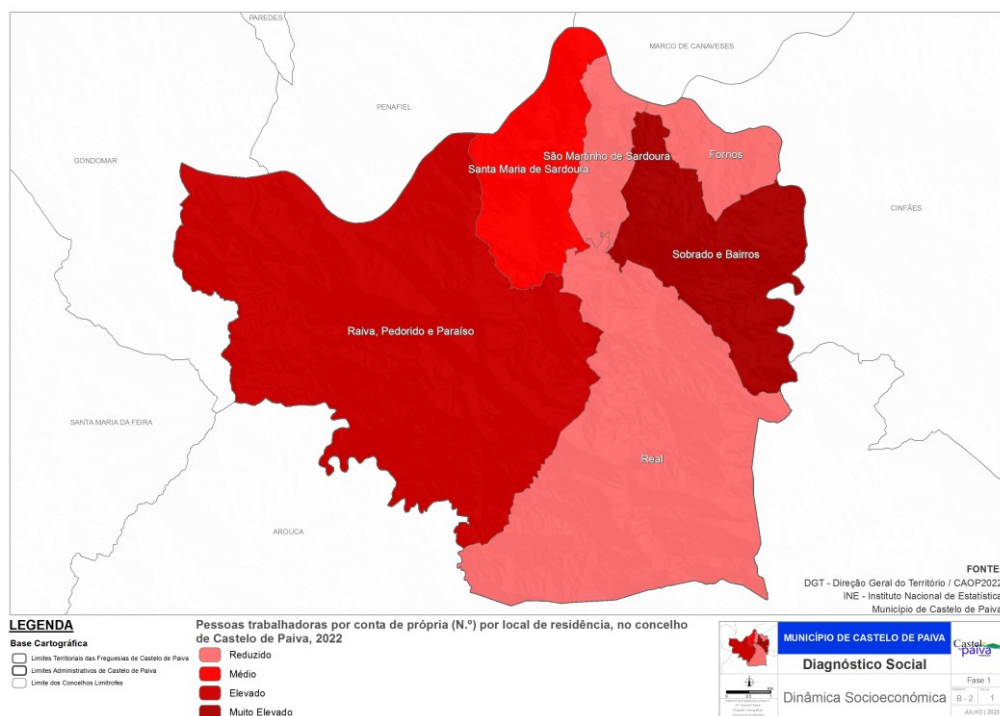


Figura 20 - Pessoas Trabalhadoras por conta de própria por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

A análise socioeconómica dos trabalhadores/as por conta própria e por conta de outrem desempenha um papel crucial na compreensão da dinâmica socioeconómica do território. Ao analisar aspetos como emprego, rendimento, desigualdade, benefícios sociais, condições de trabalho e contribuição para a economia, podemos obter insights valiosos sobre o panorama socioeconómico e identificar desafios e oportunidades. A análise desses dois grupos de trabalhadores permite-nos ter uma visão mais abrangente da força de trabalho e das dinâmicas do mercado de trabalho.

Em suma, a análise socioeconómica dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores por conta de outrem é essencial para a formulação de políticas e a implementação de medidas que promovam uma sociedade mais inclusiva, equitativa e sustentável. Ao compreender melhor a dinâmica socioeconómica desses grupos de trabalhadores, podemos desenvolver estratégias eficazes para enfrentar desafios, aproveitar oportunidades e garantir o bem-estar económico e social de todos os/as trabalhadores/as.

A análise do ganho médio mensal é um componente essencial da análise da dinâmica socioeconómica de um território. Ela fornece informações cruciais sobre a desigualdade de rendimentos, os padrões de consumo, o bem-estar económico, o desenvolvimento socioeconómico e a formulação de políticas públicas. Ao analisar o ganho médio mensal, podemos identificar desigualdades económicas, compreender os padrões de consumo e seu impacto na economia, avaliar o bem-estar económico da população e identificar áreas de

desenvolvimento socioeconómico. Essas informações são fundamentais para orientar políticas públicas que visem reduzir desigualdades, promover um crescimento económico inclusivo e melhorar o bem-estar da população.

É importante reconhecer que o ganho médio mensal não é o único indicador a ser considerado na análise socioeconómica. Ele deve ser analisado conjuntamente com outros indicadores, como emprego, educação, saúde e desigualdade, para obter uma compreensão abrangente da dinâmica socioeconómica do território.

Analisando o mapa seguinte, que plasma o território da CIM Tâmega e Sousa, conseguimos visualizar as diferenças do ganho médio mensal entre os diversos territórios que integram esta Comunidade Intermunicipal. Castelo de Paiva inclui-se nos concelhos com o ganho mensal mais baixo (881,43 – 927,68€), sendo apenas ultrapassado por Celorico de Basto.

Um ganho médio mensal reduzido tem implicações socioeconómicas significativas, incluindo pobreza, desigualdade, acesso limitado a serviços e oportunidades, baixo padrão de vida, impacto na saúde e bem-estar, desafios para o crescimento económico e um ciclo de pobreza intergeracional. Essas implicações afetam não apenas o bem-estar individual, mas também a estabilidade e o desenvolvimento socioeconómico do território como um todo.

Para enfrentar essas implicações, é necessário implementar políticas e medidas abrangentes que visem aumentar o ganho médio mensal e melhorar a distribuição de rendimentos (a promoção do emprego digno, o acesso à educação de qualidade, a garantia de proteção social adequada, a criação de oportunidades de negócios e a redução das desigualdades socioeconómicas). Além disso, é importante adotar uma abordagem multidimensional, abordando as causas subjacentes da redução do ganho médio mensal, como desigualdades estruturais, falta de acesso a recursos e oportunidades, e barreiras sistémicas que impedem o progresso socioeconómico. Só assim é possível promover um desenvolvimento socioeconómico mais inclusivo e equitativo, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de alcançar um padrão de vida adequado e desfrutar de melhores condições de bem-estar. Isso não apenas beneficia os indivíduos, mas também contribui para a estabilidade e a prosperidade geral do concelho.

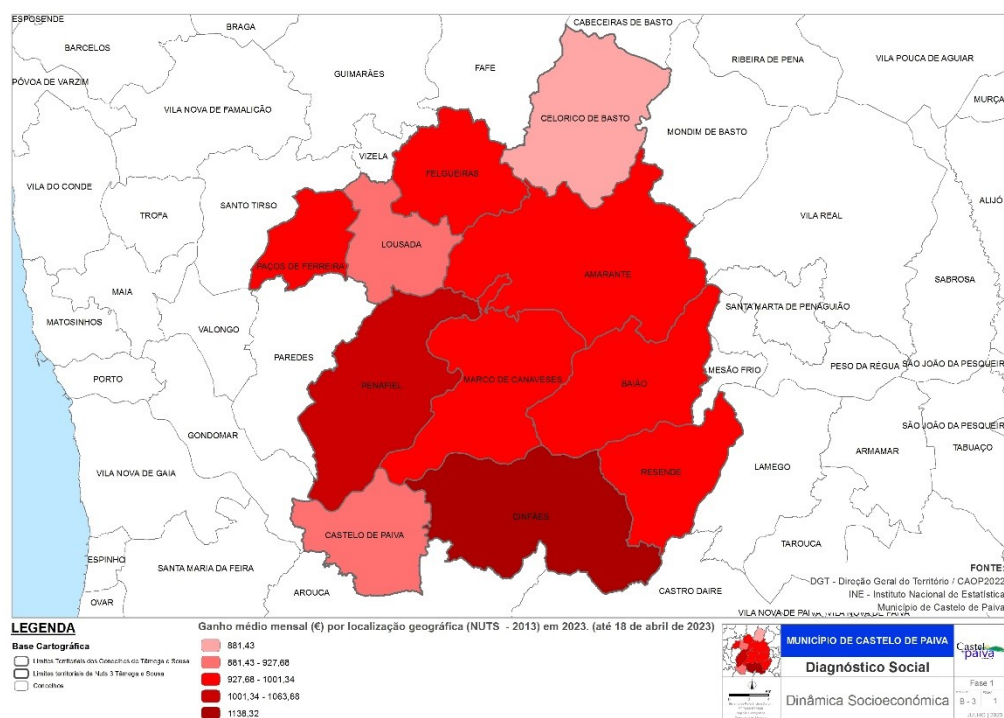


Figura 21 - Ganho médio mensal (€) por localização geográfica (NUTS – 2013) em 2023

As empresas têm uma influência significativa na dinâmica socioeconómica de um concelho. Elas impulsionam o crescimento económico, geram empregos, promovem a inovação, contribuem para o desenvolvimento local e regional e têm um impacto direto na qualidade de vida das pessoas. É importante criar um ambiente propício para o desenvolvimento das empresas, com políticas que incentivem o empreendedorismo, promovam a competitividade e garantam a responsabilidade social e a sustentabilidade. Isso permite que as empresas desempenhem um papel positivo e construtivo na dinâmica socioeconómica, contribuindo para uma sociedade mais próspera e equitativa.

Analisando o indicador |empresas por localização geográfica| constatamos que o concelho de Castelo de Paiva se integra na escala |Reduzido|, tal como Cinfães, Resende, Baião e Celorico de Basto, concelhos menos desenvolvidos e com um ritmo de crescimento menos acelerado que se explica pelas suas características territoriais (concelhos pouco industrializados, poucas acessibilidade, envelhecimento populacional, menos população presente, etc.).

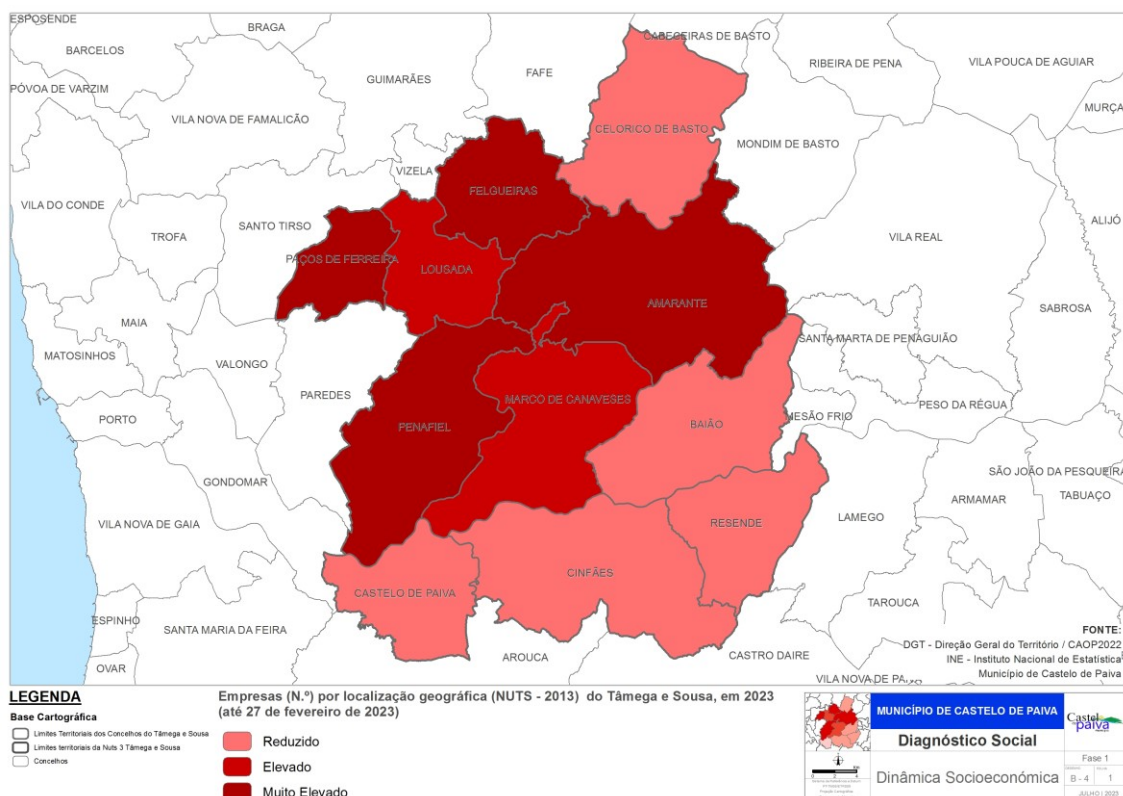


Figura 22 - Empresas por localização geográfica (NUTS – 2013) do Tâmega e Sousa, em 2023

A distribuição da população empregada por setor de atividade é um indicador importante na análise da dinâmica socioeconómica do território. A estrutura do emprego por setor revela informações sobre a composição da economia, a diversificação económica, a produtividade, a geração de rendimento e o desenvolvimento socioeconómico.

Uma distribuição equilibrada do emprego por setor de atividade, com diversificação económica, pode promover um crescimento mais estável e sustentável. Isso envolve a valorização de setores de alta produtividade, como a indústria e a tecnologia, que impulsionam a inovação e a competitividade. Além disso, a geração de empregos de qualidade em setores com salários mais altos é essencial para reduzir as desigualdades socioeconómicas e promover uma distribuição de rendimento mais equitativa.

Através do mapa seguinte podemos visualizar a distribuição dos setores de atividade por freguesia. Consideramos nesta análise quatro setores de atividade – primário, secundário, terciário (económico) e terciário (social). Analisando os diversos setores constatámos que o secundário assume maior relevância em todas as freguesias com maior enfoque na UF de Sobrado e Bairros e UF de Raiva, Pedorido e Paraíso, análise que não pode ser dissociada dos indicadores demográficos anteriormente analisados.

Se analisarmos o mapa na ótica dos três setores de atividade tradicionais facilmente constatamos que o terciário se assume com maior representatividade, assumindo a área da economia social uma forte presença no território.

O setor primário assume maior relevância na freguesia de Real e é mais residual na freguesia de Fornos e São Martinho de Sardoura; pode correlacionar-se este dado, com o facto de a freguesia de Real ser a que possui maior área em termos concelhios, o que pode potenciar a agricultura e demais atividades primárias.

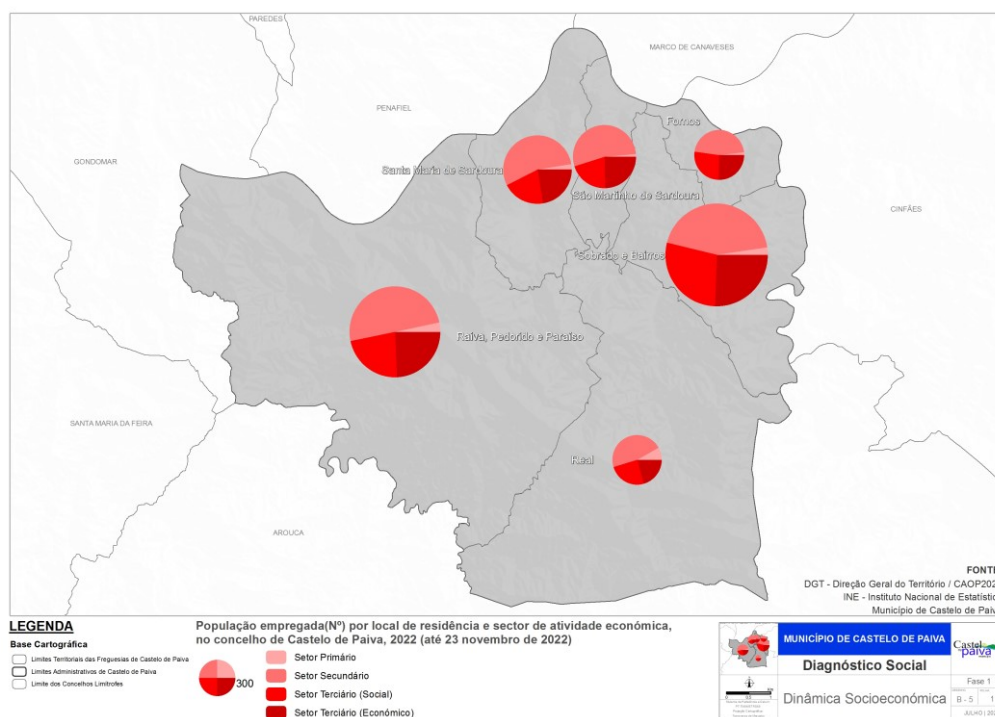


Figura 23 - População empregada por local de residência e setor de atividade económica, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Em resumo, a relação entre trabalhadores por conta própria e por conta de outrem, empresas, setores de atividade e ganho médio mensal tem implicações significativas na dinâmica socioeconómica do concelho. Compreender e gerir esses elementos de forma equilibrada e sustentável é essencial para promover o crescimento inclusivo, a redução das desigualdades e o desenvolvimento socioeconómico a longo prazo. Políticas e medidas adequadas devem ser implementadas para melhorar o ganho médio mensal, promover a criação de empregos de qualidade, estimular a inovação e garantir a sustentabilidade económica e social.

Problemáticas Sociais – Área do Risco

Nesta área serão mapeados alguns indicadores, que nos permitem visualizar as taxas de incidência dos mesmos, pelas diversas freguesias.

A taxa de incidência é um indicador utilizado para medir a frequência de ocorrência de um determinado evento numa população. É calculada dividindo o número de novos casos do grupo em análise, num determinado período, pelo número de pessoas expostas ao risco de ser afetadas por esse problema, no mesmo período.

O risco social refere-se aos perigos e ameaças que afetam as pessoas e as comunidades em termos sociais, económicos e políticos. Está relacionado às condições e circunstâncias que podem causar danos, vulnerabilidade ou desvantagens sociais para determinados grupos ou populações.

As áreas consideradas neste documento em que o risco social pode se manifestar incluem:

Pobreza e desigualdade nas crianças, pessoas jovens e famílias: a falta de recursos financeiros, acesso limitado a oportunidades económicas e desigualdade de rendimento podem expor as pessoas a riscos sociais, como falta de habitação adequada, dificuldades de acesso à saúde, alimentação, educação precária e exclusão social.

Violência doméstica: A exposição à violência pode resultar em danos físicos, psicológicos e sociais, além de limitar a sensação de segurança e confiança nas instituições sociais.

A compreensão e a assunção dos riscos sociais requer uma abordagem abrangente, envolvendo políticas sociais, medidas de proteção, promoção da igualdade de oportunidades, fortalecimento das comunidades e garantia de direitos fundamentais. A redução dos riscos sociais é fundamental para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes.

Analisando a taxa de incidência de crianças e pessoas jovens com processos ativos na CPCJ em 2022 contatamos que esta taxa assume-se como |muito elevada| na freguesia de Fornos, seguindo-se Sta. Maria de Sardoura e UF Sobrado e Bairros com |Elevada|, Real e UF de Raiva, Pedrido e Paraíso como |Média| e São Martinho de Sardoura |Reduzida|. Como é óbvio, não podemos descurar que estas taxas de incidência são calculadas com base nas crianças e pessoas jovens residentes na freguesia. Assim como não podemos descurar o facto de que os processos de promoção e proteção serem processos voláteis e com durabilidade |flexível|, dependendo da situação base do mesmo.

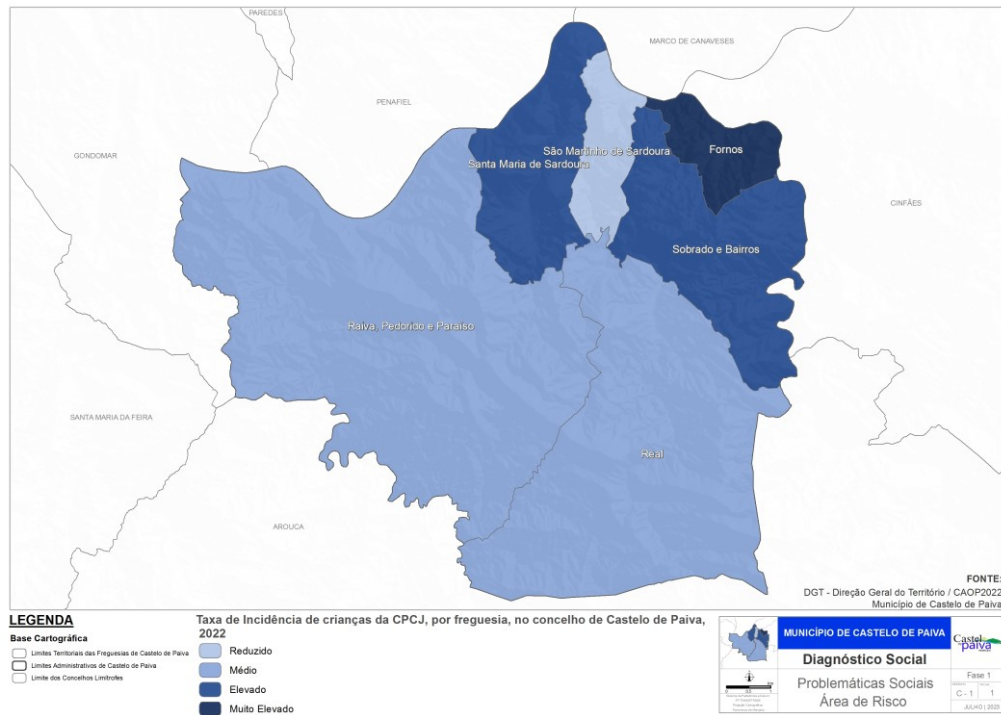


Figura 24 - Taxa de Incidência de crianças da CPCJ, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

O risco está intrinsecamente ligado à violência doméstica, uma vez que a violência doméstica é um dos riscos mais prevalentes e preocupantes que afetam indivíduos e famílias. A violência doméstica refere-se a qualquer forma de abuso ou comportamento violento que ocorre num contexto familiar ou doméstico, geralmente perpetrado por um parceiro íntimo ou outro membro da família.

O fenómeno da Violência Doméstica, considerando os dados registados nas forças policiais em 2022, apresenta taxas de incidência |Muito Elevada| na freguesia de Real, |Elevada| na UF de Sobrado e Bairros, |Média| em Fornos, |Reduzida| na UF de Raiva, Pedorido e Paraíso, |Muito Reduzida| em Sta. Maria de Sardoura e |Nula| em São Martinho de Sardoura.

De ressaltar que no cálculo destas taxas de incidência foram consideradas as pessoas com idades superiores a 18 anos.

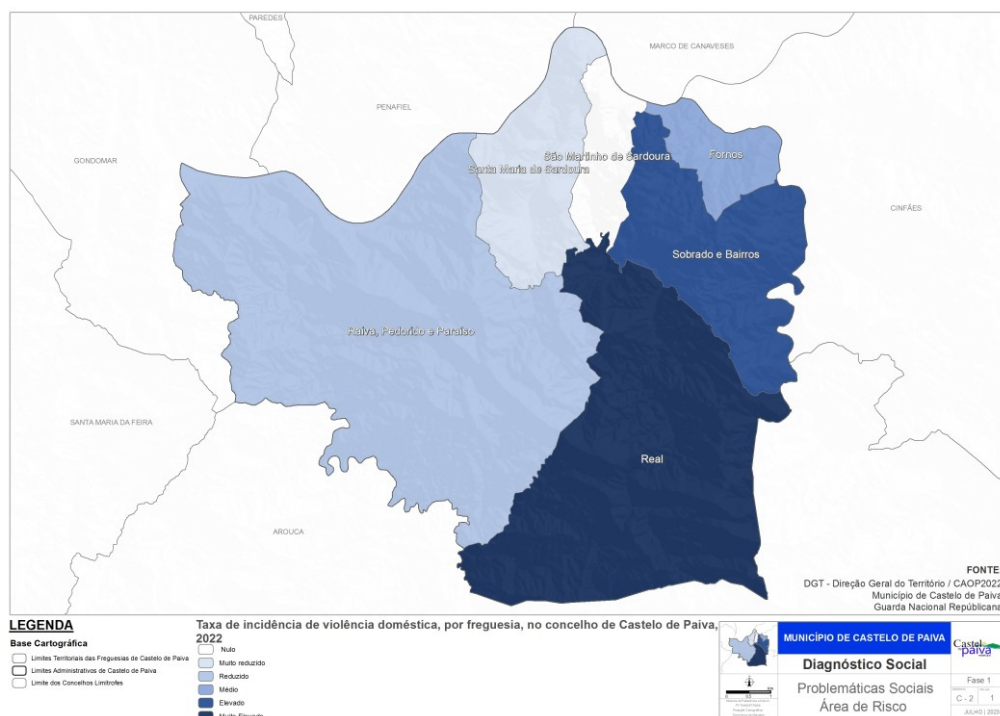


Figura 25 - Taxa de Incidência da Violência Doméstica, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

O apoio alimentar desempenha um papel crucial na redução do risco social, especialmente em contextos em que a insegurança alimentar e a pobreza são prevalentes. A falta de acesso adequado a alimentos nutritivos e suficientes é uma preocupação social significativa, que pode levar a uma série de riscos sociais para indivíduos e comunidades. O apoio alimentar desempenha um papel fundamental na redução do risco social, proporcionando acesso a alimentos nutritivos e contribuindo para a saúde, bem-estar e resiliência das pessoas em situação de insegurança alimentar e insuficiência económica.

Para o cálculo da taxa de incidência deste indicador foram consideradas as famílias residentes nas diversas freguesias, assim como as diversas medidas de apoio alimentar ativas no concelho. Pela análise do mapa constatamos que Real e Fornos têm uma taxa de incidência |Muito Elevada|, seguindo-se UF de Raiva, Pedrido e Paraíso com |Elevada|, Sta. Maria de Sardoura e São Martinho de Sardoura |Médio| e UF de Sobrado e Bairros |Reduzido|.

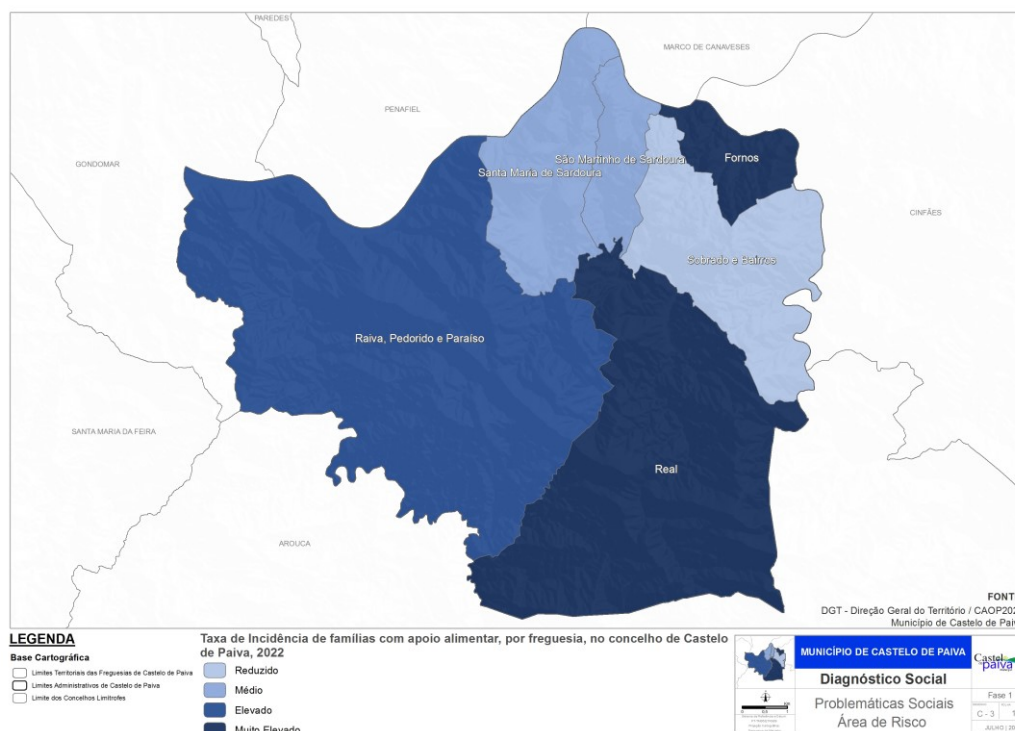


Figura 26 - Taxa de Incidência de famílias com apoio alimentar, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

As crianças beneficiárias de RSI (Rendimento Social de Inserção) são aquelas que fazem parte de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica e que recebem esse tipo de apoio financeiro. O RSI é um programa social implementado com o objetivo de fornecer um suporte financeiro regular às famílias em situação de pobreza, visando melhorar suas condições de vida e promover a inclusão social. O apoio financeiro fornecido pelo programa pode ajudar a reduzir os riscos sociais associados à pobreza infantil e melhorar as condições de vida das crianças. O objetivo final é garantir o bem-estar das crianças beneficiárias e proporcionar-lhes oportunidades iguais de desenvolvimento e crescimento, independentemente da situação socioeconómica das suas famílias.

No cálculo destas taxas de incidência foi considerado o grupo etário dos 0 – 18 anos. Como tal e como podemos observar através do mapa abaixo, a taxa de incidência das crianças em agregados beneficiários de RSI é |Muito Elevada| em Fornos, |Elevada| na União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso e, nas restantes freguesias a taxa de incidência é |Média|.

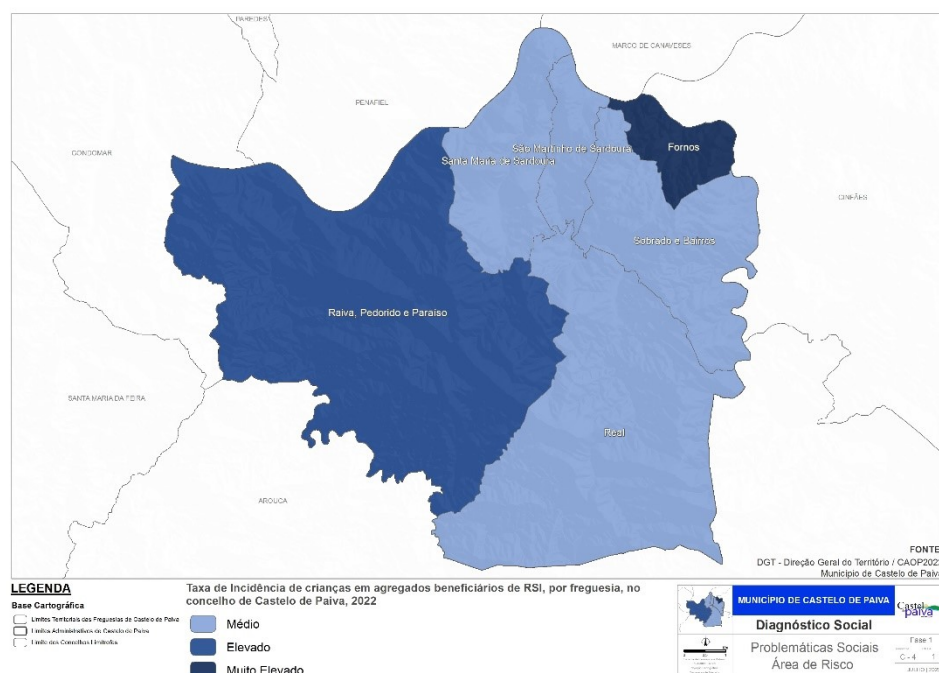


Figura 27 - Taxa de Incidência de crianças em agregados beneficiários de RSI, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Na mesma ótica de cálculo em termos de grupo, avaliamos a taxa de incidência das crianças em agregados familiares beneficiários de SASS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Relativamente a este indicador as taxas de incidência locais concentram-se no |Muito Elevado| - União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso e Fornos e |Médio| em todas as restantes freguesias.

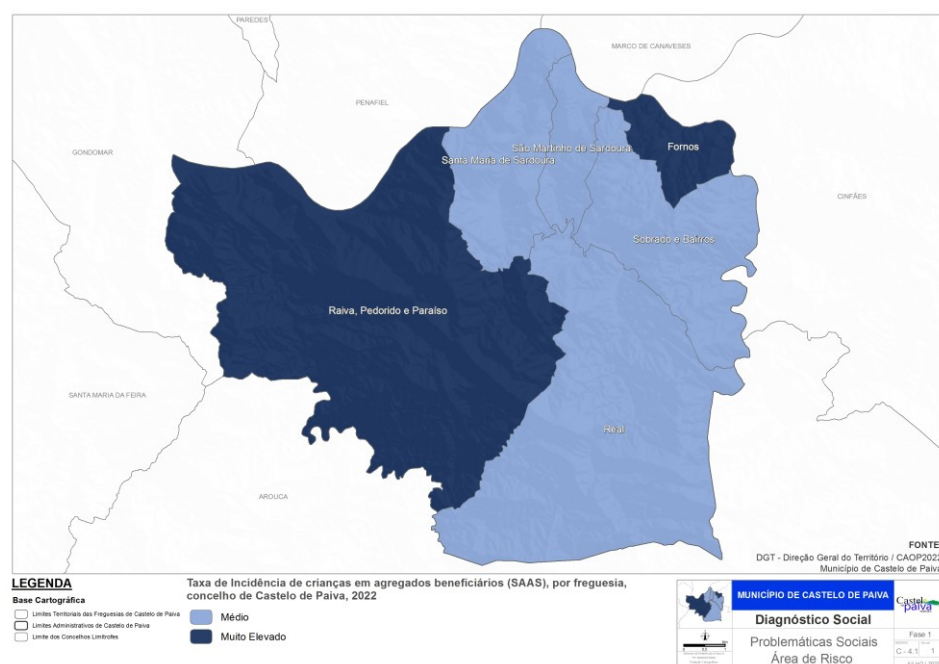


Figura 28 - Taxa de Incidência de crianças em agregados beneficiários de SASS, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

As famílias monoparentais enfrentam riscos adicionais devido à responsabilidade única de criar os filhos. Os riscos incluem dificuldades financeiras, maior volume de trabalho, desafios emocionais, falta de rede de apoio e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. É fundamental reconhecer esses desafios e fornecer suporte adequado para promover o bem-estar e a resiliência das famílias monoparentais. A criação de políticas públicas abrangentes, como programas de apoio financeiro, serviços de apoio social, cuidados infantis acessíveis e programas de capacitação profissional, pode ajudar a reduzir os riscos enfrentados por essas famílias. Além disso, é importante promover uma sociedade inclusiva que valorize e apoie as famílias monoparentais, fornecendo recursos emocionais, práticos e financeiros.

Ao reconhecer e abordar os riscos específicos enfrentados pelas famílias monoparentais, podemos ajudar a criar condições mais equitativas e oportunidades iguais para todos os tipos de famílias. Isso contribui para o desenvolvimento saudável e o bem-estar das crianças, além de fortalecer a resiliência e a qualidade de vida dos pais ou mães que desempenham o papel de criar os filhos sozinhos. O objetivo é reduzir os riscos enfrentados por famílias monoparentais e promover o bem-estar e a resiliência tanto dos pais quanto dos filhos.

O mapa seguinte não exibe as taxas de incidência por freguesia, mas sim a taxa do concelho. Analisando o mesmo constatámos que a União de Freguesias de Sobrado e Bairros e a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso apresentam taxas |Muito Elevado|, Sta. Maria de Sardoura |Médio| e as restantes freguesias |Reduzido|.

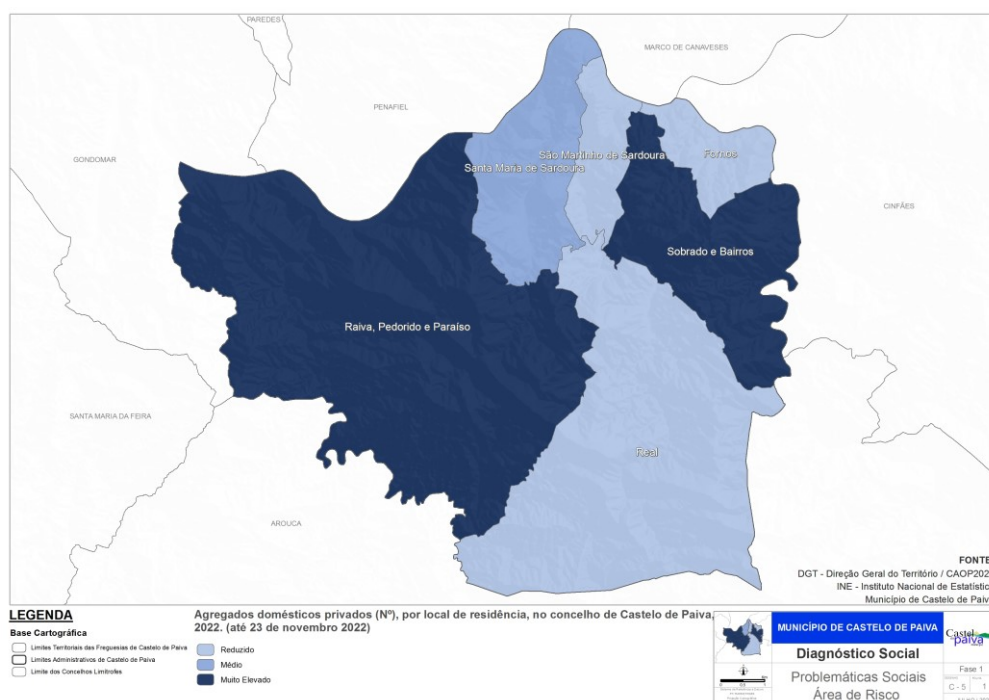


Figura 29 - Agregados domésticos privados, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Em conclusão, a área do risco envolvendo crianças na CPCJ, famílias com apoio alimentar, beneficiários de RSI e SASS, famílias monoparentais e violência doméstica requer uma abordagem abrangente e coordenada para garantir a proteção e o bem-estar das crianças e promover a resiliência familiar.

Ao adotar uma abordagem abrangente, centrada na criança e na família, é possível mitigar os riscos e promover um ambiente seguro, saudável e inclusivo para todas as crianças. Isso requer ações conjuntas e contínuas de todas as partes envolvidas, visando proteger os direitos das crianças e fortalecer as famílias em situação de vulnerabilidade.

Problemáticas Sociais – Área da Vulnerabilidade Social

A vulnerabilidade social afeta diversos grupos, incluindo idosos, migrantes, cuidadores informais e pessoas em situação de dependência. É uma condição em que indivíduos e grupos enfrentam maiores riscos de exclusão e dificuldades para resolver suas necessidades básicas. A pobreza, a desigualdade, a falta de acesso a serviços essenciais, a discriminação e outros fatores contribuem para essa vulnerabilidade. Urge valorizar a dignidade e os direitos de todas as pessoas, respeitando sua diversidade e promovendo a inclusão social.

A proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 anos ou mais refere-se à relação entre o número de domicílios compostos por apenas uma pessoa idosa e o total de domicílios na população do concelho. Essa proporção é um indicador importante para avaliar a estrutura familiar e as condições de vida dos idosos e pode variar de acordo com fatores demográficos, socioeconómicos e culturais de cada território. Alguns fatores que podem influenciar essa proporção incluem:

- Envelhecimento da população: o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de fecundidade podem contribuir para um maior número de pessoas idosas a viver sozinhas.
- Mudanças nas estruturas familiares: transformações nas estruturas familiares, como o aumento de divórcios, separações, filhos que saem de casa mais tarde ou o falecimento de cônjuges, podem levar a um maior número de agregados domésticos unipessoais.
- Fatores económicos: condições económicas, níveis de rendimento e disponibilidade de suporte financeiro e de cuidados podem influenciar a escolha dos idosos de viver sozinhos.

É importante considerar que a proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 anos ou mais pode ter implicações em termos de isolamento social, saúde,

segurança e necessidades de cuidados para os idosos. Portanto, é essencial que sejam desenvolvidas políticas/programas para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dessas pessoas, promovendo a inclusão social e o apoio adequado.

Visualizando essa distribuição concelhia através do mapa seguinte constatamos que 66,6 % do território tem uma proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 anos ou mais |Muito Elevada| - UF Raiva, Pedorido e Paraíso, Real, Sta. Maria de Sardoura e Fornos e 33,3% |Elevada| - São Martinho de Sardoura e UF Sobrado e Bairros.

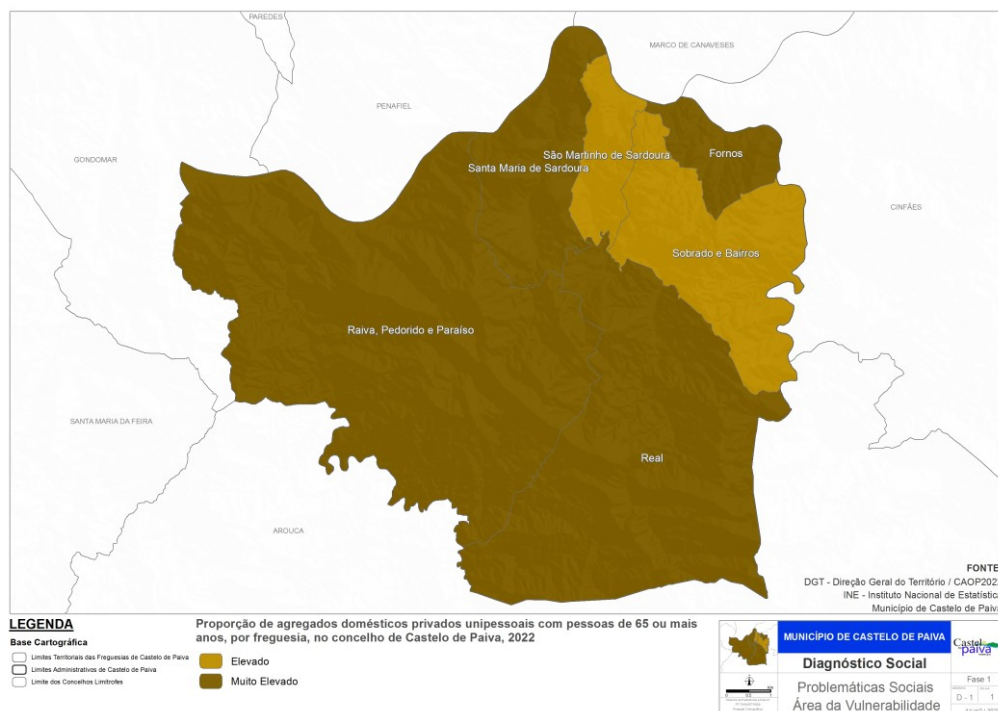


Figura 30 - Proporção de agregados domésticos privados unipessoais, com pessoas com 65 anos e mais, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Os migrantes muitas vezes enfrentam vulnerabilidades sociais específicas, como barreiras linguísticas, discriminação, falta de acesso a serviços básicos e dificuldades de integração. A correlação entre migração e vulnerabilidade social pode indicar que os migrantes estão em maior risco de enfrentar desvantagens socioeconómicas e exclusão social.

Analisando a proporção residente de nacionalidade estrangeira no concelho constatamos a sua presença |Muito Elevada| na freguesia de Fornos, |Médio| em Real e União de Freguesias de Sobrado e Bairros, |Reduzido| nas freguesias de Sta. Maria de Sardoura e União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso e |Muito Reduzido| na freguesia de São Martinho de Sardoura.

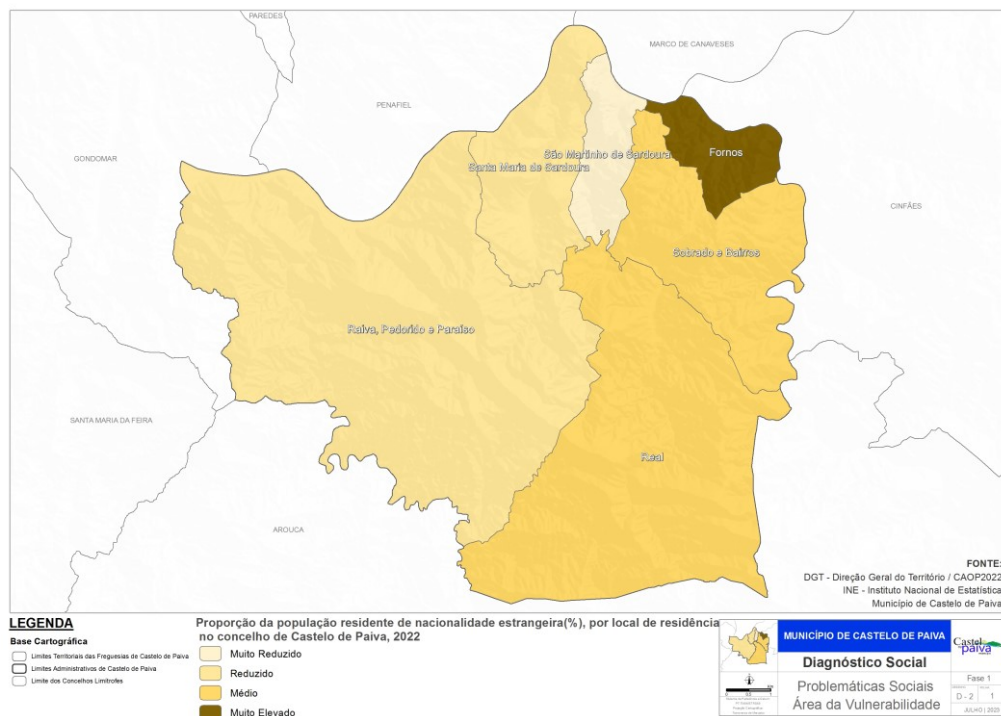


Figura 31 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Os cuidadores informais são pessoas que assumem a responsabilidade de cuidar de familiares ou pessoas próximas com necessidades especiais ou dependência. Esses cuidadores muitas vezes enfrentam desafios significativos, como falta de apoio, stress emocional, impacto na saúde e restrições financeiras. A correlação entre cuidadores informais e vulnerabilidade social pode destacar a necessidade de políticas e programas de apoio específicos para reconhecer e apoiar essas pessoas, garantindo que elas tenham acesso a recursos e cuidados adequados.

Analisando a taxa de incidência dos cuidadores informais por freguesia constatamos a sua presença |Muito Elevado| na União de Freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso, |Elevado| na União de Freguesias de Sobrado e Bairros, |Médio| em Real e Sta. Maria de Sardoura, |Reduzido| em São Marinho de Sardoura e |Muito Reduzido| em Fornos.

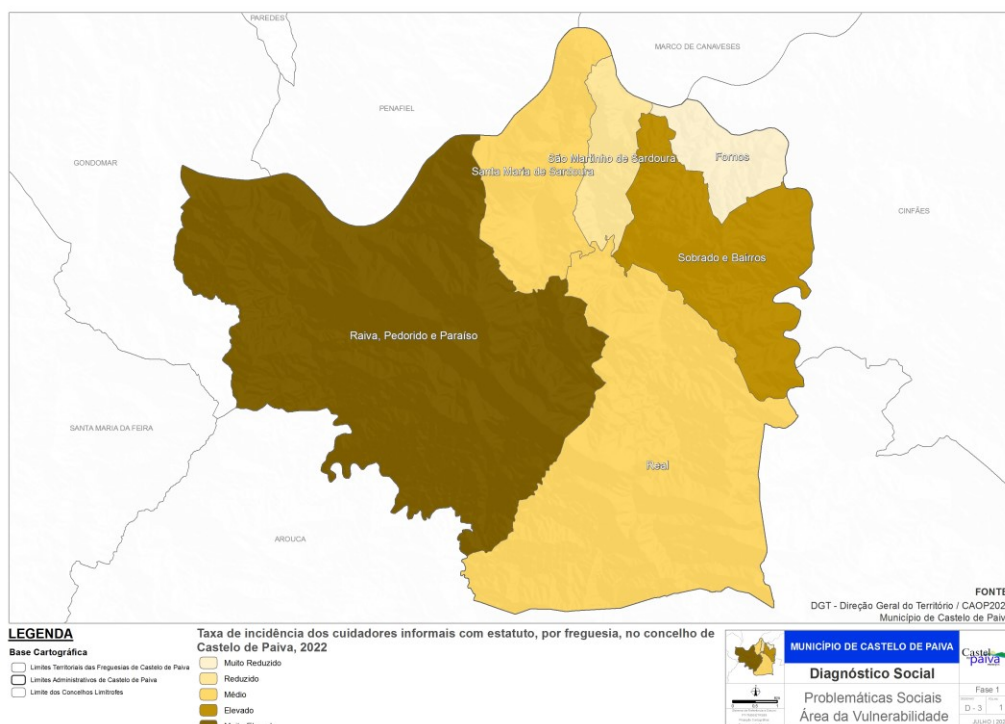


Figura 32 - Taxa de Incidência de Cuidadores Informais com estatuto, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

O índice de dependência total é um indicador demográfico que mede a relação entre a população dependente e a população em idade ativa. O objetivo desse indicador é avaliar a pressão que a população dependente (crianças e idosos) exerce sobre a população em idade ativa em termos de sustentação e apoio. Uma alta proporção de pessoas dependentes em relação à população ativa pode indicar uma maior carga para aqueles que estão em idade produtiva, seja em termos de sustentar financeiramente os dependentes ou prover cuidados e apoio. O índice de dependência total pode variar de acordo com fatores demográficos, socioeconómicos e culturais.

Castelo de Paiva tem um índice de dependência total |Muito Elevado| em 83,3% do seu território, ou seja em cinco das suas freguesias e |Elevado| (16,6%) na freguesia de São Martinho de Sardoura.

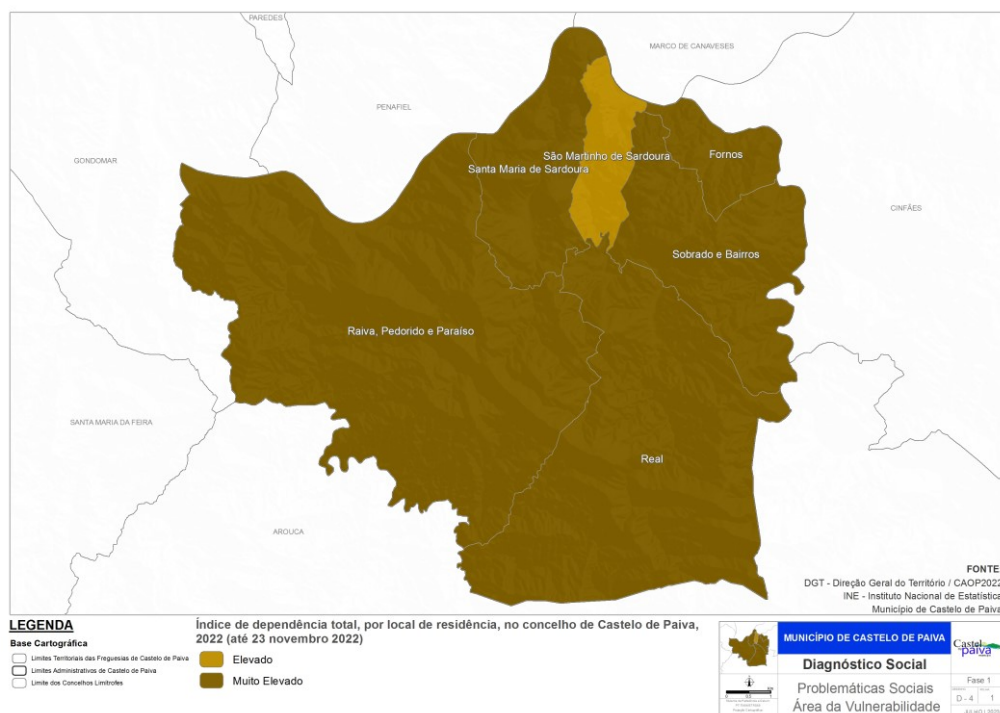


Figura 33 - Índice de dependência total, por local de residência, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

A vulnerabilidade social é uma questão complexa e multifacetada que afeta diversos grupos e aspetos da vida das pessoas. A proporção de agregados domésticos unipessoais com pessoas de 65 anos ou mais, os migrantes, os cuidadores informais e o índice de dependência total são elementos que evidenciam desafios específicos e exigem atenção e ações coordenadas. Ao analisar correlações entre estes grupos, é importante considerar que cada grupo mencionado pode ter fatores adicionais que contribuem para sua vulnerabilidade social. Além disso, a análise das correlações deve levar em conta as especificidades de cada contexto e as características demográficas e socioeconómicas da população em questão.

É fundamental que as políticas e programas adotados sejam baseados numa abordagem inclusiva, respeitando os direitos humanos e promovendo a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços essenciais. Além disso, é necessário fortalecer as redes de apoio e promover a participação ativa das comunidades, reconhecendo e valorizando as contribuições dos grupos vulneráveis para a sociedade.

Ao abordar a vulnerabilidade social, podemos construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, onde todas as pessoas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e possam desfrutar de uma vida digna. Isso requer esforços contínuos e colaborativos de todos os setores da sociedade para enfrentar os desafios e construir um futuro mais inclusivo e resiliente.

Problemáticas Sociais – Área da Pobreza e Exclusão Social

A área da pobreza e exclusão social refere-se a um conjunto de condições em que indivíduos e grupos enfrentam privações socioeconómicas significativas, bem como a exclusão de oportunidades e participação na sociedade. A pobreza e a exclusão social estão intrinsecamente ligadas, e muitas vezes são resultado de desigualdades estruturais, discriminação e falta de acesso a recursos e serviços essenciais.

A área da pobreza e exclusão social pode estar relacionada a diversas formas de dependência que podem agravar as condições de vulnerabilidade das pessoas. Em alguns casos, a pobreza e a exclusão social podem levar ao uso abusivo de substâncias, como drogas e álcool, como uma forma de enfrentar as dificuldades e escapar da realidade. Essa dependência pode agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade, prejudicando a saúde física e mental das pessoas.

A dependência de substâncias, como drogas e álcool, pode estar correlacionada com a pobreza e a exclusão social. Embora seja importante notar que nem todas as pessoas em situação de pobreza enfrentam dependência de substâncias, existem certos fatores que contribuem para essa correlação. Contudo, é importante ressaltar que a correlação entre pobreza, exclusão social e dependência de substâncias não significa que uma causa a outra de forma direta e automática. Existem múltiplos fatores e dinâmicas em causa, e cada situação é única. Além disso, a dependência de substâncias é um problema complexo que pode afetar pessoas de diferentes origens socioeconómicas.

Com base nos dados disponibilizados pelo CRI Porto Oriental foi construído o mapa seguinte que nos ilustra a percentagem de situações de Dependência de Substâncias por freguesia. Como podemos visualizar a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso esta na escala |Muito Elevado|, seguida da União de Freguesias de Sobrado e Bairros com |Elevado|; São Martinho de Sardoura esta na escala |Médio|, Sta. Maria de Sardoura e Real |Reduzido| e Fornos |Muito Reduzido|. Estes cálculos foram efetuados em função da totalidade da população residente no concelho.

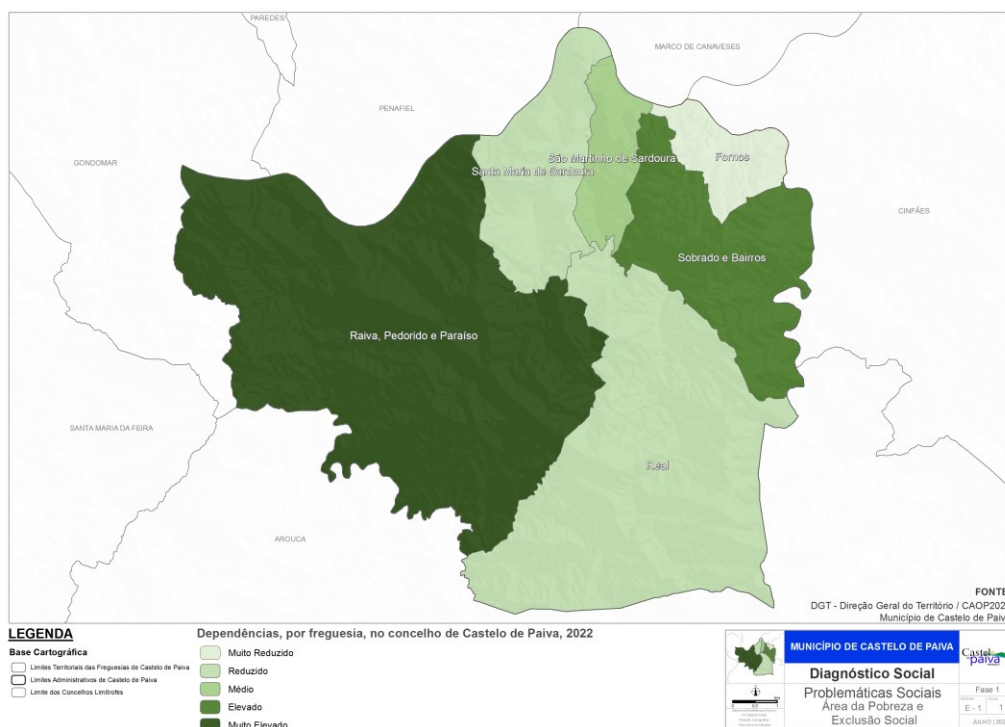


Figura 34 - Dependências, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2022

Abordar a dependência de substâncias dentro do contexto da pobreza e exclusão social requer uma abordagem abrangente que envolva tanto a prevenção quanto o tratamento. Isso inclui a promoção de políticas de redução de danos, programas de consciencialização para a dependência, prevenção, acesso a serviços de tratamento de qualidade e ações que abordem as causas estruturais da pobreza e exclusão social. Ações integradas são necessárias para quebrar o ciclo de dependência e promover a inclusão social e a recuperação sustentável das pessoas afetadas.

Problemáticas Sociais – Área da Exclusão Estrutural

A Exclusão Estrutural refere-se a um fenómeno em que certos grupos ou indivíduos são sistematicamente marginalizados ou excluídos de participar plenamente nas estruturas e instituições da sociedade. Ocorre quando as desigualdades são incorporadas nas estruturas sociais, políticas e económicas de uma sociedade e pode surgir em várias áreas, como habitação, educação, emprego, acesso a serviços de saúde, participação política e justiça. É resultado de padrões de discriminação, preconceito e estereótipos enraizados na sociedade. Este tipo de exclusão tem efeitos significativos nas vidas dos indivíduos e grupos marginalizados, perpetuando a desigualdade e limitando as suas oportunidades e acesso a recursos.

Vamos centrar a nossa análise visual nos beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, sendo que este indicador apenas se encontra disponível ao nível concelhio. Comparativamente aos outros territórios que integram a CIM Tâmega e Sousa, Castelo de Paiva é o segundo concelho com menor número de beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social, apenas sendo ultrapassado pelo concelho de Resende.

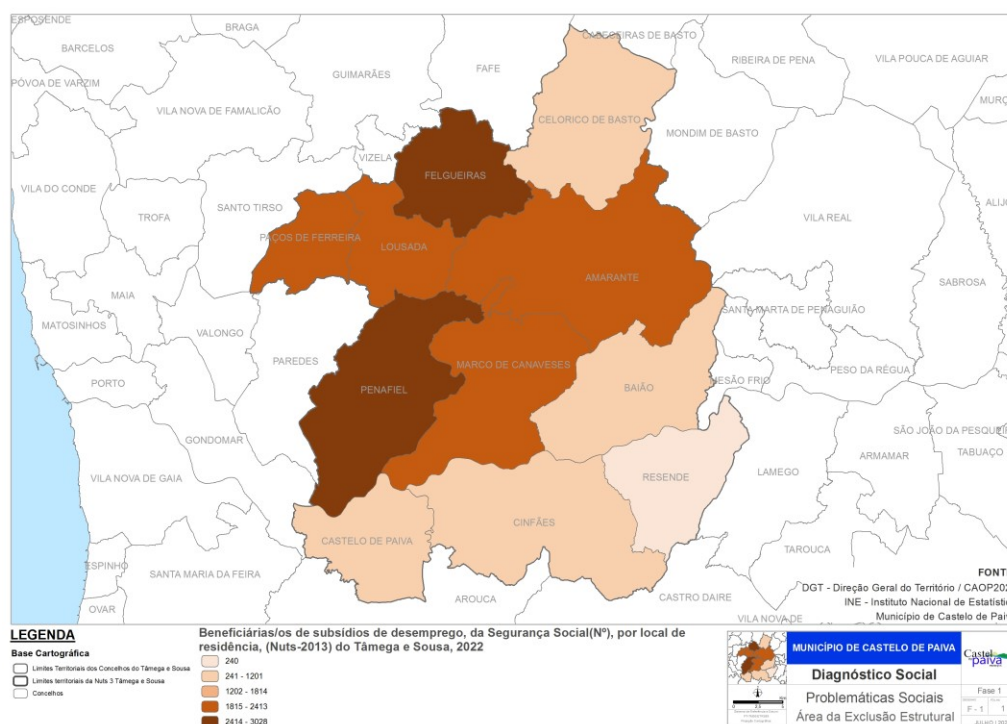


Figura 35 - Beneficiários de Subsídio de Desemprego da Segurança Social, por local de residência, (NUTS – 2013) do Tâmega e Sousa, 2022

O acesso à habitação está intrinsecamente correlacionado com a exclusão estrutural. A exclusão estrutural é um fenómeno mais amplo que envolve a marginalização de certos grupos devido a barreiras sociais, económicas e políticas, e a habitação inadequada é uma das manifestações dessa exclusão. Quando certos grupos enfrentam dificuldades no acesso à habitação adequada,

segura e acessível, isso contribui para a sua exclusão social e económica. A falta de acesso à habitação afeta negativamente a qualidade de vida das pessoas e pode perpetuar ciclos de desigualdade e pobreza.

No concelho de Castelo de Paiva encontram-se inscritos uma série de cidadãos que aguardam uma habitação no parque público. Analisando o mapa seguinte constamos que a maior taxa de inscritos é oriundo da UF de Sobrado e Bairros, assumindo esta freguesia na escala de análise dos mapas, a categoria |Muito Elevado|, seguidamente a UF de Raiva, Pedorido e Paraíso |Elevado| e as restantes freguesias do concelho |Reduzido|.

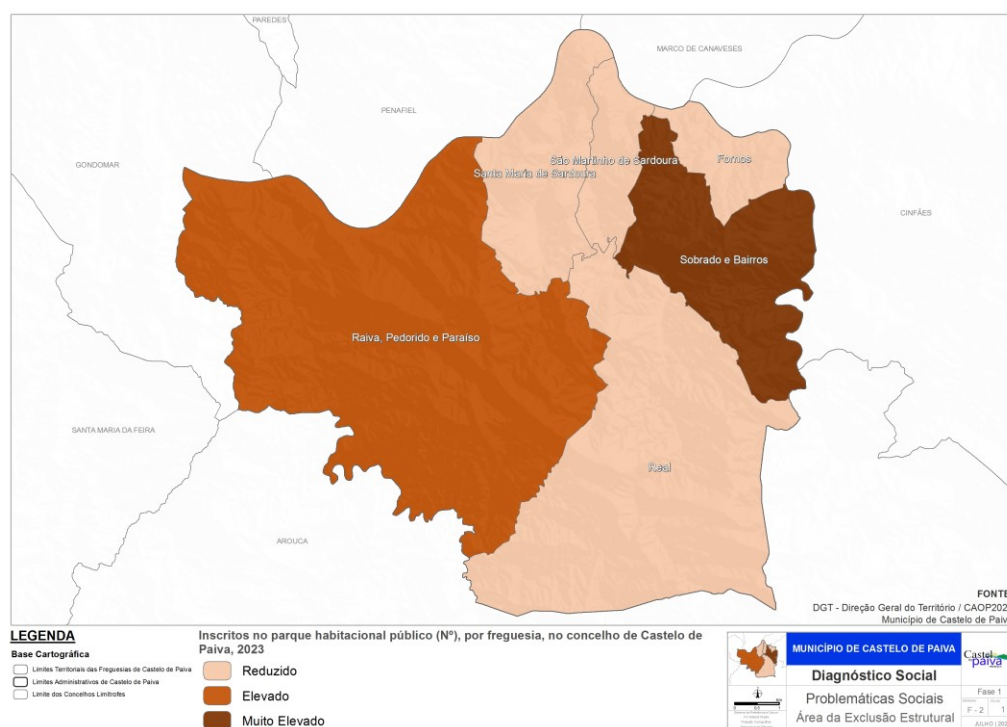


Figura 36 - Inscritos no parque habitacional público, por freguesia, no concelho de Castelo de Paiva, 2023

Relativamente ao número de beneficiários diretos para a reabilitação, integrados na Estratégia Local de Habitação, a freguesia com maior representatividade é a União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso |Muito Elevado|, seguindo-se UF Sobrado e Bairros e Sta. Maria de Sardoura com |Reduzido| e por último, São Martinho de Sardoura, Fornos e Real com |Muito Reduzido|.

A exclusão estrutural, o acesso à habitação e o subsídio de desemprego estão interligados de maneira significativa, assim como outros fenómenos sociais. A exclusão estrutural cria barreiras para o acesso igualitário à habitação, enquanto o subsídio de desemprego desempenha um papel fundamental na garantia de um rendimento mínimo durante o desemprego. A falta de acesso à habitação adequada pode agravar a exclusão estrutural, limitando as oportunidades e a estabilidade das pessoas. Castelo de Paiva tem grandes lacunas ao nível habitacional e capacidade de resposta.

Para combater a exclusão estrutural, são necessárias medidas que abordem tanto as barreiras estruturais quanto as atitudes e crenças subjacentes que sustentam a discriminação. Isso envolve a implementação de políticas de igualdade, a promoção da diversidade e inclusão em todas as esferas da sociedade e o combate ao preconceito e estereótipos.

CAPÍTULO VII. SÍNTESE DIAGNÓSTICO



Área do Risco

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 203



Figura 38 – Objetivos de desenvolvimento sustentável

Comentário:

Pensar a área do risco é refletir sobre situações que envolvem a segurança, proteção e bem-estar de pessoas em situações de privação, violência doméstica, abuso, negligência e outras formas de perigo que possam afetar crianças, jovens e famílias.

Considerando o concelho de Castelo de Paiva entendemos serem problemáticas a considerar dado que tem existido um aumento exponencial nas situações sinalizadas, assim como na multiplicidade de problemas associadas às mesmas, que exigem intervenções integradas e multissetoriais. Urge a criação de políticas públicas concertadas que ajudem estas famílias a alavancar a sua efetiva integração social independente. No entanto, é importante destacar que cada situação de risco é única e complexa, exigindo abordagens personalizadas e soluções adaptadas às necessidades individuais e contextuais. Este é o desafio, mas extremamente valioso na construção de sociedades mais seguras e inclusivas.

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Modelos parentais deficitários	Crianças e jovens em situação de privação	Desestruturação familiar	Reestruturação Casa de Acolhimento Residencial	Construção de modelos parentais positivos – Programa de Parentalidade Positiva
		Vulnerabilidade social multiprobleáticas		
		Reprodução de modelos parentais desestruturados	Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental	Reforço na promoção de atividades ocupacionais lúdico desportivas inclusivas.
		Comportamentos desviantes		Aumento do número de vagas em creche
		Crescimento de casos clínicos de saúde mental	Equipa técnica concelhia multidisciplinar de apoio à intervenção nas instituições de ensino (enfoque autismo)	Modernização dos espaços infantis
Saúde Mental	Crianças e jovens em risco	Sobrecarga dos cuidadores informais – autismo		Promoção da articulação entre saúde e os contextos de desenvolvimento da criança/jovem
		Ausência de formação especializada na área do autismo	Equipa multidisciplinar (reforço intervenção precoce - intervenção especializada em faixas etárias posteriores)	Desenvolvimento de ações terapêuticas em contexto escolar
		Ausência de diagnósticos precoces	Projeto de intervenção Integrado de resposta a crianças e jovens dos 6 aos 16 anos com NEE	Criação de Sistema de identificação de crianças que não frequentam a creche/ jardim-de-infância
Ausência de respostas sociais		Escassos recursos especializados no domínio das terapias		Operacionalização Núcleo Garantia para a Infância
		Sinalizações à Equipa Local de Intervenção tardias	Centro de Recursos para a Parentalidade Positiva e Equipa Técnica Multidisciplinar de Intervenção no Desenvolvimento das Crianças e Jovens	Articulação com Núcleo de Crianças e Jovens em Risco (NACJR)
Ausência de vagas em creche		Intervenção integrada (entre sistemas) deficitária		Projeto inclusão / intervenção multidimensional para pessoas em situação de privação material
		Discriminação de alunos NEE	Campos e Férias para adolescentes e jovens a partir do 2.º ciclo, independentemente escalão de abono	Mesa Redonda sobre a conciliação – reflexão em torno da temática entre a conciliação da vida profissional e familiar e da sua importância para as organizações
		Gratuidade das creches – défice de igualdade		
		Isolamento social continuado		
Sobre-exposição de crianças e jovens às TIC		Dependência digital		

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos -Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Consumos aditivos</p> <p>Dependência financeira e emocional</p> <p>Insuficiente consciência cívica na denúncia</p> <p>Desconhecimento dos direitos</p>	Violência doméstica	<p>Presença de consumos aditivos (maior incidência no consumo de álcool)</p> <p>Baixa literacia social</p> <p>Baixa autoestima e dependência económica</p> <p>Desestruturação social e familiar</p> <p>Precariedade e fragilidade económica</p> <p>Ausência de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis de agressor e de vítima</p> <p>Ausência de respostas de emergência social local e nacional</p> <p>Dificuldade da vítima em aceitar a sua condição, assim como em denunciar</p> <p>Insuficiente consciência cívica na denúncia</p>	<p>Casa Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica (construção e acordo de cooperação)</p> <p>Casa de Emergência para Vítimas de Violência Doméstica (construção e acordo de cooperação)</p> <p>Efetiva concretização Protocolo para Territorialização da Rede Nacional de Apoio as Vítimas de Violência Doméstica</p> <p>Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Social</p>	<p>Programas de Prevenção / tratamento</p> <p>Maior investimento em metodologias inovadoras de prevenção primária</p> <p>Intervenção na empregabilidade e autonomia financeira</p> <p>Operacionalização efetiva Rede Municipal Violência Doméstica</p> <p>Criação de programa para agressores</p> <p>Intervenção Psicossocial especializada</p> <p>Medidas de apoio à proteção e autonomia da vítima</p> <p>Ações de proximidade e sensibilização da população</p> <p>Capacitação em Defesa pessoal </p>
<p>Emergência de Situações de Pobreza decorrentes do agravamento financeiro do país</p> <p>Maior dependência social e económica</p> <p>Crise financeira das famílias</p> <p>Mercado de trabalho instável e mercado financeiro</p>	Comunidade [emergência social]	<p>Crescimento de situações de carência e privação material</p> <p>Precariedade e fragilidade económica</p> <p>Subsidiodependência</p> <p>Falta de respostas sociais de apoio à emergência social</p> <p>Ausência de uma bolsa de recursos permanente para a emergência social</p>	<p>POAPMC</p> <p>RSI /SASS</p> <p>Espaço de acolhimento de emergência</p>	<p>Operacionalização POAPMC</p> <p>Criação de respostas complementares de apoio alimentar</p> <p>Políticas públicas (RSI / SASS)</p> <p>Definição de fluxograma de intervenção em situações de emergência social</p> <p>Banco Local de Voluntariado como apoio famílias vulneráveis</p> <p>Resposta de acolhimento temporário local para pessoas sem-abrigo</p>

Tabela 152 – Área do risco



Área da Vulnerabilidade Social

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



Comentário:

Pensar na intervenção na área da vulnerabilidade social é refletir sobre intervenções que visam reduzir as desigualdades sociais, promover a inclusão social e garantir o acesso a direitos básicos para aqueles que enfrentam privações e dificuldades.

A vulnerabilidade social afeta diferentes grupos populacionais, e é importante direcionar intervenções específicas para responder às necessidades e desafios enfrentados por cada um desses grupos.

Relativamente aos Séniores e Pessoas Idosas urge intervir ao nível de:

- Programas de assistência e cuidados de saúde: Fornecer acesso a serviços de saúde adequados, incluindo atendimento médico, medicamentos, cuidados de longa duração e suporte psicossocial.
- Redes de apoio e combate à solidão: Estabelecer programas que promovam a interação social, como grupos de convivência, visitas domiciliárias, atividades recreativas e voluntariado, a fim de combater a solidão e o isolamento social.
- Proteção e prevenção de abusos: Implementar medidas de proteção e sensibilização sobre abuso e negligência de idosos, com a criação de linhas de apoio e intervenção em casos de maus-tratos.

Pensar nas Pessoas com deficiência e/ou incapacidade:

- Acessibilidade e adaptação de ambientes: Garantir a acessibilidade física, tecnológica e comunicacional em espaços públicos, transporte, educação e emprego para promover a inclusão plena e a participação ativa.

- Apoio à autonomia e independência: Oferecer serviços de assistência pessoal, tecnologias de assistência e adaptações residenciais que permitam às pessoas com deficiência viver de forma autónoma e com dignidade.
- Inclusão educacional e profissional: Implementar políticas que promovam a inclusão de pessoas com deficiência em escolas e locais de trabalho, garantindo o acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de emprego igualitárias.

Pensar em Migrantes e Refugiados:

- Acolhimento e assistência básica: Proporcionar abrigo, alimentação, assistência médica e apoio psicossocial aos migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade.
- Integração social e cultural: Promover programas de aprendizagem do idioma local, programas de capacitação profissional, apoio à integração no mercado de trabalho e atividades culturais que facilitem a adaptação e a inclusão na comunidade recetora.
- Proteção e acesso a direitos: Garantir o acesso à proteção legal, aos serviços de saúde, à educação e a outros direitos fundamentais, além de combater a discriminação e a xenofobia.

É importante que as intervenções sejam desenvolvidas em parceria com as próprias comunidades afetadas, ouvindo as suas necessidades e envolvendo-as ativamente no processo de tomada de decisão. Dessa forma, é possível criar intervenções mais eficazes e sustentáveis, promovendo o empoderamento, a dignidade, a inclusão e a igualdade para esses grupos em situação de vulnerabilidade social. Efetivamente em Castelo de Paiva esta área necessita de uma atenção especial dado o envelhecimento populacional, a escassez de respostas sociais para os diversos grupos alvo em análise, assim como o desconhecimento da realidade efetiva em que todos eles se encontram.

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Sentimentos de inferioridade social</p> <p>Desvalorização social</p> <p>Maior Esperança média de vida</p>	Séniore	<p>Baixa acessibilidade aos serviços de saúde e serviços administrativos</p> <p>Necessidade de proteção dos direitos e bens</p> <p>Projetos de envelhecimento ativo insuficientes</p> <p>Atividades Ocupacionais inexistentes</p> <p>Desvalorização / Invisibilidade Social – estigma sobre o envelhecimento</p> <p>Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população</p> <p>Dificuldade em aceitar a inatividade profissional</p> <p>Isolamento Social e Geográfico /Solidão</p> <p>Ausência de Retaguarda Familiar e demissão do papel de família</p> <p>Parcos rendimentos / pensões</p> <p>Insegurança face aos perigos (ex. burlas, roubos)</p> <p>Fraca motivação/aceitação para a frequência de respostas sociais</p>	<p>Projeto MICAS</p> <p>Projeto SOL</p> <p>Programa Cuidadores Informais</p> <p>Estrutura Residencial para Pessoas com Demência e Saúde Mental</p> <p>Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental</p>	<p>Estudo de diagnóstico</p> <p>Transporte à medida (baixa mobilidade e isolamento por carência ou dificuldade no acesso a transportes)</p> <p>Proteção e segurança em situações de violência e maus tratos</p> <p>Estratégia multidisciplinar e multi institucional concertada resposta ao aumento da demência</p> <p>Projetos de Envelhecimento Ativo</p> <p>Plano de Cuidados Saúde – Social</p> <p>Caminhadas com Afetos (desporto e sensibilização saúde, prestações sociais, apoios)</p> <p>Criação do Espaço de Prevenção à Exclusão Social Sénior por freguesia (EPES Sénior)</p> <p>Cartas com História (troca de correspondência, temas sugeridos, entre instituições /Séniore e alunos 3.º ciclo)</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Isolamento Social</p> <p>Baixas pensões</p> <p>Falta de respostas sociais</p> <p>Saúde Mental</p> <p>Aumento da longevidade</p>	Idosos	<p>Situações de carência e privação material, isolamento e exclusão social</p> <p>Pobreza aguda e privação material</p> <p>Isolamento associado a mobilidade reduzida e quadros clínicos complicados</p> <p>Isolamento Social e Geográfico /Solidão</p> <p>Ausência de Retaguarda Familiar e demissão do papel de família</p> <p>Parcos rendimentos / pensões</p> <p>Falta de vagas nas instituições</p> <p>Respostas sociais ocupadas por externos ao município</p> <p>Violência e mau trato</p> <p>Dependência total ou quase total de terceiros (dia a dia e medicação)</p> <p>Ausência ou esgotamento dos cuidadores ou família de apoio</p> <p>Ausência de Retaguarda Familiar</p> <p>Baixa acessibilidade aos serviços de saúde e serviços administrativos</p>	<p>Projeto MICAS</p> <p>Projeto SOL</p> <p>Programa Cuidadores Informais</p> <p>Estrutura Residencial para Pessoas com Demência e Saúde Mental</p> <p>Serviço de Apoio Domiciliário Integrado e Especializado para idoso com demências e outros problemas de saúde mental</p> <p>Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental</p> <p>Respostas Comunitárias de Proximidade para Pessoas com Doença Mental</p> <p>Espaço equipado para resposta a clientes com doenças neurodegenerativas e aos cuidadores sem retaguarda de apoio</p>	<p>Estudo de diagnóstico</p> <p>Apoios Sociais as famílias</p> <p>Reforço institucional do apoio domiciliário</p> <p>Serviço de Apoio Domiciliário Integrado</p> <p>Novas Respostas Sociais /alargamento dos acordos de cooperação</p> <p>Reforço rede de cuidados e saúde ao domicílio</p> <p>Unidade Móvel de apoio</p> <p>Plano de Cuidados Saúde - Social</p> <p>Transporte à medida (baixa mobilidade e isolamento por carência ou dificuldade no acesso a transportes)</p> <p>Proteção e segurança em situações de violência e maus tratos</p> <p>Estratégia multidisciplinar e multi institucional concertada resposta ao aumento da demência</p> <p>Equipas das IPSS prestadoras de cuidados multidisciplinares e especializadas</p> <p>Adaptação dos espaços e reforço dos equipamentos para responder as doenças neuro degenerativo/ problemas de saúde incapacitantes</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Desgaste e desresponsabilização familiar	Idosos	<p>Necessidade de proteção dos direitos e bens</p> <p>Prevalência das demências e problemas de saúde mental em grupos etários muito avançados com múltiplas vulnerabilidades</p> <p>Rutura funcional na vida diária por carências múltiplas sem possibilidade de assegurar as necessidades básicas</p> <p>Deficit de competências de controlo e orientação das famílias (dificuldades em autonomização, excessiva subsidiodependência e transferência de responsabilidades para instituições / entidades)</p> <p>Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização da população idosa</p> <p>Fraca motivação/aceitação para a frequência de respostas sociais</p> <p>Pessoas idosas a coabitar com descendentes com diagnóstico de doença mental</p> <p>Ausência de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente ao nível noturno / e o descanso do cuidador</p>	-	<p>Maior acompanhado</p> <p>Integração em Rede com a Saúde Mental</p> <p>Projetos de Envelhecimento Ativo</p> <p>Programa de atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis</p> <p>Aumentar estratégias e recursos de apoio aos cuidadores</p> <p>Aumento de competências de controlo e orientação das famílias</p> <p>Criação de uma bolsa de trabalhadores/as com formação/experiência a ser usada em situação de ausência de profissionais pelas IPSS</p> <p>Respostas de apoio ao descanso do cuidador</p> <p>Criação da Comissão do Idoso</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos problemas	Respostas sociais (Não Tipificadas)	Principais linhas de intervenção
<p>Falta de respostas sociais</p> <p>Respostas ocupacionais diminutas</p> <p>Isolamento Social</p> <p>Cuidadores familiares/ciclo de vida</p>	<p>soas com Deficiência / Incapacidade</p>	<p>Ausência de estudos epidemiológicos com mapeamento e caracterização</p> <p>Sobrecarga dos cuidadores informais – autismo</p> <p>Ausência de formação especializada na área do autismo</p> <p>Ausência de diagnósticos precoces</p> <p>Escassos recursos especializados no domínio das terapias</p> <p>Pobreza aguda e privação material</p> <p>Falta de Vagas nas instituições</p> <p>Parcas respostas de ocupação dos tempos livres e atividades extra curriculares</p> <p>Múltiplas dificuldades na inclusão em meio escolar</p> <p>Carência de cuidados específicos em meio não institucional</p> <p>Isolamento e esgotamento dos cuidadores e famílias</p> <p>Deficit de competências de controlo e orientação das famílias (dificuldades em autonomização, excessiva subsidiodependência e transferência de responsabilidades para instituições / entidades)</p>	<p>Projeto RIIA</p> <p>Oficinas Inclusivas</p> <p>Programa Cuidadores Informais</p> <p>Estrutura Residencial para Pessoas com Demência e Saúde Mental</p> <p>Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental</p> <p>Fórum Socio Ocupacional para Pessoas com doença Mental</p> <p>Respostas Comunitárias de Proximidade para Pessoas com Doença Mental</p> <p>Centro de Recursos para a Inclusão</p> <p>Residência de Autonomização e Inclusão</p> <p>Centro de Apoio à Vida Independente</p>	<p>Diagnóstico Concelhio</p> <p>Apoios Sociais as famílias</p> <p>Programa de atividades ocupacionais, terapêuticas e socialmente úteis</p> <p>Novas Respostas Sociais /alargamento dos acordos de cooperação</p> <p>Desmistificação da perceção social negativa</p> <p>Acessibilidade a cuidados de saúde especializados</p> <p>Programa de apoio aos cuidadores (in) formais</p> <p>Aumentar estratégias e recursos de apoio aos cuidadores</p> <p>Reforço institucional do apoio domiciliário</p> <p>Equipas das IPSS prestadoras de cuidados multidisciplinares e especializadas</p> <p>Adaptação dos espaços e reforço dos equipamentos para responder a doença neuro degenerativo / problemas de saúde incapacitantes</p> <p>Integração em Rede com a Saúde Mental</p> <p>Aumento de competências de controlo e orientação das famílias</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Igualdade de Oportunidades condicionada	Pessoas com Deficiência / Incapacidade	<p>Cuidadores com dificuldade no acesso ao mercado e trabalho/integração profissional compatível com o cuidado</p> <p>Ausência de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente ao nível noturno / e o descanso do cuidador</p> <p>Decrescente retaguarda familiar (ciclo da vida)</p> <p>Dificuldades de integração no mercado de trabalho</p> <p>Pessoas idosas a coabitar com descendentes com diagnóstico de doença mental</p> <p>Falta de aceitação, reconhecimento e valorização das competências</p> <p>Invisibilidade Social – estigma sobre a deficiência</p> <p>Existência de barreiras arquitetónicas nos espaços físicos, edifícios públicos e transportes</p> <p>Necessidade de reforço na educação Inclusiva </p> <p>Incapacidade como sinónimo de desajuste à integração profissional</p>	<p>Criação de Espaço à Descoberta com acesso as pessoas portadoras de deficiência durante o Verão</p> <p>Centro de Recursos para a Inclusão Profissional</p>	<p>Criação de uma bolsa de trabalhadores/as com formação/experiência a ser usada em situação de ausência de profissionais pelas IPSS</p> <p>Sensibilização da comunidade para a Deficiência</p> <p>Dinamização de ações junto das empresas para a empregabilidade (parceria entre IEFP, Associação Comercial e outras entidades)</p> <p>Projeto de Valorização da integração laboral</p> <p>Acessibilidade à prática de modalidades desportivas nos clubes/associações</p> <p>Encontros desportivos e culturais</p> <p>Programas de ocupação nas pausas letivas</p> <p>Articulação interinstitucional – atividades socialmente úteis (meio natural)</p> <p>Equipa técnicas multidisciplinares de intervenção precoce e desenvolvimento</p> <p>Dinamização do Balcão da Inclusão</p> <p>Plano local de acessibilidades</p> <p>Criação de equipas de transição para a vida pós escolar</p> <p>Promoção da valorização das pessoas com incapacidade através da sua qualificação técnica e profissional e integração no mercado de trabalho</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Desconhecimento da realidade concelhia Estatuto legal indefinido	Migrantes	Inexistência de diagnóstico Ausência de estudo epidemiológico com mapeamento e caracterização da população Dificuldades no acesso a serviços (barreira da legalização) Instabilidade e precariedade profissional Estratégias de sobrevivência em situação ilegal no mercado de trabalho	--	Identificação e diagnóstico das situações presentes no concelho Estratégia de celeridade no processo de legalização Criação de Portal municipal Residentes Estrangeiros com informação sobre legislação, documentos orientadores e recursos
Morosidade na integração social	Refugiados	Dificuldades na integração social Barreira Linguística	--	Apoio e acompanhamento social por forma a uma inclusão efetiva

Tabela 153 – Área da vulnerabilidade social



Área Pobreza e Exclusão Social

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



Comentário:

Refletir sobre a área da pobreza e a exclusão social é uma tarefa árdua, pois estamos perante fenómenos interligados que afetam centenas de pessoas no concelho e com uma presença efetiva no território em análise. Ambos os problemas estão relacionados com a falta de recursos, oportunidades e acesso a serviços básicos, o que pode levar a uma série de consequências negativas para os indivíduos e as comunidades.

A pobreza é um ciclo complexo, em que a falta de recursos impede o acesso a oportunidades de educação e empregos decentes, perpetuando a desigualdade e dificultando a saída da pobreza. Por seu turno, a exclusão social refere-se à marginalização e à falta de participação plena na sociedade. Isso ocorre quando certos grupos são discriminados, estigmatizados ou quando lhes é negado o acesso a oportunidades e serviços com base em características como origem étnica, género, deficiência, orientação sexual, status migratório ou outras formas de diversidade. Isto pode levar a uma série de consequências negativas, como isolamento, falta de acesso a serviços essenciais, exclusão política e dificuldades no mercado de trabalho.

É importante destacar que a pobreza e a exclusão social são problemas complexos, multifacetados e interconexos que exigem abordagens integradas e sustentáveis.

A pobreza e a exclusão social estão frequentemente associadas a uma série de desafios adicionais, como dependências de substâncias aditivas, saúde mental prejudicada e disfuncionalidade ou desestruturação familiar. Esses problemas podem ser interconectados e criar um ciclo complexo de vulnerabilidade e dificuldades para os indivíduos e as famílias afetadas. Abordar essas questões requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diferentes setores e profissionais.

Pensar em Dependências de substâncias aditivas:

- Intervenção e tratamento: É importante fornecer serviços de intervenção precoce, tratamento e reabilitação para aqueles que sofrem de dependência de substâncias aditivas. Isso pode envolver a disponibilidade de programas de desintoxicação, reabilitação, terapia individual e em grupo, suporte psicossocial e aconselhamento.
- Prevenção: A prevenção é essencial para evitar o surgimento de dependências. Isso pode incluir a implementação de programas educacionais nas escolas, consciencialização sobre os riscos e consequências do uso de substâncias.

Pensar em Saúde mental:

- Acesso a serviços de saúde mental: É crucial garantir que as pessoas tenham acesso a serviços de saúde mental de qualidade (serviços de triagem, diagnóstico, tratamento, apoio psicoterapêutico e medicamentoso, quando necessário).
- Sensibilização e redução do estigma: É fundamental promover a consciencialização e a compreensão sobre a saúde mental, a fim de reduzir o estigma associado e garantir que as pessoas procurem ajuda e apoio sem medo de discriminação.

Pensar em Disfuncionalidade e Desestruturação familiar:

- Apoio familiar: Criar suporte e serviços para *empowerment* (empoderamento) às famílias em situação de vulnerabilidade, como aconselhamento familiar, terapia familiar e educação parental. Isso pode ajudar a melhorar o funcionamento familiar, reduzir conflitos e desenvolver habilidades de comunicação e resolução de problemas.
- Serviços de assistência social: Disponibilizar serviços de assistência social que ajudem as famílias a superar a pobreza e as dificuldades financeiras, como programas de apoio habitacional, cuidados infantis acessíveis e oportunidades de emprego.
- Integração comunitária: Promover a participação e a inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade na comunidade, através de programas que fortaleçam os laços comunitários, a participação em atividades sociais e a conexão com redes de suporte.

Estas são apenas algumas abordagens gerais para intervir com as interseções entre pobreza, exclusão social, dependências de substâncias aditivas, saúde mental e disfuncionalidade familiar. É importante adaptar as intervenções às necessidades específicas de cada contexto e indivíduo, considerando a multidimensionalidade e a complexidade dessas questões.

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Alcoolismo</p> <p>Toxicodependência</p> <p>Dependência Jogos (digitais e outros)</p>	<p>Pessoas com Comportamentos aditivos e dependências</p>	<p>Validada Cultura Local de consumos de álcool (perceção comunidade)</p> <p>Transversalidade geracional nos consumos</p> <p>Presença alcoolismo / toxicodependência em todas classes etárias e sociais (transversalidade do consumo)</p> <p>Isolamento social continuado de adolescentes e jovens</p> <p>Dependência parental prolongada</p> <p>Dependência crescente do mundo virtual e da internet/jogos – dificuldade no estabelecimento de laços sociais e socialização</p> <p>Ausência de serviços de proximidade no âmbito do consumo das novas substancias psicoativas e novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico</p> <p>Aumento no consumo de substâncias/problemas de saúde mental e conflitos parentais</p> <p>Consumos associados à desestruturação familiar e social em contexto de crise (fragilidade e precariedade socioeconómica, violência doméstica)</p>	<p>Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Social</p> <p>Respostas relacionadas com a reabilitação de Pessoas com Comportamentos aditivos (projetos integrados)</p> <p>Oficinas Inclusivas</p>	<p>Operacionalização e ajuste nos eixos de intervenção do PRI – PTV (ir além do eixo da prevenção)</p> <p>Ações de prevenção e sensibilização na comunidade</p> <p>Alargamento de respostas de intervenção de proximidade para a sinalização, encaminhamento e apoio</p> <p>Consulta de proximidade no concelho</p> <p>Grupos de auto ajuda</p> <p>Maior investimento em metodologias inovadoras de prevenção primária de comportamentos de risco</p> <p>Reforço da intervenção m meio escolar – novos consumos/dependências novas substâncias toxicas e aditivas</p> <p>Criar mecanismos de alerta e sinalização para novas dependências na área das tecnologias</p> <p>Formação e orientação técnica dos agentes educativos, técnicos dos serviços e famílias sobre a gravidade das dependências associadas as novas tecnologias</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Saúde Mental	Comunidade (Saúde Mental)	<p>Desconhecimento real da problemática / falta de dados / inacessibilidade à informação</p> <p>Isolamento Social e dispersão territorial</p> <p>Aumento do número de familiares /cuidadores com risco acrescido de desenvolver doença mental associado ao acto de cuidar de alguém com perturbação mental e/ou outra deficiência</p> <p>Intervenções desarticuladas entre sistemas</p> <p>Equipa Comunitária Multidisciplinar para a Saúde Mental</p> <p>Fórum Socio Ocupacional para Pessoas com doença Mental</p>	<p>Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Social</p> <p>Criação de um Canal Aberto para a sinalização e acompanhamento em rede dos casos de saúde mental</p> <p>Equipa técnica concelhia multidisciplinar de apoio à intervenção nas instituições de ensino (enfoque autismo)</p> <p>Equipa multidisciplinar (reforço intervenção precoce - intervenção especializada em faixas etárias posteriores)</p> <p>Projeto de Intervenção Integrado de resposta a crianças e jovens dos 6 aos 16 anos com NEE</p> <p>Equipa Local de Intervenção com recursos humanos a tempo inteiro</p> <p>Equipa Comunitária multidisciplinar para a saúde mental</p>	<p>Ações de Literacia em Saúde mental</p> <p>Diagnóstico concelhio Saúde mental e Plano Local de Intervenção na Saúde Mental</p> <p>Grupos de auto ajuda</p> <p>Redução do tempo de espera pela consulta /acompanhamento mais contínuo de psiquiatria</p> <p>Reforço dos programas de saúde mental no ambiente escolar com projetos de prevenção do Bullying, agressividade e de promoção de empatia e gestão das emoções</p> <p>Criação de equipas técnicas multidisciplinares para a intervenção precoce e desenvolvimento</p> <p>Programa Psicoeducativo dirigidos as famílias /cuidadores de pessoas com perturbação mental para as dotar de competências para melhor lidar com as alterações inerentes à doença</p> <p>Estabelecimento de canais abertos para a comunicação / intervenção integrada de proximidade entre saúde e outros sistemas, contextos de desenvolvimento da pessoa</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Subsidiodependência</p> <p>Deficit de Competências Pessoais, Sociais e Profissionais</p> <p>Monoparentalidade</p> <p>Subsidiodependência e transferência de responsabilidades familiares</p> <p>Ciclos intergeracionais de reprodução de disfuncionalidade /desestruturação</p>	famílias disfuncionais /desestruturadas	<p>Aumento no consumo de substâncias/problemas de saúde mental e conflitos parentais</p> <p>Projetos de Vida reduzidos</p> <p>Modelos familiares e parentais deficitários</p> <p>Exposição a comportamentos disruptivos que comprometem desenvolvimento /crescimento adequado das crianças (ex. Violência doméstica, consumos)</p> <p>Ciclos intergeracionais de disfuncionalidade familiar</p> <p>Consumos associados à desestruturação familiar e social em contexto de crise (fragilidade e precariedade socioeconómica, violência doméstica)</p> <p>Subsidiodependência como sinónimo / barreira integração profissional</p> <p>Aumento na procura de apoios de políticas locais e nacionais</p>	<p>Projetos de Intervenção Comunitária (projetos formativos e não formativos)</p> <p>Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Social</p> <p>Centro de Recursos para a Parentalidade Positiva e Equipa Técnica Multidisciplinar de Intervenção no Desenvolvimento</p> <p>Campos e Férias para adolescentes e jovens a partir do 2.º ciclo, independentemente escalão abono</p>	<p>Criação de ações promotoras do bem-estar familiar e parental</p> <p>Grupos de auto ajuda</p> <p>Implementação de projeto promotor da conciliação familiar, social e profissional</p> <p>Programa Estrutura Família (capacitação, acompanhamento, inclusão, apoio social)</p> <p>Igualdade de oportunidades no acesso à cultura, lazer e desporto</p> <p>Capacitação para a inclusão social e profissional</p> <p>Promoção de competências sociais e emocionais</p>

Tabela 154 – Área da pobreza e exclusão social



Área da Exclusão Estrutural

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030



Comentário:

A exclusão estrutural é um conceito que descreve a marginalização sistemática de certos grupos ou indivíduos dentro de uma sociedade devido a barreiras e desigualdades estruturais. É um processo que vai além de fatores individuais, enfocando as características do sistema social e económico que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Pode manifestar-se de várias formas e afetar diferentes grupos sociais, como pessoas em situação de pobreza, minorias étnicas, pessoas com deficiência, migrantes, refugiados, entre outros. Alguns aspetos da exclusão estrutural incluem:

- Barreiras económicas: a falta de oportunidades de emprego, a baixa remuneração, a precariedade do trabalho, a falta de acesso a serviços financeiros e a desigualdade no acesso à habitação contribuem para a exclusão económica.
- Acesso limitado à educação: A falta de acesso a uma educação de qualidade, a evasão escolar, a discriminação no sistema educacional e a falta de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida podem levar à exclusão educacional e à falta de habilitações / qualificações para competir no mercado de trabalho.
- Discriminação e preconceito: Práticas discriminatórias, estereótipos negativos, racismo, xenofobia, homofobia e outras formas de preconceito podem marginalizar e excluir certos grupos da sociedade, negando-lhes igualdade de oportunidades e acesso a serviços.

- Exclusão social: A exclusão estrutural pode resultar em isolamento social, falta de redes de apoio, segregação residencial, acesso limitado a serviços sociais e dificuldade em participar plenamente da vida comunitária.
- Barreiras institucionais: Políticas, leis e regulamentações que perpetuam desigualdades e não atendem às necessidades de grupos marginalizados contribuem para a exclusão estrutural. Isso pode incluir a falta de representação desses grupos nas tomadas de decisão e a ausência de medidas de proteção e promoção de direitos.

A exclusão estrutural abrange uma série de fatores interligados, como o desemprego, a situação dos jovens NEET (que não estão empregados, em educação ou formação), o desemprego de longa duração e a habitação inadequada. Esses problemas refletem desigualdades e barreiras estruturais que dificultam o acesso a oportunidades e afetam negativamente a vida das pessoas.

O desemprego ocorre quando as pessoas estão dispostas e aptas para trabalhar, mas não conseguem encontrar emprego. Pode ser resultado de vários fatores, como falta de oferta de trabalho, falta de competências, discriminação no mercado de trabalho ou condições económicas desfavoráveis. Para abordar o desemprego, é necessário um enfoque amplo que inclua medidas como políticas de emprego, programas de capacitação e requalificação profissional, incentivos ao empreendedorismo, estímulo à criação de empregos, promoção de setores económicos sustentáveis e inclusivos, e políticas de proteção social para os desempregados.

Relativamente aos Jovens NEET, estes são um grupo vulnerável que não está integrado, nem com vontade, em educação, emprego ou capacitação. Isso pode resultar em dificuldades futuras na inserção no mercado de trabalho e na realização de seu potencial. É necessário oferecer aos jovens oportunidades educacionais de qualidade, programas de formação profissional, estágios, mentoria e orientação vocacional para apoiar sua transição para a vida adulta e o mercado de trabalho.

O desemprego de longa duração ocorre quando uma pessoa está desempregada por um período prolongado. Isso pode levar à perda de capacidades, desmotivação e exclusão social. Intervenções eficazes podem incluir programas de apoio intensivo à procura de emprego, capacitação adaptada às necessidades individuais, incentivos para empregadores contratar pessoas desempregadas de longa duração e programas de empreendedorismo para aqueles que desejam iniciar seu próprio negócio.

A habitação inadequada ou a falta de habitação adequada é uma forma extrema de exclusão social. A falta de acesso a habitação segura e acessível afeta a estabilidade, a saúde e o bem-

estar das pessoas. As políticas de habitação devem abordar a construção de habitações a preços acessíveis, o acesso a serviços básicos, a reabilitação de áreas urbanas degradadas, o apoio a programas de habitação social e a implementação de medidas de proteção aos direitos dos inquilinos.

Enfrentar a exclusão estrutural requer uma abordagem abrangente e multidimensional, envolvendo ações em níveis individual, comunitário e sistémico. Isso envolve a implementação de políticas e práticas inclusivas, a promoção de igualdade de oportunidades, a eliminação de barreiras estruturais, a consciencialização e o combate ao preconceito e à discriminação, e o fortalecimento dos direitos e da participação dos grupos marginalizados na sociedade. Além disso, é fundamental investir em programas de capacitação, educação, acesso a serviços básicos, empregabilidade e inclusão social para superar as desigualdades estruturais e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

Esta área é crítica no concelho de Castelo de Paiva dada a existência de vários desajustes económicos e sociais quando abordamos questões de desemprego e habitação. Circunstâncias pessoais e territoriais que dificultam uma integração efetiva, corresponsabilizada e estável da comunidade e que, em determinadas situações, perpetuam ciclos de reprodução de pobreza estrutural.

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Desemprego</p> <p>Desestruturação e dificuldades familiares</p> <p>Interconexão entre fenómenos de desestruturação e desemprego</p> <p>Problemas de Saúde</p> <p>Desajuste entre oferta e a procura</p> <p>Dificuldades de mobilidade</p>	Pessoas Desempregadas	<p>Ausência de diagnóstico atualizado das necessidades de formação da população ativa (des) empregada e das necessidades das entidades empregadoras</p> <p>Desajuste entre a formação profissional e as necessidades das empresas</p> <p>Desajuste no Matching das competências entre a oferta e a procura</p> <p>Reduzidas ofertas de emprego para jovens com qualificação superior</p> <p>Falta de oportunidades de emprego para Pessoas com Deficiência</p> <p>Aumento de situações de carência e privação material e exclusão</p> <p>Subsidiodependência como sinónimo / barreira integração profissional</p> <p>Precariedade laboral (estratégia de sobrevivência)</p> <p>Adaptação a estratégias de sobrevivência baseadas no trabalho intermitente, desqualificado e precário</p> <p>Acessibilidades e transportes</p>	Centro de Recursos para a Inclusão Profissional	<p>Diagnósticas necessidades formativas e perfil profissional necessário/ ajustado tecido empresarial</p> <p>Reforço da incubação e aceleração de projetos empreendedores</p> <p>Desenvolvimento de programas de capacitação e de contato com áreas profissionais facilitadoras da integração no mercado de trabalho</p> <p>Sensibilização para as medidas de apoio do IEFP na contratação de Pessoas com Deficiência</p> <p>Programa e desenvolvimento de capacidades de procura ativa de emprego/oportunidades</p> <p>Divulgação dos projetos de apoio IEFP junto dos desempregados e entidades empregadoras</p> <p>Criação de mecanismos de valorização das competências, conhecimento e experiência profissional adquirida ao longo de percurso profissional</p> <p>Projetos formativos potenciadores de qualificação e reconversão profissional</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
<p>Tardia integração no mercado laboral</p> <p>Dependência parental</p>	Jovens NEET	<p>Consumos diversificados e comportamentos de risco</p> <p>Afastamento do mercado laboral impossibilita experiência profissional</p> <p>Dependência parental prolongada</p> <p>Dependência crescente do mundo virtual e da internet/jogos</p> <p>Dificuldade no processo de socialização e estabelecimento de laços sociais</p> <p>Falta de expectativas sociais</p> <p>Fragilidade e dificuldade das famílias</p>	Centro de Recursos para a Inclusão Profissional	<p>Projeto de integração em grupo de pares – capacitação, sensibilização e trabalho em prol do empreendedorismo</p>
<p>Desemprego de longa duração potenciador de exclusões múltiplas</p> <p>Saúde Mental</p> <p>Consumos Aditivos</p> <p>Disfuncionalidade e desestruturação familiar</p> <p>Carências socioeconómicas</p> <p>Dificuldades na reconversão profissional</p>	Desempregados de Longa Duração	<p>Aumento de situações de carência e privação material e exclusão</p> <p>Precariedade laboral (estratégia de sobrevivência)</p> <p>Subsidiodependência como sinónimo / barreira integração profissional</p> <p>Adaptação a estratégias de sobrevivência baseadas no trabalho intermitente, desqualificado e precário</p> <p>Aumento do risco da exclusão pela intermitência e impossibilidade de investimento pessoal na requalificação</p> <p>Isolamento social e apatia</p> <p>Saúde mental fragilizada</p> <p>Consumos de substâncias aditivas</p> <p>Relacionamentos familiares conflituosos</p>	Centro de Recursos para a Inclusão Profissional	<p>Programa e desenvolvimento de capacidades de procura ativa de emprego/oportunidades</p> <p>Divulgação dos projetos de apoio IEFP junto dos desempregados e entidades empregadoras</p> <p>Criação de mecanismos de valorização das competências, conhecimento e experiência profissional adquirida ao longo de percurso profissional</p> <p>Projetos formativos potenciadores de qualificação e reconversão profissional</p>

PRINCIPAIS PROBLEMÁTICAS	GRUPOS-ALVO/VULNERÁVEIS		PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	
	Grupos-Alvo	Identificação dos Problemas	Respostas Sociais (Não Tipificadas)	Principais Linhas de Intervenção
Mercado Habitacional desajustado e com carência habitacional	Comunidade	Carência de oferta de habitação no mercado de arrendamento ou a preços inportáveis para a classe média, jovens e ativos em geral Ausência de habitações para situações de emergência	-	Estratégia Local de Habitação Casa de Emergência Social

Tabela 155 – Área da exclusão estrutural

Considerações Finais:

Como podemos constatar para se potenciar uma igualdade social há necessidade de promover o desenvolvimento económico, social, pessoal e comunitário através de políticas intersectorialmente integradas potenciadoras da minoração das desigualdades e que apontem para intervenções orientadoras e focalizadas nas pessoas e áreas elencadas. Pensando no território em análise e, nos diversos setores analisados, não podemos descurar qualquer um deles, dado que integram um todo que necessita de um olhar atento de todos os stakeholders e decisores em prol da melhoria da qualidade de vida e, paulatinamente, desenvolvimento socio territorial integrado.

As áreas do risco, da vulnerabilidade social, da pobreza e exclusão social e da exclusão estrutural, estão interligadas e relacionadas. Qualquer intervenção a desenvolver terá impacto em vários domínios. Categoricamente falando, comparando o território a um polvo, com os vários tentáculos, qualquer acto em um deles, terá repercussões no seu todo e contribuirá para o seu crescimento, desenvolvimento e qualidade de vida.

A área do Risco refere-se a situações em que indivíduos ou grupos estão expostos a circunstâncias que podem afetar negativamente sua segurança, bem-estar ou desenvolvimento. A intervenção nessa área envolve identificar e abordar os fatores de risco, implementar medidas de proteção e oferecer suporte adequado para mitigar os impactos negativos. A área da Vulnerabilidade Social refere-se à condição de estar em uma posição de maior risco de enfrentar adversidades devido a fatores como pobreza, falta de acesso a recursos básicos, isolamento social, falta de apoio familiar ou comunitário, entre outros. A intervenção nessa área envolve o fortalecimento de redes de suporte, a promoção da inclusão social, o acesso a serviços adequados e a proteção dos direitos desses grupos. A área da Pobreza e Exclusão Social refere-se à falta de recursos financeiros, acesso a serviços básicos e oportunidades que podem levar a uma condição de privação e marginalização. A pobreza e a exclusão social estão interligadas, onde a falta de recursos e oportunidades pode resultar em exclusão e, por sua vez, a exclusão pode perpetuar a pobreza. As intervenções nessa área envolvem políticas de combate à pobreza, acesso a serviços essenciais, inclusão económica e social, educação e capacitação profissional, entre outros. A área da Exclusão Estrutural refere-se à marginalização sistemática de certos grupos ou indivíduos dentro de uma sociedade devido a desigualdades e barreiras estruturais. Isso inclui fatores como discriminação, falta de acesso a oportunidades, desigualdade económica e exclusão social. As políticas e intervenções nessa área visam

identificar e combater as barreiras estruturais, promover a inclusão, garantir a igualdade de oportunidades e enfrentar as causas subjacentes da exclusão.

Essas áreas são complexas e multifacetadas, exigindo uma abordagem integrada e coordenada que envolva políticas sociais, económicas e estruturais para enfrentar as desigualdades e promover a inclusão e o bem-estar para todos os membros da sociedade.

Castelo de Paiva tem múltiplas questões sociais e económicas em que existe necessidade de intervenção, mas não podemos descurar as potencialidades do território, assim como as capacidades interventivas dos diferentes interventores sociais. Há que pensar em soluções inovadoras, integradas, através da rentabilização das potencialidades e forças sempre em rede e pelo bem-estar de todos.

Intervir no âmbito social apresenta diversos desafios que precisam ser considerados para garantir a efetividade e o sucesso das ações.

- Complexidade dos problemas sociais: Os problemas sociais são multifacetados e complexos, resultantes de fatores interligados, como pobreza, desigualdade, discriminação, falta de acesso a recursos e serviços básicos. Isso exige uma compreensão aprofundada das causas subjacentes e a implementação de abordagens abrangentes que considerem todas as dimensões dos problemas.
- Recursos limitados: A intervenção no âmbito social geralmente enfrenta restrições de recursos financeiros, humanos e materiais. A falta de financiamento adequado pode limitar a implementação de programas e serviços necessários para abordar os problemas sociais de forma eficaz. É essencial encontrar maneiras de maximizar o uso dos recursos disponíveis e buscar parcerias e colaborações para ampliar o impacto das intervenções.
- Resistência e mudança de atitudes: A mudança social envolve desafiar e modificar atitudes, comportamentos e sistemas enraizados. Isso pode enfrentar resistência por parte de indivíduos, grupos e instituições que se beneficiam da manutenção do *status quo*. É fundamental investir em sensibilização e educação para promover a consciencialização e a mudança de atitudes em relação aos problemas sociais.
- Coordenação e colaboração: Os problemas sociais geralmente exigem uma abordagem multidisciplinar e a colaboração entre diferentes partes interessadas, como decisores políticos, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades. A coordenação eficaz entre essas entidades pode ser um desafio, pois requer o estabelecimento de

parcerias, a partilha de informações e recursos, e a superação de interesses conflitantes.

- **Avaliação e monitorização:** A avaliação do impacto das intervenções sociais é crucial para determinar sua eficácia e realizar ajustes quando necessário. No entanto, a avaliação no âmbito social pode ser complexa devido à natureza subjetiva dos resultados e à dificuldade em atribuir causas e efeitos diretos. É fundamental desenvolver sistemas de monitorização e avaliação robustos que considerem indicadores relevantes e mecanismos de feedback das partes envolvidas.
- **Sustentabilidade:** A sustentabilidade das intervenções sociais é um desafio significativo. Muitas vezes, as ações são implementadas como projetos piloto ou com financiamento temporário, o que dificulta sua continuidade a longo prazo. É necessário garantir a integração das intervenções nas políticas e práticas governamentais, bem como o desenvolvimento de fontes de financiamento estáveis e duradouras.

Apesar desses desafios, é importante reconhecer a importância e a necessidade de intervenções sociais para enfrentar os problemas e promover uma sociedade mais justa e equitativa. Ao abordar esses desafios de forma colaborativa e estratégica, é possível alcançar resultados significativos na melhoria das condições sociais e no bem-estar do concelho de Castelo de Paiva.

Bibliografia e Webgrafia:

- Censos 2011;
- Censos 2021;
- Diagnóstico Saúde Pública, ACES;
- PORDATA;
- NGPI;
- Sites e websites gerais;

